FACULDADE PAN

Projeto Pedagógico Curso de Direito

Núcleo Docente Estruturante. Baruffi, Ana Cristina; Guaragni, Fabio André. Ramidoff, Mario Luiz. Tafuri, José Mário. Muzeli Neto, Pascoal.

Projeto Pedagógico do curso de Direito da Faculdade Pan-Americana de Administração e Direito / Núcleo Docente Estruturante. Ana Cristina Baruffi; Fábio André Guaragni; Mario Luiz Ramidoff; José Mário Tafuri; Pascoal Muzeli Neto; Curitiba, 2021.

396 f.

1. Regulamento Interno.

Revisado em dez/2023.

Atualizado em abr/2024.

APRESENTAÇÃO

O Projeto Pedagógico do curso da Faculdade de Direito da Faculdade Pan-Americana de Administração e Direito - FAPAD tem com o objetivo ser instrumento norteador das ações de gestão e ao mesmo tempo ser o elemento de comunicação do compromisso de sua identidade e das linhas gerais do curso e de seus componentes estruturais, sejam eles pedagógicos ou administrativos que indicam e efetivação de sua proposta, missão, visão e valores.

O alcance pretendido é que o instrumento seja difundido para a comunidade interna e externa, não apenas acadêmica, mas integrada pelos atores que pensam, realizam e se interessam pela educação jurídica como essencialidade para a sociedade em sua pacificação e desenvolvimento sócio-humanístico-ambiental.

O processo de formação de educandos para a qualificação em ciências jurídicas tem o fito de capacitá-los para atuar na defesa da sociedade, na resolução de conflitos e na tutela dos direitos, no qual todos os envolvidos no processo do ensino-aprendizado formularão suas ações a partir do eixo central que visa a tutela da coletividade, priorizando a realização da decidibilidade com justiça plena pautado na moderna hermenêutica e no avanço argumentativo exigido para as carreiras públicas no interesse do bem comum.

O processo de construção deste Projeto Pedagógico de Curso visou a atender ao que nele se preconiza como fundamentos da educação jurídica contemporânea na solidez e projeção de egressos no desenvolvimento de suas competências e habilidades, de modo que venham a se destacar em seus cargos, seja no âmbito local e internacionalmente reconhecido por suas atuações nas carreiras públicas como atividades de relevância na defesa social, resolução de conflitos e tutela dos direitos.

Possui como elementos valorativos as configurações de eticidade na gestão da interação social, na operacionalidade da conduta normativa e do discurso político-jurídico diante do bem comum e da socialidade com a natureza, o meio ambiente e as gerações futuras.

Nesse sentido, na construção deste Projeto Pedagógico foi importante sensibilizar e envolver um espectro diversificado de participantes em todas as suas fases, e aprofundar-se nas práticas de acolhimento da manifestação das múltiplas concepções sobre sua natureza, objetivos, elementos, princípios e metodologias voltadas à formação do bacharel em Direito. E para incrementar a participação coletiva na sua construção, diferentes grupos de discussão foram estruturados a partir dos eixos de formação constantes da Resolução nº 5, de 17 de

Av. Marechal Floriano Peixoto, 886 - Centro – Curitiba / PR - CEP 80.010-130

dezembro de 2018, do Conselho Nacional de Educação, que institui as diretrizes curriculares nacionais dos cursos de graduação em Direito.

Após a autorização do curso pelo MEC através da Portaria Nº 385, de 20 de abril de 2021, o NDE se reuniu novamente para uma revisão do projeto pedagógico de curso, em especial para atender a Resolução CNE/ES n. 7, de 18 de dezembro de 2018 (curricularização da extensão), Portaria MEC nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019 (carga horária de até 40% em EAD) e Parecer CNE/ CES nº 757/2020, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, de 10/12/2020, homologado pela Resolução n. 02 de 19 de abril de 2021 (para inclusão de novas disciplinas obrigatórias na matriz curricular diante das novas habilidades e competências que são exigidas).

O Projeto Pedagógico de Curso demonstra a possibilidade metodológica modelado e integrado por compartilhamento curricular entre as atividades de ensino e extensão. O desenho institucional do projeto propicia experiências inovadoras quando comparado aos sistemas e métodos tradicionais, tanto em termos de comunicação e métodos de trabalho em grupo, como pela capacidade de representar um novo e necessário modelo de educação em Direito.

Em seguida, aborda as diretrizes derivadas das concepções que as fundamentam: natureza da formação, processo de produção do conhecimento, princípios pedagógicos, competência, processo pedagógico (ensino e aprendizagem), estratégias metodológicas, organização curricular, avaliação, pesquisa e disseminação do conhecimento. Cada diretriz é apresentada seguida de seus fundamentos e das suas decorrências nos processos pedagógicos.

O planejamento dessas atividades, seus princípios, formas, duração, natureza, estão condensados na formação de competências cognitivas e interpessoais que o bacharel deve portar ao término de cada ciclo, completados por certo, ao longo dos cinco anos de formação.

O presente Projeto Pedagógico do Curso considera que o discente é o protagonista do processo de ensino e aprendizado, retirando do professor esta figura como acontece no ensino tradicional, de modo que o ensino não acontece de forma passiva em face do que a instituição lhe propicia unilateralmente, e sim como sujeito atuante - seus desejos e planos transparecem desde seu ingresso no curso de bacharelado-, e assim o projeto foi formulado de modo a que se movimente em face de um currículo que se abre em possibilidades pedagógicas levando em conta a miríade de personalidades que se expressam no corpo discente com o objetivo de atender-lhes na sua particularidade, mas também formá-los para a resolução de problemas

através da atividade em grupo e individual onde o seu protagonismo efervesce no compartilhamento das soluções.

O currículo proposto e aplicado estimula a construção de uma autonomia cognitiva, metodológica e de compreensão ética das relações humanas. Tal objetivo não implica, porém, menor destaque para a atividade docente. Muito ao contrário. O projeto exige maior reflexão e comprometimento daqueles que têm a docência como atividade profissional. É um currículo consistente e eficaz que permite aos docentes maior liberdade na formulação de problemas e estudos dirigidos. O currículo se apresenta, ao mesmo tempo, inovador, ao inserir na matriz curricular conteúdos multidisciplinares diante das novas habilidades e competências que são demandados os discentes do curso de Direito.

Em lugar de destinar precipuamente ao corpo docente uma atuação monológica em sala de aula, convida-o a transformar este espaço em lugar de sua realização e aprofundamento de suas habilidades profissionais. Seus estudantes deixam de serem meros ouvintes passivos e passam a serem colaboradores, parceiros tanto no ensino quanto nos projetos de extensão, e as atividades de ensino-aprendizagem podem ser planejadas em território de maior liberdade epistemológica e diversidade metodológica.

Tão inovador quanto factível, o currículo demanda, certamente, decisões, esforços, planejamento, dedicação e monitoramento constante para sua sustentabilidade e plena consolidação, tarefa que não recai somente ao NDE e à coordenação, mas ao corpo docente como um todo. Para além da velha dicotomia entre direito público e direito privado, e entre teoria e prática jurídica, o que se propõe, aqui, é uma abordagem epistemológica que aponte na direção de experiências metodológicas inovadoras e criativas, para apontar, ao egresso, o caminho de sua vocação e o seu lugar na sociedade.

Estudos do Núcleo Docente Estruturante – NDE – do Curso de Direito apresentaram dados importantes sobre o curso, entre eles, a carga horária. Neste sentido, atento às DCN 5/2018 e Nota Técnica 793/2015, o NDE promoveu a reorganização da matriz curricular com a ajuste da Carga Horária do Curso de Direito que passa de 4.800h para 4.000h – Resolução do CS 05/2023.

O ajuste apresentado de longe retira a excelência do curso que mantém a sua grade de componentes curriculares original. Atende também o compromisso ético, a qualidade de tempo dos acadêmicos e a adequação à realidade da oferta em turnos, tornando-o mais eficiente.

Estruturalmente, o projeto pedagógico está divido em três partes. Na parte I – apresentação da Instituição. Na parte II – Organização didático pedagógica e corpo docente e na Parte III – Infraestrutura.

Sumário

PARTE I - DADOS INSTITUCIONAIS 12
1.1 Histórico Institucional 12
1.1.1 Mantenedora 12
1.1.2 Mantida 12
1.2. Missão, Visão e Valores 13
1.3. Objetivos da Faculdade Pan-Americana de Administração e Direito 13
1.4. Estrutura Organizacional e Instâncias de Gestão 16
1.5. Contexto Institucional e Justificativa da Oferta do Curso e número de vagas 17
1.6. Políticas Institucionais de Atendimento aos Requisitos Legais 26
1.6.1 Políticas Institucionais de Educação Ambiental 27
1.6.2 Políticas Institucionais de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos e Igualdade Étnico-Racial. 28
1.7. Formas de Comunicação Interna e Externa 29
1.7.1 Comunicação da Faculdade Pan-Americana de Administração e Direito Com a Comunidade Externa 29
1.7.2 Comunicação da Faculdade Pan-Americana de Administração e Direito com o Público Interno 30
PARTE II - PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO 32
1. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA 36
1.1 Políticas institucionais no âmbito do curso - Articulação Entre o Plano de Desenvolvimento Institucional e o Projeto Pedagógico do Curso 36
1.1.1 Políticas de Ensino 36
1.1.2 Políticas de Iniciação à Pesquisa 40
1.1.3 Políticas de Extensão 41
1.2 Concepção, Vocação, Princípios e Objetivos do Curso 44
1.2.1 Concepção e Vocação do Curso de Direito 44
1.2.2.Princípios norteadores da formação do profissional em direito 44
1.2.3 Objetivos gerais e específicos 47
1.3 Perfil Profissional do Egresso 50
1.4 Estrutura Curricular 54
1.4.2 A Articulação dos componentes curriculares e da teoria com a prática 56

Av. Marechal Floriano Peixoto, 886 - Centro – Curitiba / PR - CEP 80.010-130

1.4.3 A flexibilidade na estrutura curricular 63
1.4.4 A interdisciplinaridade na estrutura curricular 65
1.5 Conteúdos Curriculares.....66
1.5.1 Educação Ambiental 68
1.5.2 Educação das Relações Etnico-raciais e Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena 69
1.5.3 Educação em Direitos Humanos.....69
1.5.4 Disciplinas Optativas Eletivas 70
1.5.5 A acessibilidade na execução da estrutura curricular 71
1.5.6 A curricularização da extensão universitária e a iniciação científica na estrutura curricular 73
1.5.7 Matriz curricular 76
1.6 Metodologia 95
1.6.1 Práticas metodológicas que norteiam as Estratégias Educacionais e adequação a Concepção e Vocação do Curso 95
1.7 Estágio curricular supervisionado 107
1.8 Atividades complementares 115
1.9 Trabalho de conclusão de curso.....117
1.10 Apoio ao discente 119
1.10.1 Núcleo de Apoio ao Discente 119
1.10.2 Objetivos: 119
1.10.3 Política de atendimento a pessoas com necessidades especiais: 121
1.10.4 Programa de Monitoria.....123
1.10.5 Atividades de Nivelamento 124
1.10.6 Bolsas e Auxílios 125
1.10.7 Intermediação e Acompanhamento de estágio não obrigatório 125
1.10.8 Participação em centros acadêmicos ou intercâmbios nacionais e internacionais 125
1.10.9 Espaço Kids.....126
1.10.10 Acompanhamento do Egresso 127
1.11 Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa 128
1.12 Atividades de tutoria - Conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias às atividades de tutoria 132

1.13 Tecnologias de Informação (TIC) no processo ensino-aprendizagem 136
1.14 Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) 141
1.15 Material Didático 144
1.16 Procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem 147
2. GESTÃO DO CURSO, CORPO DOCENTE E TUTORIAL **152**
2.1 Articulação da Gestão do Curso com a Gestão Institucional 152
2.2 Colegiado de Curso e Núcleo Docente Estruturante 153
2.2.1 Colegiado de Curso 153
2.2.2 Núcleo Docente Estruturante 155
2.2.3 Núcleos do Curso de Direito 156
2.3 Regime de trabalho do coordenador 162
2.4 Corpo Docente e Tutores 163
2.4.1 Titulação corpo docente e experiência 164
2.4.2 Titulação corpo de tutores e experiência 166
2.4.3 Interação entre os tutores, docentes e coordenadores de curso 169
2.5 Produção científica, cultural, artística ou tecnológica 170
3. INFRAESTRUTURA **171**
3.1 Espaço de trabalho para docentes em tempo integral 171
3.2 Espaço de trabalho para o coordenador 172
3.3 Sala coletiva de professores 173
3.4 Salas de aula 174
3.5 Acesso dos alunos a equipamentos de informática 176
3.6 Bibliografia básica e complementar por Unidade Curricular 178
3.6.1 A Biblioteca da Faculdade Pan-Americana de Administração e Direito 179
3.6.2. Objetivos da Biblioteca 179
3.6.3. Tratamento Técnico da Informação 179
3.6.4. Informatização 180
3.6.5. Formas de Utilização do Acervo 180
3.6.6. Serviços Prestados aos Usuários 180
3.6.7. Bibliografia básica e complementar por Unidade Curricular 181

3.6.8 Política de Atualização do Acervo 183

3.7 Equipe Multidisciplinar e o processo de controle de produção e distribuição do material didático 184

3.7.1 Envolvidos no processo de produção de material didático 185

3.7.2 Plano de Ação da equipe multidisciplinar 186

3.7.3 Descrição dos itens que compõem material didático 187

3.7.4 Logística de distribuição de material didático 192

3.7.5 Plano de contingência de material didático 192

3.8 Dos laboratórios e Núcleo de prática jurídica: atividades básicas e arbitragem, negociação, mediação e atividades jurídicas reais 193

3.9 Diferenciais e Ações Inovadoras 197

3.10 Bibliografia consultada e referências bibliográficas no PPC 207

ANEXO 1 CORPO DOCENTE 209

ANEXO 2 PREVISÃO DA GRADE CURRICULAR COM INDICAÇÃO DOS DOCENTES PARA OS CINCO ANOS 211

ANEXO 3 EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIA 224

ANEXO 4 PERIÓDICOS 368

ANEXO 5 MANUAL DE PRODUÇÃO DE CONTEÚDO 371

FIGURAS

1 - Organograma Visão, Missão e Valores 13
2 - Organograma Estrutura Organizacional 16
3 - Organograma do Conselho Superior 17
4 - Taxa Anual de Crescimento populacional Censo 21
5- Dados Censo 22
6- Dados Censo 22
7 - Dados ranking curso censo 23
8 - Selo de Responsabilidade Social ABMES 2022-2023 29
9 - Selo de Responsabilidade Social 2023-2024 29
10 - Comparativo Direito 46
11 - Organização curricular Eixos 47
12 - Categorias de formação 92
13 - Percentuais das categorias de formação 92
14 - Representação gráfica da Matriz Curricular do Curso de Direito da Faculdade Pan-Americana ...94
15 - Interface inicial do AVA 141

16 - Fluxo decisões colegiado do curso 155

TABELAS

Tabela 1 – Ciclo e percentual 57
Tabela 2 – Descritivo dos Ciclo 57
Tabela 3 – Carga Horária e percentual das atividades obrigatórias.....61
Tabela 4 – Eixo de Formação Geral.....76
Tabela 5 – Eixo de Formação Técnico-jurídica.....77
Tabela 6 – Eixo de Formação Prático-profissional.....79
Tabela 7 – Eixo de Formação Prático-profissional carreiras públicas.....80
Tabela 8 – Disciplinas optativas eletivas.....81
Tabela 9 – Organização na estrutura curricular dos marcos legais.....84
Tabela 10 – Organização da matriz curricular.....85

QUADROS

Quadro 1 – Divisão da carga horária da disciplina.....104
Quadro 2 - Etapas de elaboração do material didático da Faculdade Pan-Americana.....186

PARTE I - DADOS INSTITUCIONAIS

1.1 Histórico Institucional

1.1.1 Mantenedora

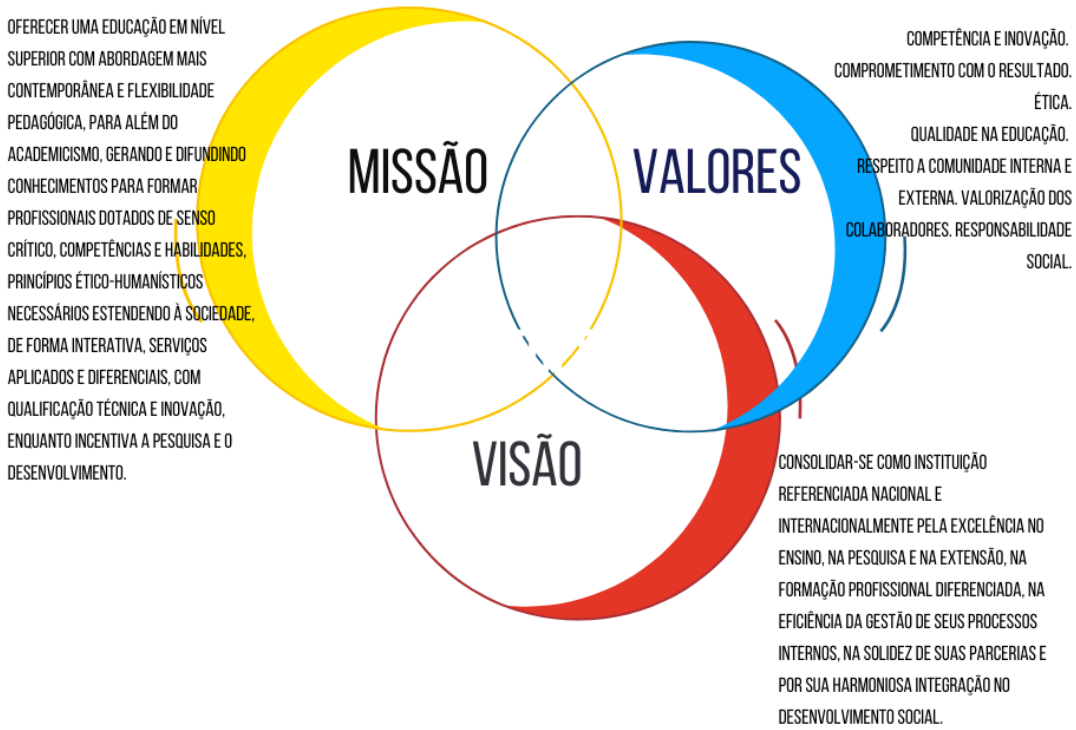
O Instituto Panamericano de Ensino e Treinamento Telepresencial (IPETT), mantenedora da **Faculdade Pan-Americana de Administração e Direito, FAPAD**, fundado em 15 de março de 2005, com o objetivo de fomentar o ensino nas Américas, sobretudo no Brasil, é uma sociedade civil, de âmbito nacional, de natureza cultural, sem fins lucrativos, de caráter associativo e cultural, com prazo de duração indeterminado, com sede e foro em Curitiba, no estado do Paraná.

O IPETT é responsável pela Faculdade Pan-Americana de Administração e Direito, perante as autoridades públicas e o público em geral, incumbindo-lhe de tomar as medidas necessárias ao seu bom funcionamento, respeitando os limites da legislação em vigor, da liberdade acadêmica dos corpos docente e discente, da autoridade própria de seus órgãos deliberativos, normativos, executivos, avaliativos e propositivos.

1.1.2 Mantida

A Faculdade Pan-Americana de Administração e Direito é uma instituição de ensino sem fins lucrativos, com autonomia limitada nas suas atribuições e competências, nos termos da lei na modalidade presencial e a distância obedecida à legislação aplicável e tem como limite territorial de atuação circunscrito ao município de Curitiba - PR.

1.2. Missão, Visão e Valores



1 - Organograma Visão, Missão e Valores

1.3. Objetivos da Faculdade Pan-Americana de Administração e Direito

A Faculdade Pan-Americana se traduz numa Instituição de Ensino Superior e assume uma posição construtiva em uma sociedade democrática, servindo de instrumento propulsor de colaboradora na transformação social. Tem o compromisso de colocar as suas atividades de ensino, aliadas à iniciação científica e à extensão, ao alcance e serviço dessa comunidade, para dela merecer respeito e reconhecimento.

Busca, ainda, garantir a qualidade dessas atividades, por meio de uma efetiva política de capacitação de pessoal entre docentes e técnico-administrativos, além de uma ampla participação dos acadêmicos nos diversos aspectos da vida acadêmica.

Em consonância com o que disciplina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/1996 e com o artigo 3º do seu Regimento Interno, a Faculdade Pan-Americana tem por finalidade principal o oferecimento de ensino no nível de educação superior, com foco em especialidades que possam atender de forma concreta à demanda das organizações sociais.

Para tanto, adota uma estrutura curricular adequada, com a conexão com a extensão e a iniciação científica, além de uma forte atuação junto à comunidade, oferecendo ensino de nível de educação superior com foco em especialidades que possam atender de forma concreta à demanda das organizações sociais.

Para assegurar que seu processo de formação contribua para o desenvolvimento da Capital e de todo o estado de Paraná, quiçá das Américas, a Faculdade tem como premissa que a educação não se resume ao ensino formal, propriamente dito. Entende-se como necessária a conexão com a extensão e a iniciação científica, além de uma forte atuação junto à comunidade.

Entende-se como necessária a conexão com a extensão e a iniciação científica, além de uma forte atuação junto à comunidade realizado pelo discente e pelo egresso, que poderá manter o vínculo com a Faculdade aprofundando e atualizando seus conhecimentos, atuando nos programas de Monitoria e junto ao Núcleo de prática jurídicas, assim proporcionando novas práticas no campo do conhecimento relacionado ao curso.

O modelo organizacional está balizado pela qualidade, pela organização e pela informação, expressão que permeará as ações que serão mantidas durante todo o período em que ofertar cursos de formação acadêmica.

Em específico, a *educação superior* na Faculdade Pan-Americana, consoante à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em vigor, tem por finalidade/objetivo:

- Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- Formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais, policompetentes, tecnológicos, capazes de analisar as demandas do mercado local e nacional, imbuídos de valores humanísticos, de realizar transformações sociais, preparando técnicos éticos, críticos, conscientes e comprometidos com o serviço público, com participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, além de colaborar na sua formação contínua;

- Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- Promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

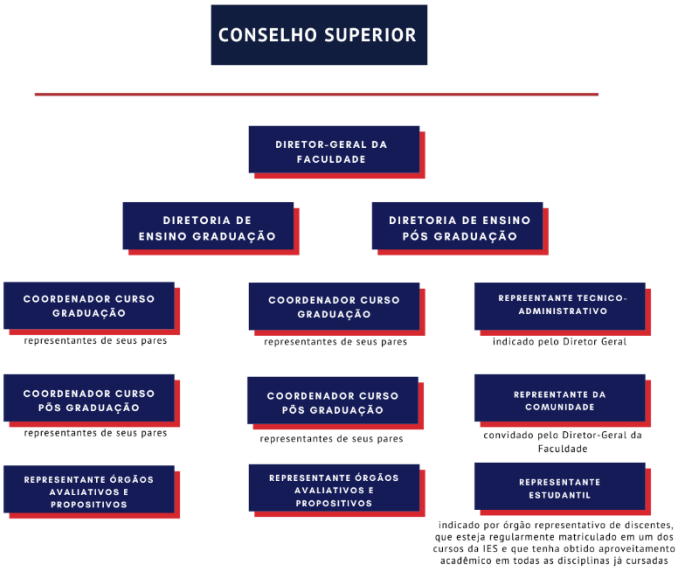
Os objetivos encontram-se pautados em ações educacionais ativas, capazes de acolher as novas práticas emergentes no campo do direito.

1.4. Estrutura Organizacional e Instâncias de Gestão

Conforme o Regimento Geral da Faculdade Pan-Americana, a administração da Faculdade é exercida pelos seguintes órgãos:

A Estrutura Organizacional da Faculdade é composta pelo Conselho Superior da Faculdade, órgão máximo de natureza normativa, consultiva e deliberativa em matéria de políticas e procedimentos, administrativa, disciplinar, de natureza didático-científica da Faculdade, é constituída:

2 - Organograma Estrutura Organizacional



3 - Organograma do Conselho Superior

1.5. Contexto Institucional e Justificativa da Oferta do Curso e número de vagas

O Instituto Pan-Americano de Ensino e Treinamento Telepresencial (IPETT) – entidade mantenedora da Faculdade Pan-Americana, tem uma longa e comprovada vida dedicada à educação, fomentando discussões, incentivando os estudos e o exercício da cidadania, conscientizando sobre a importância do ensino, através da análise contínua dos seus sistemas e de medidas favoráveis ao desenvolvimento de atividades culturais e de aprimoramento funcional. A trajetória de sucesso dessa Instituição levou seus sócios a pensarem e a materializarem a Faculdade Pan-Americana para funcionamento de cursos de graduação e pós-graduação, presencial e a distância.

A Faculdade Pan-Americana dedicar-se-á, especialmente, à formação de administradores e bacharéis em direito, com vistas a preparação para a magistratura, ministério público e advocacia pública estabelecendo, inclusive, parceria com entidades, instituições e profissionais para implementação de suas atividades pedagógicas.

O início da Faculdade Pan-americana se dá num momento em que há a necessidade de cursos com uma proposta pedagógica moderna e diferenciada, propondo os cursos de Administração à distância, e Direito, presencial. Para isso, a Faculdade conta com uma

estrutura moderna de salas e laboratórios, equipe técnica, professores e coordenadores altamente qualificados para o pleno desenvolvimento das atividades acadêmicas. A Faculdade tem um compromisso ético com a qualidade e a excelência do ensino voltado para o mercado de trabalho.

A economia do Paraná baseia-se na agricultura (cana-de açúcar, milho, soja, trigo, café, mandioca, algodão e laranja), na indústria (agroindústria, indústria automobilística, papel e celulose) e no extrativismo vegetal (madeira e erva-mate).

Entre as atividades econômicas desenvolvidas no Paraná, destacam-se a agricultura e a pecuária, além de um setor industrial em franca expansão. O rebanho bovino soma 9,5 milhões de cabeças; o suíno, 4,2 milhões; e o ovino, 570 mil. A avicultura conta 125 milhões de galináceos.

Há importantes jazidas de calcário no Paraná. Outras atividades econômicas relevantes são a extração de gás natural e água mineral e a pequena produção de petróleo.

Os principais setores industriais paranaenses são a agroindústria, o de papel e celulose, o de fertilizantes e, mais recentemente, o automobilístico e o de eletroeletrônicos.

O Paraná é sede de importantes cooperativas agropecuárias, entre as quais a Coamo[1], de Campo Mourão, cuja receita é superior a R$ 5 bilhões; a C.Vale[2], de Palotina; a Lar de Medianeira, a Cocamar de Maringá; a Integrada de Londrina; a Agrária de Guarapuava; a Batavo de Carambeí; a Castrolanda de Castro, entre outras. As cooperativas agropecuárias paranaenses têm uma receita superior a R$ 21 bilhões, o que representa cerca de 55% do PIB agrícola do Paraná.

O Paraná dispõe de cerca de 261,2 mil quilômetros de rodovias. Além disso, o estado é cortado por importantes rodovias federais, como a BR-101 e a BR-116, com intenso tráfego de caminhões. A rede ferroviária no Paraná alcança aproximadamente 2.250 quilômetros.

Conforme dados publicados pelo Grupo Amanhã em parceria com o PwC Brasil[3], no final de 2021, 179 empesas paranaenses produziram cifras acima de R$ 270,2 bilhões, estnado as dez maiores empresas do Paraná são, na ordem crescente: Copel, Coamo, Rumo, Itaipu, Klabin, C. Vale, Cooperativa Lar, Sanepar, Renault e Electrolux.

Outras empresas mais importantes são a Batavo, O Boticário, a Grupo Positivo, e o Grupo J. Malucelli.

---

[1] https://pt.wikipedia.org/wiki/Coamo
[2] https://pt.wikipedia.org/wiki/C._Vale_Cooperativa_Agroindustrial
[3] https://amanha.com.br/500maiores/#100maioresparana

Em 2020, o Paraná possuía o 4º PIB Brasil, com 332.837.000 bilhões de reais, representando 6,3% do PIB nacional. Cerca de 9% do PIB paranaense provém da agricultura. Outros 21% vêm da indústria e os restantes 69% vêm do setor de serviços.

Em 2021, mesmo com os impactos da pandemia da COVID-19, o PIB do Paraná cresceu em 3,3%. Ao final do quarto trimestre, o PIB do Paraná registrou de pouco mais de R$ 579 bilhões, equivaleu a 6,67% do PIB brasileiro no período. Na indústria o crescimento foi de 8,52% e no setor de serviços de 2,28%.[4]

No que diz respeito à pecuária, o Paraná conta com grande rebanho de bovinos e está sempre entre os principais criadores brasileiros de suínos, especialmente no centro, sul e leste do estado. Nas últimas décadas, os rebanhos tanto de bois como de porcos expandiram-se bastante. Em geral, nas zonas de campo, pratica-se a criação extensiva; nas zonas de floresta, desenvolvem-se as plantações e pastos artificiais para a engorda. São ainda significativas, no Paraná, as produções de ovos, de casulos do bicho-da-seda, mel e cera de abelha.

Mas é na avicultura que o estado vem se destacando nos últimos dez anos, graças à implantação de frigoríficos pela iniciativa privada e pelas cooperativas. A avicultura é produzida em praticamente todas as regiões acompanhando as áreas onde se produz milho, que é a matéria-prima para a ração das aves, que são exportadas para mais de uma dezena de países.

A pesca não teve a mesma expansão da pecuária e da agricultura. O litoral do Paraná é constituído por sete municípios, com superfície pouco superior a 6.000 km² e população de 236.000 habitantes. Em 2004, totalizaram 1.914 t de pescado, no valor de R$ 4.075.350 dos quais 1.096 era de peixes, 809 t crustáceos, e 8 t moluscos. Em 2021, melhor ano de resultado desde 2014, o estado do Paraná foi o líder nacional de produção de peixes, com 172.000 toneladas em 2020 contra 154.200 toneladas no ano anterior[5].

Os principais gêneros de indústria são os de produtos alimentícios e de madeira. Na Região Metropolitana de Curitiba, em São José dos Pinhais, encontram-se ainda unidades industriais (montadoras) da Volkswagen-Audi e da Renault, ambas de grande porte. O setor de madeira acha-se disperso no interior, com centros de importância em União da Vitória, Guarapuava e Cascavel.

[4] https://cbncuritiba.com.br/materias/pib-do-parana-cresce-33-em-2021/
[5] https://engepesca.com.br/post/principais-dados-da-pesca-brasileira-em-2021-e-perspectivas-para-2022

O Paraná é um dos estados que mais contribuiu para as exportações brasileiras. Vários órgãos, como o Centro de Exportação do Paraná (CEXPAR) e a Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (CACEX) vêm estimulando cada vez mais o externo.

O comércio exterior é feito com os seguintes países: Estados Unidos, Alemanha, Itália, Países Baixos, Japão, Bélgica, Noruega, Inglaterra, Canadá, Argentina e outros. O comércio interno se faz com os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Curitiba, Pernambuco e outros.

Desde a década de 90, as empresas têm experimentado mudanças estratégicas, econômicas e de governança, passando pela reestruturação societária, gestão especialmente nas maiores empresas. Uma nova forma de gestão corporativa, tem sido o *controle compartilhado* – como modelo adotado pelas grandes companhias, tendo como acionistas principalmente investidores institucionais, tanto nacionais e como estrangeiros. Nesse contexto o Paraná conseguiu atrair parte significativa das empresas multinacionais em diversos seguimentos, porém destaque para a indústria automobilística e de serviços, de modo que se torna necessário o estudo desse fenômeno com instrumentos teóricos disponíveis para a *governança corporativa*, voltada para a análise dos mecanismos instituídos para controlar as firmas.

Um dos mecanismos de controle e elemento norteador das tomadas de decisão corporativa está na implantação nos conglomerados empresariais, do instituto denominado *compliance*[6], traduzido no fundamento para disciplinar transações e relações corporativas entre governo e particulares. Desse modo, a abordagem teórico-metodologica que insira essas temáticas no curso de administração e direito, se impõe como fenômeno e demanda que a região criou em razão dos diversos julgados que impuseram, como parte da pena, a necessidade de implantação de compliance nas empresas envolvidas no processo. Esse fenômeno e mudança de comportamento imposto pela justiça e não pelo empresário necessita de estudo pelas instituições de ensino visando preparar o aluno para a nova realidade e conscientizá-lo da função social da empresa ou das corporações.

A realidade social demanda um profissional com um perfil diferenciado. E o objetivo da Faculdade Pan-Americana é preparar este profissional o que justifica a oferta de um curso diferenciado, que foge das metodologias tradicionais, como o que se propõe.

[6] O termo **compliance** tem origem no verbo em inglês to comply, que significa agir de acordo com uma regra, uma instrução interna, um comando ou um pedido, ou seja, estar em "**compliance**" é estar em conformidade com leis e regulamentos externos e internos.

Curitiba é hoje um importante destino turístico brasileiro, especialmente procurado por turistas oriundos de estados vizinhos. Um importante aumento no "turismo de negócios" tem também se verificado nas últimas décadas. Seja por razões de lazer ou trabalho, o fluxo de visitantes estimado chega a ser surpreendente: mais de 1.800.000 pessoas, ou seja, maior que o número de habitantes da cidade.

As condições sociais, políticas e demográficas do Paraná e do seu entorno são indicadores positivos para a permanência da oferta do curso de Administração e de Direito, além da progressiva demanda por profissionais da área.

É salutar a avaliação do crescimento demográfico experimentado pelo Estado do Paraná nas últimas décadas, com crescimento populacional mais expressivos em algumas décadas e menos expressivos em outra, mas o fato é que sempre houve crescimento, fato que justifica a inserção de novos cursos para atender a demanda crescente, notadamente pela proposta pedagógica de formação de pesquisadores e profissionais para a área pública, cuja demanda é premente de bacharéis treinados e conscientes de seu papel na comunidade. Vejamos a evolução demográfica até nossa década:

TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO POPULACIONAL, SEGUNDO A SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO - PARANÁ - 1940/2010

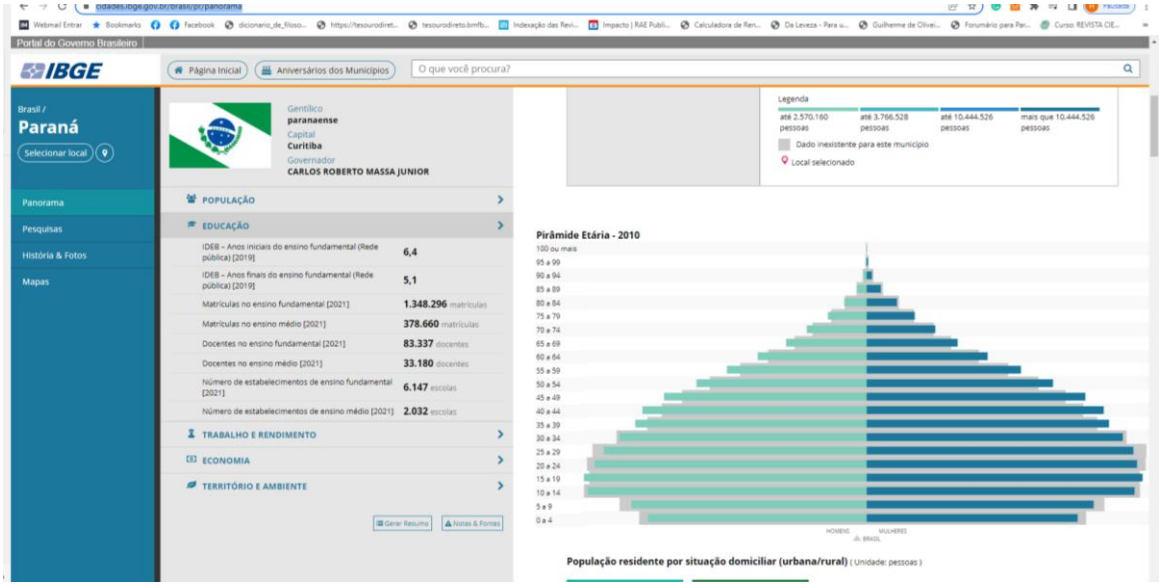
ANOS	TAXA DE CRESCIMENTO (% a.a.)		
	Situação de Domicílio		TOTAL
	Urbana	Rural	
1940/1950	5,84	5,54	5,61
1950/1960	9,31	6,33	7,16
1960/1970	6,73	4,10	4,97
1970/1980	5,97	-3,32	0,97
1980/1991	3,01	-3,03	0,93
1991/2000	2,59	-2,61	1,40
2000/2010	1,36	-1,48	0,89

FONTE: IBGE - Censos Demográficos

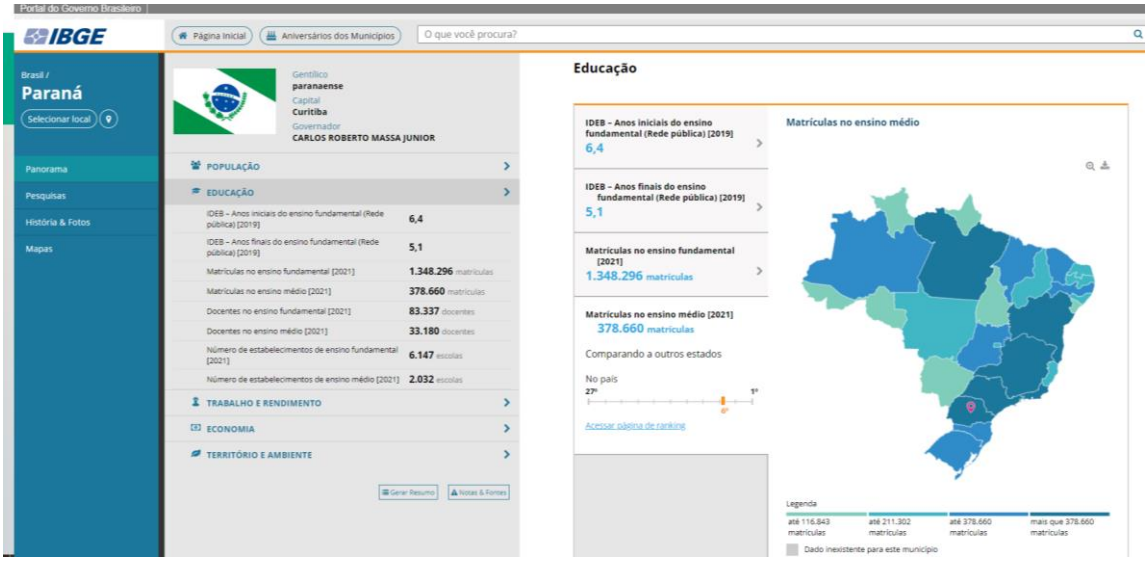
4 - Taxa Anual de Crescimento populacional Censo

A pirâmide etária indica população iminentemente jovem com boa escolaridade média e renda per capita acima da média nacional e diante do quadro atual de oferta de cursos superiores generalista que formam bacharéis para o contencioso, surge a necessidade de uma escola que tenha em sua matriz uma formação que atenda a demanda regional e atraia o jovem para o curso superior. Vejamos nos gráficos a seguir, divulgado do site do IBGE, acesso

em 15/07/2021 e em 15/08/2022 no endereço: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/panorama



5- Dados Censo



6- Dados Censo

O curso de Direito permanece presente no ranking dos 10 cursos mais procurados, conforme dados do Censo 2021.

Tabela 4. Os 10 maiores cursos de graduação, por modalidade e rede de ensino – Brasil 2021.

Cursos presenciais

Rede Federal

Nome da Área do Curso - Cine Brasil	Número de Matrículas	Frequência %	Frequência acumulada %
Administração	47.174	3,7	3,7
Pedagogia	44.490	3,5	7,1
Direito	42.099	3,3	10,4
Medicina	41.297	3,2	13,6
Agronomia	39.211	3,0	16,6
Engenharia civil	37.215	2,9	19,5
Sistemas de informação	30.702	2,4	21,9
Biologia formação de professor	30.258	2,3	24,2
Engenharia elétrica	28.951	2,2	26,5
Matemática formação de professor	28.597	2,2	28,7

Rede Privada

Nome da Área do Curso - Cine Brasil	Número de Matrículas	Frequência %	Frequência acumulada %
Direito	616.980	18,3	18,3
Psicologia	261.818	7,8	26,1
Enfermagem	243.562	7,2	33,4
Administração	195.741	5,8	39,2
Medicina	158.017	4,7	43,9
Fisioterapia	136.483	4,1	47,9
Odontologia	125.363	3,7	51,7
Engenharia civil	117.961	3,5	55,2
Farmácia	105.072	3,1	58,3
Pedagogia	103.393	3,1	61,4

Cursos a Distância

Nome da Área do Curso - Cine Brasil	Número de Matrículas	Frequência %	Frequência acumulada %
Pedagogia	12.852	15,7	15,7
Matemática formação de professor	8.500	10,4	26,1
Letras português formação de professor	7.302	8,9	35,0
Administração	6.700	8,2	43,2
Administração pública	6.681	8,2	51,4
Biologia formação de professor	4.116	5,0	56,4
Computação formação de professor	2.658	3,2	59,6
Engenharia de produção	2.625	3,2	62,9
Física formação de professor	2.536	3,1	66,0
Química formação de professor	2.348	2,9	68,8

Nome da Área do Curso - Cine Brasil	Número de Matrículas	Frequência %	Frequência acumulada %
Pedagogia	557.273	15,7	15,7
Administração	341.139	9,6	25,3
Contabilidade	193.181	5,5	30,8
Gestão de pessoas	170.469	4,8	35,6
Educação física	146.492	4,1	39,7
Sistemas de informação	128.865	3,6	43,4
Enfermagem	108.249	3,1	46,4
Serviço social	103.907	2,9	49,4
Logística	95.968	2,7	52,1
Marketing	74.207	2,1	54,2

Fonte: MEC/Inep; Censo da Educação Superior

INEP

[7]

7 - Dados ranking curso censo

Assim, a partir das condições sociais, políticas e demográficas é inarredável a conclusão de que a proposta pedagógica apresentada se justifica e permanece atual em relação ao tipo de profissional que se pretende formar, ou seja, um profissional com sólida formação humanística, que tenha mais que um estudo sistemático das normas jurídicas, mas que o faça associado à pesquisa e à extensão, de maneira que esteja apto a perceber a dinâmica da realidade social e das demandas do mercado do estado do Paraná, do Brasil e das Américas.

A educação é direito fundamental inscrito na Constituição Federal de 1988, e a Educação Superior, nesta sociedade do século XXI, passou a ser compreendida como requisito essencial para o exercício da cidadania, que deve estar acessível a toda a população, sem exclusões, incluindo cidadãos de faixa etária avançada, que foram excluídos do processo educacional quando jovens.

[7] Dados disponíveis: https://www.gov.br/mec/pt-br/media/acesso_informacacao/copy_of_pdf/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2021.pdf

Há também uma transformação no perfil dos estudantes que buscam acesso à educação superior para além das instituições mais tradicionais, mas que também adotem novas metodologias e práticas pedagógicas que permitam que os objetivos de uma formação consistente sejam alcançados. É premente o assentamento de iniciativas que possam contribuir para a superação das desigualdades educacionais, notadamente no ensino superior.

Sobretudo, nos últimos anos, em razão das novas tecnologias e dos efeitos da pandemia da Covid-19, surgiram novos "problemas" jurídicos como Inteligência Artificial aplicada ao Direito, Justiça 4.0, Juízo 100% Digital, Balcão Digital, Núcleos de Justiça 4.0, Acessibilidade, Usabilidade, (Re)soluções Inovadoras, Digitalização de Processos Judiciais, Legaltech, Tecnologias Disruptivas, Economia Digital, Ética Digital, Lei Geral de Proteção de Dados (Cível e Penal), Big Data, Cibersegurança, Blockchain, Compliance, Identidade Digital, Certificação Eletrônica, Proteção do Consumidor, Superendividamento, Comércio Eletrônico, Atividades Financeiras, cibercriminalidade, Delitos Informáticos, Ciberdelitos, Ciberbullying, Lavagem de Capitais, Propriedade Intelectual na Sociedade Digital. Mercados Digitais, Concorrência Desleal, Cryptolaw, Ativos e Moedas Eletrônicas (Virtuais), Criptoativos, Criptomoedas, Bitcoins. Stablecoins. Defesa da Concorrência. Smart Contracts. Contratos Públicos. Tokenização de Ativos e muitos outros temas, que desafiam a comunidade jurídica em suas resoluções e às instituições de ensino uma reorganização de seus currículos tradicionais para atender as novas demandas jurídicas-tecnológicas.

E é neste ponto que a Faculdade Pan-Americana se propõe ser um vetor de mudança no ensino e social, tendo em vista os critérios que determinam a demanda, oportunidade e viabilidade que justificam a oferta do Curso de Direito.

A Faculdade Pan-Americana está inserida na comunidade de Curitiba/PR e atua, juntamente com outras IES, na oferta de ensino de qualidade.

O início das atividades Faculdade Pan-americana se deu num momento em que se registrava a necessidade de cursos com uma proposta pedagógica moderna e diferenciada. Neste sentido, com um compromisso ético com a qualidade e a excelência do ensino voltado para o mercado de trabalho, se diferencia das demais faculdades e universidades de Curitiba/PR e região por ser uma IES com um objetivo e meta precisa - a formação com qualidade de bacharéis em Direito e bacharéis em Administração.

Diferencia-se, também, por idealizar e concretizar cursos de graduação voltados à formação para as carreiras públicas, em atendimento à necessidade de habilitação de profissionais públicos capacitados. Assim, o curso de Direito presencial, autorizado em 2021,

tem foco na formação para as carreiras públicas jurídicas. O curso de Administração na modalidade em EAD, autorizado em 2022 e início previsto para 2024, tem foco na formação para as carreiras gestoras públicas.

Coincidentemente, o atual momento coincide com a missão da Faculdade: promover o desenvolvimento humano através de soluções tecnológicas dando-lhes condições de serem cidadãos empreendedores, assegurando ascensão profissional, social, cultural e econômica.

Registra-se que as soluções tecnológicas não se limitam ao uso de ferramentas digitais, (como AVA e softwares jurídicos específicos como o *Juristta*) mas, também, à identificação e resoluções dos desafios decorrentes da tecnologia. Integram à grade disciplinas de Direito, Tecnologia e Inovação e Empreendedorismo Jurídico.

As condições sociais, políticas e demográficas do Paraná, em especial Curitiba e dos seus entornos, são indicadores positivos para a oferta do curso Superior de Direito, além da progressiva demanda por profissionais da área, notadamente por ser Capital e, possuir mais da metade do PIB do estado, fato que indica a necessidade de fornecimento de mão de obra especializada para os demais municípios do Estado.

Desta maneira, o Curso de Direito da Faculdade Pan-Americana, tendo como visão ser o melhor curso e uma referência na formação jurídica no país, busca formar bacharéis em Direito hábeis a atender ao mercado profissional, enfrentando as novas exigências apresentadas por uma Ciência que se encontra em constante processo de transformação, prontos a operar o direito de forma plena e inovadora nas carreiras jurídicas do setor público ou cargo eletivo e ainda do setor privado. Indo além, fruto da característica humanística, reflexiva e crítica, a partir da formação de cidadãos conscientes, atuar na intervenção em procedimentos ligados ao setor jurídico-social, atingindo assim as competências e habilidades descritas no Art. 4 das Diretrizes Curriculares do Curso de Direito.

O processo de construção da matriz curricular considerou disciplinas que atendem as especificidades da concepção do curso, seus objetivos e em especial o perfil desejado do egresso, pautadas nos eixos estruturantes que articulam os conteúdos teóricos gerais e saberes específicos da área de formação com foco nas carreiras jurídicas.

A localização da Faculdade Pan-Americana pode ser considerada a melhor de uma instituição de ensino de Curitiba-PR. Visando atender a sua missão institucional de oferta de ensino de qualidade, a Faculdade pretende ofertar o curso para os residentes em Curitiba/PR e região.

Anualmente são ofertadas 180 vagas anuais, em duas entradas semestrais de 90 vagas, divididas em dois turnos, cada qual com 45 vagas, que correspondem de maneira excelente à dimensão do corpo docente e às condições de infraestrutura da Instituição. O número foi fundamentado a partir dos estudos periódicos quantitativos e qualitativos realizados com a comunidade acadêmica pelo NDE e Colegiado de Curso sobre o número de vagas. Servem de apoio ao estudo sobre número de vagas os Relatórios exarados do pelo MEC e Semesp.

As vagas são oferecidas nas categorias de Novas (Vestibular/Enem), Reingresso/Portador de Diploma e Transferência Voluntária. Para as duas últimas, o número de vagas destinadas ao ingresso é determinado a partir das vagas não preenchidas em processo seletivo regular somadas as de evasão por cancelamento, desligamento, reopção, transferência, óbito ou abandono de curso.

Primando pela qualidade do ensino, a Faculdade está respondendo de forma propositiva, mas coerente e com parcimônia aos resultados de pesquisas e consultas à comunidade, que mostram essa intenção de matrícula no curso de Direito na cidade de Curitiba e região metropolitana.

1.6. Políticas Institucionais de Atendimento aos Requisitos Legais

A Faculdade Pan-Americana, enquanto Instituição de Ensino comprometida com seu entorno, sua responsabilidade é de formar profissionais qualificados com aguda consciência da realidade social, política, econômica e cultural, equipados de adequado instrumental de conhecimento científico e técnico que lhes permita atender às suas necessidades como seres humanos e atuar positivamente na realidade como agentes transformadores do meio circundante. Neste sentido, imperioso o olhar comprometido da IES e dos Cursos com as conquistas sociais duramente alcançadas.

Tendo como referência a indissociabilidade do ensino, iniciação científica e extensão, a IES busca, no atendimento aos seus objetivos, o atendimento pleno dos requisitos legais, que, no âmbito dos cursos, refletem a intenção maior expressa no PDI e PPI. A trans e interdisciplinaridade em suas dimensões (científica, metodológica, antropológica e linguística) e linguagens (afirmação, negação e complementaridade) assumem papel central nesta realização, como se observará a seguir.

1.6.1 Políticas Institucionais de Educação Ambiental

A Faculdade Pan-Americana mantém uma política institucional de respeito e preservação ao meio ambiente e desenvolvimento cultural e político, em conformidade com o disposto na Lei nº 9.795/1999 e no Decreto nº 4.281/2002, que apresenta os seguintes objetivos:

- Apoio e desenvolvimento de projetos que incluam a abordagem das temáticas: política, cultural e ambiental de forma transversal e interdisciplinar nos cursos de graduação;
- Capacitação, de forma continuada, dos docentes com ações educativas formativas relacionadas às questões ambientais, políticas e culturais;
- Criação de grupo de trabalho e de ação de Educação Ambiental com atuação na coleta seletiva e práticas de sustentabilidade, grupos presencias e virtuais;
- Estímulo aos NDEs dos cursos de graduação para a inserção das temáticas: ambiental, política e cultural no currículo de forma articulada com o projeto educativo da Faculdade Pan-Americana;
- Apoio à produção de material educativo impresso e digital para a prática de Educação Ambiental na Faculdade Pan-Americana.

Vale ressaltar ainda, que práticas voltadas à proteção do meio ambiente são fomentadas permanentemente no ambiente da IES, por meio das seguintes ações institucionais:

- Uso racional da água, com avisos, em todos os banheiros, sobre a importância da preservação da água e do meio ambiente;
- Instalação de coletores de lixo seletivo em todos os ambientes comuns;
- Criação da Comissão de Biossegurança com o objetivo de estabelecer políticas de destinação e reciclagem dos resíduos sólidos produzidos na IES;
- Parcerias com Cooperativas e Associações de Agentes Ambientais para a coleta dos resíduos de papel comum e caixas de papelão, equipamentos e outros produtos adquiridos pela IES, contribuindo também para a geração de renda das famílias que fazem parte dessa associação.
- Eliminação de copos de plástico descartáveis, com a substituição por canecas de louça, promovendo a redução na produção de resíduos.
- Utilização de produtos de limpeza biodegradáveis.

- Apoio a visitas técnicas às Unidades de Conservação (UCs), para conhecimento do funcionamento de UCs e a conservação e manejo de recursos naturais.

Como se pode comprovar, as práticas de sustentabilidade refletem-se na sociedade em seus aspectos políticos, econômicos, meio ambiente, cultural e espaço, cumprindo assim sua missão institucional.

No curso de Direito, o atendimento à Política de Educação Ambiental, prevista na Lei n° 9.795 de 1999, e Decreto nº 4.281 de 2002, é realizado de modo transversal e interdisciplinar, de forma contínua e permanente.

1.6.2 Políticas Institucionais de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos e Igualdade Étnico-Racial.

Atualmente, diferenças sociais, físicas, sensoriais, intelectuais, étnicas, de gênero, etárias, de opção sexual, de religião e outras reclamam por sua condição de cidadania. Os processos de exclusão transformaram as diferenças em desigualdades e, hoje, aspectos legais e humanos vão além dessa constatação de que somos diferentes. Por isso, busca-se, por meio da educação, eliminar barreiras e corrigir essas distorções formando, na IES, profissionais dispostos a eliminar os mecanismos produtores das desigualdades.

As políticas públicas de ações afirmativas que visem garantir a promoção dos Direito Humanos e a igualdade étnico-racial são fruto de tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário e que terminaram por influenciar e dirigir políticas educacionais visando a diminuir as diferenças que sempre caracterizaram a sociedade brasileira desde a colonização, aqui observadas.

Conforme explicitado no PDI, a Faculdade Pan-Americana, em reconhecimento da diversidade social e cultural, facilita a integração com práticas educacionais antirracistas e inclusivas e adota medidas que incitem o desenvolvimento igualitário de acadêmicos, professores, tutores, colaboradores e comunidade externa, além de incluir, em seus cursos presenciais e no EaD, na matriz curricular, de forma transversal ou em disciplinas obrigatórias ou optativas eletivas, os conteúdos de Direitos Humanos, Educação Ambiental, Educação das Relações Étnico Raciais, Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e LIBRAS, com o objetivo de contribuir para formar uma sociedade mais acessível e inclusiva. É tema transversal o Protocolo da Perspectiva de Gênero, tema extremamente importante para o operador do direito, visto que obrigatório o atendimento no Poder Judiciário.

Tal é o compromisso assumido pela Faculdade Pan-Americana que, em 2022 e 2023, foi reconhecido pela ABMES o compromisso de Responsabilidade Social em razão dos seguintes projetos, dentre outros, desenvolvidos no curso de Direito:

- Programa de Responsabilidade Social – Bolsa de Estudos
- Programa de Responsabilidade Social – Espaço Kids
- Direito & Cinema
- Direito na escola[8]
- Pelo fim da violência contra a mulher
- Justiça no Bairro
- PanNews
- PodPan – Podcast da Pan-Americana

8 - Selo de Responsabilidade Social ABMES 2022-2023

9 - Selo de Responsabilidade Social 2023-2024

1.7. Formas de Comunicação Interna e Externa

1.7.1 Comunicação da Faculdade Pan-Americana de Administração e Direito Com a Comunidade Externa

A Faculdade Pan-Americana mantém canais de comunicação, como uma das formas de viabilizar sua missão institucional, representada pela busca em formar profissionais capacitados e atualizados e participar ativamente do processo de melhoria de vida da população. Portanto, considera-se necessário um permanente diálogo com a comunidade acadêmica e com o público em geral.

A comunicação com o público externo é feita com o cuidado em garantir informações precisas e transparentes. São utilizadas basicamente mídias impressas, rádio, TV e internet.

Na sua maior parte a divulgação dos serviços à comunidade é realizada através dos meios de comunicação, páginas da internet de consultas, e criação de materiais sobre determinados temas que afligem a sociedade, a Faculdade Pan-Americana distribuirá Cartilhas de Exercício da Cidadania produzidas pelo corpo discente e orientado pelos docentes,

[8] Principal projeto apresentado à ABMES que visa ensinar noções de direitos e deveres voltados as faixas-etárias das escolas que participarem do projeto, tanto estudantes como pais.

demonstrando o exercício do direito e a responsabilidade da Faculdade Pan-Americana com a sociedade em que está inserida.

Nesses mesmos materiais haverá a contemplação dos resultados de avaliação institucional dando transparência a comunidade da IES e divulgando os cursos programas da Faculdade Pan-Americana.

Ainda para manter maior interação com a comunidade a Faculdade Pan-Americana disponibiliza a Ouvidoria, instância específica que atua transversalmente às áreas além de planejar outras ações inovadoras. Seu contato encontra-se na página www.fapad.com.br, bem como a informação de toda infraestrutura e documentos institucionais neste endereço.

É valido mencionar que a Ouvidoria possui Regulamento próprio.

1.7.2 Comunicação da Faculdade Pan-Americana de Administração e Direito com o Público Interno

A comunicação interna ocorre a partir de alguns canais de comunicação específicos para atender às demandas de informação, inclusive por meio do AVA – Ambiente Virtual de Aprendizagem, privilegiando as mídias digitais por considerar o meio mais eficaz para fazer a informação chegar de forma instantânea a comunidade Institucional.

O objetivo da Comunicação Interna é estabelecer e cristalizar, como prática permanente o diálogo entre a instituição e seu corpo de colaboradores e seus alunos.

Para que a Comunicação ocorra de forma eficiente e eficaz, algumas diretrizes foram estabelecidas de forma que haja alinhamento nas informações repassadas, entendimento dos funcionários sobre o seu papel no fluxo de informações da Instituição, aumento do nível de conhecimento e comprometimento dos funcionários e colaboradores em relação aos objetivos da Instituição, promover com clareza os processos de comunicação.

São instrumentos/veículos de comunicação interna: Secretaria Digital – SolisGed - que permite relacionamento acadêmico do aluno com a IES, via *web* - Portal do Acadêmico; Portal do Professor e Portal do Coordenador – Permite a realização das ações como: renovação de matrícula, lançamento e consultas a notas e faltas, protocolo de solicitações à Secretaria, Coordenação de Curso e Professores, consulta financeira, segunda via de boleto, acesso à documentos, upload e download de materiais, avaliação institucional, interatividade entre docentes, discentes e tutores.

O curso de Direito faz uso da Agenda mensal em que publica as atividades que serão desenvolvidas durante o mês, ensalamento, além de dicas de leitura, filmes e aniversariantes do mês, divulgação de eventos, estágios, entre outros.

Na página da faculdade há um link de acesso à ouvidoria, onde tanto a comunidade acadêmica, como o público externo podem enviar suas demandas que serão analisadas e respondidas pela ouvidora, que visa agilizar a administração e aperfeiçoar o modelo administrativo e as ações institucionais.

Desta forma, a Faculdade Pan-Americana possibilita a transparência institucional. Através de canais diversificados de comunicação - impressos e virtuais - favorece o acesso por todos os segmentos da comunidade acadêmica.

É política da instituição ainda, a divulgação dos resultados das avaliações interna e externa e ouvidoria, pois a manifestação da comunidade, insumos úteis para a melhoria da qualidade institucional.

Av. Marechal Floriano Peixoto, 886 - Centro – Curitiba / PR - CEP 80.010-130

PARTE II - PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

DADOS GERAIS DO CURSO

Curso: DIREITO

Habilitação: Bacharelado

Modalidade: Ensino presencial

Número de vagas: 180 (oitenta) vagas anuais[9]

Turno: Matutino e Noturno

Acesso: Processo seletivo, transferência e *ex officio*[10]

---

[9] A oferta das vagas está fundamentada em estudos quantitativos e qualitativos, e em pesquisas com a comunidade acadêmica, de maneira que comprova a sua adequação à dimensão do corpo docente e às condições de infraestrutura física e tecnológica adotada pela Faculdade Pan-Americana de Administração e Direito para oferta do ensino e a pesquisa. Periodicamente serão elaborados estudos sobre o número de vagas.

[10] Anualmente são ofertadas 180 vagas anuais, em duas entradas semestrais de 90 vagas, divididas em dois turnos, cada qual com 45 vagas, que correspondem de maneira excelente à dimensão do corpo docente e às condições de infraestrutura da Instituição a partir dos estudos regulares realizados pelo NDE e Colegiado de Curso sobre o número de vagas.

O processo seletivo se dará nos termos do Edital e calendário a ser divulgado pela IES.O processo seletivo pode ser unificado, em seu conteúdo e execução, para todos os cursos da Faculdade, podendo utilizar-se, também, critérios de seleção diferenciados, conforme a natureza ou nível do curso ofertado, como por exemplo o processo seletivo por Análise Curricular, acompanhada ou não de entrevista do candidato ou Por meio de redação, acompanhada ou não de entrevista do candidato ou por meio de análise comprobatória de aprovação anterior em processo seletivo da Faculdade Pan-Americana de Administração e Direito. a Faculdade poderá utilizar como meio de seleção, de forma cumulativa ou alternativa ao processo seletivo, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Todos os processos seletivos terão editais específicos, com as normas aprovadas pelo Conselho Superior da Instituição.

O processo seletivo é aberto a candidatos que tenham concluído o ensino médio, ou equivalente, e tem por objetivo verificar sua formação e suas aptidões e classificá-los para o ingresso no curso de graduação.

As inscrições para o processo seletivo serão abertas em edital, no qual constam os cursos oferecidos com as respectivas vagas, os prazos de inscrição, a documentação exigida para a inscrição, a relação e as datas de aplicação dos instrumentos de avaliação, os critérios de classificação e as demais informações necessárias ao conhecimento do processo tanto para os cursos de graduação. Podem ainda ser exigidas dos candidatos a aprovação em testes de aptidões ou provas de habilidades específicas.

Os candidatos que informarem a existência de necessidades especiais, de acordo com o respectivo edital, terão assegurados condições adequadas à participação no processo seletivo.

É facultado a Faculdade, prever, no edital, a realização de nova fase ou de outro processo seletivo, se necessário, para preenchimento das vagas remanescentes, nos termos da legislação em vigor.

Sistema de matrícula: semestral

Carga horária

Integralização da Estrutura Curricular	Carga Horária em Horas-Relógio
Disciplinas obrigatórias	2940h
Atividades Complementares	200h
Trabalho de Conclusão de Curso	140h
Estágio Curricular Obrigatório	320h
Extensão curricular	400h
TOTAL GERAL	**4000h**
Disciplina Libras – optativa	60h
EaD (máx 20%)	**800h**

O processo seletivo para os cursos superiores abrange conhecimentos comuns às diversas formas da escolaridade do ensino médio, sem ultrapassar esse nível de complexidade, a serem avaliados na forma disciplinada pelo Conselho Superior da Instituição.
A classificação obtida é válida para matrícula no período de validade estabelecido no Edital, tornando-se nulos seus efeitos se o candidato classificado deixar de requerê-la ou, em o fazendo, não apresentar a documentação completa dentro dos prazos fixados pelo Edital.
A Faculdade poderá utilizar como forma de seleção, para ingresso nos cursos de graduação, o processo seletivo por meio de análise curricular, acompanhada ou não de entrevista do candidato ou outra forma que entender.
A Faculdade também poderá realizar processo seletivo para ingresso nos cursos de graduação pela análise comprobatória que certifique que o candidato foi anteriormente aprovado em processo seletivo da própria Faculdade.
A supervisão dos processos seletivos dos cursos é de responsabilidade do Diretor de Ensino de Faculdade.
Na hipótese de restarem vagas não preenchidas, poderão ser recebidos discentes transferidos de outro curso ou de outra Instituição, discentes portadores de diploma de curso superior e discentes remanescentes de outra opção do mesmo processo seletivo, nos termos da legislação vigente.
A faculdade pode utilizar-se das vagas remanescentes em seus cursos, oferecendo matrículas em suas disciplinas a acadêmicos especiais que demonstrarem capacidade para cursá-las com aproveitamento, mediante processo seletivo na forma disciplinada pelo Conselho Superior da Instituição.
Na hipótese de restarem vagas não preenchidas, poderão ser recebidos discentes transferidos de outro curso ou de outra Instituição, discentes portadores de diploma de curso superior e discentes remanescentes de outra opção do mesmo processo seletivo, nos termos da legislação vigente.
A Faculdade poderá não iniciar a oferta do curso de graduação, mesmo após a efetivação da matrícula inicial pelo estudante, nos casos nos quais o número mínimo de aluno, previsto previamente em edital, não for atingido, após comunicação aos interessados.

Duração do curso: o prazo mínimo de integralização é de 10 semestres – 5 anos e o prazo máximo de integralização é de 16 semestres - 8 (oito) anos

Local de funcionamento do curso: - SEDE **–** Av. Marechal Floriano Peixoto, nº 886 – Centro – CEP: 80010-130 – Curitiba/PR

Bases legais: Lei nº 9.394/1996 - estabelece as diretrizes e bases da educação nacional; Parecer CNE/CP n.º 95/1998 e Parecer CNE/CES nº 98/ 1999 - Assunto: Regulamentação de Processo Seletivo para acesso a cursos de graduação de Universidades, Centros Universitários e Instituições Isoladas de Ensino Superior. Diretrizes Curriculares dos Cursos de Direito - Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2018, do Conselho Nacional de Educação. Lei nº 9.795/1999 - Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Decreto nº 4.281/2002 - Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Resolução CNE/CP nº 01/2004 - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Decreto Federal nº 5.154/2004 -Regulamenta o § 2ºdo art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Portaria MEC nº 4.059/ 2004 – trata do art. 81º da Lei no 9.394/96, e do art. 1º do Decreto no 2.494/98; Decreto nº 5626/2005 – Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Resolução nº 1, de 05 de janeiro de 2021, do Conselho Nacional de Educação; Resolução CNE/CP 3/2007- Dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora aula, e dá outras providências; Lei 11.645/2008 - Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Lei 11.788/2008 - Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n 5.452, de 1o de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6o da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências; Lei 12.764, de 27 de dezembro de 2012 – Institui a política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista: e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Resolução nº 01, de 30 de maio de 2012 - Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em- Direitos Humanos. Lei nº 13.005/2014 - Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências; Lei nº 13.168/2015 - Altera a redação do § 1º do art. 47 da Lei nº 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Resolução n. 1, de 11 de março de 2016 – Estabelece Diretrizes e normas Nacionais para oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade à distância; Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017 – Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional; Portaria Normativa MEC nº 23, de 2017 que Dispõe sobre os fluxos dos processos de credenciamento e recredenciamento de instituições de educação superior e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos. Resolução nº 1, de 05 de janeiro de 2021, do Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares dos Cursos de Direito - Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2018, do Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/ES n. 7, de 18 de dezembro de 2018, Portaria MEC nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019. Parecer CNE/ CES nº 757/2020, da Câmara de

Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, de 10/12/2020, homologado pela Resolução n. 02 de 19 de abril de 2021.

Coordenação: Portaria IES n. 01 de 14 de maio de 2021 nomeação de ANA CRISTINA BARUFFI. Bacharel em Direito UFGD/Dourados/MS. Especialista em Metodologia do Ensino Superior Unigran/Dourados/MS. Mestre em Direito Processual Civil Unipar/Umuarama/PR. Especialização em Gestão Educacional (USP/ESALQ). E-mail: anacrisbaruffi@gmail.com Lattes: http://lattes.cnpq.br/3523701204265208

Coordenação Adjunta: Portaria IES n. 01 de 25 de janeiro de 2024 nomeação de GUSTAVO AFONSO MARTINS. Doutorando em Direito Empresarial e Cidadania pelo Centro Universitário Curitiba - UNICURITIBA. Mestre em Direito Empresarial e Cidadania pelo Centro Universitário Curitiba - UNICURITIBA. Curso em Direito Internacional Público e Direitos Humanos - organizado pelo Ius Gentium Conimbrigae - Centro de Direitos Humanos. Universidade de Coimbra-Pt. E-mail: Gustavoamartins.cwb@gmail.com Lattes: http://lattes.cnpq.br/1545196479301443

Composição atual Núcleo Docente Estruturante 2021-2024:

NOME	TITULAÇÃO	DEDICAÇÃO
ANA CRISTINA BARUFFI	Mestre	Integral
FÁBIO ANDRÉ GUARAGNI	Doutor	Parcial
MARIO LUIZ RAMIDOFF	Doutor	Parcial
JOSÉ MÁRIO TAFURI	Doutor	Integral
GUSTAVO AFONSO MARTINS	Doutor	Integral

Composição atual Colegiado de Curso 2021-2024:

NOME	TITULAÇÃO	DEDICAÇÃO
ANA CRISTINA BARUFFI	Mestre	Integral
EDIMAR BRÍGIDO	Doutor	Integral
ROSANGELA VARGAS CASSOLA	Doutora	Parcial
ADRIEL ROSCELI VAZ LUTH	Discente	
GUSTAVO ALFONSO ROCHA	Discente	

Relatório Social 2021-2023 e registros até 30/04/2024.

PARTE I

1. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

1.1 Políticas institucionais no âmbito do curso - Articulação Entre o Plano de Desenvolvimento Institucional e o Projeto Pedagógico do Curso

1.1.1 Políticas de Ensino

A Faculdade Pan-Americana entende que o acesso ao ensino superior aliado a outros elementos estruturais contribui para a promoção do desenvolvimento social, econômico, político e cultural da sociedade. A educação superior pode ser entendida como um espaço privilegiado para o conhecimento e a superação dos problemas regionais e locais, pois prepara pessoal qualificado para o desenvolvimento e o bem-estar social da população, como também, para o exercício da cidadania e da autonomia.

Nesse sentido, para que possa formar profissionais competentes, é preciso garantir um ambiente aberto e acolhedor da diversidade – é assim que os jovens aprendem mais e melhor a desenvolver ao máximo suas potencialidades-. Por isto é que, do próprio ponto de vista de seu desenvolvimento acadêmico e da educação que se propõe dar aos estudantes, a Faculdade Pan-Americana irá buscar, constantemente, mais inclusão e mais diversidade em suas unidades.

Em síntese, a política para o ensino preconizada pela Faculdade Pan-Americana implica, entre outras medidas, a adoção de currículos flexíveis, atualizados e mais condizentes com as mudanças da realidade mundial e regional, em que os saberes se inter-relacionem e se complementem por meio da utilização de modernas tecnologias de ensino.

Pretende-se atender a um maior número de estudantes visando a:

- aumentar a produção do conhecimento científico e formando profissionais mais atualizados, competentes e capazes de intervir na realidade local e regional;
- criar condições para a formação de profissionais policompetentes, analisando as demandas do mercado local e nacional, com vistas à sistematização de processos educativos problematizadores, contextualizadores, flexibilizadores e integralizadores;

Av. Marechal Floriano Peixoto, 886 - Centro – Curitiba / PR - CEP 80.010-130

- fortalecer a articulação da teoria com a prática, por meio de atividades acadêmicas (iniciação científica, extensão, estágios obrigatórios, atividades complementares);
- desenvolver a gestão acadêmica no que tange à dinâmica do processo ensino-aprendizagem em articulação com a Coordenação de Curso e demais órgãos colegiados;
- instituir de forma processual e sistemática após o reconhecimento do curso, regime semipresencial nos cursos de graduação, nos termos da legislação vigente;
- estimular o intercâmbio interinstitucional de docentes e discentes, em nível nacional e internacional;
- garantir a qualidade na execução de Programas e Cursos, atendendo às expectativas dos participantes e ampliando as suas possibilidades acesso ao mundo do trabalho.

A Faculdade Pan-Americana considera que a formação dos acadêmicos de graduação deve articular competência técnica e científica contemplando todas as dimensões do desenvolvimento humano. Além disso, contribuir para o desenvolvimento da sociedade em dinâmicas sociais e políticas. A busca desse perfil profissional deve integrar a formação técnica/científica com a formação humanística onde o aluno encontra-se no centro do processo de ensino aprendizagem com atuação crítica e participativa.

Dessa forma, o ensino de qualidade deve vislumbrar o aprendizado de conteúdos, formação de pessoas com valores humanos, com capacidade crítica de análise, precisão de comunicação e de resolução de problemas, e com autonomia para buscar e reconstruir o conhecimento.

Para tanto, foi necessário conceber um projeto pedagógico institucional com currículos mais flexíveis e atualizados com ferramentas que coloquem em movimento as diversas propostas para a formação do profissional cidadão, de modo que esses currículos estão em sintonia com as diretrizes curriculares nacionais e associados às novas metodologias de avaliação que levem em conta a compreensão do conhecimento científico, a habilidade para o trabalho prático, a criatividade e o trabalho individual e em equipe.

Nessa direção, torna-se imprescindível a interação da Faculdade com a comunidade interna e externa, principalmente, em relação aos demais níveis de ensino e aos segmentos organizados da sociedade civil, como expressão da qualidade social desejada para o cidadão a ser formado como profissional.

As políticas institucionais de ensino visam favorecer a formação de profissionais multicompetentes e empreendedores, com uma ampla visão crítica da realidade regional, com vistas a uma ação transformadora do mundo que os cerca.

Dessa forma, o ensino deve ser inter e transdisciplinar, admitindo, todavia, habilitações profissionais específicas e considerando que a base da atuação profissional deve se assentar em sólidos conhecimentos das diversas áreas, relacionadas com cada profissão.

A política de graduação da Faculdade para cursos de bacharelados, está assentada nas seguintes diretrizes:

- atualizar, adequar e redimensionar permanente dos seus cursos, visando atender às demandas sociais e do mercado;
- consolidar o processo de avaliação institucional interna dos cursos de graduação e promover a sua avaliação externa;
- realizar estudos que apontem alternativas de novos cursos, direcionados ao desenvolvimento técnico-científico e social da região de inserção;
- promover a permanente integração da graduação com as atividades da pós-graduação, de pesquisa/iniciação científica e de extensão;
- articular o ensino de graduação com programas voltados a contribuir para a reversão do quadro educacional do ensino básico;
- estudar e adotar novas formas de acesso, buscando a renovação do processo seletivo;
- ampliar e fortalecer as políticas de iniciação científica assim como outros programas especiais dirigidos ao aperfeiçoamento do alunado de graduação;
- implantar programa especial de orientação e acompanhamento acadêmico aos estudantes, desde seu ingresso até a conclusão do curso, com vista a aperfeiçoar sua participação e vivência universitária;
- incentivar a constituição de empresas júnior e outras iniciativas do gênero, fortalecendo seu caráter acadêmico e de extensão universitária;
- manter as instalações físicas dos laboratórios existentes em perfeitas condições de uso e propiciar o material de apoio necessário.

São estas políticas e diretrizes institucionais de ensino que orientam e balizam o Projeto Pedagógico do Curso de Direito, que desenvolve suas atividades de ensino, de forma

articulada, buscando uma vinculação com a extensão e a iniciação à pesquisa, garantindo que a atividade de ensino envolva a perspectiva da produção do conhecimento e sua contribuição social; que cada atividade de iniciação à pesquisa se articule com o conhecimento existente e seja vinculada com a melhoria da qualidade de vida da população; que cada atividade de extensão seja um espaço privilegiado no qual docentes, discentes e comunidade articulem a difusão e a produção do conhecimento acadêmico e do conhecimento popular, possibilitando uma percepção enriquecida dos problemas sociais, bem como suas soluções de forma solidária e responsável, destacando a realização das seguintes atividades:

- **Atividades de Nivelamento**, sempre que observada a necessidade ou dificuldade do discente de adaptação, na interpretação e produção de textos ou utilização dos instrumentos e ferramentas tecnológicas, será ofertado cursos de nivelamento compondo atividade extracurricular. O progresso na aprendizagem é único do acadêmico e por isso precisa ser respeitado. Na Faculdade Pan-Americana o acadêmico é acolhido. Não apenas um número. Por isso, na hipótese de dificuldade ou adaptação há o oferecimento de atividades de nivelamento.

- **Atualização Jurídica Permanente**, que se caracteriza pela realização regular de palestras proferidas pelos Professores da Instituição e por autoridades convidadas, visando à apresentação de temas atuais e pulsantes da Ciência do Direito, como forma de desenvolvimento do currículo, manter atualizado o conhecimento e de rever e aprofundar os conteúdos programáticos obrigatórios da Estrutura Curricular.

- **Monitoria**, que propicia aos acadêmicos desenvolver autonomia nos estudos, além de despertar o interesse pela docência, através do exercício da função de monitor. Promove a interação entre acadêmicos de diversos períodos, com atendimentos individuais ou em grupos, em dias e horários regulares, visando à elucidação, aprofundamento e discussão de conteúdos programáticos das disciplinas cursadas.

- **Orientação Técnica**, que se distingue pelo acompanhamento individual e em grupo de acadêmicos, selecionados mediante regras previstas em Edital, com o objetivo de desenvolvimento de habilidades que favoreçam o seu desempenho em provas de concursos público e/ou Exame de Ordem. É realizada parte através do formato de *coaching* (individual) e parte através de aulas dinâmicas de resolução de questões de provas, testes e concursos (grupos), visando à aplicação dos conhecimentos dos conteúdos programáticos à interpretação e à linguagem das questões.

As políticas institucionais estão em permanente atualização e/ou revisão no âmbito do Curso pelo NDE.

1.1.2 Políticas de Iniciação à Pesquisa

As grandes transformações na sociedade exigem um profissional atento e consciente da incompletude do seu conhecimento e com a capacidade de aprender permanentemente. Considerando que a pesquisa não constitui uma tarefa exclusiva de docentes, o Curso da Faculdade Pan-Americana procura definir suas linhas de pesquisa e áreas temáticas através do direcionamento para o desenvolvimento de programas de iniciação científica. Para o estímulo da produção, a instituição propõe como estratégia: realizar eventos de âmbito nacional e internacional, divulgar a produção científica, criar projetos de iniciação à pesquisa, apoiar a formação e consolidação dos grupos de iniciação à pesquisa.

A Faculdade Pan-Americana entende que a iniciação precoce na ciência é salutar, pois ela dá acesso a não aceitação de qualquer resposta pré-fabricada ou de qualquer certeza que esteja em contradição com os fatos. A iniciação científica conduz, nesse sentido, à formação da atitude científica do estudante que se reflete no desempenho do profissional capacitado a enfrentar os novos desafios, que são a tônica de um mundo globalizado e competitivo. A Faculdade Pan-Americana busca, com esta iniciativa, criar condições para que estudantes se transformem em pesquisadores.

Nos programas de iniciação científica, abertos às áreas do conhecimento que abrigam os cursos oferecidos pela Faculdade, os estudantes trabalham em seus projetos sob a orientação de um professor designado para tal.

As diretrizes que norteiam a política de iniciação científica da Faculdade são:

- incentivar a produção científica discente própria ou em colaboração com seus orientadores, visando à criatividade e a crítica;
- contribuir para o desenvolvimento de formas de pensamento que assegurem a sua clareza e o poder crítico, construtivo e independente;
- incentivar o estudante não só a observar a realidade, mas também a dialogar com ela e a agir sobre ela, por meio dos procedimentos que caracterizam o trabalho científico: o teste, a dúvida, o desafio que, por sua vez, desfazem a tendência meramente reprodutiva da aprendizagem;
- aprimorar o espírito analítico-crítico e desenvolver o espírito científico do estudante universitário;

- incrementar a participação dos estudantes em programas de iniciação científica, promovidos pela instituição;
- ampliar e fortalecer as atividades de iniciação científica, assim como outros programas especiais dirigidos ao aperfeiçoamento do alunado de graduação;
- subsidiar a iniciação científica por bolsas oferecidas aos estudantes, que consistem em ajuda de custo ou desconto na mensalidade da Faculdade.
- incentivar o estudante da graduação a dar continuidade aos seus estudos por meio de cursos de pós-graduação. A Instituição manterá regulamentadas as atividades de iniciação científica por meio de regulamento próprio, no qual apresentará as regras para que acadêmicos e professores possam participar do Programa de Iniciação Científica da Faculdade.
- constituir a pesquisa como um dos pilares da formação superior, garantindo condições amplas para a inserção de docentes e discentes nessa atividade;
- consolidar as linhas e os grupos de pesquisa existentes e efetivamente em funcionamento, reavaliando a pertinência social e acadêmica das pesquisas em desenvolvimento;
- desenvolver programas e projetos institucionais de pesquisa, incrementando parcerias com iniciativas com o setor público e privado, em âmbitos nacional e internacional;
- fortalecimento da divulgação de resultados da pesquisa produzida no âmbito da Faculdade, por meio de publicações em periódicos e outros formatos editoriais, bem como da promoção de eventos científicos.

Há ainda a Revista Acadêmica da Faculdade Pan-Americana de Administração e Direito https://periodicosfapad.emnuvens.com.br/gtp/index espaço para difusão de produção científica.

1.1.3 Políticas de Extensão

A extensão proporciona o desenvolvimento de atividades de natureza educativa, desportiva, artística e cultural, por meio de eventos. A Faculdade Pan-Americana promoverá ações comunitárias, em parceria com diversos atores sociais, efetivando uma troca sistemática de saberes, numa comunicação efetiva entre a Instituição e a sociedade.

Propõe como estratégia:

- ações de envolvimento e aproximação do alunado com a comunidade e incentivo à sua participação em projetos sociais,
- oferecimento de cursos de extensão aos acadêmicos e à comunidade,
- captação de recursos em fontes de fomento para projetos sociais,
- estágios curriculares e extracurriculares,
- Parcerias com órgãos públicos, empresas privadas e organizações do terceiro setor, que possam ser de interesse da comunidade em geral
- as atividades de prestação de assistência jurídica gratuita e conciliação, buscando a harmonia social e oferecendo orientação referente aos direitos e deveres do cidadão.

A LDB, no inciso VI, do artigo 43, estabelece como um dos objetivos do ensino superior "estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade".

Dessa forma, a extensão poderá também ser entendida enquanto serviço que a Faculdade Pan-Americana presta à sociedade, gerando alternativas de ação que atendam às reais expectativas e problemáticas da população.

É ainda um espaço fértil para o exercício e conquista da emancipação crítica tanto da comunidade acadêmica quanto da sociedade.

As diretrizes que norteiam a política de extensão da Faculdade Pan-Americana são:

- desenvolver a extensão em todos os cursos, como um dos instrumentos de formação profissional, por constituir-se em eixo de articulação entre o ensino e a iniciação científica;
- compreender os projetos de extensão como um conjunto de atividades de caráter educativo, cultural ou científico, desenvolvido a partir das coordenações de cada curso, por meio de ações sistematizadas, deliberadas pelo Conselho Superior;
- desenvolver eventos (cursos, fóruns, congressos, seminários, viagens, semanas acadêmicas, simpósios e outros) entendidos como atividades de caráter técnico, científico ou cultural, objetivando o acesso da comunidade às diversas áreas do conhecimento humano;
- priorizar projetos de relevância social que venham ao encontro das reais necessidades da sociedade, sobremodo das comunidades situadas próximas às instalações da

Faculdade Pan-Americana, de forma a que seja possível uma intervenção mais eficaz, bem como a mensuração dos resultados alcançados;

- priorizar projetos de natureza interdisciplinar que permitam a contextualização das ações em uma perspectiva global, buscando a transformação social;
- estabelecer parcerias com entidades e instituições da sociedade civil organizada e órgãos governamentais para a elaboração e execução de atividades de extensão;
- articular o ensino e a iniciação científica com as demandas sociais, referentes às áreas da educação, da gestão, da comunicação, do direito e das tecnologias da informação, buscando o comprometimento da comunidade acadêmica com os interesses e necessidades da sociedade;
- estabelecer um fluxo bidirecional entre o conhecimento acadêmico e o popular, buscando a produção de conhecimentos resultantes do confronto com a realidade e a democratização do conhecimento acadêmico;
- promover atividades de apoio e estímulo à organização, participação e desenvolvimento das comunidades, embasadas em princípios de autossustentabilidade e do empreendedorismo;
- buscar nas atividades de extensão subsídios para a reavaliação dos conteúdos programáticos das disciplinas e cursos.

O Curso de Direito, articulado com a política institucional de ensino, conta com os seguintes projetos de pesquisa e extensão:

- Combate ao Feminicídio
- Direito na Escola
- Direito e Cinema
- Desafios da Carreira Jurídica
- Direito em Debate
- Direito achado na internet
- Justiça no Bairro
- Oficinas OIT

1.2 Concepção, Vocação, Princípios e Objetivos do Curso

1.2.1 Concepção e Vocação do Curso de Direito

O Curso de Direito da Faculdade Pan-Americana pauta-se pela concepção desenvolvida a partir da Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2018, que instituiu as novas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito, seguida por suas atualizações até o ano de 2021.

As premissas, concepção e vocação do Projeto, levou em conta que o ambiente do ensino jurídico está saturado de cursos de Direito de diferentes níveis de qualidade, geralmente voltados para a formação genérica do bacharel que militará no contencioso, e identificam a boa qualidade como um objetivo.

O mercado dos grandes escritórios e grandes empresas e especialmente no setor público queixam-se da necessidade de formar seu profissional na própria empresa e da carência de um advogado mais ativo e conhecedor da atividade empresarial e das rotinas do serviço público, de modo que o bacharel formado com base em estruturas curriculares generalistas e unicamente dogmáticas não está habilitado para a compreensão de fenômenos econômico-sociais e administrativos inerentes às atividades jurídicas contemporâneas.

A formulação de políticas públicas, em diferentes setores nacionais, encontra grande limitação na ausência de capital humano capacitado para desempenhar atividades de criação e gestão destas, causando impacto direto na sociedade que em última instancia sofre as consequências da formação generalista, cuja pesquisa, o desenvolvimento, a difusão e a aplicação de novas metodologias de ensino produzem externalidades positivas para a educação jurídica nacional.

Para atender às premissas descritas, fez-se necessária uma reflexão sobre a estrutura curricular tradicional não só do ponto de vista do conteúdo, como também do redesenho de prioridades, da reorganização de títulos, da introdução de disciplinas correlatas ao Direito e de novas metodologias, que permitam uma maior interação do corpo discente. A reformulação proposta despertará no discente mais curiosidade intelectual, maior capacidade de crítica e de análise e mais liberdade na sua proposta de formação acadêmica e profissional.

1.2.2.Princípios norteadores da formação do profissional em direito

Consentâneo à missão, concepção e vocação estabelecidos, o curso é ancorado em um arranjo principiológico caracterizador de sua visão de ensino de excelência e valores

pretendidos na formação jurídica, à luz do PDI e das DCNs. Dentro de um contexto que vislumbre as dimensões locais, regionais, nacionais e internacionais, são os seguintes os princípios do curso de Direito:

a. Formação profissional crítica das relações existentes entre educação, trabalho e sociedade que possibilite o exercício da autorreflexão e busca de soluções aos problemas apresentados, analisando criativamente as situações impostas;
b. Formação democrática, com sólido embasamento teórico que permita compreender criticamente o Direito, os valores humanos e sociais, em sua concepção histórica, garantindo ao acadêmico acesso a aquisição de conhecimento, compreendido como decorrência da aprendizagem estabelecida na interação entre meio, discente e docente na qual este é o mediador do conhecimento;
c. Formação humanística, capaz de habilitar o profissional do Direito para o enfrentamento das transformações sociais e das organizações públicas e privadas, fundamentado num comportamento social ativo que supere as individualidades em prol da coletividade;
d. Formação jurídica que considera o ser humano indissociável nos seus diversos aspectos e valoriza a análise globalizante dos fenômenos organizacionais e sociais, respeitando a pluralidade de pensamento, entendendo o conflito de ideias como fecundo e importante para a formação pretendida;
e. Formação jurídica que preserve e exalte de forma global os valores morais, éticos, cívicos e cristãos, com a defesa do meio ambiente e respeito à dignidade de todos os indivíduos com vistas a aperfeiçoar a sociedade na busca do equilíbrio e do bem-estar do ser humano;
f. Formação jurídica, articulada entre teoria e prática, capaz de fomentar, com o uso da interdisciplinaridade um diálogo permanente com outras áreas do saber, por meio de questionamento, de confirmação, ou de complementação, de forma que disciplinas diferentes estimulem competências comuns;
g. Indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa compreendida na dimensão de iniciação científica e a extensão, bem como a articulação entre a graduação e a pós-graduação;
h. Investigação e iniciação científica, como dimensões de busca e produção do conhecimento, inspirada pelos docentes, desenvolvendo nas discentes habilidades para aprendizagem autônoma e dinâmica que resulte na capacidade de pensar, refletir, aprender a aprender, estabelecendo a

integração entre teoria e prática, criticando e argumentando de forma fundamentada.

A partir destes princípios vislumbra-se a formação de um bacharel em Direito apto a atuar como sujeito de desenvolvimento em uma sociedade democrática, ética e humanista. A estrutura e os conteúdos adotados exigem uma nova metodologia, em que a qualidade e o rigor do raciocínio jurídico são prioritários em relação ao esgotamento do conteúdo.

O curso é estruturado em quatro ciclos: (1) Formação Geral; 2) Formação Técnico-Jurídica; 3) Formação Prática e 4) Formação nas carreiras públicas (distribuídos nos 10 semestres).

A estrutura pensada, o conteúdo proposto e a metodologia a ser aplicada levam o aluno a ter noção global da existência dos diplomas normativos, ou seja, funcionam como um

mapa das normas e respectivos temas por onde poderá mover-se, pois terá recebido instrumental analítico que o capacita a enfrentar problemas jurídicos com rigor e criatividade interpretativa e nexialista.

10 - Comparativo Direito

11 - Organização curricular Eixos

1.2.3 Objetivos gerais e específicos

Os objetivos do Curso de Direito implementados encontram-se pautados no perfil do egresso, estrutura curricular com ações educacionais ativas, capazes de acolher as novas práticas emergentes no campo do direito, com atenção especial ao uso das novas tecnologias e características locais e regionais, atendendo a DCN 5/2018, demonstrado a seguir.

O curso é diferenciado, pois dedica-se, especialmente, à formação de bacharéis em direito com vistas a preparação para as carreiras públicas. E o faz por entender que há uma demanda no ensino jurídico com um olhar diferenciado na formação do bacharel em direito que deseja seguir as carreiras públicas.

Para atender ao proposto no PPC, estabeleceu os seguintes objetivos gerais e específicos a partir do estabelecido nos artigos 3º e 4º da DCN 5/2018.

1) Estimular a criação intelectual e o desenvolvimento do espírito científico, a fim de contribuir para a formação de um projeto local de inteligência jurídica;

2) Formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento no campo do Direito e em áreas correlatas a fim de atender as demandas da sociedade,

capazes de atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira e colaborar para sua formação contínua;

3) Promover e praticar o estudo do Direito e os impactos sofridos da tecnologia;

4) Conduzir o ensino do Direito integrando-o a outros campos de saber e em sintonia com novas demandas da sociedade, para propiciar aos formandos inserção em novos segmentos profissionais;

5) Promover a divulgação de conhecimentos em Direito por meio de publicações ou de outras formas de comunicação;

6) Manter intercâmbio com instituições de ensino e pesquisa nacionais ou estrangeiras;

7) Estimular o conhecimento e o debate da atualidade em uma visão global, dando ênfase a questões nacionais e regionais;

8) Prestar serviços especializados à comunidade, a fim de manter relações de reciprocidade, como fonte de atualização de seu magistério e de suas pesquisas.

9) Contribuir com a sociedade na formação de diplomados com habilidades e competências cognitivas, instrumentais e interpessoais para o exercício da prática jurídica.

10) Priorizar a organização curricular atendendo as DCNs para cursos de graduação em Direito, de formar para a observação da flexibilidade, interdisciplinaridade, contextualização e atualização permanente frente às demandas da área jurídica;

11) Oportunizar o acesso democrático ao ensino jurídico de qualidade, que atenda as demandas sociais de Curitiba e região, considerando o grande número de egressos do ensino médio que almejam cursar Direito;

12) Valorizar o processo de leitura analítica do conhecimento da Ciência Jurídica, sua aplicabilidade na formação acadêmica, profissional e pessoal, despertando o senso ético e crítico, o discernimento e a participação como fatores determinantes para as transformações na busca do bem comum;

13) Realizar e incentivar a investigação sociojurídica como instrumento de renovação e formação problematizadora do Direito, articulando-os a campos de saber correlatos.

14) Propiciar aos Acadêmicos o conhecimento dos princípios, fundamentos, disposições e aplicações do Direito, subsidiando as transformações formais na atual concepção de Estado.

15) Ofertar uma sólida formação humanística e interdisciplinar, com a perspectiva de uma formação teórica de base crítico-reflexiva.

16) Formar bacharéis em Direito aptos a atuar na pacificação dos conflitos sociojurídicos, com cultura do diálogo e o uso de MCSC priorizando a utilização de mecanismos extrajudiciais, considerando a pluralidade e a complexidade cultural, social e econômica, privilegiando o ensino, a pesquisa (iniciação científica) e a extensão;

17) Contribuir para o desenvolvimento local e regional, reconhecendo e fazendo reconhecer os valores sociais, políticos, éticos e culturais fundados no sentido da justiça necessários à vida em sociedade.

18) Oportunizar aos acadêmicos, por meio da iniciação científica, do TCC, atividades de extensão, das atividades complementares, da prática jurídica e de atividades interdisciplinares, condições de se especializarem nos diversos saberes do Direito.

19) Esclarecer o conjunto de fatores que condicionam os processos de ensino e aprendizagem do Direito, a fim de enfrentar as novas exigências de uma cultura institucional e acadêmica.

20) Capacitar o profissional para o domínio das competências básicas e espírito crítico-reflexivo tais como argumentação, comunicação, interpretação, exposição, negociação, redação, julgamento, tomada de decisões, por meio de análise da legislação, doutrina e jurisprudência, oferecendo subsídios para que o bacharel reflita, aprenda, intérprete e aplique o conhecimento de forma a compreender e buscar soluções adequadas para as questões jurídicas da sociedade.

21) Estabelecer a interpretação e aplicação do Direito de maneira teleológica e sistematizada, integrada a aspectos interdisciplinares, que permitam o raciocínio lógico-jurídico acrescido de ferramentas tecnológicas de aprimoramento da compreensão e aplicação das ciências jurídicas.

22) Atender as demandas regionais e locais, principalmente, no que se refere aos novos problemas encontrados na sociedade e aos direitos humanos e demais aspectos socioeconômicos alcançados em uma abordagem transversal.

23) Conduzir a comunidade acadêmica e não acadêmica para a compreensão da necessidade de erradicação das desigualdades sociais, como garantia comum do Estado Democrático de Direito.

24) Formar bacharéis aptos a operar o Direito em todo contexto profissional, de forma ética e comprometida com o desenvolvimento local, regional e nacional sustentável, com valorização máxima da dimensão humana do ser.

Nesse desiderato, o perfil do curso abrange o conjunto de competências e habilidades normativas exigidas, visando alcançar a formação humana, social e generalista do bacharel em Ciências Jurídicas apto ao ingresso no mercado de trabalho na sociedade presencial e digital, e, assim exercer a atividade profissional com competência, qualidade e excelência.

Para alcançar os objetivos, de um lado, redefiniu-se o processo de ensino-aprendizagem no curso de Direito mediante a adoção de técnicas participativas que proporcionam uma pedagogia ativa e dinâmica, com o uso da sala de aula invertida e o uso conjunto da sala de aula presencial e o ambiente virtual de aprendizagem e, de outro, estimular uma cultura acadêmica em que o aprendizado seja pautado pela participação e pelo envolvimento constante dos estudantes, considerados como sujeitos autônomos e capazes de construir suas próprias ferramentas de compreensão de seu objeto de estudo, isto é, do Direito.

Desta forma seus objetivos estão atrelados ao contexto educacional, sociopolítico-econômico, bem como à sistemática do arranjo curricular verificada neste PPC, o que ressalta a coerência entre toda a estrutura didático-pedagógica característica do Curso de Direito da Faculdade Pan-Americana e sinaliza por novas práticas emergentes no campo do conhecimento relacionado ao curso.

1.3 Perfil Profissional do Egresso

O perfil do graduando e do egresso na Faculdade Pan-Americana é sistematizado a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais, do seu Projeto Pedagógico Institucional e da sua filosofia de ensino, atendendo à factual responsabilidade social e à demanda regional, bem como do mundo transnacionalizado.

Para atingir esse desiderato o egresso, orientado a desenvolver aptidão para aprendizagem autônoma e dinâmica, deverá possuir conhecimento profissional que se apoia na reflexão técnico-jurídica e principalmente na compreensão situacional dos problemas que envolvem a sociedade. Assim, acredita estar contribuindo para uma formação de excelência dos seus acadêmicos, oferecendo todas as condições objetivas para que o currículo seja desenvolvido com qualidade, valorizando as dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão.

A Faculdade Pan-Americana dedica-se, especialmente, à formação de administradores e bacharéis em direito com vistas a preparação para as carreiras públicas. Portanto, busca formar um profissional diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção no mercado de trabalho. Policompetentes, capazes de analisar as demandas do mercado local e nacional, imbuídos de valores humanísticos, de realizar transformações sociais, preparando técnicos éticos, críticos, conscientes e comprometidos com o serviço público escolhido e do seu papel no desenvolvimento da sociedade brasileira.

Durante a etapa de formação, o Acadêmico do Direito é orientado ao desenvolvimento de competências que convertam o arcabouço teórico em domínio de ações voltadas à solução de situações complexas, tais como: identificar os pontos relevantes de um problema, mobilizar os recursos disponíveis para a sua solução tomando decisões ou realizando os encaminhamentos necessários à solução de problemas tradicionais do direito como separações e divórcio, guarda, adoção, rescisão de contrato de trabalho, distrato, contratos, execução de títulos, crimes contra a vida, crimes tributários, licitações, e os novos desafios jurídicos tais como: Inteligência Artificial aplicada ao Direito, Justiça 4.0, Juízo 100% Digital, Balcão Digital., Núcleos de Justiça 4.0. Acessibilidade. Usabilidade, (Re)soluções Inovadoras, Digitalização de Processos Judiciais, Legaltech, Tecnologias Disruptivas, Economia Digital, Ética Digital, Lei Geral de Proteção de Dados (Cível e Penal) entre outros temas.

Para a aplicação prática da proposta curricular, visando à formação do Acadêmico por meio de uma aprendizagem autônoma e dinâmica, é necessário seu envolvimento com atividades de classe e extraclasse, nas três perspectivas formativas, com as seguintes atividades formativas obrigatórias organizadas para formar as competências necessárias divididas em três grandes áreas: formação geral (CHT 525h), formação técnica-jurídica (CHT 2030h disciplinas e CHT 160H de Oficinas obrigatórias); prática jurídica (CHT 140h Trabalho de conclusão de curso, CHT 320h de Estágio curricular obrigatório); Disciplinas optativas eletivas (CHT 225h); Atividades complementares (CHT 200h) e Atividades de extensão curricular 10% da carga horária (CHT 400h)

Estas atividades vão compreender e exigir, em resumo: saber pensar, escutar, aprender, ensinar, lidar com a diversidade inerente aos grupos sociais, para que ao se tornar profissional possa tomar decisões, ser autônomo e responsável e estar permanentemente

compromissado com a ética e o desenvolvimento, tendo como referência a concepção social e a crítica da ciência jurídica, com domínio da comunicação oral e escrita e a interpretação e aplicação dos princípios e regras do sistema jurídico nacional e internacional, em especial os ligados a direitos humanos, em casos concretos; capacidade de desenvolver pensamento crítico e avaliativo, identificar e resolver problemas em grupo e individualmente, pois compreende as relações socioeconômica, política e cultural, realizando uma constante análise da sociedade contemporânea, com olhar especial para os aspectos locais e regionais para a preservação do meio ambiente e do patrimônio cultural do Estado do Paraná, em particular da Região de Curitiba e seu entorno, visando o desenvolvimento local e regional sustentável; envolvimento com as classes sociais e jurídicas e, por fim, a aptidão para superar os desafios impostos pelas rápidas transformações da sociedade, do sistema jurídico, das relações interpessoais e do uso de novas tecnologias, dominando-as e buscando novos métodos para manter-se atualizado na permanente compreensão e aplicação do Direito.

Cada componente curricular, quando da oferta, deve destacar em seu plano de ensino, quais destas competências e habilidades espera-se terem sido desenvolvidas ao término.

I - interpretar e aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira e comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas;

II - demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas;

III - demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão;

IV - dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito;

V - adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicos com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito;

VI - desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos;

VII - compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;

VIII - atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;

IX - utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas;

X - aceitar a diversidade e o pluralismo cultural;

XI - compreender o impacto das novas tecnologias na área jurídica;

XII - possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito;

XIII - desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar;

XIV - apreender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.

Outros – descrever:

Aos predicados intelectuais do bacharel em Direito devem corresponder também uma nova atitude e aptidão moral que o recoloquem nos centros de decisão, na área pública, como protagonista capaz de atender às demandas presentes na sociedade em que se insere o curso da Faculdade Pan-Americana, desenvolvido na cidade de Curitiba – PR, o qual, para além de demandas regionalizadas, deve responder a pautas nacionais e internacionais.

Neste sentido, o perfil profissional proposto e previsto no PPC, encontra-se em sintonia com as DCNs para o curso de Direito, expressa de forma clara e precisa as competências desejadas e, se articula com as necessidades locais, regionais e mundiais, e às novas demandas apresentadas pelo mundo do trabalho, atingindo assim as competências e habilidades descritas no Art. 4º, da Resolução n. 5 de 17 de dezembro de 2018.

A partir deste perfil, o egresso estará apto a atuar em diversas áreas profissionais, com destaque para: Profissões públicas- Magistratura, Ministério Público, Advocacia, Procuradorias, Cartórios e cargos jurídicos em órgãos do executivo, judiciário e legislativo federal, estaduais e municipais; Profissões na área privada: Advocacia, Assessoria jurídica, cargos técnicos em empresas e no Terceiro Setor.

A Faculdade Pan-Americana tem consciência de que sua responsabilidade vai além da oferta de formação inicial, compreendendo ser de grande relevância que sua relação com os acadêmicos não se encerre com o término do curso de graduação, mas que prossiga, embora de forma diferenciada.

A manutenção do vínculo entre o egresso e a Faculdade Pan-Americana torna-se necessária, pois representa para o egresso um meio de progresso acadêmico, encontrando incentivo para estudar e produzir, alargando, aprofundando e atualizando seus conhecimentos. Para a Instituição, o enriquecimento acadêmico, também, é sem igual, pois se articulam conhecimentos consolidados em sua prática de ensino, pesquisa e extensão com as vivências trazidas pelos seus egressos, conforme as experiências adquiridas em meio à

prática profissional, propiciando mecanismos de suporte ao discente nas escolhas e caminho a ser percorrido.

Para a manutenção deste vínculo e articulação, aos egressos são oferecidos descontos especiais para a Pós-graduação, como forma de incentivo à Educação Continuada. Também são convidados a participar do Programa de Avaliação Institucional da Faculdade Pan-Americana, conferindo importantes indicadores, por meio de depoimentos e avaliação escrita – questionário próprio da Comissão Própria de Avaliação (CPA). Na identificação de potencialidades e fragilidades da IES, o Programa reestrutura-se com vistas à constante qualidade dos serviços prestados ao referido público. Também poderão participar da monitoria do NPJ enquanto se aprimora nos cursos de extensão de preparação as carreiras públicas, sobretudo aquelas que demandas a comprovação de prática forense.

Neste sentido, perfil do egresso previsto no PPC está de acordo com as DCN Art. 4º, da Resolução n. 5 de 17 de dezembro de 2018, expressa as competências a serem desenvolvidas pelo discente durante a jornada do curso, e atende e articula com necessidades locais e regionais, sendo ampliado em função de novas demandas apresentadas pelo mundo do trabalho.

O NDE tem ciência de que o perfil profissional do egresso deve estar em sintonia com as novas demandas e exigências da sociedade, como as promovidas pela pandemia do Covid 19, que demandou novas habilidades aos profissionais do direito, em particular o domínio da informática e do direito e tecnologias. Neste sentido, há previsão, por parte do NDE, de planejamento, acompanhamento, avaliação e atualização, quando necessário, do perfil profissional do egresso do curso de Direito da Faculdade Pan-Americana.

1.4 Estrutura Curricular

O curso de Direito apresenta uma organização curricular verticalizada e articulada entre os componentes curriculares.

Considerada na sua concepção a flexibilidade na complementação da formação, a interdisciplinaridade no ensino, a iniciação científica, a extensão, a acessibilidade metodológica visando não criar barreiras ao aprendizado e a compatibilidade da carga horária total, evidenciam objetivamente os momentos obrigatórios de articulação entre teoria e prática e a harmonização evolutiva dos componentes curriculares.

O processo de formação de educandos para a qualificação em ciências jurídicas na Faculdade Pan-Americana tem o fito de capacitá-los para atuar na defesa da sociedade, na resolução de conflitos e na tutela dos direitos, no qual todos os envolvidos no processo do

ensino-aprendizado formularão suas ações a partir do eixo central que visa a tutela da coletividade, priorizando a realização da decidibilidade com justiça plena pautado na moderna hermenêutica e no avanço argumentativo exigido para as carreiras públicas no interesse do bem comum. Este processo de capacitação é feito a partir de cinco verbos: CONHECER, APRENDER, ANALISAR, AVALIAR e APLICAR, explicitados no PPC (a progressão na jornada permite a articulação entre os componentes curriculares, a conexão entre teoria e prática e a interdisciplinaridade).

Sua construção foi estabelecida e respaldada no PDI/PPI e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a graduação em Direito (Resolução n. 5 de 17 de dezembro de 2018) em particular o previsto no art. 5º, contemplando integralmente as perspectivas de formação geral, técnico jurídico e prático-profissional e uma especial, inovadora, a formação para as carreiras públicas, este com disciplinas práticas e eletivas específicas.

Desconhece-se em Curitiba e região outro curso de Direito que se dedica à formação para as carreiras públicas. E esta escolha inovadora se dá por entender que há uma demanda no ensino jurídico com um olhar diferenciado na formação do bacharel em direito que deseja seguir as carreiras públicas.

Igualmente foram observadas as demais normas previstas pelo SINAES para garantia da qualidade dos cursos de graduação.

O Processo de construção da matriz curricular considerou disciplinas que atendem as especificidades da concepção do curso, seus objetivos e perfil desejado do egresso, pautadas nos eixos estruturantes que articulam os conteúdos teóricos gerais e saberes específicos da área de formação com a prática e resolução de problemas, com abordagem de conteúdos pertinentes às políticas de educação ambiental, de educação em direitos humanos e de educação das relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena de maneira específica ou transversal (apresentado na tabela 8 do PPC).

Considerou também os efeitos da pandemia do Covid-19 que criou formas inovadoras de comunicação e acesso à justiça, exigindo novas habilidades necessárias ao profissional do direito, em particular o domínio digital do direito e as novas tecnologias aplicadas, particularmente da audiência e processo virtual, tanto nas unidades de formação técnico-jurídicas como também nas unidades práticas, dentro do Núcleo de Prática Jurídica.

As Unidades Curriculares foram organizadas com complexidade crescente, para que o aprendizado seja de forma progressiva, gradual e natural, resultando no conhecimento global dos assuntos inerentes às profissões jurídicas. Da mesma forma foram consideradas em relação à atualização da área. A carga horária das unidades curriculares também está adequada ao curso proposto, que possui 4.000h relógio.

As Unidades Curriculares foram concebidas mediante estudos e debates dos membros do Núcleo Docente Estruturante (NDE) com a participação/colaboração dos docentes já comprometidos em integrar o colegiado de curso.

1.4.1 Atividades obrigatórias

O Curso de Direito se propõe a desenvolver um ensino superior de qualidade, em todas as suas dimensões, que se reflete na sólida formação do aluno, visando à sua contínua adaptação às novas necessidades sociais, com foco nas carreiras jurídicas.

Para atender a este propósito, prevê em seu projeto pedagógico as atividades obrigatórias que atendem as especificidades da concepção do curso, seus objetivos e perfil desejado do egresso, pautadas nos eixos estruturantes que articulam os conteúdos teóricos gerais e saberes específicos da área de formação com a prática. Com a carga horária total de 4.000 horas relógio, possui as seguintes atividades obrigatórias:

Disciplinas formativas obrigatórias, organizadas para formar as competências necessárias divididas em três grandes áreas: formação geral (CHT 525h), formação técnica-jurídica (CHT 2030h disciplinas e CHT 160H de Oficinas obrigatórias); prática jurídica (CHT 140h Trabalho de conclusão de curso, CHT 320h de Estágio curricular obrigatório).

Disciplinas optativas eletivas (CHT 225h)

Atividades complementares (CHT 200h)

Atividades de extensão curricular 10% da carga horária a ser realizada presencialmente (CHT 400h)

Registra-se que as atividades complementares e estágio curricular obrigatório somam 20% da CHT do curso, atendendo a DCN 5/2018. O estágio curricular obrigatório é cumprido 100% presencialmente, assim como a extensão curricular que corresponde a 10% da CHT do curso. Estas três atividades obrigatórias juntas somam 23% da carga horária total do curso.

1.4.2 A Articulação dos componentes curriculares e da teoria com a prática

A estrutura curricular proposta pelo NDE e amadurecida no coletivo de docentes, considerando as três perspectivas formativas, visa proporcionar acessibilidade metodológica e permitir a articulação entre os componentes curriculares, a iniciação científica e as práticas de extensão, bem como o atendimento aos requisitos legais.

A fim de atingir esse objetivo, o curso foi estruturado em 4 ciclos[11] distribuídos nos 10 semestres:

Tabela 1 – Ciclo e Percentual

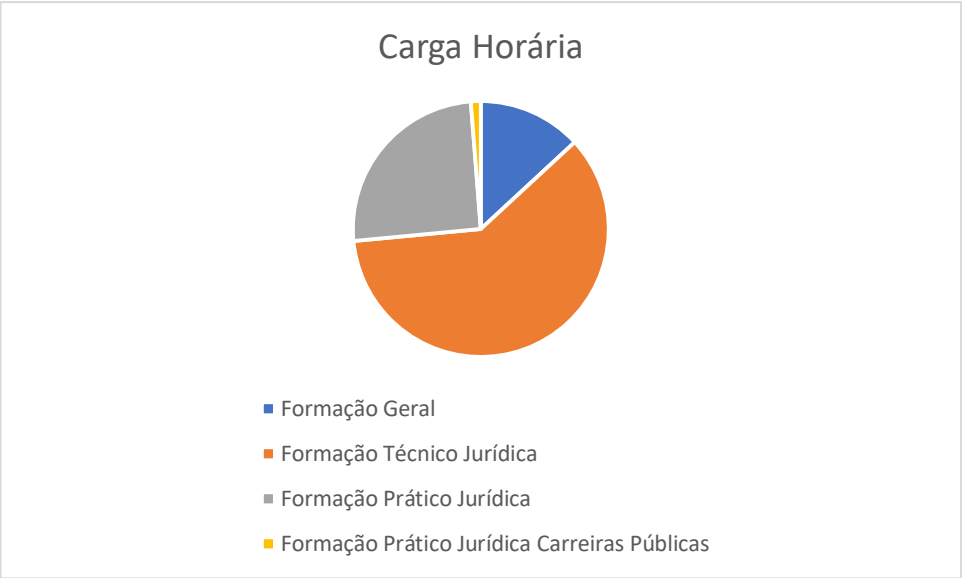


Tabela 2 – Descritivo dos Ciclos

Categoria	Disciplina	Período	Carga Horária
Formação Geral	Teoria do Direito	1	45
Formação Geral	História do Direito e Direito Comparado	1	30
Formação Geral	Metodologia da Pesquisa	1	30
Formação Geral	Filosofia Geral	1	30
Formação Geral	Filosofia do Direito	2	60
Formação Geral	Sociologia Jurídica	2	30
Formação Geral	Ciência Política e Teoria do Estado	2	45

[11] 1) Formação Fundamental; 2) Formação Profissional; 3) Formação Prática e 4) Formação nas carreiras públicas.

Av. Marechal Floriano Peixoto, 886 - Centro – Curitiba / PR - CEP 80.010-130

Formação Geral	Teoria da Constituição e direitos fundamentais	2	30
Formação Geral	Linguagem Jurídica	3	60
Formação Geral	Antropologia Jurídica	3	30
Formação Geral	Teoria Geral do Processo	3	45
Formação Geral	Lógica e Argumentação Jurídica	4	45
Formação Geral	Hermeneutica Jurídica	5	45
Formação Técnico Jurídica	Direito Civil I: Parte Geral I	1	60
Formação Técnico Jurídica	Direito Penal I	1	60
Formação Técnico Jurídica	Economia Política	1	45
Formação Técnico Jurídica	Direito Civil: Obrigações e Responsabilidade Civil	2	60
Formação Técnico Jurídica	Direito Penal II	2	60
Formação Técnico Jurídica	Direito Constitucional I	3	60
Formação Técnico Jurídica	Direito Penal III	3	60
Formação Técnico Jurídica	Empreendedorismo Jurídico, Contabilidade e gestão na advocacia	3	30
Formação Técnico Jurídica	Direito, Tecnologia e Inovação	3	30
Formação Técnico Jurídica	Direito Civil: Contratos I	4	45
Formação Técnico Jurídica	Direito Processual Civil I	4	60
Formação Técnico Jurídica	Direito Constitucional II	4	60
Formação Técnico Jurídica	Direito do Consumidor	4	45
Formação Técnico Jurídica	Direito Penal IV	4	60
Formação Técnico Jurídica	Direito Processual Civil II	5	60
Formação Técnico Jurídica	Direio Administrativo I	5	60
Formação Técnico Jurídica	Direito do Trabalho I	5	60

Av. Marechal Floriano Peixoto, 886 - Centro – Curitiba / PR - CEP 80.010-130

Formação Técnico Jurídica	Criminologia	5	45
Formação Técnico Jurídica	Direito Processual Penal I	5	60
Formação Técnico Jurídica	Métodos Adequados de Solução de Conflitos	5	30
Formação Técnico Jurídica	Direito Empresarial I	6	60
Formação Técnico Jurídica	Direito Processual Civil III	6	60
Formação Técnico Jurídica	Direito Administrativo II	6	60
Formação Técnico Jurídica	Direito do Trabalho II	6	60
Formação Técnico Jurídica	Direito Civil: Contratos II	6	45
Formação Técnico Jurídica	Direito Processual Penal II	6	45
Formação Técnico Jurídica	Direito Processual do Trabalho	7	60
Formação Técnico Jurídica	Direito Internacional Público	7	45
Formação Técnico Jurídica	Direito Previdenciário	7	30
Formação Técnico Jurídica	Direito Civil: Coisas	7	45
Formação Técnico Jurídica	Direito Econômico	8	30
Formação Técnico Jurídica	Direito Financeiro e Tributário I	8	45
Formação Técnico Jurídica	Direito Internacional Privado	8	45
Formação Técnico Jurídica	Políticas Públicas	8	30
Formação Técnico Jurídica	Direito Civil: Família	8	45
Formação Técnico Jurídica	Análise Econômica do Direito	9	30
Formação Técnico Jurídica	Direito Financeiro e Tributário II	9	45
Formação Técnico Jurídica	Ética Profissional	9	30
Formação Técnico Jurídica	Direito Empresarial II	9	60
Formação Técnico Jurídica	Direito Civil: Sucessões	9	30
Formação Técnico Jurídica	Criminalística	9	15

Formação Técnico Jurídica	Direito Ambiental	10	15
Formação Técnico Jurídica	Direito Processual Coletivo	10	15
Formação Técnico Jurídica	Direitos Humanos	10	35
Formação Técnico Jurídica	Disciplina Optativa	1	60
Formação Técnico Jurídica	Disciplina Optativa	2	30
Formação Técnico Jurídica	Disciplina Optativa	7	30
Formação Técnico Jurídica	Disciplina Optativa	10	60
Formação Técnico Jurídica	Disciplina Optativa	10	45
Formação Técnico Jurídica	Oficinas	1	20
Formação Técnico Jurídica	Oficinas	2	20
Formação Técnico Jurídica	Oficinas	3	20
Formação Técnico Jurídica	Oficinas	4	20
Formação Técnico Jurídica	Oficinas	7	30
Formação Técnico Jurídica	Oficinas	8	16
Formação Técnico Jurídica	Oficinas	9	10
Formação Técnico Jurídica	Oficinas	10	24
Formação Prático Jurídica	Prática e Clínica Jurídica Cível I	6	30
Formação Prático Jurídica	Prática e clínica Jurídica Penal I	7	30
Formação Prático Jurídica	Prática e Clínica Jurídica Cível II	7	30
Formação Prático Jurídica	Estágio Curricular Supervisionado I	7	30
Formação Prático Jurídica	Prática e clínica Jurídica Penal II	8	30
Formação Prático Jurídica	Prática e clínica Jurídica Trabalho	8	30
Formação Prático Jurídica	Estágio Curricular Supervisionado II	8	30
Formação Prático Jurídica	Estágio Curricular Supervisionado III	9	30

Av. Marechal Floriano Peixoto, 886 - Centro – Curitiba / PR - CEP 80.010-130

Formação Prático Jurídica	Estágio Curricular Supervisionado IV	10	30
Formação Prático Jurídica	Trabalho de Conclusão de Curso I	8	70
Formação Prático Jurídica	Trabalho de Conclusão de Curso II	9	70
Formação Prático Jurídica	Atividades Complementares		200
Formação Prático Jurídica	Atividades de Extensão curricular		400
Formação Prático Jurídica Carreiras Públicas	Prática e clínica Advocacia Pública	9	15
Formação Prático Jurídica Carreiras Públicas	Prática e clínica Ministério Público	10	20
Formação Prático Jurídica Carreiras Públicas	Prática e clínica Magistratura	10	15
			4000

Tabela 3 – Carga Horária e percentual das atividades obrigatórias

Atividades obrigatórias	Carga horária	Percentual
Totais	**4000**	**100**
Disciplinas formação geral	525	13,15
Disciplinas Tecnica-jurídica	2040	51
Oficinas	160	4
Disciplinas prática jurídica TCC	140	3,5
Disciplinas prática jurídica Estágio	260	6,5
Disciplinas prática jurídica Carreiras Públicas	50	1,25
Disciplinas optativas eletivas	225	5,6
Atividades complementares	200	5
Atividades de extensão curricular	400	10

Há também o incentivo desde o primeiro semestre para a realização de atividades complementares.

FACULDADE PAN

e-MEC
ACESSE JÁ!
Consulte aqui o cadastro da Instituição no Sistema e-MEC

As disciplinas de formação geral, a partir do segundo ano, cedem lugar às disciplinas da perspectiva técnico-jurídica e às disciplinas da perspectiva prático-profissional (núcleo obrigatório flexível) com os estágios curriculares (prática jurídica e estágio curricular supervisionado), direito e tecnologias e Trabalho de conclusão de curso (TCC) estas se desenvolvendo de forma concomitante e concatenada nos dois últimos anos, com a perspectiva técnico-jurídica.

Esse processo de campos interligados (perspectivas formativas) cria uma visão menos compartimentada do conhecimento, o que em outras palavras se entende por multidisciplinaridade e interdisciplinaridade.

Com o desenvolvimento do conteúdo teórico no mesmo espaço temporal dos conteúdos prático-profissionais e realização de atividades complementares e extensionistas curriculares, fica estabelecida naturalmente uma das formas propostas para a articulação necessária entre teoria e prática.

A estrutura curricular evidencia também, de forma explicita a articulação entre teoria e prática ao considerar seu entrecruzamento no fluxo curricular com a divisão da carga horária das disciplinas nas três perspectivas formativas, indicando o quantitativo destinando, conforme o caso, no contexto dos componentes curriculares

A jornada

1 Conhecer

o Direito e sua complexidade.
Nos primeiros semestre o discente é instigado a ingressar no apaixonante mundo do Direito e das profissões jurídicas. A sólida formação técnico-jurídica se dá em diálogo entre as diversas expressões do conhecimento filosófico e humanístico, das ciências sociais envolvendo saberes de áreas formativas. Saber pensar, escutar, aprender, lidar com a diversidade inerente aos grupos sociais...
Conhecer e identificar que o Direito está em todas as relações.

2 Aprender

Que o direito possui uma linguagem própria e que as palavras são a ferramenta de trabalho do profissional do direito. A mensagem precisa ser clara, precisa, técnica, com propriedade, riqueza de vocabulário e raciocínio lógico-interpretativo.
Leitura, interpretação e compreensão para que ser possível a correta aplicação das normas jurídicas. O Direito será resultado da argumentação de persuasão e de reflexão crítica, habilidades a serem desenvolvidas nesta fase.

3 Analisar

Que cada relação jurídica tem suas especificidades, características, resultados e soluções ímpares. Neste momento a jornada da formação perpassa pelas mais diversas áreas do direito, orientadas pela Constituição. Além do enfoque dogmático, o conhecimento e a aplicação são estudados sistematicamente e contextualizados de acordo com a sua evolução e aplicação às mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais, sem desconsiderar as relações internacionais. Neste fase, se reconhecem as demandas individuais e sociais, para ter consciência dos problemas de seu tempo e de seu espaço.

4 Avaliar

A partir do domínio do conteúdo do ordenamento jurídico vigente, ciente e consciente das demandas sociais, é o momento de avaliar e equacionar problemas e buscar soluções.
A partir do contato com as disciplinas processuais, busca-se nesta fase desenvolver a capacidade enxergar, analisar os problemas e suas formas de solução, consequencias jurídicas e aplicar formas judiciais e extrajudiciais de prevenção e solução de conflitos individuais e coletivos, com olhar especial para a prevenção.

5 Aplicar

Nos últimos semestres, o pensamento crítico e avaliativo é provocado novamente pelo TCC, além dos estudos referentes ao letramento digital, práticas remotas mediadas por tecnologias de informação e comunicação na aplicação do direito aos casos concretos no Estágio Supervisionado. A capacidade de trabalhar em equipe disciplinar e interdisciplinar é vivenciada no NPJ para resolver as demandas sociais reais, ainda que muitas acontecidas no virtual, no diálogo entre direito e tecnologia, interação com o Meio Ambiente e os os desafios impostos pelas rápidas transformações da sociedade, do sistema jurídico, das relações interpessoais e do uso de novas tecnologias, em especial a digitalização do direito e provocação do Poder Judiciário, reconhecendo-se como agente de transformação social, qualificado para a vida, trabalho e cidadania.

ao desenvolvimento de atividades teóricas e práticas como se percebe na tabela da matriz curricular.

Os eixos de formação geral e técnico-jurídica tem nas disciplinas que os integram parte de sua carga horária destinada à prática para realização de atividades prático-profissionais e resolução de problemas, letramento digital e solução de conflitos. De igual forma, parte da carga horária dos componentes do eixo prático-profissional é destinada à formação teórica (geral e técnico-jurídica) necessária para o exercício das atividades jurídicas.

Ainda na perspectiva de interação entre teoria e prática, é dada especial ênfase aos métodos consensuais de solução de litígios nas disciplinas processuais, nas práticas e no estágio supervisionado, promovendo no eixo de formação teórico-prático a valorização da cultura de pacificação e de solução de conflitos, também no âmbito da governança pública, com objetivo de formar o discente para atuar como agente de transformação social, atentos às demandas sociais e o alto impacto de questões referentes ao direito financeiro nas contas públicas e as demandas digitais.

1.4.3 A flexibilidade na estrutura curricular

A Faculdade Pan-Americana considera que a formação dos acadêmicos de graduação não deve voltar-se apenas à perspectiva de uma profissionalização restrita e técnica, mas deve articular competência técnica e científica contemplando todas as dimensões do desenvolvimento humano e a busca desse perfil profissional deve integrar a formação técnica/científica com a formação humanística onde o aluno encontra-se no centro do processo de ensino aprendizagem com atuação crítica e participativa.

Dessa forma, o ensino de qualidade proposto deve vislumbrar o aprendizado de conteúdos, de valores humanos, com capacidade crítica de análise, precisão de comunicação e de resolução de problemas, criatividade, capacidade de trabalho individual e em equipe, e com autonomia para buscar e reconstruir o conhecimento, competências que demandam uma estrutura curricular flexível e inclusiva capaz de atender a esses objetivos.

Nessa direção, o conceito de flexibilização curricular proposto remete às palavras “qualidade”, “inclusão”, “inovação”, “não tradicional”, “não rígido”, “não homogêneo”, “dinâmico”, “movimento”, conceitos presentes na construção da Matriz Curricular. Assim pensado, a flexibilização curricular permite aos estudantes participarem da construção dos seus currículos, incentivando a produção de conhecimento diversificado e interdisciplinar e aproveitem atividades como oficinas, atividades de extensão, minicursos, palestras, seminários, iniciação científica, monitoria, estágio não obrigatório, atividades

complementares à formação acadêmica, disciplinas optativas eletivas e representação estudantil como créditos para sua formação.

O PPC considera a flexibilidade na estrutura curricular alcançando-a através:

a) do respeito e valorização da diversidade dos alunos e de suas necessidades de aprendizagem e interesses profissionais, com estratégias pedagógicas inclusivas;

b) da oferta de disciplinas optativas eletivas e atividades complementares que expressem a articulação da concepção político pedagógica do curso, objetivos e perfil profissional do egresso;

a) do aproveitamento de disciplinas realizadas em outras Instituições, como valorização dos projetos individuais dos acadêmicos;

b) da oferta de disciplinas institucionais no formato EAD;

c) da maior interatividade on-line nas disciplinas presenciais;

d) da utilização dos créditos cumpridos em programas de Internacionalização para integralização curricular do aluno no Curso, como respeito à diversidade de conhecimentos e experiências;

e) da curricularização da extensão, processo interdisciplinar, político-educacional, cultural, científico e tecnológico que promove a interação transformadora entre a Faculdade, o Curso de Direito e os outros setores da sociedade, por meio da construção, aplicação e troca de saberes, em articulação permanente com o ensino e a iniciação científica;

f) da definição e atualização constante do rol de disciplinas optativas, incluindo LIBRAS;

g) da oferta de Oficinas, grupos de estudos, cursos extracurriculares, projetos de ação voluntária, empresas-júnior;

h) do trabalho de Conclusão de Curso, dentre outros.

Os semestres para oferta das disciplinas optativas eletivas foram definidos considerando o desenvolvimento de competências e habilidades que propiciem maior segurança ao acadêmico no momento de dar o direcionamento individualizado ao seu currículo. E o papel reservado às disciplinas optativas eletivas atua como indutor de renovação de conteúdos e métodos, favorecendo a presença de temas e abordagens contemporâneos. Além disso, induz também a incorporação das inovações desenvolvidas pelos docentes nos

campos da pós-graduação, iniciação científica e extensão, de modo que possa reforçar efeitos também no âmbito da formação de graduação. Entre as disciplinas optativas há a oferta de LIBRAS.

Serve também, para garantir a flexibilidade na formação de saberes do egresso, servindo também como incentivo à construção do currículo - no contexto das atividades complementares.

A autonomia e liberdade na escolha e desenvolvimento da pesquisa para realização do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e o cumprimento das Atividades Complementares, assim como a participação nas atividades de iniciação científica e de extensão, igualmente garante a flexibilidade curricular permitindo que o Acadêmico desenvolva seu TCC na área que entende mais adequada para seu aprofundamento teórico-prático profissional e desenvolva atividades de extensão e pesquisa em campos correlatos aos seus interesses profissionais.

A flexibilidade curricular é garantida nas oficinas, na extensão curricular e nas atividades complementares, a partir das escolhas dos acadêmicos em relação aos projetos a serem desenvolvidos e atividades que desejam atender.

As oficinas, que permeiam o curso, são espaços dedicados à entrega de conteúdos voltados ao desenvolvimento de habilidades e competências – hard and soft skills. Também é possível desenvolver networking entre os acadêmicos e convidados. Uma inovação do curso.

A certificação e/ou validação das atividades de flexibilização curricular estão a cargo da Coordenação do Curso.

1.4.4 A interdisciplinaridade na estrutura curricular

A interdisciplinaridade será buscada em todos os eixos do tripé acadêmico (ensino, pesquisa e extensão). Na estrutura curricular será alcançada:

a) Por meio de **atividade integradora** realizadas no desenvolvimento de uma das disciplinas de cada semestre letivo e pelas oficinas que acontecem durante o curso. A disciplina selecionada para esse fim possui em sua carga horária – na matriz curricular – a determinação de horas destinadas à interdisciplinaridade. Esse procedimento visa articular dentro do semestre os conteúdos vistos em cada disciplina, evitando assim, a fragmentação de saberes. As atividades integradoras serão prioritariamente de caráter prático-profissional voltadas para resolução de problemas. A interdisciplinaridade, assim concebida no PPC, garante melhor articulação entre os componentes curriculares. Essas atividades práticas integradoras serão definidas no plano de ensino da disciplina.

b) Na **transversalidade dos conteúdos e temas** de Educação em Direitos Humanos, de Políticas de Educação Ambiental, de Educação para a terceira idade, de educação em políticas de gênero, de educação das relações étnico-raciais e história e cultura afro-brasileira, africana e indígena. Também será buscada por ocasião da realização de atividades de estudo e práticas nas disciplinas do eixo de formação geral e teórico-jurídico (a exemplo de temas específicos como direito digital, ou correlacionados como família e empresarial, consumidor e LGPD, direito processual e novas tecnologias), por ocasião da realização de atividades de estudo e práticas nas disciplinas de outros cursos da IES que se comunicam na realização das Atividades Complementares e Atividades de extensão curricular.
c) No **aproveitamento de estudos** – como atividades complementares ou como disciplinas optativas – de disciplinas realizadas em outros cursos da IES ou de IES externas.
d) Pelas **atividades de extensão curricular**.
e) Pelas **oficinas**

1.5 Conteúdos Curriculares

Os conteúdos curriculares previstos no PPC promovem o efetivo desenvolvimento do perfil profissional do egresso, consideram a atualização da área, a adequação das cargas horárias (em horas-relógio), a adequação da bibliografia, a acessibilidade metodológica, a abordagem de conteúdos pertinentes às políticas de educação ambiental, de educação em direitos humanos e de educação das relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, são diferenciados diferenciam o curso dentro da área profissional e induzem o contato com conhecimento recente e inovador, como é demonstrado a seguir.

Na elaboração da estrutura curricular, procurou-se considerar as afinidades entre os conteúdos ofertados a cada semestre, de sorte que a formação do aluno ocorra de maneira gradual, integrada e natural, sem uma ruptura entre os eixos de formação fundamental, profissional e prática e o eixo de formação específico para as carreiras públicas (um diferencial do curso de Direito da Faculdade Pan-Americana). Da mesma forma foram consideradas em relação à atualização da área e as novas demandas da sociedade. O processo de capacitação é feito a partir de cinco verbos: CONHECER, APRENDER, ANALISAR, AVALIAR e APLICAR.

Assim, os saberes produzidos nas disciplinas de formação geral alicerçam o conhecimento a respeito do fenômeno jurídico e da compreensão do direito enquanto técnica social de resolução de conflitos.

Nesse sentido, a matriz curricular traz um encadeamento sequencial ao longo dos semestres, iniciando-se com disciplinas de formação geral (propedêuticas), que visam "integrar o estudante no campo, estabelecendo as relações do Direito com outras áreas do saber", passando pela formação técnico jurídica (direito material e processual), que inclui conteúdos de enfoque dogmático, devidamente contextualizados em relação ao ambiente em que se inserem, e, por fim, a formação prático-profissional (estágio supervisionado, trabalho de curso), que tem por escopo a integração entre prática profissional e os conteúdos apreendidos nos outros dois eixos. As perspectivas ético-filosóficas, técnico-teóricas, prático-profissionais e científicas caminham de forma indissociável para a plena formação dos futuros juristas.

Segue acompanhado, em toda a jornada por oficinas e atividades de extensão curricular que permitem estudar o Direito sistematicamente e contextualizados e sua aplicação às mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais do Brasil e suas relações internacionais.

As oficinas são espaços dedicados à entrega de conteúdos voltados ao desenvolvimento de habilidades e competências – hard and soft skills. Uma inovação do curso.

Ao todo, são 85 componentes curriculares obrigatórios distribuídos entre os 10 semestres (incluídos AC e AE). A carga horária definida para cada componente curricular levou em consideração o conteúdo a ser trabalhado (horas teóricas, práticas, interdisciplinares e de extensão, se aplicado) sendo adequado ao que se propõe. A bibliografia básica e complementar indicada, conforme relatório de adequação bibliográfica, além de adequada é atual.

Os componentes curriculares e seu conteúdo contemplam as exigências referentes ao desenvolvimento das habilidades e formação das competências necessárias para que se alcance o perfil do profissional desejado. Esses conteúdos são estudados de forma contextualizada com o ambiente social, cultural, econômico e político e em práticas que contemplem metodologias ativas.

Os conteúdos curriculares contemplam também a acessibilidade metodológica. É entendida como condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, de diferentes metodologias que favoreçam o processo de aprendizagem no presencial e no EaD.

Neste sentido, a acessibilidade metodológica dos componentes curriculares se dá pela experiência prática que os docentes possuem, pois permite com mais efetividade realizar a articulação da teoria com a prática, ter contato com conhecimento recente e inovador visto a constante atualização dos docentes (que além da experiência profissional são também pesquisadores) que assim promovem o efetivo desenvolvimento do perfil profissional do egresso.

Pelo exposto, os conteúdos curriculares diferenciam o curso dentro da área profissional. Eles induzem o discente a ter noção global da existência dos diplomas normativos, ou seja, funcionam como um mapa das normas e respectivos temas por onde poderá mover-se, pois terá recebido instrumental analítico que o capacita a enfrentar problemas jurídicos com rigor e criatividade interpretativa e nexialista. Assim, promovem o efetivo desenvolvimento do perfil profissional do egresso e atualizado.

Periodicamente são revistos com o objetivo de atualizar os conteúdos propostos para estarem de acordo com as discussões contemporâneas do Direito e evolução legislativa e/ou jurisprudencial e com as Diretrizes Curriculares para o curso de Direito.

1.5.1 Educação Ambiental

Considerando a Resolução CNE/CP N° 2/2012, que "Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental", e demais normativas da área, a Faculdade Pan-Americana incorpora a seus princípios e valores educativos a dimensão ambiental, entendendo-a como substrato sobre o qual o conhecimento emerge em suas múltiplas faces. A Política Nacional de Educação Ambiental perpassa todos os níveis e modalidades do processo de ensino-aprendizagem e articula-se à consolidação dos direitos e deveres inerentes à cidadania, porquanto o cuidado com o meio ambiente está diretamente relacionado ao respeito pelo outro e por si mesmo.

A Educação Ambiental, respeitando a autonomia da dinâmica escolar e acadêmica, deve ser desenvolvida como uma prática educativa integrada e interdisciplinar, contínua e permanente, em todas as fases, etapas, níveis e modalidades, não devendo, como regra, ser implantada como disciplina ou componente curricular específico.

Considerando que a Educação Ambiental é atividade intencional da prática social, que deve imprimir ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, visando potencializar essa atividade humana com a finalidade de torná-la plena de prática social e de ética ambiental, fica patente que o tema é absolutamente pertinente às discussões típicas da graduação em Direito. Exatamente por ser a área do conhecimento na qual são recorrentes as temáticas relacionadas às limitações da ação do homem com o meio ambiente, e do Estado em face da premissa do desenvolvimento econômico e social.

Desse modo, a Educação Ambiental é apresentada de modo combinado, sendo conteúdo da disciplina Direito Ambiental, onde são bem detalhados os princípios da Educação Ambiental, sendo tratado também como assunto transversal de outras disciplinas a saber Direitos, Desenvolvimento e Sustentabilidade, Bioética e Biodireito e Gestão Pública.

A Educação Ambiental também será tratada como assunto transversal de projetos e programas de extensão, onde ações sociais serão periodicamente promovidas visando à conscientização e à revisão de valores em todos os impactos ambientais ligados ao consumo.

1.5.2 Educação das Relações Etnico-raciais e Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena

Com a finalidade de "promover a educação de cidadãos atuantes e conscientes no seio da sociedade multicultural e pluriétnica do Brasil", conforme preconiza a legislação vigente (BRASIL, 2004), a matriz curricular do curso de Direito apresenta a inclusão de conteúdos relativos à diversidade étnica brasileira, os quais são trabalhados de duas maneiras: como conteúdo específico na disciplina Sociologia Jurídica e Antropologia Jurídica, quando é estudado o conteúdo relações interétnicas e interculturais, e como matéria/tema transversal das disciplinas Direito Civil I – oportunidade em que é feito também o estudo sobre povos indígenas –, Direito Penal, quando é estudado o crime de racismo. Há também a previsão da oferta da disciplina optativa Relações Étnico-Raciais na Educação e Educação Indígena.

1.5.3 Educação em Direitos Humanos

A legislação vigente dispõe que a Educação em Direitos Humanos, de modo transversal, deverá ser considerada na construção dos Projetos Político - Pedagógicos (PPP); dos Regimentos; dos Planos de Desenvolvimento Institucionais (PDI); dos Programas Pedagógicos de Curso (PPC) das Instituições de Educação Superior; dos materiais didáticos e pedagógicos; do modelo de ensino, pesquisa e extensão; de gestão, bem como dos diferentes processos de avaliação.

Direitos Humanos e LGPD é tema transversal de todas as unidades curriculares da Estrutura Curricular do Curso de Direito, em especial nas disciplinas de "Direitos, Desenvolvimento e Sustentabilidade", História do Direito, Teoria do Direito, Sociologia Jurídica, Antropologia Jurídica, Teoria da Constituição e Direitos Fundamentais, Direito Constitucional, Direitos Humanos, ECA e Estatuto do Idoso e Direito Penal e Processual Penal.

A Faculdade Pan-Americana inova ao realizar abordagem do conteúdo dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estabelecidos pela ONU, compromissados pelo Brasil na Agenda 2030[12], tema transversal em todas as unidades curriculares, e do Protocolo

[12] Mais informações: https://brasil.un.org/pt-br/sdgs A título de conhecimento, compreender os aspectos jurídicos da Agenda 2030 é um dos compromissos da Faculdade Pan-Americana. Em 2022 foi desenvolvido

da Perspectiva de Gênero, tema extremamente importante para o operador do direito, visto que obrigatório o atendimento no Poder Judiciário, e de conteúdo sobre empreendedorismo, inovação e tecnologia, políticas públicas e conteúdo específico para as carreiras públicas.

1.5.4 Disciplinas Optativas Eletivas

A flexibilização curricular está fundamentada no PDI por mecanismos presentes no currículo do curso de Direito que se consolidam por meio de disciplinas optativas eletivas, atividades complementares à formação acadêmica, iniciação científica, projetos de extensão.

A inclusão de disciplinas optativas eletivas na matriz curricular, - aquelas que devem, obrigatoriamente, serem cursadas no rol de optativas para a integralização curricular,- além da flexibilização curricular, objetiva, também, proporcionar autonomia ao estudante na construção do seu percurso acadêmico, enriquecendo e ampliando o currículo; oportunizar a vivência teórico-prática de disciplinas específicas em outros cursos da IES que pertencem à mesma área ou área afim; e, possibilitar a ampliação de conhecimentos teórico-práticos que aprimorem a qualificação acadêmico-profissional.

Assim posto, tais componentes flexibilizam o currículo, propiciando, como um elemento comprovadamente inovador, a organização de trajetórias individuais de formação. Essas atividades permitem ao discente o contato com conhecimentos que transcendam os programas disciplinares, o que viabiliza vivências voltadas ao mundo da ciência e do trabalho, tendo em vista a busca da sua autonomia acadêmica ao efetuar escolhas que permitem a organização de trajetórias individuais no decorrer da formação profissional.

Para tanto, a matriz curricular apresenta um rol de disciplinas optativas que atendem a esta característica de inserção social e autonomia na trajetória acadêmica.

O cumprimento de disciplinas optativas visa a complementação, flexibilidade e interdisciplinaridade curricular e visam cumprimento das Atividades Complementares ou quando necessárias para integração curricular.

Dentre as medidas inclusivas aplicadas pela IES, o ensino de LIBRAS tem recebido atenção especial, em duas perspectivas: a oportunidade de cada docente empreender, como formação continuada, um curso instrumental de LIBRAS, tornando-se mais autônomo e com práticas pedagógicas mais efetivas e adequadas às necessidades de seus alunos; e,

---

curso de extensão especificamente sobre o tema, disponível para acesso no YouTube institucional. https://www.youtube.com/@faculdadepan-americana9137 – link direto: https://youtu.be/q6iq-qJ06bw e https://youtu.be/kLNokDbyxZ8

observando a exigência do cumprimento de Atividades Complementares, os alunos são estimulados a contemplar uma disciplina de LIBRAS, dentre as atividades de sua escolha.

1.5.5 A acessibilidade na execução da estrutura curricular

A acessibilidade metodológica, conforme informa o documento orientador das comissões de avaliação in loco na página 23 é caracterizada pela:

> *Ausência de barreiras nas metodologias e técnicas de estudo. Está relacionada diretamente à concepção subjacente à atuação docente: a forma como os professores concebem conhecimento, aprendizagem, avaliação e inclusão educacional irá determinar, ou não, a remoção das barreiras pedagógicas.*

À guisa das políticas institucionais previstas no PDI/PPI Faculdade Pan-Americana e na legislação vigente, conforme já assinalado, a acessibilidade metodológica é observada no presente PPC entendida como condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, de diferentes metodologias que favoreçam o processo de aprendizagem no presencial como no EaD. As atividades desenvolvidas devem observar as necessidades individuais e os diferentes ritmos e estilos de aprendizagem dos estudantes.

Sua implantação na execução da matriz curricular ocorrerá por meio de três frentes: cultura organizacional inclusiva, transversalidade temática e meios e procedimentos voltados a atender o público-alvo da educação especial superior.

A cultura organizacional inclusiva e transversalidade temática estão diretamente relacionadas com a acessibilidade pedagógica e atitudinal sendo consideradas neste projeto como necessárias à acessibilidade metodológica.

A cultura organizacional inclusiva é concebida aqui pela constante formação/conscientização do corpo docente para a utilização de métodos de ensino que atendam as diversas necessidades de seus alunos visando o melhor aprendizado, mediante a flexibilização de sua metodologia de ensino e uso de metodologias ativas. E ainda uma conscientização voltada a construir em sala de aula uma consciência inclusiva vinculada à educação em direitos humanos.

A transversalidade temática acontece pela discussão interna no desenvolvimento dos componentes curriculares eleitos para esse fim, voltados conforme informa o citado documento nas p. 68 para *"[...] a cultura do respeito à diversidade, considerando os diferentes*

perfis educacionais presentes na perspectiva inclusiva [...] que será alcançada igualmente na tratativa das questões relacionadas a direitos humanos".

Por fim, os meios e procedimentos voltados a atender o público-alvo da educação especial superior seguem as políticas institucionais previstas no PDI tornando o ensino acessível a todos os alunos portadores de necessidades especiais respeitando as suas características e condições individuais.

A acessibilidade metodológica também se dá pelo uso da linguagem. O Direito tem sua própria linguagem, rotineira dos operadores do direito, novas aos discentes. Busca-se estabelecer bons padrões de comunicação entre alunos e professores, dialogada para familiarização e compreensão do Direito e enriquecimento vocabular. Além da linguagem verbal e escrita, a linguagem visual – com uso dos infográficos por exemplo – é uma forma de ampliação da compreensão por parte do aluno.

A acessibilidade metodológica se dá pela experiência prática que os docentes possuem e as atividades de extensão curricular, pois permite com mais efetividade realizar a articulação da teoria com a prática.

A acessibilidade metodológica se dá pela presença do tutor que acompanhará o discente em seus estudos individuais, sendo um facilitador no processo de ensino aprendizagem. O tutor auxilia na familiarização do uso do AVA.

A acessibilidade metodológica, instrumental e comunicacional do Ambiente virtual de Aprendizagem do Curso de Direito se concretiza ao ser uma plataforma de fácil usabilidade e navegação consistente e previsível, munida de ferramentas como VLibras, aumento de letra, contraste por exemplo. Tomou-se o cuidado na escolha do template de construção do curso, de criar uma trilha de aprendizado de fácil compreensão e o uso de linguagem acessível.

Destaca-se que àquele que, com necessidades especiais ou não, apresentar dificuldades, caso seja solicitado, a IES está comprometida desde o acesso até a conclusão do curso a proporcionar todo o apoio necessário conforme previsão do PDI, com a oferta de aulas de nivelamento e a impressão de material por exemplo, com plano de contingência claramente definido. O NPAS é o setor responsável por acompanhar e atendê-los.

Visando atender alunos portadores de necessidade especiais relativas à audição e à fala a IES promove curso de LIBRAS para os professores a fim de atender esses alunos. Na ausência de habilidades do professor, monitores aptos em libras serão escalados nas turmas conforme necessidade.

A disciplina de Linguagem Brasileira de Sinais – LIBRAS é ofertada, na matriz curricular, como disciplina optativa, estando também disponível a todos os alunos no formato a distância.

Havendo a necessidade de material impresso em braile o mesmo poderá ser disponibilizado pela IES ao aluno. O material será produzido através do programa Braile Fácil 4.0[13] criado pelos professores José Antonio Borges, Geraldo José Chagas Jr, Júlio Tadeu Carvalho da Silveira no Projeto Dosvox do Laboratório de Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologia Assistiva e Núcleo de Computação Eletrônica do Instituto Tércio Pacitti de Aplicações e Pesquisas Computacionais da UFRJ, que proporciona a transcrição de todo material didático. Outras condições especiais são providenciadas em função das demandas que eventualmente surjam.

Como já salientado anteriormente o atendimento à educação especial está garantido, em todos os sentidos, com serviços de apoio especializados voltados a eliminar as barreiras que possam obstruir o processo de escolarização de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, autismo, altas habilidades ou superdotação, especialmente pela atuação do Núcleo de Apoio ao Discente (NAD) e do Núcleo de Inclusão, Direitos Humanos e Acessibilidade (NIDA) da IES.

O procedimento a ser adotado para efetivação do atendimento especializado segue protocolo específico: i. Chegando ao conhecimento da coordenação do curso, via professor ou pelo contato direto do acadêmico e/ou familiares quanto à necessidade de atendimento especializado, esta fará o encaminhamento para NIDA da IES; ii. Após o atendimento, o NIDA informará a coordenação do curso quais medidas especificas devem ser adotadas para que seja atendida a acessibilidade metodológica; iii. A coordenação com apoio do NDE, juntamente com os professores das disciplinas implementará as ações, que constarão dos planos de ensino.

1.5.6 A curricularização da extensão universitária e a iniciação científica na estrutura curricular

Nos termos da Resolução MEC/CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, a extensão

> *"[...] é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora*

[13] http://intervox.nce.ufrj.br/brfacil/

entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa".

Como se observa, a extensão é um componente indissociável da educação em nível de graduação, fundamental para promover o aluno como protagonista de sua formação acadêmica, voltada à obtenção de competências necessárias à atuação profissional e à formação cidadã, contribuindo para que se reconheça como agente de transformação social.

Nesse aspecto, considera-se extensão universitária o processo educativo cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e interdisciplinar para viabilizar a relação transformadora entre a faculdade e a sociedade através da troca de conhecimentos acadêmicos e populares.

Conforme exige o art. 2º, §3º, da Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2018, as atividades de ensino dos cursos de Direito devem estar articuladas às atividades de extensão e de iniciação à pesquisa, compreendendo-se que a pesquisa e extensão complementam-se no viés estruturante do projeto pedagógico por meio de programas de extensão e projetos de pesquisa atrelados à realidade social.

Atendendo ao disposto no art. 7º, da mencionada resolução, as atividades curriculares de extensão terão como diretriz a aproximação profissional de forma que articulem o aprimoramento e a inovação de vivências relativas ao campo de formação profissional e de formação cidadã.

Nesse aspecto, serão abordados assuntos de relevo social como Direito Humanos, cidadania, direito das pessoas com deficiência, combate à violência contra a mulher, assistência social, Direito do consumidor, Direito do trabalho, proteção à criança e ao adolescente, direito ambiental, racismo e antirracismo, microempreendedor individual, entre outros.

Atendendo as necessidades da comunidade e de atualização e inovação constante do PPC, outros assuntos poderão ser considerados mediante apresentação de proposta ao Colegiado e NDE do curso.

Assim, a extensão no curso de direito está compreendida **em dois formatos**:

Num primeiro, a extensão está **vinculada à estrutura curricular** como unidade curricular específica com atividades desenvolvidas em projetos que integrem o projeto geral da IES, do curso de Direito ou dentro das disciplinas.

Num segundo, será **desenvolvida em projetos que não integram o projeto geral da IES** na realização de extensão sendo o aproveitamento destas atividades consideradas no cômputo das atividades complementares, conforme consta do regulamento.

O formato e o planejamento das atividades de extensão são mediados pela Coordenação e NDE. Quando compreendidas nas Unidades Curriculares específicas constará do respectivo plano de ensino e, ficará a cargo do professor da disciplina que seguirá as sugestões do NDE e deliberações do Colegiado do curso.

Buscando manter as ações de extensão no âmbito do curso voltadas para as necessidades locais e regionais, os professores poderão apresentar projetos de extensão extracurriculares cuja realização será submetida ao juízo de aprovação da IES se envolver custos.

No curso de Direito, a extensão curricular inicia-se a partir do segundo período. A escolha se deve em razão do amadurecimento dos conceitos básicos do mundo jurídico e que permite uma participação mais efetiva do acadêmico e maior contribuição social à comunidade em que o Curso está inserido.

A carga horária das atividades de extensão curricular é de 10% da carga horária total do curso de Direito, ou seja, 400h. A escolha pelo NDE por este quantum em relação a carga horária se deve pela compreensão que a atividade de extensão se apresentou como um excelente espaço não apenas de aprendizagem jurídica, mas do (re)conhecimento do papel do acadêmico na sociedade como um agente de mudança social. Para melhor elucidação, apresenta-se um projeto de extensão de projeto geral do Curso e específico de uma unidade curricular: o "Direito na Escola" e "Pelo fim da violência contra a mulher", em desenvolvimento na disciplina de Direito Penal III.

Para participação no projeto Direito na Escola há uma seleção entre os acadêmicos. O tema da palestra – sempre com viés jurídico - é definido pelo Colégio ou escola que receberá a palestra. Os acadêmicos, orientados por um professor, desenvolvem uma palestra de 50 minutos com uso de ferramentas e técnicas de interação. Foram alguns temas: "Direito em nossa vida", "Direitos do consumidor" e "Meu primeiro emprego". Deste projeto, surgiram outros dois (que são organizados pelos acadêmicos): PanNews (com 3 edições) e MinutoPan (em desenvolvimento)

No projeto "Pelo fim da violência contra a mulher", a partir dos conteúdos apreendidos em sala de aula na disciplina de Direito Penal III, os acadêmicos criaram materiais educativos para orientação da sociedade em geral com objetivo de transformar vidas. A motivação para desenvolvimento do projeto foram os dados publicados pelo Tribunal de Justiça do Paraná no ano de 2023.1[14] discutidos em sala.

[14] Segundo o Tribunal de Justiça do Paraná, no ano de 2022, o Estado do Paraná registrou mais de 44 mil casos de violência contra a mulher. Destes, 274 casos de feminicídio conforme dados emitidos pelo Ministério Público do Paraná. Os números registrados são maiores que os anteriores, em 30%. 2019: 42.843 registros; 2020: 43.038 registros e 2021: 42.539 registros.

O material educativo foi entregue pelos próprios acadêmicos em diversos pontos da cidade de Curitiba.

As atividades de extensão se mostraram também um excelente momento de integração entre os acadêmicos de todos os períodos. Os encontros acontecem no turno curricular, com um dia dedicado às atividades extensionistas - ou em turno diverso – conforme calendário.

1.5.7 Matriz curricular

Observadas as três perspectivas curriculares, acrescido de atividades complementares e disciplinas optativa eletivas e atividades de extensão, o curso totaliza **4.000 horas relógio**, divididas conforme se observa no quadro a seguir:

Formação Geral	Formação técnico jurídica	Estágio Curricular Obrigatório	Trabalho Conclusão Curso	Atividades complementares	Atividade de cultura e extensão	Optativa Eletiva	**Oficinas**	
525	2030	320	140	200	400	225	160	**4000**

Tabela 4 – Eixo de Formação Geral

Categoria	Disciplina	Período	Carga Horária
Formação Geral	Teoria do Direito	1	45
Formação Geral	História do Direito e Direito Comparado	1	30
Formação Geral	Metodologia da Pesquisa	1	30
Formação Geral	Filosofia Geral	1	30
Formação Geral	Filosofia do Direito	2	60
Formação Geral	Sociologia Jurídica	2	30
Formação Geral	Ciência Política e Teoria do Estado	2	45
Formação Geral	Teoria da Constituição e direitos fundamentais	2	30
Formação Geral	Linguagem Jurídica	3	60

Formação Geral	Antropologia Jurídica	3	30
Formação Geral	Teoria Geral do Processo	3	45
Formação Geral	Lógica e Argumentação Jurídica	4	45
Formação Geral	Hermeneutica Jurídica	5	45

Meta: Introduzir o discente na ciência jurídica fazendo-o conhecer e manejar a terminologia e as noções básica do Direito como ciência e sua inter-relação com outras disciplinas. Competências a serem desenvolvidas: de comunicar-se em linguagem jurídica, de fazer raciocínios jurídicos, de localizar a solução de problemas nos conjuntos normativos adequados, de formular interpretações e discutir a validade de normas e atos, bem como de elaborar de documentos maneira clara, objetiva, a partir dos princípios do design.

Tabela 5 – Eixo de Formação Técnico-jurídica

Categoria	Disciplina	Período	Carga Horária
Formação Técnico Jurídica	Direito Civil I: Parte Geral I	1	60
Formação Técnico Jurídica	Direito Penal I	1	60
Formação Técnico Jurídica	Economia Política	1	45
Formação Técnico Jurídica	Direito Civil: Obrigações e Responsabilidade Civil	2	60
Formação Técnico Jurídica	Direito Penal II	2	60
Formação Técnico Jurídica	Direito Constitucional I	3	60
Formação Técnico Jurídica	Direito Penal III	3	60

Formação Técnico Jurídica	Empreendedorismo Jurídico, Contabilidade e gestão na advocacia	3	30
Formação Técnico Jurídica	Direito, Tecnologia e Inovação	3	30
Formação Técnico Jurídica	Direito Civil: Contratos I	4	45
Formação Técnico Jurídica	Direito Processual Civil I	4	60
Formação Técnico Jurídica	Direito Constitucional II	4	60
Formação Técnico Jurídica	Direito do Consumidor	4	45
Formação Técnico Jurídica	Direito Penal IV	4	60
Formação Técnico Jurídica	Direito Processual Civil II	5	60
Formação Técnico Jurídica	Direio Administrativo I	5	60
Formação Técnico Jurídica	Direito do Trabalho I	5	60
Formação Técnico Jurídica	Criminologia	5	45
Formação Técnico Jurídica	Direito Processual Penal I	5	60
Formação Técnico Jurídica	Métodos Adequados de Solução de Conflitos	5	30
Formação Técnico Jurídica	Direito Empresarial I	6	60
Formação Técnico Jurídica	Direito Processual Civil III	6	60
Formação Técnico Jurídica	Direito Administrativo II	6	60

Av. Marechal Floriano Peixoto, 886 - Centro – Curitiba / PR - CEP 80.010-130

Formação Técnico Jurídica	Direito do Trabalho II	6	60
Formação Técnico Jurídica	Direito Civil: Contratos II	6	45
Formação Técnico Jurídica	Direito Processual Penal II	6	45
Formação Técnico Jurídica	Direito Processual do Trabalho	7	60
Formação Técnico Jurídica	Direito Internacional Público	7	45
Formação Técnico Jurídica	Direito Previdenciário	7	30
Formação Técnico Jurídica	Direito Civil: Coisas	7	45
Formação Técnico Jurídica	Direito Economico	8	30
Formação Técnico Jurídica	Direito Financeiro e Tributário I	8	45
Formação Técnico Jurídica	Direito Internacional Privado	8	45
Formação Técnico Jurídica	Políticas Públicas	8	30
Formação Técnico Jurídica	Direito Civil: Família	8	45
Formação Técnico Jurídica	Análise Economica do Direito	9	30
Formação Técnico Jurídica	Direito Financeiro e Tributário II	9	45
Formação Técnico Jurídica	Ética Profissional	9	30
Formação Técnico Jurídica	Direito Empresarial II	9	60

Av. Marechal Floriano Peixoto, 886 - Centro – Curitiba / PR - CEP 80.010-130

Formação Técnico Jurídica	Direito Civil: Sucessões	9	30
Formação Técnico Jurídica	Criminalística	9	15
Formação Técnico Jurídica	Direito Ambiental	10	15
Formação Técnico Jurídica	Direito Processual Coletivo	10	15
Formação Técnico Jurídica	Direitos Humanos	10	35
Formação Técnico Jurídica	Oficinas	1	20
Formação Técnico Jurídica	Oficinas	2	20
Formação Técnico Jurídica	Oficinas	3	20
Formação Técnico Jurídica	Oficinas	4	20
Formação Técnico Jurídica	Oficinas	7	30
Formação Técnico Jurídica	Oficinas	8	16
Formação Técnico Jurídica	Oficinas	9	10
Formação Técnico Jurídica	Oficinas	10	24

Meta: Adquirir competência no repertório comum do Direito a partir do conhecimento das Leis Estruturantes. O objetivo é fazer com que o discente conheça as leis (sua organização, seus conceitos básicos e contexto em que a lei se insere), os procedimentos práticos para a aplicação das leis, os novos desafios do direito digital e sua instrumentalização.

Integram este eixo, as atividades Oficinas que permeiam do primeiro ao décimo semestre. As oficinas são espaço dedicados à entrega de conteúdos voltados ao desenvolvimento de habilidades e competências – *hard and soft skills*.

Os temas das oficinas são variáveis durante os semestres, com exceção do primeiro e décimo semestre, com foco voltado para Acesso à Justiça e Técnicas de redação das carreiras públicos jurídicas como pareceres, relatórios, manifestações e sentença, respectivamente. As oficinas poderão ser realizadas no contraturno ou também dentro do turno equivalente ao período de estudo do acadêmico, de modo síncrono ou assíncrono.

Tabela 6 – Eixo de Formação Prático-profissional

Categoria	Disciplina	Período	Carga Horária
Formação Prático Jurídica	Prática e Clínica Jurídica Cível I*	6	30
Formação Prático Jurídica	Prática e clínica Jurídica Penal I*	7	30
Formação Prático Jurídica	Prática e Clínica Jurídica Cível II*	7	30
Formação Prático Jurídica	Estágio Curricular Supervisionado I*	7	30
Formação Prático Jurídica	Prática e clínica Jurídica Penal II*	8	30
Formação Prático Jurídica	Prática e clínica Jurídica Trabalho*	8	30
Formação Prático Jurídica	Estágio Curricular Supervisionado II*	8	30
Formação Prático Jurídica	Estágio Curricular Supervisionado III*	9	30
Formação Prático Jurídica	Estágio Curricular Supervisionado IV*	10	30
Formação Prático Jurídica	Trabalho de Conclusão de Curso I**	8	70
Formação Prático Jurídica	Trabalho de Conclusão de Curso II	9	70
Formação Prático Jurídica	Atividades Complementares		200
Formação Prático Jurídica	Atividades de Extensão curricular		400

* Pré-requisito disciplinas processuais: Direito Civil Processual I, II e III, Direito Processual Penal I e II e Direito Processual do Trabalho.
** Pré-requisito disciplina: TCC 1 – Metodologia da Pesquisa

Meta: Destina-se a desenvolver habilidades na aplicação das macros teorias jurídicas de outras disciplinas teóricas importantes para a competência em interpretar adequadamente o direito na ordem sistêmica. É o momento em que o discente, uma vez tendo adquirido uma visão global da sociedade e do Direito e dominando o repertório básico, aplicará a norma abstrata ao caso concreto.

Tabela 7 – Eixo de Formação Prático-profissional Carreiras Públicas

Categoria	Disciplina	Período	Carga Horária
Formação Prático Jurídica Carreiras Públicas	Prática e clínica Advocacia Pública	9	15
Formação Prático Jurídica Carreiras Públicas	Prática e clínica Ministério Público	10	20
Formação Prático Jurídica Carreiras Públicas	Prática e clínica Magistratura	10	15

Meta: Após o desenvolvimento de atividades dos três primeiros ciclos e já tendo completado um conjunto consistente de conteúdos obrigatórios para o curso de Direito, o discente passará, neste ciclo, para compreensão das vocações ao exercício de cargos públicos e as funções inerentes a cada um.

As disciplinas do eixo prático-profissional atendem ao disposto no art. 13 da Resolução n. 5 de 17 de dezembro de 2018, que limita em no máximo 20% o uso da carga horário total do curso para prática jurídica (Estágios Curricular Obrigatório e TCC) e atividades complementares.

Assim, como visto na tabela 4 o PPC atende as exigências. As horas de estágio curricular (320h) somada à CH das atividades complementares (200h) totalizam 13% da CHT (8% e 5%, respectivamente).

As 200h de atividades complementares garantem ao discente na construção do seu currículo, ainda mais flexibilidade, autonomia e dinamismo, vez que lhe permite o aprofundamento em áreas do conhecimento que mais lhe agradem mediante a diversidade de possibilidades reconhecidas pelo PPC como atividades complementares aptas a validão

pela coordenação no final do curso. Dentre elas destacam-se: participação e promoção de cursos de extensão, de discussões, de apresentação de trabalhos em eventos científicos, publicação de artigos, livros e capítulos de livros e outros trabalhos técnicos, seminários, congressos, palestras, etc.

As atividades complementares estão normatizadas em regulamento próprio que estabelece carga horária, diversidade de atividades, forma de aproveitamento e aderência à formação geral e específica do discente constante neste PPC.

A possibilidade de o discente eleger disciplinas para sua formação torna a construção do saber mais dinâmica e autônoma dentre os interesses individuais garantindo assim a flexibilidade da estrutura curricular, a qual também é evidenciada na realização das atividades complementares. Neste caso é facultado ao discente para fins de validação das horas complementares cursar disciplinas do rol das disciplinas optativas de 30h.

Além de garantir a flexibilidade curricular promove a integração dos cursos de graduação e a consequente interdisciplinaridade natural advinda da comunicação realizada entre os diversos saberes. Ademais, o aproveitamento como atividade complementar de disciplinas optativas caracteriza o incentivo ao prolongamento das atividades de ensino e favorecem a iluminação de caminhos à iniciação científica.

A carga horária destinada às disciplinas optativas poderá ser cumprida a qualquer tempo durante a graduação, e visam a complementação, flexibilidade e interdisciplinaridade curricular e visam cumprimento das Atividades Complementares ou quando necessárias para integração curricular.

Há também a previsão de disciplinas optativas eletivas. As disciplinas optativas eletivas são aquelas que constam da matriz curricular e que devem, obrigatoriamente, serem cursadas, dentre o rol de optativas, para a integralização curricular.

A determinação do período, segundo entende o NDE, se dá em virtude das competências e habilidades já adquiridas, para direcionar adequadamente sua formação.

O Acadêmico de Direito, a fim de ampliar, direcionar e fortalecer sua formação, deverá cursar, no decorrer da sua formação, 05 (cinco) disciplinas optativas (eletivas) **de sua livre escolha**, ofertadas pelo curso de Direito ou por outros cursos da IES, **dentre o rol previsto neste PPC**, totalizando 225 (duzentos e vinte e cinco) horas curriculares.

As disciplinas optativas eletivas requerem matrícula formal e mesmo que determinadas pela sua flexibilidade seguem a organização de conteúdo, metodologia e métodos de avaliação estabelecidos no PPC.

A oferta dessas disciplinas ocorrerá conforme o interesse dos acadêmicos e da IES, respeitado o cronograma de cada curso, através de consulta a ser realizada no semestre anterior à oferta.

Tais disciplinas são oferecidas em fluxo contínuo semestral, vez que atendem aos interesses de todos os cursos da IES e são determinadas no presente PPC conforme tabela a seguir:

Tabela 8 – Disciplinas Optativas Eletivas

Categoria	Disciplina	Período	Carga Horária
Formação Técnico Jurídica	Disciplina Optativa	1	60
Formação Técnico Jurídica	Disciplina Optativa	2	30
Formação Técnico Jurídica	Disciplina Optativa	7	30
Formação Técnico Jurídica	Disciplina Optativa	10	60
Formação Técnico Jurídica	Disciplina Optativa	10	45

Considerando que disciplinas optativas integram um núcleo não rígido no PPC, sua oferta permite aos docentes, liberdade para definir outras disciplinas e/ou conteúdos que visem maior especialização temática, **conforme a necessidade de atualização e as constantes mudanças nas necessidades do mercado de trabalho e da comunidade em geral**, devendo, contudo, serem submetidas à aprovação pelo NDE e ratificadas pelo Colegiado.

São consideradas, no presente PPC, disciplinas não contempladas entre as disciplinas de natureza obrigatória e outras temáticas inovadoras no campo do Direito e afins, as descritas da tabela a seguir:

	SEMESTRE	DISCIPLINA	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. E.****	CH. Total	CH EAD	ENADE
OPTATIVAS	1	LIBRAS	60				60	60	
	1	DIREITOS FUNDAMENTAIS PRIVADO	30				30	30	
	1	BIOÉTICA E BIODREITO	30				30	30	
	7	GESTÃO PÚBLICA	30				30	30	
	7/10	ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E IDOSO	30				30	30	

7/10	ESTRUTURAS E PROCESSOS ORGANIZACIONAIS	30	30	30
10	ESTUDOS DIRIGIDOS PARA CONCURSO	45	45	45
10	PSICOLOGIA JUDICIÁRIA	30	30	30
10	DIREITO ELEITORAL	30	30	30
10	DIREITO DA EXECUÇÃO PENAL	30	30	30
10	DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL	30	30	30
10	DIREITO PROCESSUAL TRIBUTÁRIO	30	30	30

Para que seja possível colar grau, o discente deverá no decorrer do curso, cumprir a carga horária de disciplinas optativas ofertadas pelo próprio curso, por outro curso desta IES.

Soma-se ainda a extensão curricular com a carga horária de 400h, o equivalente a 10% da carga horária total do curso, totalizando 23% da carga horária total do curso.

Por fim atendendo ao disposto nas normas educacionais (marcos legais) e ao disposto na Resolução n. 5 de 17 de dezembro de 2018, sua realização, seja transversal ou específica ocorrerá conforme quadro a seguir:

Tabela 9 – Organização na estrutura curricular dos marcos legais

N.º	Marco Legal	Oferta por disciplinas	
		TRANSVERSAL	**ESPECÍFICA**
01	Direitos Humanos	Teoria da Constituição e Direitos Fundamentais	Direitos Humanos
		Teoria do Estado e Ciência Política	
		Estatuto da Criança e do Adolescente e do Idoso	
		Direito do Trabalho	
		Bioética e BioDireito	
		Direito Internacional Público e Privado	
		Relações Étnico-raciais na educação e Educação indígena*	
		Direito Penal	
		Processo Civil Coletivo	
		Direito Ambiental	

		Direito, Desenvolvimento e Sustentabilidade	
		Atividades de Cultura e Extensão	
02	Língua Brasileira de Sinais (Decreto nº 5.626/2005)	Linguagem Jurídica	Libras*
03	Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999 e Decreto nº 4.281 de 2002)	Direito, Desenvolvimento e Sustentabilidade	Direito Ambiental
		Economia Política	
		Direito do Trabalho	
		Sociologia Jurídica	
		Teoria da Constituição e Direitos Fundamentais	
04	Educação das Relações Étnico Raciais e Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena (Resolução CNE/CP nº 01 de 17/06/2004)	História do Direito	
		Sociologia Jurídica	
		Teoria da Constituição e Direitos Fundamentais	
		Antropologia Jurídica	
05	Defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial	História e Teoria do Direito	
		Economia Política	
		Sociologia Jurídica	
		Antropologia Jurídica	
		Direito do Trabalho I e II	
		Teoria da Constituição e Direitos Fundamentais	
		Direito Penal II	
06	Protocolo de Gênero	Todas as disciplinas	
07	17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	Todas as disciplinas	

*Oferta em disciplinas optativas.

Desta feita, a partir da organização curricular até aqui apresentada o NDE e Colegiado de Curso estabelecem a seguinte matriz curricular:

Tabela 10 – Organização da matriz curricular

MATRIZ CURRICULAR CURSO DE DIREITO							
SEMESTRE	DISCIPLINA	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. Total	CH EAD	ENADE
1	História do Direito e Direito Comparado	30			30		
	Teoria do Direito	40		5	45		
	Filosofia Geral	30			30	30	
	Metodologia da Pesquisa	30			30	30	

	Direito Civil I	50	4	6	60		
	Direito Penal I	50	4	6	60		
	Economia Política	45			45		
	Oficinas	20			20	20	
	Optativa	60			60	60	
	Atividades de Extensão						
	Atividades Complementares	20			20		
		375	8	17	400	140	

SEMESTRE	DISCIPLINA	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. Total	CH EAD	ENADE
2	Filosofia do Direito	60			60		
	Sociologia Jurídica	30			30	30	
	Ciência Política e Teoria do Estado	45			45		
	Teoria da Constituição e Direitos Fundamentais	26		4	30	30	
	Direito Civil Obrigações e Responsabilidade Civil	56	4		60		
	Direito Penal II	56	4		60		
	Optativa	30			30	30	
	Oficinas	20			20	20	
	Atividades de Extensão	45			45		
	Atividades Complementares	20			20		
		388	8	4	400	110	

SEMESTRE	DISCIPLINA	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. Total	CH EAD	ENADE
3	Linguagem Jurídica	54	6		60		
	Antropologia Jurídica	30			30		

	Teoria Geral do Processo	40	5		45		
	Direito Constitucional I	56		4	60		
	Direito Penal III	56	4		60		
	Empreendedorismo Jurídico, Contabilidade e gestão na advocacia	30			30		
	Direito, Inovação e Tecnologia	30			30		
	Oficinas	20			20	20	
	Atividades de Extensão	45			45		
	Atividades Complementares	20			20		
		381	15	4	400	20	

SEMESTRE	DISCIPLINA	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. Total	CH EAD	ENADE
4	Lógica e Argumentação Jurídica	40		5	45		
	Direito Civil Contratos I	40		5	45		
	Direito Processual Civil I	50	10		60		
	Direito Constitucional II	50		10	60		
	Direito do Consumidor	40		5	45		
	Direito Penal IV	60			60		
	Oficinas	20			20	20	
	Atividades de Extensão	45			45		
	Atividades Complementares	20			20		
		365	10	25	400	20	

SEMESTRE	DISCIPLINA	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. Total	CH EAD	ENADE
5	Hermeneutica Jurídica	40		5	45		
	Direito Processual Civil II	60			60		
	Direito Administrativo I	60			60		

	Direito do Trabalho I	60			60		
	Criminologia	45			45		
	Direito Processual Penal I	54	6		60		
	Métodos Adequados de Solução de Conflitos	26	4		30		
	Oficinas						
	Atividades de Extensão	45			45		
	Atividades Complementares	20			20		
		410	10	5	425	0	

SEMESTRE	DISCIPLINA	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. Total	CH EAD	ENADE
6	Direito Empresarial I	56	4		60		
	Direito Processual Civil III	56	4		60		
	Direito Administrativo II	56	4		60		
	Direito do Trabalho II	56	4		60		
	Direito Civil Contratos II	45			45		
	Direito Processual Penal II	40	5		45		
	Prática e Clínica Jurídica Cível I		30		30		
	Oficinas						
	Atividades de Extensão	45			45		
	Atividades Complementares	20			20		
		374	51	0	425	0	

SEMESTRE	DISCIPLINA	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. Total	CH EAD	ENADE
7	Direito Processual do Trabalho	56	4		60		
	Direito Internacional Público	40		5	45		
	Direito Previdenciário	30			30		

	Direito Civil Coisas	45			45		
	Prática e Clínica Jurídica Cível II		30		30		
	Prática e Clínica Jurídica Penal I		30		30		
	Estágio Curricular I		30		30		
	Optativa	30			30	30	
	Oficinas	30			30	30	
	Atividades de Extensão	50			50		
	Atividades Complementares	20			20		
		301	94	5	400	60	
SEMESTRE	**DISCIPLINA**	**CH.T.***	**CH. P****	**CH. I*****	**CH. Total**	**CH EAD**	**ENADE**
8	Direito Econômico	30			30		
	Direito Financeiro e Tributário I	45			45		
	Direito Internacional Privado	45			45		
	Direito, Desenvolvimento e Políticas Públicas	30			30		
	Direito Civil: Família	45			45		
	Prática e Clínica Jurídica Penal II		30		30		
	Prática e Clínica Jurídica Trabalhista		30		30		
	Estágio Curricular II		30		30		
	TCC1	70			70		
	Oficinas	16			16	16	
	Atividades de Extensão	40			40		
	Atividades Complementares	20			20		
		341	90	0	431	16	
SEMESTRE	**DISCIPLINA**	**CH.T.***	**CH. P****	**CH. I*****	**CH. Total**	**CH EAD**	**ENADE**

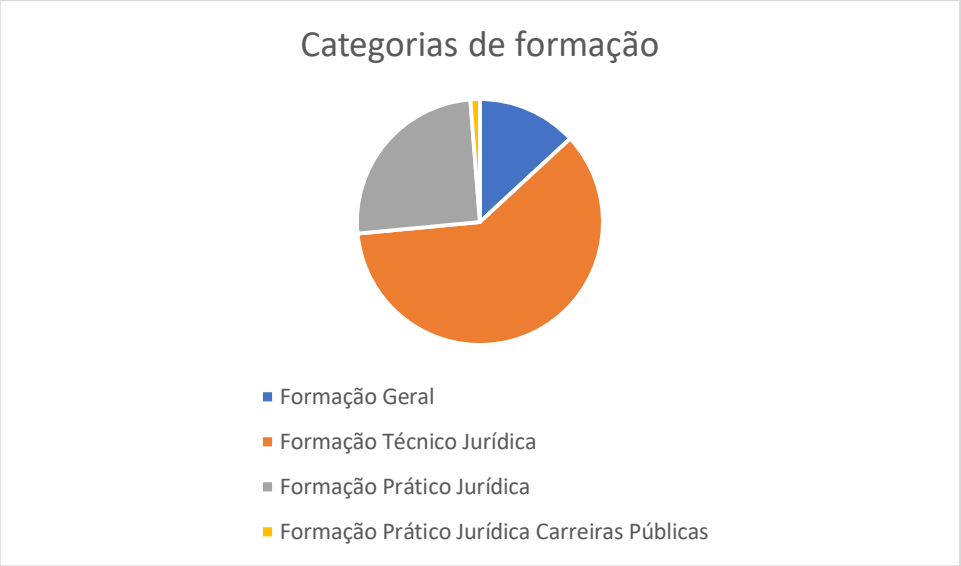
9	Análise Economica do Direito	30			30		
	Direito Financeiro e Tributário II	45			45		
	Ética Profissional	30			30		
	Criminalística	15			15		
	Direito Empresarial II	56	4		60		
	Direito Civil: Sucessões	30			30		
	Prática e clínica jurídica da Advocacia Pública		15		15		
	Estágio Curricular III		30		30		
	TCC2		70		70		
	Oficinas	10			10	10	
	Atividades de Extensão	45			45		
	Atividades Complementares	20			20		
		281	119	0	400	10	

SEMESTRE	DISCIPLINA	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. Total	CH EAD	ENADE
10	Direito Ambiental	30			15		
	Direito Processual Coletivo	30			15		
	Direitos Humanos	30			35		
	Optativa 4	60			60		
	Optativa 5	45			45		
	Prática e Clínica Jurídica Ministério Público		20		20		
	Prática e clínica jurídica Magistratura		15		15		
	Estágio Curricular IV		30		30		
	Oficinas	24			24	24	
	Atividades de Extensão	40			40		
	Atividades Complementares	20			20		

		279	65	0	319	24	

Carga horária total	4000
Carga horária EAD	400

*CH. T. – Carga Horária Teórica.
**CH. P. – Carga horária prática (atividade de prática profissional e resolução de problemas que constará do plano de ensino com referência no ementário do componente curricular).
***CH. I. – Carga horária interdisciplinar (É destinada ao desenvolvimento de atividade integradora curricular elaborada pelo professor da disciplina e constante do Plano de Ensino e da ementa.)
****CH. E. – Carga Horária Extensão (atividade de extensão destinada ao desenvolvimento de projetos elaborado pelo professor da disciplina, que constará do Plano de ensino e da ementa, podendo ser de ação prática, com envolvimento direto em campo, como realização de produto para a comunidade, sempre com viés local.
CH EAD – Carga horária de ensino à distância



12 - Categorias de formação

Eixo de Formação	Carga Horária	%
Formação Geral	525	13,12
Formação Técnico Jurídica	2415	60,38
Formação Prático Jurídica	1010	25,25
Formação Prático Jurídica Carreiras Públicas	50	1,25
	4000	100

13 - Percentuais das categorias de formação

Ao todo, são 85 componentes curriculares obrigatórios distribuídos entre os 10 semestres (incluídos AC e AE). A carga horária definida para cada componente curricular levou em consideração o conteúdo a ser trabalhado (horas teóricas, práticas, interdisciplinares e de extensão, se aplicado) sendo adequado ao que se propõe. A bibliografia básica e complementar indicada, conforme relatório de adequação bibliográfica, além de adequada é atual.

Há a abordagem de conteúdos pertinentes às políticas de educação ambiental, de educação em direitos humanos (esta transversal, em disciplina independente) e de educação das relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena (de maneira transversal em todas as disciplinas, porém com destaque em sociologia jurídica, filosofia geral e do direito, história do direito, direitos humanos, direito civil, ECA e Idoso, direito penal, entre outras). A Faculdade Pan-Americana inova ao realizar abordagem de conteúdo do Protocolo da Perspectiva de Gênero, tema extremamente importante para o operador do direito, visto que obrigatório o atendimento no Poder Judiciário, e de conteúdo sobre empreendedorismo, inovação e tecnologia, políticas públicas e conteúdo específico para as carreiras públicas

Os conteúdos curriculares contemplam também a acessibilidade metodológica. É entendida como condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, de diferentes metodologias que favoreçam o processo de aprendizagem no presencial e no EaD.

Neste sentido, a acessibilidade metodológica dos componentes curriculares se dá pela experiência prática que os docentes possuem, pois permite com mais efetividade realizar a articulação da teoria com a prática, ter contato com conhecimento recente e inovador visto a constante atualização dos docentes (que além da experiência profissional são também pesquisadores) que assim promovem o efetivo desenvolvimento do perfil profissional do egresso.

Pelo exposto, os conteúdos curriculares diferenciam o curso dentro da área profissional. Eles induzem o discente a ter noção global da existência dos diplomas normativos, ou seja, funcionam como um mapa das normas e respectivos temas por onde poderá mover-se, pois terá recebido instrumental analítico que o capacita a enfrentar problemas jurídicos com rigor e criatividade interpretativa e nexialista. Assim, promovem o efetivo desenvolvimento do perfil profissional do egresso e atualizado.

Periodicamente são revistos com o objetivo de atualizar os conteúdos propostos para estarem de acordo com as discussões contemporâneas do Direito e evolução legislativa e/ou jurisprudencial e com as Diretrizes Curriculares para o curso de Direito.

FACULDADE PAN-AMERICANA DE ADMINISTRAÇÃO E DIREITO - CURSO DE DIREITO

Representação Gráfica do Perfil de Formação

1º Período		2º Período		3º Período		4º Período		5º Período		6º Período		7º Período		8º Período		9º Período		10º Período	
Disciplina	C.H.	Disciplina	C.H.	Disciplina	C.H.	Disciplina	C.H.	Disciplina	C.H.	Disciplina	C.H.	Disciplina	C.H.	Disciplina	C.H.	Disciplina	C.H.	Disciplina	C.H.
Teoria do Direito	45	Filosofia do Direito	60	Linguagem Jurídica	60	Lógica, Argumentação	45	Hermeneutica Jurídica	45	Direito Empresarial I	60	Disciplina Optativa	30	Direito Economico	30	Análise Economica do Direito	30	Disciplina Optativa	60
História do Direito e Direito Comparado	30	Sociologia Jurídica	30	Antropologia Jurídica	30	Direito Civil: Contratos II	45	Direito Processual Civil II	60	Direito Processual Civil III	60	Direito Processual do Trabalho	60	Direito Financeiro e Tributário I	45	Direito Financeiro e Tributário II	45	Disciplina Optativa	45
Metodologia da Pesquisa	30	Ciência Política e Teoria do Estado	45	Teoria Geral do Processo	45	Direito Processual Civil I	60	Direio Administrativo I	60	Direito Administrativo II	60	Direito Internacional Público	45	Direito Internacional Privado	45	Ética Profissional	30	Direito Ambiental	15
Filosofia Geral	30	Teoria da Constituição e direitos fundamentais	30	Direito Constitucional I	60	Direito Constitucional II	60	Direito do Trabalho I	60	Direito do Trabalho II	60	Direito Previdenciário	30	Políticas Públicas	30	Direito Empresarial II	60	Direito Processual Coletivo	15
Direito Civil I: Parte Geral I	60	Direito Civil: Obrigações	60	Direito Penal III	60	Direito do Consumidor	45	Criminologia	45	Direito Civil: Contratos II	45	Direito Civil: Coisas	45	Direito Civil: Família	45	Direito Civil: Sucessões	30	Direitos Humanos	35
Direito Penal I	60	Direito Penal II	60	Empreendedorismo Jurídico, Contabilidade e gestão na advocacia	30	Direito Penal IV	60	Direito Processual Penal I	60	Direito Processual Penal II	45	Prática e clínica Jurídica Penal I	30	Prática e clínica Jurídica Penal II	30	Criminalística	15	Prática e clínica jurídica do Ministério Público	20
Economia Política	45	Disciplina Optativa	30	Direito, Tecnologia e Inovação	30			Métodos Adequados de Solução de Conflitos	30	Prática e clínica Jurídica Civil I	30	Prática e clínica Jurídica Civil II	30	Prática e clínica Jurídica Trabalhista	30	Prática e clínica jurídica da Advocacia Pública	15	Prática Jurídica e clínica - Magistratura	15
Disciplina Optativa	60											Estágio Curricular Supervisionado I	30	Estágio Curricular Supervisionado II	30	Estágio Curricular Supervisionado III	30	Estágio Curricular Supervisionado IV	30
														TCC 1	70	TCC2	70		
Oficinas	20	Oficinas	20	Oficinas	20	Oficinas	20	Oficinas		Oficinas		Oficinas	30	Oficinas	16	Oficinas	10	Oficinas	24
Atividades Complementares	20	Atividades Complementares	20	Atividades Complementares	20	Atividades Complementares	20	Atividades Complementares	20	Atividades Complementares	20	Atividades Complementares	20	Atividades Complementares	20	Atividades Complementares	20	Atividades Complementares	20
Atividades de Cultura e extensão		Atividades de Cultura e extensão	45	Atividades de Cultura e extensão	45	Atividades de Cultura e extensão	45	Atividades de Cultura e extensão	45	Atividades de Cultura e extensão	45	Atividades de Cultura e extensão	50	Atividades de Cultura e extensão	40	Atividades de Cultura e extensão	45	Atividades de Cultura e extensão	40
	400		400		400		400		425		425		400		431		400		319

Legenda	Formação Geral	Formação técnico jurídica	Estágio Curricular Obrigatório	Trabalho Conclusão Curso	Atividades complementares	Atividade de cultura e extensão	Optativa Eletiva	Oficinas	4000
	525	2030	320	140	200	400	225	160	EAD até 400 (10%)

14 - Representação gráfica da Matriz Curricular do Curso de Direito da Faculdade Pan-Americana

1.6 Metodologia

1.6.1 Práticas metodológicas que norteiam as Estratégias Educacionais e adequação a Concepção e Vocação do Curso

O projeto pedagógico da Faculdade Pan-Americana caracteriza-se por redefinir o modo com que os professores de Direito organizam as suas atividades, ou seja, por uma proposta de método de ensino jurídico. A organização das atividades docentes estrutura-se em:

(i) certa concepção e abordagem de conceitos e competências a serem lecionados;

(ii) um determinado processo de ensino aprendizagem, caracterizado pelo emprego de técnicas e estratégias de ensino voltadas a um resultado, que é o aprendizado daqueles conceitos e competências, cujo protagonismo é do aluno. Tradicionalmente, a organização das atividades do professor de Direito consiste na abordagem legalista (conceito) e subsuntiva (competência) do saber jurídico e nas exposições e conferências magistrais que visam o aprendizado mnemônico das leis e do procedimento da subsunção. Ainda que tenha ocorrido o enxerto de disciplinas "críticas" nas matrizes curriculares, o núcleo duro do curso jurídico, relativo às matérias predominantemente profissionalizantes, continua sendo praticado com o mesmo método, dialogando pouco com essas "novas" disciplinas.

A Faculdade Pan-Americana postula que esse método tradicional de ensino jurídico tem limites em proporcionar ao estudante o aprendizado de outros conceitos e competências fundamentais para o desempenho das profissões jurídicas no século XXI. É nesse sentido que a Escola propõe uma redefinição do método de ensino jurídico: trata-se tanto da construção de uma nova abordagem e de uma nova concepção do que é o Direito – e, por consequência, dos conceitos e competências necessários ao saber jurídico – quanto da reformulação do processo de ensino-aprendizagem.

Da primeira perspectiva, a da abordagem do Direito, o objetivo é oferecer ao estudante não uma ideia do que seja o Direito ("leitura das leis"), mas sim aquilo que o Direito realmente é ("direito na prática"): as normas legais, quando aplicadas pelos tribunais e operadas pelos agentes econômicos e políticos, ganham dimensões muito diferentes daquelas identificadas nos contornos literais estabelecidos pelo legislador. É indispensável ampliar o espaço de análise do Direito, incorporando-se outras fontes do Direito, como a jurisprudência, os costumes empresariais e comunitários e a agenda política de desenvolvimento do País.

Essa incorporação impõe a necessidade de alargar as competências necessárias ao desempenho das profissões jurídicas. Se a subsunção, ao menos aparentemente, era bastante para um operador do Direito, que precisava considerar as leis como os únicos dados normativos, a pluralidade de fontes exige uma preparação para a negociação, a redação, a formulação de estratégias, a análise de fatos e interesses, entre outros, pois o que está em jogo não é mais a aplicação segura da lei aos fatos concretos, mas sim as suas diversas utilidades, tais como pauta de argumentação, ponto de partida para elaboração de contratos e políticas públicas, fator de risco, elemento de negociação, entre outros.

Da segunda perspectiva, a do processo de ensino-aprendizagem, trata-se de desenvolver no aluno um aprendizado dos conceitos e das competências focado em habilidades, ou seja, enquanto as exposições proporcionam quase que exclusivamente o conhecimento ou, no máximo, a compreensão do que é lecionado, as técnicas e estratégias participativas de ensino – por exemplo, os seminários, as simulações, os casos, os problemas e os exercícios – estimulam outras habilidades essenciais para um profissional do Direito, como a aplicação, a análise, a síntese e a crítica. A retenção das informações e a capacidade de organizá-las se intensificam sensivelmente quando o aluno é exposto a atuar, demonstrando e explicando o que estudou. Além disso, as habilidades apontadas aumentam a longevidade do aprendizado.

Feitas essas ponderações, observa-se que a metodologia do ensino superior deve partir da compreensão de que o processo de ensino e aprendizagem é uma relação interativa e dinâmica dentro do contexto global – valorizando o local –, no qual o professor deve se afastar da figura do detentor de conhecimento para se aproximar da postura do mediador.

Para atingir o desiderato, de um lado, redefiniu-se o processo de ensino-aprendizagem no curso de Direito mediante a adoção de técnicas participativas que proporcionam uma pedagogia ativa e dinâmica.

O objetivo é estimular uma cultura acadêmica em que o aprendizado seja pautado pela participação e pelo envolvimento constante dos estudantes, considerados como sujeitos autônomos e capazes de construir suas próprias ferramentas de compreensão de seu objeto de estudo, isto é, do Direito. Para além da tradicionalmente valorizada habilidade de memorização, essa atitude leva os acadêmicos a adquirirem a competência fundamental que um curso de Direito tem de promover: o estudo independente de novas situações, impostas com celeridade cada vez maior pela ordem social do novo século, e a consequente adaptação de categorias teóricas em vista das transformações no quadro jurídico-institucional.

Casos, problemas, exercícios, jogos e simulações são algumas técnicas usadas em oficinas voltadas ao desenvolvimento de habilidades que, por meio das aulas expositivas, geralmente não se obtêm – por exemplo, o uso dos conceitos apresentados em sala de aula e a identificação de interesses em conflito nas situações complexas que a realidade traz. Como ferramenta para o aprimoramento das técnicas de ensino participativo, existe a constante preocupação na busca de novas tecnologias de ensino que dialoguem com o jovem estudante.

Por outro lado, a adoção dessas técnicas de ensino articula-se com uma abordagem do Direito em que se considera mais seriamente a polivalência do saber jurídico. Para além da dogmática jurídica – que pretende ser uma organização racional da decisão de conflitos de interesses –, exigem-se, cada vez mais, do profissional de Direito instrumentos adequados à elaboração de estratégias e modelos institucionais. Impõe-se, assim, provocar e valorizar reflexões dos acadêmicos que atentem para o caráter problemático, histórico, contingente e arbitrário do conhecimento em que se iniciam, tomando-o como um saber eminentemente prático e potencialmente interdisciplinar.

O curso de Direito da Faculdade Pan-Americana é presencial. Porém, ofertará disciplinas parcial ou integralmente na modalidade à distância conforme Portaria MEC nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019.

Perante esta nova frente de trabalho, o curso de Direito adota uma proposta de estruturação de equipe de trabalho para melhor atender ao nosso corpo discente. Há a seguinte organicidade para os papéis de coordenação, do professor, do tutor, professor tutor e discente.

Coordenação de Curso: O Coordenador do Curso é responsável pela gestão do mesmo e viabilizar a consecução do PPC. Refere-se à corresponsabilidade pelo desenvolvimento de ensino/aprendizagem, tanto no que diz respeito à qualidade de trabalho realizado pelo professor como no que se refere aos resultados alcançados pelos discentes. A coordenação pode contar com apoio de coordenação adjunta.

Professor: Responsável direto pelo desenvolvimento e qualificação da aprendizagem do aluno. O professor possui as atribuições de:

- elaborar o material didático;
- ministrar as aulas;
- elaborar as atividades e provas;
- avaliar a aprendizagem;
- emitir notas e conceitos;

- registrar frequência;
- esclarecer dúvidas que venham a surgir.

Tutor: fornece suporte às atividades dos professores, realiza mediação pedagógica junto aos discentes e incrementa processos de ensino aprendizagem sob orientação do professor. O tutor é responsável por:

- Validação dos componentes/conteúdos do material virtual;
- Organização e preparação do AVA;
- Participar semanalmente das salas do AVA;
- Organiza as avaliações objetivas e subjetivas com gabaritos;
- Acompanha o Ambiente Virtual de Aprendizagem - responde questionamentos e encaminha demandas do estudante/Fórum e Chat;
- Sinaliza para as tarefas, prazos e informações do curso;
- Dialoga com Professor e Coordenador do Curso;
- acompanhar a frequência dos alunos na sala presencial e no ambiente de aprendizagem, fomentando a participação com sugestão de leitura e outras atividades;
- desenvolver atividades específicas, em colaboração com os docentes, para a promoção da aprendizagem de alunos com dificuldades
- atender os alunos para esclarecer dúvidas que venham a surgir;
- desenvolver ações no combate à evasão escolar;
- zelar por um clima de harmonia entre instituição, alunos e professores.

Professor-tutor: soma das atribuições de professor e tutor.

Discente: considerados como sujeitos autônomos e capazes de construir suas próprias ferramentas de compreensão de seu objeto de estudo, isto é, do Direito.

Essa articulação entre técnicas de ensino e abordagem da ciência do Direito que se soma com os participantes do processo de ensino aprendizagem é o que a Faculdade Pan-Americana entende como método de ensino. Seu estudo, aperfeiçoamento e experimentação são objeto de um processo permanente de capacitação docente, realizado em seminários promovidos pela instituição. Esses seminários, que contam com a participação de educadores e professores âncoras, proporcionam caminhos para a construção de um ensino jurídico caracteristicamente nacional e permitem a troca de experiências entre professores que já ministraram seus cursos por meio de técnicas interativas de ensino-aprendizagem.

A opção metodológica para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, no presente projeto, tem por base a necessidade da compreensão

holística e nexialista do Direito, desenvolvendo no acadêmico a capacidade de inter-relacionar conteúdos e disciplinas congregando as três perspectivas formativas (formação geral, técnico-jurídica e prático-profissional).

A exigência da estruturação curricular trazida pelo CNE/CES, impõe revisão introspectiva das várias tendências modernas do Direito que se projetam nas demandas do mercado de trabalho e na interface do sistema jurídico com diferentes campos do conhecimento.

Nessa perspectiva, a matriz curricular do curso de Direito articula as dimensões filosófica, teórica e prática, respectivamente, a partir dos eixos estruturantes da formação geral, da formação técnico-jurídica e da formação prático profissional. Assim, os saberes produzidos nas disciplinas de formação geral alicerçam o conhecimento a respeito do fenômeno jurídico e da compreensão do direito enquanto técnica social de resolução de conflitos.

Nesse sentido, a matriz curricular traz um encadeamento sequencial ao longo dos semestres, iniciando-se com disciplinas de formação geral (propedêuticas), que visam "integrar o estudante no campo, estabelecendo as relações do Direito com outras áreas do saber", passando pela formação técnico jurídica (direito material e processual), que inclui conteúdos de enfoque dogmático, devidamente contextualizados em relação ao ambiente em que se inserem, e, por fim, a formação prático-profissional (estágio supervisionado e trabalho de curso), que tem por escopo a integração entre prática profissional e os conteúdos apreendidos nos outros dois eixos. As perspectivas ético-filosóficas, técnico-teóricas, prático-profissionais e científicas caminham de forma indissociável para a plena formação dos futuros juristas.

A trajetória de formação acadêmica dos discentes será ainda acrescida de disciplinas eletivas, optativas, atividades complementares e atividades de extensão que têm como objetivo diversificar o percurso formativo em respeito às demandas profissionais e intelectuais dos estudantes.

As unidades curriculares, sob responsabilidade dos professores, terão seus Planos de Ensino pensados e planejados em conformidade com o disposto neste projeto pedagógico, com a finalidade de: atender aos objetivos do curso e às competências, habilidades e perfil profissional do egresso; garantir a integralização da carga horária das disciplinas; atender ao compromisso pedagógico e, de acordo com suas particularidades, propiciar o olhar para questões locais e regionais.

Para garantir o atendimento a estes objetivos e auxiliar os professores no planejamento, a IES adota critérios comuns para o plano de ensino,[15] que deverão conter o ementário, a descrição de objetivos, as competências e habilidades a serem

[15] Modelo plano de ensino Anexo V.

desenvolvidas previstas na formação do perfil do egresso e inerentes à disciplina, a metodologia com indicação objetiva das espécies de metodologias ativas previstas, os critérios e processo de avaliação, o conteúdo programático e a bibliografia básica e complementar.

Compete à Coordenação do Curso, com a participação ativa do Colegiado, a validação dos Planos de Ensino em termos de cumprimento dos requisitos descritos e, principalmente, a aderência aos objetivos, competências, habilidades e ao perfil do egresso. Os Planos de Ensino serão disponibilizados aos acadêmicos no início do semestre letivo e mantidos no ambiente virtual para constante consulta e orientação.

Os caminhos e ferramentas metodológicas do processo de ensino-aprendizagem estabelecidos para o curso de Direito conduzem a um processo de aprendizagem autônoma, centrada no discente, sob orientação e indicação constante dos docentes, garantida a acessibilidade metodológica, diante dos instrumentos de aprendizagem e metodologias ativas utilizadas.

Considerando o acadêmico como protagonista no processo de produção do conhecimento, tendo o docente o papel de orientador e motivador da aprendizagem, serão criados pelos professores espaços de:

i. aprendizagem baseada em projetos ou problemas;
ii. estudos de caso;
iii. aprendizado em duplas ou grupos;
iv. aprendizagem social.

Desta forma, os caminhos e ferramentas metodológicas do processo de ensino-aprendizagem estabelecidos para o curso de Direito conduzem à adoção de metodologias ativas a partir da aprendizagem baseada em problemas e a um processo de aprendizagem autônoma, centrada no discente, sob orientação e indicação constante dos docentes, garantida a acessibilidade metodológica, diante dos instrumentos de aprendizagem.

Neste sentido, o desenvolvimento dos conteúdos inerentes às diversas áreas do conhecimento jurídico foi pensado a fim de privilegiar a utilização das mídias e suas ferramentas como recurso educacional e de formação. Outros materiais como livros, artigos científicos, resenhas, precedentes jurisprudenciais são disponibilizados na plataforma objetivando complementar o material de apoio e induzir ao processo de busca da informação para solução de problemas, favorecendo a acessibilidade metodológica através da utilização de práticas diferenciadas, comunicação interpessoal e virtual, bem como instrumentos, métodos e técnicas de ensino e aprendizagem e de avaliação diversificados que atendam aos diferentes estilos e ritmos de aprendizagem.

A metodologia de ensino prioriza o fortalecimento da autonomia e o compartilhamento de responsabilidade e compromisso com o processo ensino-

aprendizagem, valorizando as potencialidades discentes, favorecendo o confronto de ideias e o desenvolvimento de conhecimentos significativos e funcionais. A interdisciplinaridade, marco referencial da organização metodológica e curricular, busca estabelecer um diálogo constante das unidades programáticas de um mesmo ou de diferentes campos do saber, cujas práticas possibilitam a diminuição da fragmentação dos conhecimentos e saberes, em prol de um conhecimento relacional e aplicado.

Desse modo, podem ser utilizadas de forma integrada as seguintes ferramentas metodológicas: a) aula expositivo-dialogada, para o estudo dos conceitos centrais da disciplina; b) estudos de caso, para análise de situações paradigmas; c) resolução de problemas, para aplicação e articulação de conhecimentos teóricos e práticos; d) análises de jurisprudência, para a melhor compreensão da aplicação do direito; e) seminários, para desenvolver as habilidades de estudo prévio, aprendizagem em duplas ou coletiva, organização de ideias e apresentação oral; f) debates, para exercitar habilidades e articulação de argumentos necessários à vida profissional; g) ciclos de palestras, para contato com professores e profissionais especialistas em determinadas áreas do saber; h) iniciação científica, para estimular a autonomia científica; i) simulações, para o preparo para o exercício de atividades práticas essenciais à área jurídica; j) redação de textos, para desenvolver a habilidade escrita dos discentes; l) análise de filmes, para estimular debates acadêmicos a partir de obras representativas de dilemas jurídicos.

No currículo do curso de Direito, a acessibilidade metodológica é entendida como condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, de diferentes metodologias que favoreçam o processo de aprendizagem, sem exclusões. Neste sentido, no curso, as atividades desenvolvidas devem observar as necessidades individuais e os diferentes ritmos e estilos de aprendizagem dos estudantes.

A acessibilidade metodológica também se dá pelo uso da linguagem. O Direito tem sua própria linguagem, rotineira dos operadores do direito, novas aos discentes. Busca-se estabelecer bons padrões de comunicação entre alunos e professores, dialogada para familiarização e compreensão do Direito e enriquecimento vocabular. Além da linguagem verbal e escrita, a linguagem visual – com uso dos infográficos por exemplo – é uma forma de ampliação da compreensão por parte do aluno.

A acessibilidade metodológica se dá pela experiência prática que os docentes possuem e as atividades de extensão curricular, pois permite com mais efetividade realizar a articulação da teoria com a prática.

A acessibilidade metodológica se dá pela presença do tutor que acompanhará o discente em seus estudos individuais, sendo um facilitador no processo de ensino aprendizagem. O tutor auxilia na familiarização do uso do AVA.

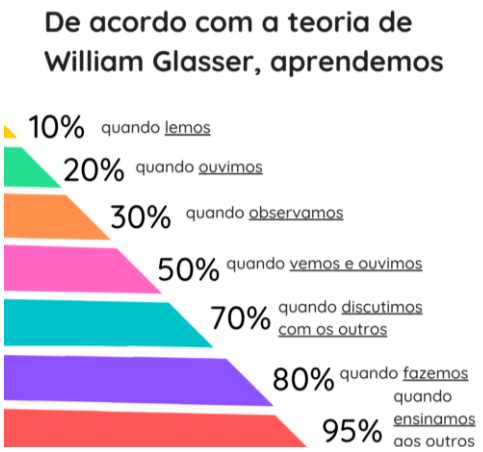
Todas as unidades curriculares, além de utilizar as metodologias propostas, utilizam a plataforma de ensino Moodle como instrumento auxiliar na formação dos discentes. '*Trata-se de um ambiente de ensino e aprendizado de apoio ao ensino presencial e a distância que permite melhor acompanhamento e gestão do curso, além de possibilitar um diálogo entre acadêmicos e professores, para além da sala de aula*". A escolha por este ambiente se deu por ele viabilizar várias formas de práticas para o processo de ensino e aprendizagem. O professor disponibiliza o conteúdo para o aluno e transmite informações necessárias que servem de base para a construção do conhecimento. Para isso utiliza um formato híbrido entre a variante culta e a popular, possibilitando ao aluno, por meio do texto escrito, a interação com o conteúdo a ser apreendido. A aplicação da metodologia ativa, com incentivo a estudo pré-aula e pós-aula se concretiza com o moodle.

É preciso preparar planos de contingência para as mudanças.

A velocidade na transformação das formas de comunicação permite assinalar que outros recursos tecnológicos e educacionais abertos, em diferentes suportes de mídia, poderão ser adotados visando o desenvolvimento da aprendizagem autônoma dos estudantes como livros, e-books, tutoriais, guias, vídeos, documentários, podcasts, revistas, periódicos científicos, jogos, simuladores, programas de computador, apps para celular, apresentações, infográficos, filmes, inteligência artificial, entre outros.

Estudos recentes sobre os impactos da transformação digital, inteligência artificial e novos robôs demonstram que tanto competências técnicas como emocionais devem ser trabalhadas, e que há mudanças profundas na forma de aprender, ensinar e exercer uma profissão.[16]

Procura-se agregar em um mesmo ambiente, as ferramentas potencializadoras de uma aprendizagem colaborativa. Ainda, o curso visa atender às especificidades do padrão tecnológico dos usuários e aos anseios dos professores envolvidos no processo, ressaltando-se que há, hoje, um novo perfil discente: jovens conectados a plataformas digitais desde a mais tenra idade e que têm boa parte de suas interações sociais operacionalizadas dentro de redes sociais e games. A familiaridade com as plataformas é grande. "Mais do que isso, interagir socialmente, aprender os mecanismos de



14 - Hierarquia Aprendizagem

[16] PARECER CNE/CES Nº: 438/2020.

funcionamento das ferramentas e aprender errando já fazem parte do aprendizado desse grupo de pessoas que terá entre 25 e 30 anos em 2030. São esses jovens que estão se preparando para entrar na faculdade agora e, por saberem que podem adquirir conhecimento dentro dos meios digitais e das próprias experiências, desafiam os métodos tradicionais de aprendizado. Eles têm consciência de que o conteúdo não está confinado às salas de aula, que o professor não é o único guardião desse conhecimento e que a melhor forma de aprender é fazendo, tentando, errando e acertando. Por isso, os métodos tradicionais de ensino, calcados em modelos do Século XX já não são o suficiente para atrair a atenção do aluno.” [17]

Nesse sentido, o ambiente colaborativo de aprendizagem proposto também procura incentivar interesses comuns entre o grupo, relacionados com a vida dos participantes, às necessidades comuns do que devem aprender e do que gostam de fazer, objetivando criar uma cultura de solidariedade e cooperação na aprendizagem, intentando romper com a competição e a forte preocupação com a nota obtida nas provas e exames.

Os procedimentos de ensino pautam-se nas metodologias ativas e favorecem ao estudante o “aprender fazendo”. A prática pedagógica proposta para o curso de Direito busca valorizar os experimentos, levando em conta os interesses e a autoaprendizagem dos alunos.

Essa metodologia diferenciada e inovadora torna a aprendizagem visivelmente eficiente, visto que os recursos tecnológicos disponíveis e o atendimento diário diretamente com o professor conteudista da disciplina permitem a discussão das aplicações da área de conhecimento, relacionando teoria e prática de forma natural.

Especificamente em relação às ao ensino na modalidade a distância (parcial ou integral), estas contarão com atividades assíncronas (aulas gravadas, roteiro de estudos, atividades avaliativas, entre outras a serem elaboradas pelo professor) e atividades síncronas com a utilização de ferramentas como: sala de aula, portfólios, chats, quadro de avisos, fórum, agenda, vídeos, e-mails, WhatsApp que promovem uma interação em tempo real entre docentes e alunos, além das aulas *on line* via web conferência. [18] Os links permitem ao professor fazer a indicação de sites relacionados com seu conteúdo e

[17] PARECER CNE/CES Nº: 438/2020, p. 8.

[18] As interações síncronas são extremamente importantes no processo ensino aprendizagem no ensino EaD. Além de ser um espaço de contato direto com o professor, para revisão do conteúdo, esclarecimento de dúvidas, permite também que se desenvolvam outras atividades e vivências educacionais. E, as webs conferências se apresentam como uma excelente ferramenta para atingir o propósito. Neste sentido indica-se http://www.abed.org.br/congresso2017/trabalhos/pdf/106.pdf Acesso abril de 2021.

disponibilizar textos teóricos de cunho científico que possam contribuir e complementar os conteúdos de cada unidade oferecida nas disciplinas. E obrigatoriamente terão o uso:

- **Vídeo aulas**
- **Roteiros de estudos**[19]
- **Atividades avaliativas**
    - 80% de atividades avaliativas presencias, sendo 20% das atividades avaliativas desenvolvidas na forma virtual, previamente definidas no plano de ensino da unidade curricular.
    - as avaliações serão presenciais compostas de 60% de questões subjetivas e 40% de questões objetivas, com a opção de adoção pelo professor, previamente fazendo constar no plano de ensino, prova oral, adotando-se os mesmos procedimentos para devolução e recurso.

A carga horária da disciplina na modalidade a distância está dividida da seguinte maneira:

Quadro 1 - Divisão da carga horária da disciplina

Aula roteirizada na modalidade à distância		
Percentual da CH	**Tempo didático**	**Responsáveis**
10%	Diagnóstica	Professor Conteudista/Formador/Aluno
30%	Vídeos e material didáticos	Professor Conteudista/Formador/Aluno
60%	Formativa e Somativa	Professor conteudista/Formador Tutor/Aluno

Ainda, conforme Manual de Produção de conteúdo, as atividades de interação e questionário podem e devem ser utilizadas para contabilizar o tempo de aula que possuem ligação direta com o tempo de vídeo.

Aula de 30h = 70´|Aula de 60h = 140´

As atividades de questionário não podem ser de menos de 05 minutos cada. As atividades de interação (individuais ou em grupo) não podem ultrapassar a 10´ para as disciplinas de 30h e 25´para as aulas de 60h.

[19] Modelo do roteiro de estudo no Anexo VI.

Deste modo, o acadêmico desenvolve 100% da carga horária acadêmica efetiva da disciplina entre material didático, videoaulas e atividades, entre outras formas destacadas, sendo que professores e tutores promovem uma inter-relação entre os tempos didáticos e, consequentemente, viabilizam o desenvolvimento do acadêmico e contribui para o processo de ensino-aprendizagem. O material didático e sua apresentação estão descritos no item 3.7.3.

A tutoria nas disciplinas ofertadas na modalidade a distância tem o objetivo de proporcionar aos estudantes um acompanhamento personalizado e continuado de seus estudos, utilizando diferentes tecnologias digitais para orientação, motivação, avaliação e mediação do processo de ensino e aprendizagem, em constante articulação com a Coordenação de Curso, com outros docentes e com outros tutores, quando for o caso.

Há no PDI um plano específico de formação e capacitação de professores e tutores para atuação.

Ainda no que tange ao ensino a distância, de acordo com as regras estabelecidas na Portaria 2117/2019, a fim de atender tais perspectivas o curso tem como diretriz a otimização da interação entre discentes e docentes via internet e utilização de material impresso (fundamentada no contexto de regiões carentes de infraestrutura tecnológica), com plano de contingência claramente definido. O propósito de interação esteve presente como diretriz em cada momento da elaboração do material impresso, viabilizando a mediação do processo de aprendizagem.

Acresce-se, ainda, a este conjunto de ferramentas metodológicas, a prática jurídica, para a formação técnico-profissional, a ser efetivada por meio de atividades: a) de ensino dos componentes obrigatórios de prática de jurídica; b) de pesquisa e estudo da jurisprudência e análise dos casos simulados e reais da prática jurídica; c) de extensão, efetivada no atendimento jurídico à comunidade; d) aprendizagem social, a partir das atividades de observatório na prática jurídica com a vivência em espaços de prática jurídica; e) de atividades reais e simuladas práticas de negociação, de mediação, de conciliação, de arbitragem de tutela coletiva de direitos, bem como a utilização do processo judicial eletrônico; e f) de empreendedorismo e inovação, presente na busca de soluções inovadores, inclusive por meio da tecnologia, para o enfrentamento de situações de um mundo em constante transformação.

Em relação às disciplinas de prática jurídica, a proposta também se torna inovadora, pois além do espaço físico de realização das atividades práticas e atendimento à comunidade, há previsão de criação de uma plataforma de atendimento virtual aos cidadãos e acompanhamento virtual de audiências mediante convênios a serem firmados, como destacado no item abaixo e renovado no item Núcleo de Prática Jurídica, da dimensão 3.

Soma-se, por fim, as atividades complementares e atividades de extensão curricular, pois permitem com mais efetividade realizar a articulação da teoria com a prática.

Trilhando esse caminho o curso de Direito será capaz de garantir a formação de um egresso com pensamento crítico e compromisso ético com desenvolvimento humano e social, capaz de perceber qualquer alteração no ordenamento vigente, atuando como sujeito no processo de construção e transformação do conhecimento.

Assim, para atender a proposta metodológica do curso de Direito, o processo ensino-aprendizagem contará com as seguintes ferramentas:

Aulas presenciais

Aulas remotas – com ferramentas síncronas, ao vivo, que permitem o encontro em tempo real e a participação ativa do aluno, além de permitir o estabelecimento de vínculos entre os participantes. As aulas remotas serão também subsidiadas por ferramentas assíncronas que são menos interativas, mas permitem que o aluno se aproprie da teoria e do tema que vai ser abordado nas aulas.

Guias de estudos - material impresso contendo o conteúdo das webs aulas, garantindo a todos (quem possui ou não acesso às webs aulas) a sua acessibilidade metodológica.

Videoaulas – aulas gravadas pelos docentes e tutores disponíveis na plataforma para que os alunos assistam a qualquer hora e quantas vezes achar necessário.

Atividades *On-line* - atividades sincrônicas e assíncronas que contribuem para avaliação diagnóstica e avaliação formativa dos conteúdos, por meio da resolução de questões objetivas, dissertativas, aprendizagem baseada em problemas e objetos de aprendizagem, além de auxiliar preparando o discente para avaliação somativa, realizada presencialmente.

Portfólio - caracteriza-se como um espaço para a postagem de trabalhos acadêmicos desenvolvidos, solicitados pelos docentes, dentro dos objetivos e critérios estabelecidos e com prazo determinado conforme calendário; e

Sistema de Mensagens - espaço que possibilita a comunicação para troca de informações, como avisos, comunicados e orientações entre acadêmicos, professores/tutores e coordenador do Curso no portal do aluno e AVA.

Softwares jurídicos – Juristta School e Juristta Office

Todos os materiais são disponibilizados na plataforma, sejam arquivos de texto, imagens ou vídeos, permitindo ao aluno autonomia e flexibilidade de consulta e uso. Ao mesmo tempo, diferentes modelos de atividades de verificação e acompanhamento da aprendizagem estão disponíveis ao professor, que pode alternar ou associar com suas aulas e avaliações, permitindo aprendizagens diferenciadas em cada componente curricular.

Em relação aos alunos com deficiência, a IES está comprometida, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso a proporcionar todo o apoio necessário conforme previsão do PDI.

Ressalta-se ainda que o NPAS é o setor responsável por acompanhar e atender ao que estabelece a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista fazendo o acompanhamento especializado dos estudantes com tais necessidades.

Além destes aspectos, destaca-se a biblioteca virtual Saraiva como recurso disponibilizado aos alunos, com acesso na IES e remoto, otimizando, desta forma, atividades extraclasse, consolidando a construção do conhecimento. Tais elementos proporcionam aprendizagens diferenciadas.

A metodologia adotada atende ao desenvolvimento de conteúdos, às estratégias de aprendizagem, ao contínuo acompanhamento das atividades, à acessibilidade metodológica e à autonomia do discente, coaduna-se com práticas pedagógicas que estimulam a ação discente em uma relação teoria-prática, e é claramente inovadora e embasada em recursos que proporcionam aprendizagens diferenciadas dentro da área.

Balizado pela concepção de avaliação formativa, o Curso de Direito busca aperfeiçoar a metodologia de ensino num esforço conjunto de adoção de estratégias de ensino e instrumentos de avaliação coerentes com as competências profissionais esperadas.

1.7 Estágio curricular supervisionado

O Estágio Curricular está previsto na matriz curricular como disciplina obrigatória e visa a promover a articulação entre o processo formal de ensino do Curso de Direito e a demonstração da proficiência que dele deve decorrer, através de desenvolvimento e inserção na comunidade e no mercado de trabalho. Busca, também, proporcionar ao aluno a oportunidade de desenvolver sua capacidade profissional, sob a orientação de profissionais do Direito, especialmente de Advogados, que atuam como Professores. Em último grau, o Estágio Curricular avalia de modo prático a formação acadêmica recebida durante o curso, propiciando, assim, a primeira experiência profissional do Acadêmico na área do Direito.

Trabalha com matéria essencialmente prática, sem se desvincular do conteúdo material, de modo a propiciar aos alunos um adequado conhecimento e treinamento no exercício das atividades, para que vivenciem os problemas da área jurídica e adquiram responsabilidades, especialmente as de ordem ético profissional.

O Estágio Curricular, enquanto componente curricular obrigatório, possui carga horária de 320 horas na forma disposta em Regulamento próprio do Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ). Em que pese o incentivo a que o estágio aconteça desde o início do curso, na qualidade de estágio não obrigatório, o Estágio Curricular compõe disciplina obrigatória a partir do Sexto Período e divide-se em Prática e Clínica Jurídica (150h) e Prática e clínica jurídica carreiras públicas (50h) e Estágio Supervisionado – Intervenção (120h).

Destaca-se que as horas estágio (320h) somada à carga horária das atividades complementares (200h) não ultrapassam 20% da carga horária total do curso e representam um percentual de 13% da carga horária total de 4000h.

As atividades do Estágio Simulação são desenvolvidas na sede. As atividades do Estágio Observação são desenvolvidas junto aos órgãos públicos em que são possíveis as práticas jurídicas como Tribunal de Justiça, Fórum, Tribunal Regional do Trabalho, Delegacias, Assembleia Legislativa, entre outros. As atividades do Estágio Intervenção são desenvolvidas no âmbito do Núcleo de Práticas Jurídicas e/ou outros espaços como CEJUSC e Programa Justiça no Bairro mediante convênios.

O Estágio Prática tem por objetivo propiciar aos discentes conhecimentos sobre as práticas jurídicas, estruturação e elaboração de peças básicas tais como contratos, acordos extrajudiciais, procuração; procedimento em audiência; conciliação, mediação e arbitragem, recursos (judiciais e administrativos), pareceres, entre outros, com a seguinte distribuição de Carga Horária: Cível (60h), Penal (60h) e Trabalho (30h).

O Estágio Clínica tem por objetivo propiciar aos discentes conhecimentos sobre divisão e organização Judiciária, o acompanhamento de práticas forenses inerentes ao Poder Judiciário nas diversas instâncias, ou a órgãos que contribuem direta ou indiretamente para a formação profissional. Compreendem a observação dos atos praticados, com ou sem orientação direta dos professores orientadores, seguido de reflexão teórico-prática exteriorizada por meio de relatório circunstanciado, validado pelo professor supervisor do estágio.

Tendo em vista que as práticas forenses se tornaram virtuais, para atender o propósito do Estágio Observação serão realizados acordos com os Poder Judiciários Estaduais e Federais para possibilitar a transmissão de audiências quando não for possível a presencialidade, tal como acontece com o Supremo Tribunal Federal, para o fim de atender ao que se pretende na disciplina.

O Estágio Intervenção, tem início no 7º semestre e é seguido pelo II, III e IV até o 10 semestre. Nesta intervenção, o acadêmico, além de aproximar-se da realidade do

cotidiano forense, bem como de estar imerso nas práticas de redação jurídica, iniciará a sua intervenção em casos reais oportunizados pelas atividades de atendimento ofertadas pelo NPJ, diretamente, ou por meio de convênios específicos.

O Estágio no NPJ compreende a prática real, com o atendimento ao público, com orientações jurídicas e encaminhamentos, participando, o acadêmico, de audiências extrajudiciais de mediação e conciliação e participando de audiência de conciliação, instrução e julgamento dos processos em que atuar, sendo acompanhado de um orientador (advogado).

O direito, acompanhando as atualizações necessárias, em especial as decorrentes da Covid-19, modificou a forma de comunicação entre o utente e o profissional do direito. Atualmente, plataformas digitais passaram a ser o meio de comunicação entre o advogado, o defensor público, o ministério público e o Poder Judiciário e o cidadão, a exemplo do Balcão Digital.

Já existem disponíveis para o cidadão algumas plataformas externas que permitem o acesso à soluções extrajudicial dos problemas jurídicos, como a do Governo Federal, através da página www.consumidor.gov.br, que inclusive o próprio Poder Judiciário incentiva o uso, principalmente para as causas de menor complexidade – como as de relações de consumo -, ou o site JusBrasil, na qual o público pode, a partir da disponibilização de seu “case", ter um advogado interessado no caso, ou mesmo sites como Proteste, com foco nos litígios de relação de consumo, muitas nem sempre gratuitas.

O NPJ é um instrumento essencial e de importância reconhecida na concretização do acesso à Justiça. O letramento digital é, também, uma tarefa a ser desempenhada pelos NPJ.

Assim, para fins de atendimento ao público, o NPJ manterá, além do atendimento presencial, uma plataforma específica para a Prática Jurídica, que auxiliará os professores orientadores na organização de suas atividades e acompanhamento dos atendimentos a distância, através de uma página de acesso (para o pré-cadastro) e o sistema Google/Microsoft e o software jurídico *Juristta Office*.

Esta plataforma, além de possibilitar o desenvolvimento da Prática Jurídica de uma maneira inovadora, possibilita aos discentes estagiários vivenciar experiências diferenciadas de aprendizagem e traz consigo uma inovação: será possível ao público realizar o agendamento para atendimento, sendo então uma facilitadora do público para com o Núcleo de Prática Jurídica, tanto no âmbito presencial, como no âmbito virtual realizando o princípio constitucional do acesso à justiça.

A fim de elucidar a aplicabilidade da plataforma, explica-se.

O cidadão poderá acessar a página do NPJ através de um computador ou smartphone para realizar o cadastro no sistema. O cadastro poderá também ser acompanhado pela secretaria da unidade do NPJ.

A triagem, pré-cadastro e agendamento, serão feitos via página de acesso, facilitando a triagem do assistido, da mesma forma como é feito no atendimento presencial, de acordo com o Regulamento do NPJ e da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD.

Além das informações primárias de contato, para fins de dar continuidade no atendimento, será levado em consideração a localização do assistido ou do fato, a competência do feito, a cidade onde será ajuizada ação - se necessária - nos termos do Código de Processo Civil, bem como um breve resumo do fato para a questão da análise da competência material e processual e pertinência às competências estabelecidas pelo NPJ. Estas ações iniciais são necessárias para eventual necessidade de atendimento presencial, ou eventual necessidade de provocação do poder judiciário, ou necessidade de realização de convênios.

Como fluxo de atendimento está previsto:

1) Pré-cadastro. Na página de acesso deverão ser apresentadas pelo assistido: nome completo, contato telefônico - de preferência com whatsapp - e e-mail. Breve, porém completo, resumo dos fatos e cidade/bairro onde reside ou aconteceu o fato e a opção de qual forma prefere receber a resposta (mensagem, e-mail ou ligação);

2) Triagem. Atividade a ser desempenhada pelo discente-estagiário. Prazo para devolutiva: até 36h (trinta e seis horas) após o recebimento do pré-cadastro. Recebido o contato, o professor orientador irá designar o discente-estagiário que será responsável pela resposta. A triagem será analisada pelo discente-estagiário, com elaboração de um parecer resposta a ser encaminhado ao assistido, após aprovação do professor supervisor. Deverá ser observado pelo discente-estagiário o uso de uma linguagem clara, objetiva e ausente de “jurisdiquês”, justificando possibilidade ou não da continuidade no atendimento.

3) Resposta. Após a triagem, o assistido receberá uma resposta via e-mail e comunicação por WhatsApp (podendo ser possível a ligação em alguns casos) com análise da triagem: possibilidade de continuidade ou não no atendimento.

a. Atendimento. Sendo possível a continuidade do atendimento, na mensagem de resposta deverá ser informado se é possível optar pelo atendimento virtual ou somente presencial (este quando possível) e receberá um link para agendamento do atendimento via Google Agenda.

b. Impossibilidade de atendimento. Não sendo possível a continuidade no atendimento, no contato de resposta deverá ser explicado quais as razões que

impossibilitam o atendimento (por exemplo – valor da causa) e as medidas necessárias que precisa adotar, bem como a quem deve procurar para ter o seu direito atendido (neste momento não serão analisados a prescrição e a decadência, exceto se identificáveis). Para as respostas escritas, haverá um modelo de parecer de orientação.

4) Atendimento. Deferido pelo professor supervisor o atendimento, será definida data para atendimento. A agenda dos atendimentos será única, monitorada pelo coordenador do NPJ e organizada pelo professor orientador. Após o agendamento, designa-se o discente-estagiário para o atendimento, se possível, o mesmo que iniciou a triagem.

A preferência será dada sempre ao atendimento presencial.

Caso o assistido opte pelo atendimento virtual, ainda assim deverá o discente-estagiário fazer uso do espaço do NPJ a fim de garantir um atendimento de qualidade, não sendo permitido atendimento virtual fora do NPJ. O atendimento ao público será feito sempre sob supervisão direta do professor orientador que acompanhará o atendimento previamente agendado.

Dúvidas ou necessidade de esclarecimento, ou mesmo intervenções poderão ser feitas no momento do atendimento, destacando que todo o atendimento, inclusive presencial, terá à disposição do discente-acadêmico um computador com fone de ouvido. O uso de computador pelo discente-acadêmico é imprescindível. Não será permitida a sua substituição por smartphone para que seja feito o atendimento no NPJ, salvo em exceções a serem analisadas pelo professor orientador.

Está em desenvolvimento pela empresa *Juristta* o software jurídico *Juristta Office.* Trata-se de um software jurídico para atender as Instituições de Ensino na gestão do NPJ e também os Escritórios de Advocacia. Conforme informação prestada pela empresa: *"Para as IES, este novo produto irá proporcionar o acompanhamento dos processos reais, tanto na gestão acadêmica quanto na gestão administrativa e processual, proporcionando ao aluno uma visão completa de como gerenciar sua atividade profissional no seu futuro escritório."*

As ferramentas possibilitarão aos acadêmicos experimentarem diversas situações do dia a dia da prática jurídica, tanto simuladas como reais.

Isto porque, ainda no âmbito do NPJ, nas audiências, o acadêmico atua como verdadeiro representante do assistido do NPJ e não apenas como ouvinte. Ademais, todas as atividades reais produzidas no NPJ serão praticadas pelos estagiários e as peças processuais que elaboram seguem a orientação de um advogado, para posterior protocolo.

Acrescidas às atividades já explicitadas nos parágrafos anteriores durante a realização do estágio supervisionado, o acadêmico analisa autos de processos findos, se

submete a elaboração de peças processuais e extrajudiciais, como contratos e acordos, leitura e interpretação de textos, elaboração de materiais informativos à sociedade, visitas orientadas (órgãos públicos, Fóruns, Tribunais, Delegacias, Cartórios judiciais e extrajudiciais), participam de palestras, todas voltadas para a prática profissional, sempre com o cunho deontológico de formação profissional, bem como são desenvolvidas práticas de arbitragem, mediação e negociação.

Uma vez que se trata de uma disciplina, as atividades do Estágio Supervisionado são desenvolvidas por professores especialmente designados para tal, advogados militantes, dotados de carga horária adequada ao exercício da atividade docente e ao desdobramento da prática real, que se traduz também no acompanhamento judicial.

Os acadêmicos desenvolvem o Estágio Prática no turno regular, podendo optar pelo turno diverso. O Estágio Clínica e Intervenção é em turno diverso do seu turno regular, integrando turmas reduzidas, e são supervisionados pessoalmente pelo Professor Orientador de Estágio, a quem incumbe exercitar a prática através de simulações, tais como exercícios de peticionamento, audiências simuladas, emissões de pareceres e produções científicas de modo a gerar insumos para atualização das práticas do estágio e, também através de atendimentos reais, consistentes na consultoria jurídica, realização de sessões de conciliação ou mediação, ou mesmo acionamento judicial.

Cumpre esclarecer que, em cumprimento das orientações da OAB, os atendimentos reais do Núcleo de Práticas se limitam às causas cuja legitimidade seja de pessoas comprovadamente carentes, e que não possuam recursos para custear as despesas do advogado. Também está fora da atuação do Núcleo de Práticas Jurídicas causas que importem o recebimento de valores vultosos, causas da jurisdição trabalhista e causas da jurisdição criminal (salvo se possível em razão da realização de convênio específico).

Os acadêmicos que realizam atividades de Estágio junto às instituições conveniadas, a exemplo do Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Departamentos Jurídicos Oficiais e Escritórios de Advocacia devidamente credenciados para esse fim, etc., até mesmo por uma questão de incompatibilidade funcional, desenvolvem o Estágio Supervisionado na modalidade Externa que é rigorosamente administrado pela Coordenação de Estágio e Coordenação do Curso, com registro semestral dos Termos de Compromisso celebrados entre o Aluno e a parte concedente (representada por um profissional responsável pelo estagiário), bem como fiscaliza a idoneidade das atividades práticas descritas no Relatório de Estágio. Há a necessidade pelo discente estagiário de entregar peças práticas simuladas, além das demais

atividades avaliativas realizadas pelo NPJ e que alcançam, indistintamente todos os acadêmicos.

A avaliação nos estágios curriculares reais e simulados é primordialmente continuada, objetiva e subjetiva, realizada a cada encontro e a cada atividade, somado a comprovação de comparecimento para assistir um determinado número e tipo de audiências durante o Estágio Observação.

Conforme previsto no Regulamento do Estágio Curricular Supervisionado, há previsão de avaliações periódicas, devidamente documentadas, a fim de possibilitar as melhorias necessárias e contínuas no projeto de ensino, bem como permitir o planejamento e replanejamento para o adequado atendimento e aperfeiçoamento das atividades de Estágio.

A avaliação nos estágios curriculares reais e simulados é primordialmente continuada, objetiva e subjetiva, realizada a cada encontro e a cada atividade.

Considera-se na avaliação continuada subjetiva todos os aspectos relativos ao desenvolvimento das atividades de estágio, em particular quanto ao estágio supervisionado do NPJ, tais como: pontualidade, assiduidade, comprometimento, postura ética, observância as práticas e procedimentos do estágio e do exercício profissional, trato social (urbanidade) com o público interno e externo, em particular os assistido do NPJ, domínio do conteúdo jurídico com enfoque humanístico diante particularidades sociais do assistido, a capacidade de reflexão-ação-reflexão na solução dos problemas apresentados dentre outros aspectos relevantes.

Entende-se por avaliação continuada objetiva a elaboração das peças e atividades práticas realizadas pelo acadêmico-estagiário no dia a dia do estágio, considerando principalmente a relação teórico-prática na construção dos instrumentos processuais e extraprocessuais.

A verificação do rendimento do aluno no Estágio Supervisionado leva em conta:

- a frequência mínima exigida de 75% (setenta e cinco por cento) aferida conforme presença registrada diretamente pelo Professor Orientador de Estágio, ou conforme noticiado no Relatório de Estágio junto às instituições conveniadas, apreciado também pelo Professor Orientador de Estágio;
- desempenho nas peças técnicas, reais ou simuladas, produzidas no âmbito do Núcleo de Práticas Jurídicas, ou entregues pelos acadêmicos ao Professor Orientador de Estágio responsável por acompanhar o Estágio na modalidade Externa;
- comprovação de participação em júri simulado, atividade de mediação e arbitragem simulada, e de ter assistido a todas as audiências previstas no Regulamento do Estágio;

- e submeter-se a uma avaliação final escrita, em cada semestre, que somada à avaliação diária, determina se o acadêmico possui ou não condições de prosseguir.

O aluno considerado inabilitado na avaliação final do Estágio Supervisionado, deverá refazê-lo, submetendo-se à Prova Final, que sempre consistirá em uma Prova Prática.

Durante o período do estágio curricular supervisionado, além do contato com a população carente que se utiliza do NPJ, os acadêmicos-estagiários têm a possibilidade de participar de projetos de extensão universitária do curso, da IES como um todo ou de parcerias com órgãos públicos como Ministério Público Estadual, Justiça Estadual, etc., envolvendo: atividades de assessoria jurídica nas comunidades menos favorecidas ou de bairros mais afastados do centro da cidade; ministrar palestras em escolas, empresas ou associações, principalmente sobre direitos e garantias individuais e coletivas; participar de ações que atendam a garantia de tutela coletiva de interesse público e social, em particular com associações de moradores; participar de programas informativos de rádio, dentre tantas outras.

Garante-se com isso a flexibilidade da construção do seu próprio currículo tanto de estágio quanto de atividades complementares e, desenvolve seu conhecimento numa relação interdisciplinar aproximando-se muito da transdisciplinaridade ao envolver o conhecimento epistemológico do direito com os vários saberes empíricos da sociedade em geral e outros saberes epistemológicos de outras áreas do conhecimento, estas em ações sociais praticadas em conjunto.

Conforme previsto no Regulamento do Estágio Curricular Supervisionado, há previsão de avaliações periódicas, devidamente documentadas, a fim de possibilitar as melhorias necessárias e contínuas no projeto de ensino, bem como permitir o planejamento e replanejamento para o adequado atendimento.

As avaliações regulares e as autoavaliações, constituem insumos para o aperfeiçoamento das atividades de Estágio. Dentre as atribuições ao Coordenador do Núcleo de Estágio está a fazer a interlocução entre a Faculdade e o(s) ambiente(s) de estágio, encaminhando à Administração da Faculdade as propostas de convênios ou contratos, pesquisas, sugestões de novas possibilidades de serviços a serem implantados no NPJ e relatórios periódicos das atividades do Núcleo.

A título de conhecimento, o curso de Direito da Faculdade Pan-Americana firmou convênio com o Tribunal de Justiça para atuação conjunta no Projeto Institucional Justiça no Bairro https://www.tjpr.jus.br/justicanobairro (já em prática) e o Projeto Institucional JEC – Superendividados (com início em 2024).

Desenvolve-se também extensão curricular do Núcleo de Prática Jurídica. Uma das atividades em desenvolvimento ocorre juntamente com o Ministério Público, com a Promotoria das Comunidades, em um projeto para lideranças comunitárias.

1.8 Atividades complementares

As Atividades Complementares são componentes curriculares enriquecedores e complementadores do perfil do formando, inclusive aquelas adquiridas fora do ambiente acadêmico, como a prática de estudos e atividades independentes, temas transversais, interdisciplinares, especialmente nas relações com o mercado de trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade e, no âmbito do curso, estão devidamente regulamentadas.

Almejando diversificar as Atividades Complementares, o Curso de Direito sistematizou os tipos de atividades admissíveis para essa finalidade, numa distribuição necessariamente proporcional entre atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, para totalizar 200 horas, compondo-se de atividades diversificadas – online e presenciais.

Destaca-se que as horas estágio (320h) somada à carga horária das atividades complementares (200h) não ultrapassam 20% da carga horária total do curso e representam um percentual de 13% da carga horária total de 4.000h.

Observando a exigência do cumprimento de Atividades Complementares, os alunos são estimulados a contemplar uma disciplina de LIBRAS, dentre as atividades de sua escolha, caso não opte pela sua oferta como optativa.

Para fins de registro acadêmico da carga horária, as Atividades Complementares foram divididas em 03 (três) grupos, devendo o aluno obter aproveitamento ao longo do curso, em pelo menos 02 (dois) grupos:

Grupo 1: Ensino;

Grupo 2: Pesquisa;

Grupo 3: Extensão.

Admitem-se como Atividades Complementares associadas ao Ensino, a prática de monitoria, participação em grupo de estudo orientado, a frequência e o aproveitamento em disciplinas de outros cursos da IES, em áreas afins; ou em outra Instituição de Ensino Superior, na mesma área de formação, desde que não contempladas na matriz curricular da Faculdade, ou em áreas afins, a critério do Coordenador do Curso.

Consideram-se como Atividades Complementares associadas à Pesquisa a participação de alunos em investigação científica ou profissional; a produção e/ou publicação de artigos ou resenhas de autoria própria ou em colaboração com profissionais ou docentes pesquisadores.

Constituem Atividades Complementares associadas à Extensão a participação em projetos de extensão reconhecidos pela IES; o comparecimento a eventos diversos na área de formação ou em áreas afins, tais como: palestras, seminários, simpósios, exposições, debates, exibição e discussão de filmes e vídeos, lançamento de livros.

Conforme exposto na matriz curricular, o aluno deve desenvolver durante o ciclo acadêmico uma programação que totalize a carga horária mínima de 200 horas a ser cumprida. A totalização das horas destinadas às Atividades Complementares é indispensável à colação de grau.

A escolha e a validação das Atividades Complementares devem objetivar a flexibilização curricular, propiciando ao aluno a ampliação epistemológica, a diversificação temática e o aprofundamento interdisciplinar como parte do processo de individualização da sua formação acadêmica, competências e habilidades desejadas para o egresso do curso de Direito.

O Ensino, a pesquisa e a extensão poderão também ser desenvolvidas em atividades como Blogs, Lives, Podcasts e outras formas de produção de conteúdo digital, desde que sobre conteúdos jurídicos, conforme previsão no regulamento próprio.

A Faculdade incentiva a realização das Atividades Complementares por meio de programa regular de oferta de uma série de atividades, tais como: Cursos extracurriculares; Visitas aos Fóruns, Distritos Policiais, Tribunal do Júri, Penitenciárias, etc.; Seminário de Iniciação Científica com apresentação de trabalhos; Palestras com profissionais da área jurídica para apresentação e novas tendências da ciência jurídica, visando sempre incentivá-los ao desenvolvimento e ao fomento da pesquisa; Semana Jurídica; Atividades culturais e de responsabilidade social; Palestras em áreas afins do Direito; e etc. Independentemente de participar de eventos que forem promovidos ou oferecidos pela IES, compete ao aluno desenvolver esforços para buscar na comunidade externa e participar da realização de outros que sejam promovidos ou realizados por órgãos públicos ou privados e/ou instituições atuantes na comunidade, que por sua natureza possam vir a ser aproveitados com vistas à integralização de Atividades Complementares.

O Coordenador do Curso é o responsável pelo acompanhamento acadêmico das Atividades Complementares e lhe compete: executar as normas do Regulamento;

orientar e prestar esclarecimentos sobre as atividades complementares aos acadêmicos; Supervisionar o desenvolvimento das Atividades Complementares; realizar reuniões com os acadêmicos; realizar o registro e validação das Atividades Complementares desenvolvidas pelo acadêmico, de acordo com os critérios estabelecidos no Regulamento, emitindo parecer do cumprimento das atividades à Secretaria Acadêmica; planejar mecanismos inovadores para a sua regulação, gestão e aproveitamento e aprovar, junto ao Colegiado e o Conselho Superior, outras Atividades Complementares não previstas no Regulamento. O coordenador do curso pode delegar essas funções com a instituição do Núcleo de Atividades Complementares, descrito no item 2.2.3.4.

As Atividades desenvolvidas devem ser comprovadas através de Certificados ou Declarações idôneas, que são registradas na Secretaria Acadêmica Digital em espaço próprio, e devem ter sido realizadas durante o período da graduação. O Coordenador avalia as atividades, aproveitando as horas comprovadas, conforme Regulamento, classificando-o entre os Grupos. O aproveitamento é acompanhado pelo Acadêmico via portal do aluno, permitindo assim a gestão das horas atividades complementares.

Desta feita, a o Curso faz uso de mecanismos comprovadamente exitosos ou inovadores na sua regulação, gestão e aproveitamento.

A comprovação pode ser apresentada a qualquer momento durante o curso, sendo os acadêmicos incentivados a realizar as atividades complementares desde o início do curso, nos termos do Regulamento próprio que é disponibilizado aos acadêmicos no Ambiente Virtual de Aprendizagem, junto com os demais Regulamentos existentes e outros Documentos Institucionais. Com objetivo de fomentar a diversidade de atividades complementares a serem realizadas pelo acadêmico, o Regulamento prevê uma quantidade máxima de horas por tipo de atividade.

1.9 Trabalho de conclusão de curso

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), enquanto componente curricular obrigatório, consistirá em trabalho individual sobre temática pertinente à Ciência do Direito, desenvolvido através da apresentação oral e escrita, conforme detalhamento previsto no Regulamento de Trabalho de Conclusão de Curso da Faculdade Pan-Americana.

O TCC pode ser apresentado a qualquer momento da graduação, sob a forma de artigo científico, e no Oitavo Período sob a forma de monografia, devendo se traduzir, em qualquer dos casos, numa carga horária total de 140 horas destinadas a essa

atividade, que compõe as disciplinas Trabalho de Conclusão de Curso I (TCC I) e Trabalho de Conclusão de Curso II (TCC II).

Visando a favorecer ao desenvolvimento e aprofundamento da aptidão à pesquisa, a disciplina Metodologia da Pesquisa Jurídica é ministrada logo no primeiro Período. Findo o oitavo período todos os acadêmicos deverão, necessariamente, depositar um Projeto de Pesquisa junto à Coordenação de TCC.

Cumpre esclarecer que a Coordenação de TCC é exercida por um Professor do Curso de Direito, com experiência em pesquisa, competindo-lhe a supervisão geral dos trabalhos, a indicação de professores orientadores por áreas de afinidade, o estabelecimento dos prazos e cronogramas, e o registro da aprovação ou reprovação dos acadêmicos, dentre outras funções regulamentares. O coordenador de TCC é o responsável pelas disciplinas TCC I e TCC II.

O acadêmico que optar pelo cumprimento do TCC através do desenvolvimento e da defesa de uma monografia, receberá da Coordenação de TCC a indicação de um professor orientador com afinidade na área do projeto de pesquisa. O professor orientador acompanhará o acadêmico na produção do texto a partir do Nono Período e defesa da monografia a partir do Décimo Período. Incumbirá ao professor orientador aferir a presença dos acadêmicos aos encontros obrigatórios que serão designados, bem como corrigir a produção textual atentando aos prazos estabelecidos pela Coordenação de TCC. A aprovação em TCC I será aferida pelo professor orientador com base no desempenho parcial do acadêmico, e a aprovação em TCC II será aferida pela Banca Examinadora, composta por três professores, com afinidade com o tema da pesquisa, incluindo o professor orientador.

O TCC também poderá ser desenvolvido através da escrita de artigo científico, fomentando, assim, a independência acadêmica e o compartilhamento científico. O acadêmico que optar pelo desenvolvimento do TCC sob essa forma deverá apresentar o texto publicado e o comprovante da publicação perante a Coordenação de TCC em revista jurídica qualificada, que designará uma Banca Examinadora composta por três Professores com afinidade na área da pesquisa, os quais aferirão a presença dos critérios regulamentares e emitirão parecer. O acadêmico poderá ser convocado para detalhar a pesquisa perante a Banca Examinadora, ou mesmo para complementar a pesquisa publicada com outras publicações, se assim for o caso. Diante do parecer da Banca Examinadora, a Coordenação de TCC aferirá a suficiência do trabalho para cumprimento dos requisitos da disciplina TCC I e TCC II, inclusive no que diz respeito à carga horária. Não sendo considerado suficiente, o acadêmico poderá buscar novas publicações ou desenvolver o TCC sob a forma de monografia.

Aprovado o Trabalho de Conclusão de Curso, o acadêmico e professor orientador deverão assinar o Termo de Compromisso autorizando a publicação do TCC em sua integralidade em revista, páginas on-line ou livro impresso, além dos repositórios institucionais próprios, acessíveis pela internet, gratuitamente e com a inclusão do nome de ambos.

A aprovação em TCC I e TCC II é, pois, requisito obrigatória à integralização curricular e, portanto, indispensável à Colação de Grau.

O manual de apoio à produção dos trabalhos de conclusão de curso, juntamente com o Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso é disponibilizado aos acadêmicos no Ambiente Virtual de Aprendizagem, junto com os demais Regulamentos existentes e outros Documentos Institucionais.

1.10 Apoio ao discente

1.10.1 Núcleo de Apoio ao Discente

O Núcleo de Apoio ao Discente da Faculdade Pan-Americana, tem como objetivos atender, mediar e solucionar situações que possam surgir no decorrer da vida acadêmica do corpo discente.

A Faculdade Pan-Americana tem preocupação constante com o acadêmico em todos os aspectos, seja de ordem psicológica, financeira, de aprendizado, ou de integração em sala de aula.

1.10.2 Objetivos:

- desenvolver competências ou habilidades dos acadêmicos que possam apresentar dificuldades de aprendizagem, ou deficiências;
- oferecer suporte necessário a acadêmicos, para um melhor aproveitamento no processo ensino-aprendizagem;
- acompanhar o desempenho acadêmico, a evasão escolar, índices de aproveitamento e de frequência às aulas e demais atividades dos acadêmicos.

Atendimento do Núcleo de Apoio ao Discente Visa:

Acolhimento e Permanência	A Faculdade Pan-Americana oferece aos seus discentes diversas ações que promovem o seu acolhimento e a sua permanência. Entre as ações de acolhimento, serão desenvolvidas atividades de recepção de calouros, além de atividades que promovam a integração entre veteranos e calouros, de modo que o veterano acompanhe o calouro ao longo do semestre, prestando orientações básicas sobre o curso e a IES, o desenvolvimento das aulas, de espaços profissionalizantes e da biblioteca, fomentando o fortalecimento dos relacionamentos de amizade entre calouros e veteranos. As ações são também avocadas pelos professores, coordenação, tutores e administrativo da faculdade. Visando à permanência do acadêmico, menciona a comunicação de uma pauta disponibilizada nas redes sociais com a publicação de posts de boas-vindas para o início das aulas, vídeos de orientação para acesso ao AVA, cronograma de atividades e calendário de disciplinas, bem como os prazos de abertura e encerramento de disciplinas, atividades e provas presenciais, bem como solicitação de carteira estudantil, entre outros
Acessibilidade metodológica e instrumental	Ações que visam superar barreiras da metodologia de ensino e do uso das ferramentas e instrumentos de estudo. Na semana de acolhimento, os acadêmicos possuem treinamento em relação ao funcionamento da instituição, apresentação do manual do acadêmico, do ambiente virtual de aprendizagem e a forma de usabilidade do sistema. O letramento digital é, também, uma tarefa da Faculdade. Neste sentido, há a previsão de atividades de nivelamento do uso das TICs utilizadas pela Faculdade. Os computadores da Faculdade contam com DosVox e Vlibras garantindo assim acessibilidade ao uso das ferramentas.
Monitoria	Ações com o objetivo de auxiliar na formação do discente, promovendo a integração de conhecimento entre os acadêmicos
Nivelamento	Ações com o intuito de promover e estimular o aprimoramento do desempenho Acadêmico de seus discentes para o fim de ultrapassar eventuais barreiras identificadas.
Intermediação e acompanhamento de	O estágio para o curso de Direito compõe disciplina obrigatória a partir do Sétimo Período. Porém, há o incentivo para que o estágio aconteça desde o início do curso, na qualidade de estágio não obrigatório. Para tanto há acompanhamento da

estágios não obrigatórios remunerados	Coordenação de Curso e secretaria para a identificação e publicização de vagas de estágio, bem como a realização de convênios específicos.
Apoio psicopedagógico	Através do NAPS tem o objetivo de garantir todo o suporte necessário e melhorar a qualidade do ensino
Participação em centros acadêmicos ou intercâmbios nacionais e internacionais	Para além das representatividade nos órgãos da faculdade (Colegiado, CPA, CEPE e Conselho Superior) os acadêmicos são motivados a participarem mais ativamente do dia a dia da faculdade, como o Diretório Acadêmico. Da mesma forma são motivados a conhecer sobre intercâmbios nacionais e internacionais, como o programa de mobilidade acadêmica.
Ações inovadoras	Apoio da tutoria, Ambiente virtual de aprendizagem, Serviço de informação ao corpo discente no AVA/Secretaria Digital Bolsa de responsabilidade social Espaço kids

As ações do Núcleo de Apoio ao Discente não se limitam aos profissionais ali inseridos, mas é uma responsabilidade de todos os envolvidos na Faculdade como professores, secretaria acadêmica e, em especial, a Coordenação do Curso que está voltada tanto para os docentes como para os discentes que tenta encontrar alternativas para sanar os diversos tipos de problemas apresentados. Há, inclusive, um horário para o atendimento específico aos alunos, para que os mesmos possam manter contato direto com a Gestão do Curso, contribuindo com sugestões e informando problemas existentes para sua imediata solução.

Os alunos contam também com a Ouvidoria da Faculdade, para externarem suas preocupações e dificuldades encontradas. Em resumo, o NAD objetiva ampliar potencialidades/possibilidades de convívio educacional/comunitário.

1.10.3 Política de atendimento a pessoas com necessidades especiais:

É política institucional o reconhecimento e atendimento diferenciado às pessoas com necessidades especiais, ou com transtorno de espectro autista, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades.

Assim, a Faculdade almeja prover Educação para todos, que possibilite o ingresso e a permanência acessível para acadêmicos e colaboradores, atendendo a legislação pertinente a saber inciso II §1º Art. 13 do Dec. 5.622/2005 e ao Decreto 5.296/2004.

A IES busca constantemente fomentar e consolidar a política de acessibilidade e inclusão, provendo a adequação frente as barreiras pedagógicas, arquitetônicas, urbanísticas, de transporte, informação e comunicação, a fim de promover a acessibilidade e permanência dos acadêmicos, docentes, tutores e técnico-administrativos com deficiência na comunidade acadêmica.

É importante registrar que para a Faculdade todos, sem distinção, são pessoas com direito à aprendizagem. Deste modo, para além das reformas de prédios e construção de rampas, trabalha-se com os atores que compõem o cenário acadêmico: colaboradores e acadêmicos com e sem deficiências. Para ambos os grupos (com e sem deficiências) o discurso do direito à igualdade de condições e a compreensão de que uma faculdade acessível e inclusiva se constrói na parceria, no respeito à diferença e na garantia do direito de participação irrestrita nos processos de ensino aprendizagem.

Quanto às medidas de acesso, são desenvolvidas as seguintes ações:

- Inclusão, na ficha de inscrição, de um campo de identificação do tipo de deficiência que o candidato apresenta;
- Alocação dos candidatos com deficiência física ou mobilidade reduzida em salas de fácil acesso;
- Disponibilização de um ledor para candidatos com deficiência visual, ou oferta de prova em Braille; e
- Disponibilização de um intérprete de LIBRAS para alunos surdos.
- Demais ações são desenvolvidas dentro da necessidade apresentada pelos acadêmicos e ou candidatos a ingresso.

Quanto às medidas para garantir a permanência desses alunos no curso eleito, foram elaborados documentos destinados a todos os docentes da Faculdade, com orientações necessárias à sua prática pedagógica, a fim de facilitar o processo de aprendizagem dos alunos com deficiências matriculados em suas disciplinas e destinados aos gestores da IES, corpo administrativo e pessoal de apoio para que garantam irrestrita acessibilidade.

Para atender a proposta, a Faculdade estabeleceu em seu PDI, e reproduzidas no PPC, metas a serem atendidas a partir dos marcos regulatórios, de modo a confirmar o compromisso social e o sucesso do projeto.

A IES objetiva garantir aos alunos com deficiências não só o acesso, mas também a permanência com sucesso na educação superior.

A política de atendimento aos discentes contempla programas de acolhimento e permanência, com programas de acessibilidade, monitoria, nivelamento, intermediação e acompanhamento de estágios não obrigatórios remunerados, além do apoio psicopedagógico.

Ainda, é acompanhada de perto pela Direção de ensino e faculdade junto ao Núcleo de Apoio ao Discente, a fim de permitir e garantir o atendimento discente em todos os setores pedagógico-administrativos da instituição, além planejar outras ações inovadoras.

1.10.4 Programa de Monitoria

A partir do segundo ano de curso, os acadêmicos podem participar do programa de monitoria, destinado a propiciar aos interessados a oportunidade de desenvolver suas habilidades para a carreira docente nas funções de ensino, pesquisa e extensão, assegurando, por sua vez, cooperação didática tanto ao corpo docente quanto ao discente, nas funções institucionais.

Os monitores auxiliam o corpo docente na execução de:

(i) tarefas didático-científicas, inclusive a preparação de aulas;

(ii) trabalhos didáticos e atendimento a acadêmicos;

(iii) atividades de pesquisa e extensão; e

(iv) trabalhos práticos e experimentais.

Sob a supervisão docente, os monitores auxiliam o corpo discente na orientação em trabalhos, de biblioteca, de campo e outros compatíveis com seu grau de conhecimento e experiência.

O curso organizou uma disciplina denominada Teoria Geral do Direito, que tem pretendido propiciar aos acadêmicos a possibilidade de iniciar seu processo de formação para a docência em Direito. Por intermédio de atividades práticas e de discussões teóricas, a disciplina propõe a reflexão crítica sobre pressupostos e implicações de diferentes escolhas metodológicas para o ensino do Direito. Essa disciplina deve debater problemas teóricos relativos ao ensino do Direito, construir estratégias de planejamento didático, elaborar material didático, fazer o acompanhamento e a análise crítica de

práticas didáticas em sala de aula e exercitar a análise de instrumentos e processos de avaliação.

1.10.5 Atividades de Nivelamento

A Faculdade Pan-Americana, com o intuito de promover e estimular o aprimoramento do desempenho Acadêmico de seus discentes, desenvolve o Programa de Nivelamento para acadêmicos de graduação, conforme descrito em documento próprio.

Sempre que observada a necessidade ou dificuldade do discente de adaptação, será ofertado cursos de nivelamento compondo atividade extracurricular. O progresso na aprendizagem é único do acadêmico e por isso precisa ser respeitado. Na Faculdade Pan-Americana o acadêmico é acolhido. Não apenas um número. Está à disposição a disciplina de Nivelamento de Português totalmente gratuito no AVA. É ofertado nivelamento de informática mediante agendamento direto com o setor de Suporte.

Permanentemente são oferecidas aulas especiais sobre Língua Portuguesa. As aulas, cuja adesão é optativa ao Acadêmico, são ofertadas em turnos contrário as aulas, para que os acadêmicos possam frequentar as atividades sem prejuízo aos horários das aulas do turno no qual são regularmente matriculados.

O Programa de Nivelamento visa colocar o Acadêmico em condição de captar o conteúdo lecionado regularmente no Curso. Por exemplo, as aulas de Língua Portuguesa, no Programa de Nivelamento, têm por objetivo revisar conteúdo do Ensino Médio, o que proporcionará ao Acadêmico desenvolver hábitos de leitura, compreender e saber aplicar a as regras normativas e, sobretudo, acompanhar o conteúdo das aulas e da literatura jurídica levada a efeito em sala de aulas.

As aulas de nivelamento de Tecnologias, visa proporcionar o acadêmico condições de uso das ferramentas de informáticas – uso do computador, aplicativos, formas de arquivos e extensões, pesquisas no âmbito na *internet*, entre outras – que serão necessárias tanto para o estudo em sala de aula como para a prática jurídica futura.

As disciplinas da área econômica recebem especial atenção da Coordenadoria de Graduação. Sempre que diagnosticada a necessidade de complementar a formação dos acadêmicos, são oferecidas atividades de monitoria específicas.

1.10.6 Bolsas e Auxílios

A Faculdade Pan-Americana possui, de forma institucionalizada, programas de Bolsas e Auxílios aos acadêmicos. Formalizado com o "Programa de Responsabilidade Social – Bolsa de Estudos", o programa estabelece modalidades de bolsa (integral) e descontos (parciais – desconto ou gratuidade de semestre) para graduação e pós-graduação. Paralelamente, haverá também os financiamentos externos em programas institucionais como FIES e PROUNI.

Quanto aos acadêmicos e Professores que têm objetivos direcionados à pesquisa acadêmica, a Coordenação do curso estará qualificada para prestar toda a assistência para obtenção de financiamentos e fomentos especiais ligados à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), além de bolsas de monitoria.

1.10.7 Intermediação e Acompanhamento de estágio não obrigatório

O estágio para o curso de Direito compõe disciplina obrigatória a partir do Sétimo Período. Por outro lado, há o incentivo para que o estágio aconteça desde o início do curso, na qualidade de estágio não obrigatório.

Para tanto há acompanhamento pela Coordenação de Curso e secretaria para a identificação e publicização de vagas de estágio, para a realização de convênios específicos e também do desenvolvimento das atividades desenvolvidas através da entrega de relatórios.

A Faculdade Pan-Americana possui convenio com o CIEE/PR que atua para promover a integração dos jovens ao mercado de trabalho. Também possui com convênio com o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado de Administração e da Previdência, com o Tribunal de Justiça do Paraná (em razão dos acadêmicos estagiários), além de escritórios de advocacia.

1.10.8 Participação em centros acadêmicos ou intercâmbios nacionais e internacionais

1.10.8.1 Participação em centros acadêmicos ou diretório acadêmicos

A Faculdade incentiva a organização acadêmica e reconhece a participação discente no processo educativo, e na representatividade.

O Centro Acadêmico é uma entidade que representa todos os estudantes de um curso. Entre suas tarefas, realizar as discussões com os estudantes do curso para encontrar soluções nos problemas enfrentados, seja na relação com os professores,

temas vinculados aos conteúdos e currículos dos cursos ou mesmo questões administrativas.

Um Diretório Acadêmico (DA), por seu turno, difere do Centro Acadêmico pelo fato de ele representar e congregar estudantes de mais de um curso de uma mesma área.

Os acadêmicos na Faculdade Pan-Americana possuem representatividade no Conselho Superior, Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão, Comissão Permanente de Avaliação e Colegiado de cursos. Todavia, são incentivados a participar do Centro Acadêmico/Diretório Acadêmico.

Durante o ano de 2023, a Coordenação do Curso de Direito auxiliou os acadêmicos no projeto que culminou na eleição do Diretório Acadêmico da Faculdade Pan-Americana sob a presidência de uma mulher.

A Faculdade disponibiliza para uso específico do Centro Acadêmico uma sala, mobiliários e recursos de tecnologia.

1.10.8.2 Participação em intercâmbios nacionais e internacionais

É objetivo do curso estimular o intercâmbio interinstitucional de docentes e discentes, em nível nacional e internacional. Para atender ao objetivo, existe o Programa Acadêmico de Intercâmbio Internacional, previsto no PDI, que conta com recursos destinados pela mantenedora para oferecer bolsas e passagens aéreas a acadêmicos da Faculdade Pan-Americana, provenientes das diversas áreas do conhecimento, que estudarão, gratuitamente, nas Faculdades estrangeiras parceiras.

Os alunos serão selecionados a partir de princípios de meritocracia que envolvem o desempenho acadêmico dos acadêmicos e a participação em programas institucionais de pesquisa, extensão e iniciação tecnológica e à docência. O apoio financeiro é concedido através de bolsas oferecidas pela instituição, após avaliação socioeconômica.

1.10.9 Espaço Kids

Ao lado dos apoios acima destacados, é importante registrar que, a Faculdade Pan-Americana reconheceu mais uma especialidade/necessidade, a partir das consultas realizadas junto à comunidade interna e externa e ação da CPA da Instituição.

A necessidade apontada pelos acadêmicos e por candidatos ao ingresso na IES é a de não possuírem uma rede de apoio parental para guarda dos filhos enquanto os pais

estudam. Ou seja, os pais e mães não possuem quem guarde os seus filhos para poder estudar.

No processo seletivo do curso de Direito ingresso 2022.1 período noturno registrou-se a não realização da matrícula de dois candidatos por este fato. A Coordenação de curso de Direito identificou, com alguns acadêmicos do turno noturno, a ausência em sala de aula (possível de causar prejuízo acadêmico) pelo fato de não terem com quem deixar o filho ou porque a rede de apoio não esteve presente. Muitas das vezes, para não ultrapassarem o limite de faltas, levam os filhos pequenos à sala de aula. Apesar de não haver registros de reclamações ou intercorrências com a presença dos pequenos em sala, é certo que a mãe/pai com o pequeno em sala não consegue se dedicar a atenção necessária para aprendizagem.

Discutir Parentalidade na academia, no meio científico, passou de ser um tema para ser uma bandeira perante as Instituições de Ensino Superior. Uma política pública. E, para os acadêmicos da Pan-Americana, uma necessidade reconhecida pela Faculdade e que passou a ser tratada como Política de Responsabilidade Social e Apoio ao Discente.

Diante desta situação, a Faculdade Pan-Americana chamou para si a responsabilidade, em apoio à parentalidade no ambiente acadêmico, e no intuito de unir esforços de garantir ensino de qualidade aos acadêmicos e a guarda das crianças enquanto os pais estudam, ao criar um espaço kids.

O espaço funciona na sede da Faculdade. É destinado apenas para atender aos acadêmicos do período noturno. Funciona das 18h30min às 22h30min. É gratuito e conta com apoio de monitora.

1.10.10 Acompanhamento do Egresso

A Faculdade Pan-Americana prevê diversas ações de colaboração para que o vínculo com os egressos da graduação seja mantido. Algumas dessas ações são: incentivo para atuação dos ex- acadêmicos em eventos oficiais da faculdade, tais como palestras de orientação profissional, monitoria em preparações para competições internacionais e participações no Seminário Anual de Planejamento, permanência no Núcleo de Prática Jurídica para atuar em conjunto com o docente de prática na monitoria de prática jurídica.

Além deste apoio ao egresso, a faculdade oferece cursos de extensão para que o egresso possa, além de comprovar a prática jurídica, realizada através da Monitoria, se preparar especificamente para os exames que terão de enfrentar para alcançar seu objetivo.

O Curso de Direito tem preocupação constante com o aluno em todos os aspectos, seja de ordem psicológica, financeira, de aprendizado, ou de integração em sala de aula.

Quando os alunos que ingressam oferecemos um acolhimento especial que possibilite e facilite a sua integração com o meio Acadêmico. Para isso, também contam com a Coordenação do Curso que está voltada tanto para os docentes como para os discentes que tenta encontrar alternativas para sanar os diversos tipos de problemas apresentados. Há, inclusive, um horário para o atendimento específico ao alunado, para que os mesmos possam ser manter contato direto com a Gestão do Curso, contribuindo com sugestões e informando problemas existentes para sua imediata solução.

Além disso, os alunos contam com a Ouvidoria da Faculdade, para externarem suas preocupações e dificuldades encontradas.

As práticas apresentas pela Faculdade Pan-Americana, com atenção especial ao discente, inclusive quando egresso, são práticas inovadoras dentro do sistema de ensino, principalmente por colocar o discente como sujeitos autônomos e capazes de construir suas próprias ferramentas de compreensão de seu objeto de estudo, estando a Faculdade Pan-Americana na retaguarda de todas as necessidades que advirem deste processo.

1.11 Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa

A gestão do curso de Direito acompanha as diretrizes institucionais da Faculdade Pan-Americana de Administração e Direito-FAPAD expressas no seu PDI e Regimento Geral e está a cargo da Coordenação do Curso, auxiliada pelo NDE e pelo Colegiado de Curso, e será planejada levando em consideração a autoavaliação institucional conduzida pela CPA, a autoavaliação do Curso e o resultado das avaliações externas como insumos para aprimoramento contínuo do planejamento do curso, devendo haver apropriação dos resultados pela comunidade acadêmica e delineamento do processo avaliativo periódico do curso.

A avaliação interna do Curso tem como objetivo geral rever e aperfeiçoar o Projeto Pedagógico, promovendo a permanente melhoria das atividades relacionadas ao ensino, à investigação científica e à extensão e segue as orientações gerais para a autoavaliação das Instituições de Ensino Superior do Sistema Nacional de Avaliação da

Educação Superior (SINAES) e, portanto, soma-se à avaliação institucional conduzida pela CPA e às avaliações externas.

Consiste, pois, numa ação integrada entre a Coordenação, NDE, Colegiado e a Comissão Própria de Avaliação (CPA), à qual compete a avaliação institucional nas dimensões definidas pelo SINAES e pela Faculdade, tendo como parâmetro os indicadores de qualidade estabelecidos pelo INEP/MEC, considerando as três dimensões do Projeto Pedagógico do Curso: Dimensão Didático Pedagógica, Corpo Docente e Infraestrutura.

A avaliação realizada pela CPA, de natureza censitária, é realizada anualmente e envolve discentes e docentes tendo como objetivos retratar a situação da Faculdade e dos cursos ofertados quanto aos diversos aspectos acadêmicos e levantar potencialidades e pontos a serem aperfeiçoados, possibilitando às coordenações dos cursos apropriarem-se dos resultados, tomar decisões e fazer correções de rumos visando ao aprimoramento contínuo dos PPCs, pelos NDEs e Colegiados, por meio do Plano Estratégico de Gestão do Curso (PGC), o qual constitui-se num Plano de Ação documentado e compartilhado, com indicadores de desempenho da coordenação, disponíveis e público, com ações de planejamento, gestão e avaliação, corroborando com a consolidação da Missão da Faculdade (ser instrumento da sociedade para formar profissionais de nível superior, com visão humanística e capazes de realizar transformações sociais, preparando técnicos éticos, críticos, conscientes e comprometidos com o desenvolvimento econômico e social da sociedade e em defesa ao meio ambiente, preparando-os para serem atores que colaborem preponderantemente para o desenvolvimento regional e das atividades de ensino, pesquisa e extensão).

A avaliação interna do Curso, contínua e sistemática, por seu turno, tem por fim contribuir para o fortalecimento do curso e seu constante aperfeiçoamento, sendo importante considerar, neste processo, como os alunos e professores percebem o curso como um todo e, também, o seu envolvimento. Assim, a autoavaliação levará em conta a multidimensionalidade do processo educacional promovendo o diagnóstico constante para avaliação da efetividade do Projeto Pedagógico de Curso e compreensão de como o curso impacta na formação de competências dos alunos através das suas produções, vivências e ações na sua trajetória de formação profissional e obedece às seguintes diretrizes:

a) a autoavaliação deve estar em sintonia com Projeto de Autoavaliação da FAPAD;

b) a autoavaliação do curso constitui uma atividade sistemática e que deve ter reflexo imediato na prática curricular;

c) o processo de autoavaliação deve envolver a participação dos professores e dos alunos do curso;

d) cabe à Coordenação de Curso operacionalizar o processo de autoavaliação junto aos professores, com apoio do Núcleo Docente Estruturante do curso e da CPA, com a produção de relatórios conclusivos e encaminhamentos.

A avaliação interna do Curso será focada, sobretudo, em avaliar:

a) a garantia da infraestrutura necessária para o desempenho das atividades do Curso; a aplicabilidade e eficiência do Projeto Pedagógico do Curso;

b) a adequação dos conteúdos e dos materiais didáticos elaborados, a atuação dos docentes que atuam no Curso; e

c) o comprometimento do acadêmico no processo ensino-aprendizagem.

Estas questões ou focos deverão ser abordados tendo-se em conta a percepção do aluno e do professor sobre o seu lugar no processo de ensino-aprendizagem e será realizado:

a) por meio de questionários/formulários on line aos alunos e professores sobre o desempenho destes e sobre a infraestrutura disponível para o curso. Para esta ação, poderá ser utilizado o instrumento de avaliação institucional conduzido pela CPA, com questões direcionadas sobre o curso especificamente elaborados para este fim;

b) em seminários conduzidos pela Coordenação do Curso sobre o processo de ensino-aprendizagem e materiais didáticos, realizados no início dos semestres, com a participação de alunos e de professores, para a discussão de formas e critérios;

c) por meio de pesquisas estruturadas ou não para levantamento do perfil do aluno, contendo estudo sobre procedência, expectativas quanto ao curso e à profissão, mercado de trabalho;

Os resultados das avaliações internas serão objeto de análise pela Coordenação de Curso, juntamente com o Núcleo Docente Estruturante, e os relatórios conclusivos de autoavaliação serão encaminhados para o Colegiado de Curso para fins de adoção das medidas indicadas e os resultados das análises serão levados ao conhecimento dos alunos e professores envolvidos, por meio de comunicação oral ou escrita. Neste sentido, a Avaliação do Curso é realizado através de formulários específicos, por instrumentos viáveis e confiáveis, cujos relatórios quantitativos e qualitativos são

disponibilizados a todos os envolvidos no processo e seus resultados apropriados pela Coordenação de Curso para planejamento de melhorias e/ou superação de fragilidades.

Além das avaliações realizadas pela CPA e daquelas realizadas pelo Curso, o resultado do ENADE, como avaliação externa, também constituirá um componente integrante do Sistema de Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso de Direito, conforme Art. 5º da Lei nº 10.861 de 14/04/2004 "A avaliação do desempenho dos estudantes dos cursos de graduação será realizada mediante aplicação do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE)".

Válido mencionar que tanto a avaliação conduzida pela CPA, quanto a autoavaliação do Curso devem ser desenvolvidas numa perspectiva de concepção avaliativa que privilegie o compromisso com o processo tanto quanto com os resultados nas suas diversas etapas, a saber: a sensibilização da comunidade acadêmica, a discussão dos parâmetros de avaliação, a elaboração/reestruturação dos instrumentos de avaliação com todos os setores, a definição dos instrumentos e técnicas e sua aplicação, coleta e tabulação dos dados, tratamento qualitativo-quantitativo da análise dos resultados, divulgação dos resultados, emissão de relatórios e o planejamento e acompanhamento de ações para o aprimoramento dos processos, impera mencionar nesse contexto, o Art. 3º inciso VIII da Lei 10.861 de 14/04/2004 "planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional".

Para obter os indicadores da comunidade acadêmica, a CPA utilizará sítio eletrônico (site), correio eletrônico (e-mail), ambiente acadêmico, atendimento local e por telefone. Dessa forma, a Faculdade trabalha a avaliação em suas diversas dimensões de forma integrada, buscando uma coerência dos procedimentos aplicados à Comunidade Acadêmica, por meio de ações transformadoras, atendendo ao compromisso social da Instituição, cuja proposta consta no PDI.

O Curso de Direito e as condições de seu funcionamento serão autoavaliados, pelos instrumentos aplicados, emergindo dados fornecidos pelos acadêmicos sobre seu perfil, escolha e satisfação com o curso, desempenho dos professores/tutores, condições de oferta e de serviços; pelos docentes/tutores sobre as turmas nas quais ministram aulas, o seu próprio desempenho e da coordenação do curso, as instalações e serviços; pelo coordenador sobre o corpo docente do curso, a administração superior, dos serviços administrativos; pelos diretores e sobre o coordenador do curso e as condições de oferta do curso.

Os resultados obtidos pelo curso nas avaliações externas: desempenho dos discentes no ENADE, Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC), Conceito

Preliminar de Curso (CPC) e as avaliações de reconhecimento, e de renovação de reconhecimento do curso, serão incorporados aos resultados da autoavaliação do curso com o objetivo de melhor avaliar os pontos fortes e os pontos fracos do curso e subsidiar a tomada de decisões para ratificar o que é realizado, ou para propor reformulações acordadas pelo colegiado do curso e aprovadas pelas instâncias superiores.

Em síntese, a avaliação interna do curso se articulará com a avaliação institucional, uma vez que ambas visam à consecução de objetivos comuns, relacionados à qualidade do curso e do crescimento institucional com vistas a ajustes e correções imediatas, viabilizando a implementação de novas atividades pedagógicas relevantes ao processo ensino-aprendizagem e com as avaliações externas de desempenho dos discentes no ENADE, e as avaliações de reconhecimento, e de renovação de reconhecimento do curso.

Enfim o processo de avaliação é uma forma de prestação de contas à sociedade das atividades desenvolvidas pela FAPAD, que atua comprometida com a responsabilidade social.

1.12 Atividades de tutoria - Conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias às atividades de tutoria

O curso de Direito da Faculdade Pan-Americana é presencial. Porém, ofertará disciplinas parcial ou integralmente na modalidade à distância conforme Portaria MEC nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019.

O curso de Direito inova ao inserir, no processo de ensino aprendizagem do curso de Direito o professor facilitador. Trata-se de um mediador ou mentor do processo de aprendizagem dos alunos. Com a oferta também de disciplinas na modalidade à distância, as funções do professor facilitador e tutor se coincidem.

Neste sentido, há três figuras bem definidas ligadas ao processo de Ensino aprendizagem: professor, tutor e professor-tutor.

Em síntese: o professor tem a missão de transmitir o conteúdo. O tutor tem a missão de dar o suporte aos professores e discentes. É possível a cumulação das duas missões, o professor-tutor.

Os conhecimentos, habilidades e atitudes da equipe de tutoria são adequados para a realização de suas atividades e suas ações estão alinhadas ao PPC, às demandas comunicacionais e às tecnologias adotadas no curso. São realizadas avaliações periódicas para identificar necessidade de capacitação dos tutores e há apoio

institucional para adoção de práticas criativas e inovadoras para a permanência e êxito dos discentes, como se demonstrará a seguir.

Sua ação e presença no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e presencialmente são determinantes para motivar a participação e o comprometimento dos estudantes.

Além de proporcionar um acompanhamento personalizado e continuado dos estudos, através de diferentes tecnologias digitais para orientação, motivação, avaliação e mediação do processo ensino-aprendizagem, estão em constante articulação com a Coordenação de Curso, com outros docentes e com outros tutores, o que permite uma troca de informações sobre os sucessos e fragilidades das atividades realizadas.

O tutor precisa: conhecer o projeto pedagógico do curso e apropriar-se do material didático das disciplinas sob a sua responsabilidade; acompanhar o desenvolvimento teórico-metodológico do curso; incentivar o trabalho e aprendizagem dos estudantes, favorecendo a discussão dos conteúdos e práticas educativas em consonância com o projeto pedagógico do curso; acompanhar o desempenho dos estudantes no ambiente virtual e atuar de acordo com os princípios pedagógicos institucionais e grande parte do trabalho consiste em orientar a realização de tarefas, responder mensagens e corrigir trabalhos.

São funções pedagógicas: moderar fóruns de discussão, focalizando ou propondo questões; moderar reuniões on-line; responder as dúvidas dos alunos; comentar, questionar, criticar, aprofundar ideias, relacionando-as ao conteúdo disponibilizado na disciplina; articular teoria e prática, através da aplicação de estudos de caso; compartilhar experiências; sugerir possibilidades de aprofundamento dos conteúdos e indicar/fornecer materiais complementares; utilizar estratégias de facilitação e fixação da aprendizagem, propondo, eventualmente, exercícios adicionais; acompanhar a participação dos alunos, supervisionadas pelo docente responsável pela disciplina e a coordenação de curso. Neste sentido, a interação entre professor facilitador/tutor; docente e coordenação é permanente.

A interação/integração entre os docentes, tutores e estudantes ocorre por meio de encontros presenciais ou virtuais como chats, fóruns e web conferências programadas por meio das funcionalidades do AVA, melhores descritos no item 2.4.3.

Em relações às ações no AVA, tem-se: identificação (preenchimento do perfil), acolhimento inicial (mensagem de boas-vindas), verificação do material disponível no AVA (checklist dos elementos que compõem o material didático, de acordo com o protótipo) e outras ações periódicas como o acompanhamento das postagens dos

alunos nos canais de comunicação mensagem e fórum de dúvidas, o monitoramento da realização das atividades de sistematização e reflexivas, com o acompanhamento da evolução da aprendizagem do aluno.

Em relação às ações no presencial tem atendimento individual e em grupo para esclarecimento de dúvidas ou reforço de conteúdo.

Para atender ao proposto, é preciso então que o tutor possua os seguintes conhecimentos, habilidades e atitudes:

- uma visão clara da construção de conhecimentos e sua dinâmica no processo e no relacionamento;
- compreensão e prática da metodologia a ser utilizada;
- conhecimento dos conteúdos e processos adequados de avaliação;
- atitude de atuação consistente com essa visão;
- capacidade de diálogo e seja articulador, facilitador e orientador, pois ele é responsável pela mediação pedagógica;
- conheça as novas tecnologias para direcionar sua utilização e aplicabilidade em seu trabalho diário junto aos seus alunos.

Desta feita, os conhecimentos, habilidades e atitudes dos professores facilitadores/tutores são adequados para a realização de suas atividades e suas ações estão alinhadas ao PPC, às demandas comunicacionais e às tecnologias adotadas no curso.

Seu estudo, aperfeiçoamento e experimentação são objeto de um processo permanente de capacitação, realizado em seminários promovidos pela instituição ou com o incentivo para realização de cursos de formação.

O Curso de Direito da FAPAD considera a existência da tutoria como proposta e aplicada uma inovação e uma prática criativa para permanência do discente.

Conforme dados apresentados pelo Censo da Educação Superior, a evasão junto aos cursos de Direito ofertados no Brasil, por Instituições de Ensino Superior privadas, teve um aumento de quase 59% entre os anos de 2010 e 2019. Entre as razões para a evasão, há fatores como dificuldades financeiras, frustração em relação a expectativas, a falta de qualidade nos cursos ou mesmo aspectos de ordem vocacional.

Principalmente nos primeiros semestres, o risco de frustração em relação à expectativa do curso é grande, pelo fato do discente estar em contato com um curso por vezes distante demais do seu dia a dia ou mesmo pelo uso de ferramentas digitais

que lhe são desconhecidas. Com eles, surgem bloqueios que terão impactos no seu desempenho acadêmico.

A existência do tutor diminui este risco de entrave, visto que faz a ponte entre o discente e o professor, se apresentando como um "reforço" tanto no aspecto pedagógico, mas como no aspecto emocional (principalmente pós-período de avaliação).

Uma outra prática criativa e inovadora para êxito do processo ensino aprendizagem dos discentes do curso de Direito, sob a responsabilidade da tutoria e orientação do professor da disciplina são os **infográficos**.

Infográficos são materiais de apoio que mistura a linguagem verbal simples (uso de palavras) e não verbal (uso de elementos visuais) com o objetivo de transmitir os principais pontos da aula. São uma forma de ampliação da compreensão por parte do aluno que, principalmente no primeiro semestre, se sobressaltam com a linguagem jurídica.

Os tutores organizam o infográfico que, após validação pelo professor, é distribuído aos acadêmicos como material de apoio pré-aula.

A organização didático-pedagógica do Curso de Direito contempla professor-tutor e tutor, que serão alocados por disciplinas e por área. A previsão é de 1 (um) tutor contratado para cada 45 discentes.

O corpo de tutores da Faculdade Pan-Americana se diferencia por possuir o hábito da pesquisa. A título de conhecimento, todos os tutores possuem publicações científicas ou técnicas nas suas áreas de formação. Somado à experiência professional comprovada, permite expor o conteúdo em linguagem aderente às características da turma, apresentar exemplos contextualizados com os conteúdos dos componentes curriculares, e, os torna aptos a orientar os alunos, sugerindo atividades e leituras complementares que auxiliam sua formação.

A atividade de tutoria é acompanhada de um processo de avaliação que ocorre através de reuniões entre professores e tutores realizadas duas vezes por semestre ou sempre que observada a necessidade. Tem o intuito de discutir melhorias, fragilidades e a necessidade de capacitação e a IES, a partir das avaliações internas, oferta, periodicamente, cursos de capacitação e aperfeiçoamento e realizar planejamento das atividades futuras.

O corpo tutorial é avaliado periodicamente pelos discentes do curso e pelos professores e coordenação. Avalia-se: a periodicidade do contato, interação, forma de relacionamento (cortesia, respeito e atenção), demonstração de clareza, preparação e

objetividade; linguagem; sugestão de materiais relacionado ao assunto; demonstração de conhecimento e mediação de conflitos.

Os dados dos relatórios das práticas dos tutores demonstram inequívoca qualidade no relacionamento com os estudantes. O resultado da avaliação global realizada demonstra que o corpo de tutores do curso de Direito da Faculdade Pan-Americana é de EXCELÊNCIA, de modo a confirmar sua experiência do corpo de tutores em educação a distância com uso de práticas inovadoras. O resultado individual do tutor é compartilhado individualmente para revisão das práticas.

A avaliação da tutoria, a seu turno, não se restringe ao desempenho em disciplinas – quando é avaliado pelos/as discentes matriculados/as. Essa avaliação compreende sua atuação em períodos temporais mais alargados que um simples semestre.

Os tutores podem reforçar suas necessidades e os alunos podem expor sua opinião e ponto de vista, apontando novos investimentos em espaços, equipamentos e capacitação. Tais resultados emergem em mudanças positivas no atendimento da equipe de tutoria, mais hábil e capaz de realizar suas atividades de ensino.

Por fim, ressalta-se que toda a coordenação do curso, através do NDE e colegiado, sempre estará na busca por aprimoramento, aperfeiçoamento e inovações tecnológicas, fazendo com que este documento possa ter futuras adequações conforme interesses institucionais.

1.13 Tecnologias de Informação (TIC) no processo ensino-aprendizagem

As tecnologias de informação e comunicação adotadas no processo de ensino aprendizagem do curso de Direito permitem a execução do projeto pedagógico do curso, garantem a acessibilidade digital e comunicacional, promovem a interatividade entre docentes, discentes e tutores, asseguram o acesso a materiais ou recursos didáticos a qualquer hora e lugar e possibilitam experiências diferenciadas de aprendizagem baseadas em seu uso, como se demonstrará.

Conforme previsão no PDI, as tecnologias de informação e comunicação planejadas para o processo de ensino-aprendizagem possibilitam a execução do projeto pedagógico do curso, ao permitirem novos ambientes de aprendizagem, práticas dinâmicas e tornam, dessa maneira, a sala de aula um espaço mais atrativo e interativo para todos os envolvidos no processo.

Às TICs acrescenta-se as permissões de:

- viabilizar a acessibilidade digital e comunicacional,

- viabilizar a interatividade entre docentes, discentes e tutores e também Secretaria Acadêmica;

- assegurar o acesso a materiais ou recursos didáticos a qualquer hora e lugar permitindo assim um estudo constante do acadêmico;

- propiciar experiências diferenciadas de aprendizagem baseadas em seu uso, pois a sala de aula não é o único lugar onde ocorre a aprendizagem e que a comunicação pode proporcionar, através de variados meios, a formação de diferentes ambientes de aprendizagem e uma maior participação dos alunos nas relações de ensino.

Neste sentido, a rede de sistemas de informação e comunicação da Faculdade Pan-Americana funciona em nível acadêmico e administrativo, objetivando o pleno desenvolvimento institucional, proporcionando a todos integrantes do sistema a plena dinamização do tempo, bem como permite o processo de ensino-aprendizagem.

A rede de sistema de informação e comunicação é formada por ferramentas de Recursos didáticos e não didáticos.

Recursos didáticos: constituídos por diferentes mídias e tecnologias, síncronas e assíncronas, tais como: ambientes virtuais e suas ferramentas; redes sociais e suas ferramentas; fóruns eletrônicos; blogs; chats; tecnologias de telefonia; teleconferências; videoconferências; TV; rádio; programas específicos de computadores (softwares); objetos de aprendizagem; conteúdos disponibilizados em suportes tradicionais ou em suportes eletrônicos.

Recursos não didáticos: meios técnicos usados para tratar a informação e auxiliar na comunicação com a comunidade interna e externa.

Com a comunidade externa, a Faculdade Pan-Americana faz uso do sítio institucional, redes sociais e plataforma de comunicação Whatsapp.

Com a comunidade interna possui:

Secretaria Digital – SolisGed - que permite relacionamento acadêmico do aluno com a IES, via *web* - Portal do Acadêmico; Portal do Professor e Porta do Coordenador – Permite a realização das ações como: renovação de matrícula, lançamento e consultas a notas e faltas, protocolo de solicitações à Secretaria, Coordenação de Curso e Professores, consulta financeira, segunda via de boleto, acesso à documentos, upload e download de materiais, avaliação institucional, interatividade entre docentes, discentes e tutores.

A consulta ao acervo bibliográfico, empréstimo, devolução e reserva é feito através da plataforma da Pergamum e a Biblioteca Digital Saraiva que assegura o acesso a materiais ou recursos didáticos a qualquer hora e lugar, com acesso via portal institucional. Assim como banco de dados de Revistas Jurídicas e outras fontes científicas como CAPES e Scielo.

As salas de aula e auditórios contam com suporte de equipamento, como: projetores, tevês e notebooks e a IES possui rede wireless disponível aos discentes e aberta à comunidade, favorecendo, assim, a comunicação e o acesso à informação.

A internet tornou a informação imediata e, com isso, permite e oportuniza desenvolver a própria aprendizagem baseado na construção do conhecimento, compartilhando suas descobertas. Por outro lado, há uma sobrecarga de informações, demandando do professor a condução dos seus alunos na construção do conhecimento Conforme destaca Moran,

> *Há uma certa confusão entre informação e conhecimento. Temos muitos dados, muitas informações disponíveis. Na informação, os dados estão organizados dentro de uma lógica, de um código, de uma estrutura determinada. Conhecer é integrar a informação no nosso referencial, no nosso paradigma, apropriando-a, tornando-a significativa para nós. O conhecimento não se passa, o conhecimento cria-se, constrói-se (MORAN, 2007, p.54)*

Faz-se necessário, então, o uso de ferramentas eficazes na organização das informações que serão trabalhadas em sala ou na montagem da sala de aula virtual para o ensino EaD.

Como ambiente virtual de aprendizagem, a Faculdade Pan-Americana faz uso do MOODLE. Melhor descrito no item 1.14. Permite a interatividade entre docentes, discentes e tutores e asseguram o acesso a materiais ou recursos didáticos a qualquer hora e lugar.

Em complementação às ferramentas disponíveis no Moodle, é utilizado a Ferramenta TEAMS (plataforma que permite integrar também outros aplicativos como Kahoot!,Mentimeter, Quizlet, Wooclap, PreziVídeo, entre outros), que também permite a interatividade entre docentes, discentes e tutores.

A internet permite o emprego de outra ferramenta, em especial para o EaD – os vídeos. Em relação ao curso de Direito, permite acessar vídeos de julgamentos que podem servir de estudo de caso em sala de aula, filmes, músicas entre outros. Em uma progressão de uso, como destaca MORAN, (2000, p.39-40) a “começar por vídeos mais simples; vídeo como sensibilização; vídeo como ilustração; vídeo como simulação; vídeo

como conteúdo de ensino; vídeo como produção; vídeo integrando o processo de avaliação; televisão/ "Vídeo-espelho"" permite uma nova entrega do conteúdo.

A internet trouxe para a prática jurídica, não apenas marcos legais como Lei nº 11.419 de 2006; Lei nº 12.737 de 2012; Lei nº 12.965 de 2014; Lei nº 13.709 de 2018 e Lei nº 14.132 de 2021. Permitiu a prática jurídica ser desenvolvida de maneira 100% virtual. Afinal, o operador do direito faz uso, quase que exclusivamente, da tecnologia, a saber: os acessos aos sistemas dos tribunais como EPROC, PROJUDI, ESAJ, SEI!, ferramentas como ChatGPT, Verifact, plataformas de notificação extrajudicial eletrônica, Assinatura digital, Digitalização de documentos, Armazenamento em nuvem, Processos eletrônicos, Audiências Online (videoconferência), Intimações Online, Juizo 100% Digital, Softwares jurídicos e Sistemas conveniados dos tribunais (Sisbajud, Renajud, Infojud, Infoseg).

Neste sentido, na prática jurídica farão uso de ferramentas do Pacote OFFICE 365, Adobe e sistema de ensino jurídico Juristta.

Na prática jurídica farão uso de uma plataforma específica, através de uma página de acesso (para o pré-cadastro) e o sistema Google que possibilitará aumentar o acesso à justiça, conectando o cidadão ao Núcleo de Prática Jurídica, ao discente-estagiário com a realização de atos virtuais (prática que passou a ser usual no Poder Judiciário), como também aos professores orientadores na organização de suas atividades e acompanhamento dos atendimentos a distância.

Da mesma forma há o sistema de ensino jurídico Juristta[20].

A plataforma Juristta simula o PJ-e de uma forma realista, o que permite aproximar a teoria à prática. A tecnologia faz parte da realidade do profissional do direito assim, o uso da plataforma permite iniciar a inserção do acadêmico na transformação digital dos atos processuais. Na plataforma é possível realizar práticas simuladas que vão desde o primeiro atendimento do cliente, distribuição do processo e atos processuais (inclusive audiência).

A Utilização da plataforma Juristta Office um software jurídico para atender as Instituições de Ensino na gestão do NPJ e também os Escritórios de Advocacia. Conforme informação prestada pela empresa: "Para as IES, este novo produto irá proporcionar o acompanhamento dos processos reais, tanto na gestão acadêmica quanto na gestão

[20] *O Juristta é uma plataforma de ensino e prática jurídica. Para as IES temos 2 módulos: JURISTTA SCHOOL: Simulação de práticas jurídicas. JURISTTA OFFICE: Gestão do Núcleo de Práticas Jurídicas - NPJ, e gestão das atividades de extensão.*

administrativa e processual, proporcionando ao aluno uma visão completa de como gerenciar sua atividade profissional no seu futuro escritório."

Além destes, haverá os acessos aos sistemas dos tribunais como EPROC, PROJUDI, ESAJ, SEI!, ChatGPT[21], entre outros, para uso de novas ferramentas e capacitação dos nossos acadêmicos.

Como se vê, as TICs utilizadas pelo curso de Direito favorecem não só a busca e a troca de informações, mas também possibilitam a criação de ambientes de aprendizagem nos quais os alunos possam experimentar, testar hipóteses, relacionar, comunicar e argumentar, criam experiências diferenciadas de aprendizagem baseadas em seu uso e ao capacitam para a prática jurídica profissional.

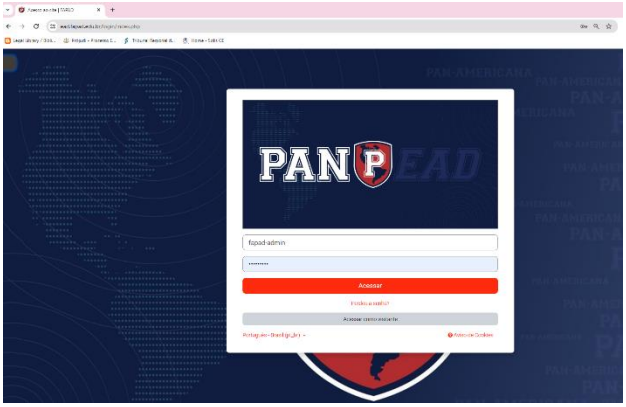
Para além da dogmática jurídica, é preciso que o operador do direito conheça e domine as ferramentas que são utilizadas para o acesso à Justiça. No curso, implica em uma atenção especial do professor em relação ao letramento digital. Reforçando o compromisso da Faculdade Pan-Americana e do curso, qualquer dificuldade apresentada pelo discente em relação ao uso de TICS será sanado com atividades de nivelamento.

As tecnologias de informação e comunicação adotadas no processo de ensino aprendizagem permitem, assim, a execução do projeto pedagógico do curso, garantem a acessibilidade digital e comunicacional, promovem a interatividade entre docentes, discentes e tutores, asseguram o acesso a materiais ou recursos didáticos a qualquer hora e lugar e além de possibilitar experiências diferenciadas de aprendizagem baseadas em seu uso.

[21] Apesar das críticas ao aplicativo é uma ferramenta que permite novas práticas educacionais além do letramento digital. Sobre o assunto: https://novaescola.org.br/conteudo/21620/conheca-o-chatgpt-e-suas-possibilidades-de-uso-na-educacao?gclid=Cj0KCQjwmN2iBhCrARIsAG_G2i7dVzdsEowA3fiZfFnWc3mKtMLqA_KtUulQ-3n_LOeqmrpq5S-kIfUaAo83EALw_wcB e https://www.ifsc.edu.br/web/ifsc-verifica/w/quais-os-impactos-do-chatgpt-e-da-inteligencia-artificial-na-educacao-

1.14 Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)

A Faculdade Pan-Americana adota como Ambiente Virtual de Aprendizagem a plataforma Moodle e como instrumento auxiliar na formação dos discentes. A plataforma é integrada ao sistema acadêmico eletrônico.



15 - Interface inicial do AVA

Trata-se de um ambiente de ensino e aprendizado de apoio ao ensino presencial e a distância que permite melhor acompanhamento e gestão do curso, além de possibilitar um diálogo entre acadêmicos e professores, para além da sala de aula. Possibilita a apresentação de materiais didáticos, vídeos, links, recursos e tecnologias que permitem desenvolver a cooperação entre docentes/tutores e discentes, assim como também, a reflexão sobre o conteúdo das disciplinas e a acessibilidade metodológica, instrumental e comunicacional.

O ambiente virtual de aprendizagem pode favorecer essa nova forma de avaliar por meio do incentivo à interação e por meio das ferramentas síncronas e assíncronas oferecidas no ambiente: fóruns, e-mails, chats, palestras etc. Elas devem proporcionar um ambiente propício à aprendizagem colaborativa e construção coletiva.

É constituído de Conteúdo Web, Atividades On-line, Portfólio e Sistema de Mensagens, os quais têm os seguintes propósitos:

- Conteúdo Web: enriquecem os conteúdos trabalhados em sala de aula por meio de conteúdos complementares à disciplina, que poderão conter hipertextos, vídeos e links para sites de interesse, entre outros.

- Atividades On-line: contribui para avaliação diagnóstica e avaliação formativa dos conteúdos, por meio da resolução de questões objetivas, dissertativas, aprendizagem baseada em problemas e objetos de aprendizagem, além de auxiliar preparando o discente para avaliação somativa, realizada presencialmente.

- Portfólio: caracteriza-se como um espaço para a postagem de trabalhos acadêmicos desenvolvidos, solicitados pelos docentes, dentro dos objetivos e critérios estabelecidos e com prazo determinado conforme calendário; e

- Sistema de Mensagens: espaço que possibilita a comunicação para troca de informações, como avisos, comunicados e orientações entre acadêmicos, professores/tutores e coordenador do Curso.

No curso de Direito, o AVA é utilizado tanto para as disciplinas em EaD como para as presenciais. Optou-se pelo uso nos dois modelos de ensino em razão da metodologia adota no curso.

Como já informado anteriormente, a Faculdade Pan-Americana optou por redefinir o método de ensino jurídico. Mudou-se a da abordagem do Direito. O objetivo é oferecer ao estudante não uma ideia do que seja o Direito ("leitura das leis"), mas sim aquilo que o Direito realmente é ("direito na prática").

Redefiniu-se o processo de ensino-aprendizagem mediante a adoção de técnicas participativas que proporcionam uma pedagogia ativa e dinâmica. O uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem permite a flexibilidade da aprendizagem e proporciona um ambiente propício à aprendizagem colaborativa e construção coletiva.

Nas disciplinas presenciais, favorece a prática estudo de casos, problemas, exercícios, jogos e simulações além de outras formas de avaliação (conforme Regulamento da Avaliação de Ensino Aprendizagem) por meio do incentivo à interação e das ferramentas síncronas e assíncronas oferecidas no ambiente como fóruns, e-mails, chats, palestras etc.

Nas disciplinas na modalidade em EaD, além das funcionalidades acima, permite a disponibilização das vídeo aulas gravadas e hospedadas na plataforma Vimeo.

Com o uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem no dia a dia acadêmico, o contato com o conteúdo não se limita à sala de aula. É constante através da indicação de leituras (pré-aula e aula) e realização de atividades de avaliação somativa (pré-aula e pós-aula).

A acessibilidade metodológica, instrumental e comunicacional do Ambiente virtual de Aprendizagem do Curso de Direito se concretiza ao ser uma plataforma de fácil usabilidade e navegação consistente e previsível, munida de ferramentas como VLibras, aumento de letra, contraste por exemplo. Tomou-se o cuidado na escolha do template de construção do curso, criando-se uma trilha de aprendizado de fácil compreensão e o uso de linguagem acessível.

O AVA Moodle permite a interface online entre docentes, tutores, discentes e colaboradores. Também é possível esta interação através do Sistema de Gestão Acadêmica – SOLISGE – Portal do Aluno com ferramenta mensagem. A plataforma é de

fácil uso e operação, tornando mais rápida a comunicação entre a comunidade acadêmica.

O acesso ao Portal do Aluno se dá através do site institucional, por meio do login e senha entregue aos acadêmicos após a efetivação da matrícula e antes do início do curso. E o acesso ao AVA se dá pelo Portal do Aluno.

Em complementação às ferramentas disponíveis pelo Moodle, é utilizado o TEAMS (plataforma que permite integrar também outros aplicativos como Kahoot!,Mentimeter, Quizlet, Wooclap, PreziVídeo, entre outros) que permite realização de outras práticas.

15 - Ferramenta AVA - TEAMS

Soma-se ainda o uso da plataforma *Juristta* já apresentada acima. Conheça o vídeo de apresentação. A título de conhecimento, segue uma prática da disciplina de Métodos Adequados de Solução de conflitos realizada no Metaverso a partir da plataforma *Juristta*.

O ambiente virtual de aprendizagem (AVA), assim como todas as demais TICs, é avaliado periodicamente, por meio de Formulário Forms, pelos acadêmicos, docentes/tutores, profissionais de TI, equipe pedagógica e CPA, devidamente documentados, de modo que seus resultados sejam efetivamente utilizados em ações de melhoria contínua.

Como se observa, o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) da Faculdade e o previsto neste PPC, apresenta materiais, recursos e tecnologias apropriadas, que permitem desenvolver a cooperação entre tutores, discentes e docentes, a reflexão sobre o conteúdo das disciplinas e a acessibilidade metodológica, instrumental e comunicacional.

Há avaliações periódicas, as quais são devidamente documentadas, com proposições de melhorias sempre que necessário para que seus resultados possam ser efetivamente utilizados em ações colaborativas para o processo de ensino-aprendizagem.

1.15 Material Didático

O material didático descrito no PPC e disponibilizado aos discentes é elaborado pelos docentes do curso e validado pela equipe multidisciplinar da Faculdade Pan-Americana.

Como ensinam Artemilson Lima e Simone Santos, para garantir o processo de mediação pedagógica, um material didático em EaD deve passar por três tipos de tratamento: 1) com base no tema; 2) com base na aprendizagem; 3) com base na forma.

O primeiro leva em conta a necessidade da avaliação global do conteúdo a ser trabalhado através de objetivos específicos ou esquema introdutório. Todo material didático do curso de Direito, logo no início, destaca os objetivos da aprendizagem do tema seguido por um texto sobre contextualização do tema da aula.

Na sequência é apresentado o conteúdo da aula. Na sua elaboração do conteúdo do material didático o professor deve atender a ementa, unidades curriculares, objetivos de formação da disciplina, seu aprofundamento e coerência teórica adequada à bibliografia.

Precisa conter hiperlinks apresentados nas suas possíveis formas como QR code ou links diretos, infográfico, compreendido como uma forma de comunicação que usa elementos visuais e textos verbais em conjunto, de maneira reduzida e objetiva, cujo propósito é destacar um conteúdo, tornando a leitura mais clara e compreensiva, presente no material didático, mecanismos de navegação, que levam a outros textos, ou hipermídia, refere-se ao próprio hipertexto, contudo com acesso a imagens, sons, desenhos e animações e outras orientações previstas no PPC.

Os infográficos elaborados para as demais unidades curriculares adotam as mesmas características acima.

Para atender diversas formas de aprendizagem e ao mesmo tempo promover acessibilidade metodológica e instrumental, o material didático é composto por material de apoio (roteiro de estudos), infográficos, a apresentação de slides, vídeo-aulas, atividades avaliativas, além de valer-se do podcast e a biblioteca Digital Saraiva.

O material de apoio, foi dividido em partes: 1) Objetivos de aprendizagem; 2) Antes da aula (sugestão de pré-leitura); 3) Seções de estudo (pequeno sumário); 4) Contextualização; 5) A sequência das seções de estudo e 6) Bibliografia.

O material adota uma linguagem inclusiva que permite o acolhimento e que estimula o diálogo saudável e não violento; e acessível, que permite a compreensão pelo leitor de um conteúdo que se somará às leituras doutrinárias.

Cada Unidade curricular poderá ser dividida em 3 unidades e estas em 6 Temas ou apresentados 18 temas sequenciais. A quantidade de páginas dependerá da carga horária da disciplina podendo variar entre 60 e 72 páginas ao final, para as disciplinas de 30h e 72 a 90 páginas, ao final, para as disciplinas de 60h.

Vídeo aulas - Ao todos são 8 vídeos divididos nas seções “Introdução (2)”, “Desenvolvimento (5)” e “Finalizando (1)” por tema. Os vídeos podem variar de acordo com o tempo da aula, devendo ser respeitada a integralização da carga horária da disciplina.

Em se tratando de disciplinas de 30h, as vídeo aulas gravadas terão tempo total de 70 minutos. Em se tratando de disciplinas de 60h as vídeo aulas gravadas terão tempo total de 140 minutos.

PODCAST, com a proposta de disponibilizar registro de áudios por meio da internet, sendo que o aluno poderá ouvir por computadores, Ipod ou celular, relacionado com aprendizagem móvel, sendo também uma metodologia inclusiva. No mínimo 03 podcast por disciplina.

Atividades, fazem parte da avaliação diagnóstica e formativa, sendo que no processo diagnóstico terá atividade objetiva (1 por disciplina), no âmbito das atividades formativas, terão a combinação de atividades discursivas (1 por Tema) e objetivas (3 por Tema), objetos de aprendizagem (2 por disciplina) e aprendizagem baseada em problemas;

Provas presenciais, avaliações presenciais compostas de 60% de questões subjetivas e 40% de questões objetivas, com a opção de adoção pelo professor, previamente fazendo constar na ementa, prova oral.

A acessibilidade metodológica é entendida como condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, de diferentes metodologias que favoreçam o processo de aprendizagem no presencial e no EaD.

O curso de Direio faz uso do material didático completo para as disciplinas ofertadas no regime à distância e, para as presenciais do primeiro semestre, o material didático escrito.

A opção do NDE para entrega às disciplinas presenciais é para acessibilidade metodológica. É o primeiro contato com o mundo jurídico. É sabido que o conteúdo

jurídico pode ser de difícil compreensão, especialmente em seu primeiro contato. Assim a escolha é para promover acessibilidade metodológica.

Conforme dados apresentados pelo Censo da Educação Superior, a evasão junto aos cursos de Direito ofertados no Brasil, por Instituições de Ensino Superior privadas, teve um aumento de quase 59% entre os anos de 2010 e 2019. Entre as razões para a evasão, há fatores como dificuldades financeiras, frustração em relação a expectativas, a falta de qualidade nos cursos ou mesmo aspectos de ordem vocacional.

Principalmente nos primeiros semestres, o risco de frustração em relação à expectativa do curso é grande, pelo fato do discente estar em contato com um curso por vezes distante demais do seu dia a dia ou mesmo pelo uso de ferramentas digitais que lhe são desconhecidas. Com eles, surgem bloqueios que terão impactos no seu desempenho acadêmico.

A opção de organização de material didático para as unidades curriculares presenciais do primeiro semestre é exatamente para evitar esta frustração. Foi feita para permitir um prelúdio às doutrinas que terão contato. Há o cuidado do incentivo constante, pelos professores e Coordenação, à leitura de doutrinas, para que não se limitem ao material de apoio. No segundo período e sequenciais, as disciplinas presenciais fazem uso dos infográficos e material de apoio indicado pelos professores.

No ensino jurídico trata-se de uma inovação que apresenta excelente resultados como roteiro de estudo orientador para o momento de estudo individual do acadêmico.

Para as disciplinas em EaD – o material de apoio é instrumento de mediação pedagógica, pois estes desempenham um papel de extrema importância na condução da aprendizagem do aluno.

A acessibilidade metodológica e instrumental se dá pela presença do tutor que acompanhará o discente em seus estudos individuais, sendo um facilitador no processo de ensino aprendizagem. O tutor auxilia na familiarização do uso do AVA.

A acessibilidade metodológica se dá também com o livre acesso à biblioteca Digital Saraiva, que disponibiliza as principais obras assinadas pelos profissionais mais renomados do mercado jurídico.

A acessibilidade metodológica, instrumental e comunicacional do Ambiente virtual de Aprendizagem do Curso de Direito se concretiza ao ser uma plataforma de fácil usabilidade e navegação consistente e previsível, munida de ferramentas como VLibras, aumento de letra, contraste por exemplo. Tomou-se o cuidado na escolha do

template de construção do curso, criando-se uma trilha de aprendizado de fácil compreensão.

A Faculdade Pan-Americana desenvolveu uma identidade visual que possibilita a percepção de que essas mídias pertencem ao curso de Direito e à IES. Os formatos seguem modelo próprio do curso, anexo ao PPC.

Os docentes ou discentes que queiram fazer sugestões de atualização do material didático, podem preencher o Formulário de Atualização do Material Didático, disponível na Biblioteca para análise pelo Colegiado do Curso e atualização se pertinente.

A organização do material didático é comprovadamente inovadora. A Faculdade Pan-Americana utiliza recursos de ponta, criativos, adequados e pertinentes para entrega do conteúdo jurídico, sua abrangência, aprofundamento e coerência teórica e adequação da bibliografia às exigências da formação. Tem acessibilidade metodológica e instrumental e há a preocupação para a integralização da carga horária da disciplina e a apreensão do conteúdo pelo acadêmico.

Maiores informações sobre o material didático a ser desenvolvido se encontra no item 3.7.3.

1.16 Procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem

Tendo por referência a concepção de avaliação formativa, o Curso de Direito busca aperfeiçoar a metodologia de ensino num esforço conjunto de adoção de estratégias de ensino e instrumentos de avaliação coerentes com as competências profissionais esperadas. Entende-se que o acadêmico necessita de momentos individuais de aprendizagem e de momentos de socialização de seus conhecimentos e habilidades.

O sistema de acompanhamento e avaliação alicerça o processo interativo e participativo de todos os indivíduos envolvidos na experiência de ensino-aprendizagem e corrobora com o compromisso da instituição de disseminar conhecimento profissional de excelência.

Compreender o processo de acompanhamento e avaliação como um processo dinâmico, é fundamental na medida em que seus elementos têm forte relação com o modo ou instruções que definem as suas funções na ação docente, bem como na relação desses elementos com as realidades onde se aplica a avaliação.

Segundo especialistas em processo avaliativo, pressupõe diagnosticar para observar comportamentos, atitudes, desempenhos, na expectativa de ao final do processo de aprendizagem, analisar os dados apurados sob o olhar da revisão pedagógica, das mudanças necessárias para melhoria contínua da qualidade educacional (ROCHA, 2014).

Nos processos individualizados, conforme consignado nos Planos de Ensino, os docentes aplicam estratégias diversas de avaliação, aliando aos objetivos do curso e ao perfil do egresso as técnicas e os instrumentos utilizados, entre os quais: análise de texto, jurisprudências e análise de imagem, autoavaliação, prova escrita, prova oral, pesquisa teórica em forma de estudo dirigido, produção de texto e trabalho individual.

Nos momentos de socialização, predominam os trabalhos em grupo, seminários, estudos de caso, júris simulados, palestras e debates com profissionais de mercado.

A prática de acompanhamento e avaliação adotada pela Faculdade será baseada nas três modalidades de avaliação proposta por Rocha (2014):

> **Diagnóstica ou Investigativa:** cujo objetivo proposto é de verificar habilidades, competências e conhecimentos pré-estabelecidos ou ausência de conhecimentos, geralmente ocorre no início do processo ensino-aprendizagem.
>
> **Contínua ou Formativa:** Ocorre durante o processo ensino-aprendizagem, com a finalidade de averiguar o alcance dos objetivos estabelecidos pelos professores, sendo possível analisar o aprendizado e os aspectos que podem estar comprometendo os resultados, e inferir ações corretivas, como propor uma discussão via fórum, interativa e colaborativa, para reconstruir o conhecimento.
>
> **Final ou Somativa:** Com o propósito de classificar os resultados alcançados pelos discentes ao final do processo de aprendizagem, assim como também quantificar o processo avaliativo (HAYDT, 2008).

As avaliações diagnosticas, formativas e somativas, tem forte relação com a melhoria da aprendizagem, a primeira proporcionando um diagnóstico inicial do conhecimento do discente, valorizando-o e sinalizando possíveis desvios de saberes, que podem receber inferência para novos conhecimentos e colaborar para o direcionamento de novos conteúdos, nas próximas etapas de avaliação. Nesta etapa, o acadêmico realizará atividade objetiva.

As avaliações diagnósticas acontecem no AVA e tem a finalidade identificar o conhecimento prévio do acadêmico, sob a perspectiva do conteúdo em comento, dessa forma, pode-se perceber possíveis desvios de aprendizagens e reconstruir o saber, a partir de uma intervenção, seja por meio de novas videoaulas, textos, discussões nos

fóruns e outras formas, direcionando para as novas etapas de avaliação. Estas atividades são propostas pelo professor formador e acompanhadas pelo tutor.

A avaliação contínua ou formativa com ênfase na forma processual de avaliar diariamente, percebendo anomalias na construção do aprendizado e reconstruindo o saber por meio de novas práticas pedagógicas, que podem ser um novo vídeo, um texto, um Podcast, uma discussão no fórum, e outros recursos que forem necessários, sempre levando em consideração, o aprendizado a partir de significados e interativos.

Para tanto, a avaliação continuada tem um papel fundamental ao garantir maior participação dos sujeitos envolvidos na prática cotidiana, da relação professor e discente, garantindo a autonomia do professor para utilização de meios pedagógicos adequados de aferição de rendimento e o desenvolvimento e a autonomia do discente de forma contínua e efetiva.

Na avaliação formativa, os acadêmicos irão desenvolver atividades com o propósito de contribuir para a aprendizagem do conteúdo abordado, sendo que estas, proporcionarão uma experiência teórica e prática aos discentes nos desafios relacionados a profissão, serão realizadas por meio de atividades com questões objetivas, subjetivas, objetos de aprendizagem e aprendizagem baseada em problemas, que serão orientadas pelos tutores a distância e presenciais e enviadas para correção em data previamente estabelecida no calendário acadêmico.

As atividades formativas também irão colaborar para o acompanhamento da aprendizagem do discente, pois a avaliação deve ser processual, é uma forma de avaliar muito importante no processo de ensino-aprendizagem, tendo em vista que nessa etapa também poderão ser identificados conhecimentos que precisam de intervenção, pois mesmo assistindo as videoaulas, ou lendo o material didático, e outros recursos didáticos, há necessidade de fazer novos direcionamentos para reconstrução do saber. Ainda, neste momento, os acadêmicos participarão de fóruns de discussões e chats, propostos nas videoaulas, onde terão a oportunidade de esclarecer algum conceito que ainda não foi compreendido nas etapas anteriores. O professor pode fazer uso da plataforma Moodle para realização dessas atividades, por ele elaboradas, junto com o respectivo gabarito, cabendo ao tutor a disponibilização das atividades dentro do AVA, o acompanhamento da realização destas pelos acadêmicos e a correção.

A avaliação somativa com foco nos resultados, por meio da prova presencial e a repetição das questões da avalição diagnostica, que ajudarão a mensurar os resultados alcançados e a evolução do aprendizado discente, colaborando também para ações concretas de melhoria do processo de avaliação.

Na avaliação somativa, o acadêmico realizará uma prova presencial, que proporcionará verificar os resultados alcançados e observar se no decorrer das etapas anteriores houve alguma falha, e o que pode ser melhorado na qualidade do processo de ensino-aprendizagem do discente, sob a perspectiva da metodologia adotada pela Faculdade. Considera-se salutar que nesse momento, as questões da avaliação diagnóstica sejam repetidas, tornando-se possível mensurar o crescimento que aprendiz experimentou ao término da disciplina.

Nessa perspectiva a avaliação diagnóstica e formativas correspondem (A1), que envolve todas as atividades desenvolvidas pelo professor, conforme plano de ensino. O professor tem a disposição conforme Regulamento de Avaliação, a saber: I – seminários; II – trabalhos individuais e/ou em grupos; III – testes escritos e/ou orais/sinalizados; IV – demonstrações de técnicas em laboratório; V – dramatizações; VI – apresentações de trabalhos finais de iniciação científica; VII – artigos científicos ou ensaios; VIII – Trabalho de Conclusão de Curso – TCC; IX – relatórios de estágio; X – portfólios; XI – resenhas; XII – autoavaliações; XIII – participações em projetos; XIV – participações em atividades culturais e esportivas; XV – visitas técnicas; XVI – atividades em Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA); XVII – participação em atividades de mobilidade livre; XVIII – outras atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação pertinentes aos cursos. O docente deve utilizar, ao menos, dois instrumentos ao longo de cada período avaliado para emitir resultados parciais e finais, sendo um, obrigatório, prova.

O professor pode adotar sistema de peso caso deseje.

Há possibilidade de recurso conforme procedimento definido pela IES descrito no PPC.

Neste contexto, o sistema de avaliação para o processo de ensino-aprendizagem, mensura o desempenho final do acadêmico, da seguinte forma:

A obtenção de nota final igual ou superior a 7,0 na disciplina; e

A frequência de acesso mínima igual a 75% do total de horas/aula determinado para a disciplina, na qual será registrada por acesso, onde tanto o discente quanto o tutor acompanham.

Exame nota 5

Além do registro presencial, diretamente no portal do professor, no Ambiente Virtual de Aprendizagem do Curso o registro dos acessos realizados pelos alunos na plataforma EaD será verificado para as disciplinas 100% em EaD. O sistema Moodle

possui ferramentas de verificação do número de acessos e a permanência dos alunos. Para os professores que adotarem diversas atividades para obtenção das notas N1 e N2, conforme descrito no Plano de Ensino da disciplina, o acompanhamento individual das atividades é feito no Ambiente Virtual de Aprendizagem.

Esse medidor será extremamente útil para verificar a "frequência virtual" dos alunos. Será exigido que o aluno assista um mínimo de 75% do conteúdo online nas disciplinas à distância.

Ao final do período letivo, o acadêmico que não houver obtido média 7,0 entre as notas da (A1) e (A2), ou que não houver obtido resultado na (A1) ou (A2), por não ter realizado uma dessas avaliações ou quer melhorar o seu desempenho, poderá realizar a avaliação substitutiva (AS), conforme Calendário disponível no início do semestre.

A AS, portanto, substituirá, no cálculo da nota final, a menor entre as duas avaliações realizadas ou uma avaliação que não tenha sido feita pelo acadêmico. Todas as avaliações são variáveis de zero a dez e os critérios de avaliação a serem utilizados serão determinados previamente pelo formador e constarão no plano de ensino.

Se a Média Semestral for igual ou superior a 4,0 e inferior a 7,0, o discente ainda poderá fazer o Exame. A média entre a nota do Exame e a Média Semestral deverá ser igual ou superior a 5,0, para considerar o discente aprovado na disciplina.

Os prazos das avaliações A1, A2 e AS serão determinados no calendário acadêmico, disponibilizado a cada período letivo, sendo facultado ao discente solicitar revisão da nota de suas avaliações, no prazo para isso estabelecido. Há possibilidade de recurso conforme procedimento definido pela IES descrito no PPC.

O acadêmico acompanha suas notas e frequências através do Portal do Aluno do Sistema Acadêmico Digital. Estes registros são atualizados pelos professores conforme há a existência de registro e conforme calendário previsto pelo NDE.

Este cuidado garante ao acadêmico conhecimento do progresso na sua natureza formativa. Por ser um participante ativo do seu processo de ensino aprendizagem, possibilita e motiva realizar ações concretas para a melhoria da aprendizagem em função das avaliações realizadas.

Ao mesmo tempo, permite ao professor em um fluxo PDCA – (Planejar, Fazer, Monitorar e Retroalimentar), identificar novas práticas e ações de melhora da aprendizagem em função das avaliações realizadas, que são acompanhadas pela coordenação no decorrer da entrega das atividades acadêmicas e registrada no Relatório Final da Disciplina ao final do semestre.

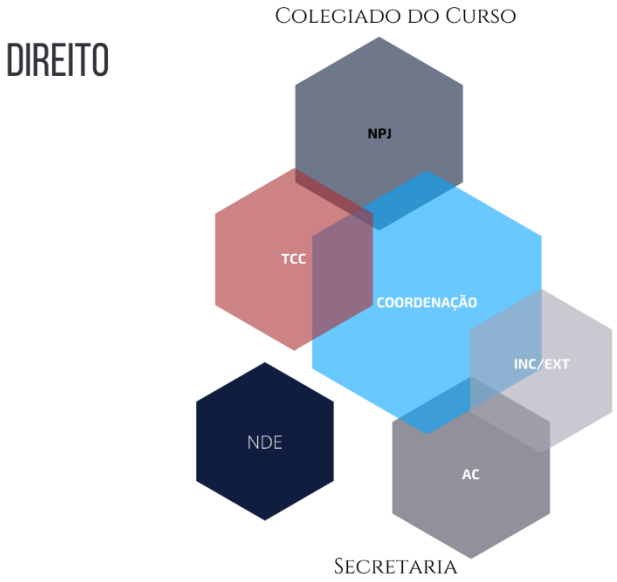
PARTE II

2. GESTÃO DO CURSO, CORPO DOCENTE E TUTORIAL

2.1 Articulação da Gestão do Curso com a Gestão Institucional

A gestão do curso articula-se com a gestão institucional através da aplicação das políticas contidas no PPI e do PDI. A Coordenação do curso preside o Colegiado respectivo, onde todas as decisões referentes ao curso são aprovadas.

O curso de Direito apresenta a seguinte organização estrutural:



16 - Estrutura Organizacional Curso de Direito

- Colegiado do Curso
- Coordenação Geral do Curso de Direito
- Núcleo de Práticas Jurídicas
- Trabalho de Conclusão de Curso
- Iniciação Científica e Extensão
- Atividades Complementares
- Secretaria do Curso de Direito
- Núcleo Docente Estruturante-NDE

A aderência entre a formação acadêmica do docente da Faculdade Pan-Americana e as atividades que desempenha é considerada um elemento de grande importância para a consecução dos objetivos pedagógicos institucionais.

Igualmente, o corpo técnico-administrativo atende de forma plena aos interesses da IES, pois gozam de experiência na área de gestão e administração.

Os coordenadores e coordenação adjunta estão qualificados academicamente e têm o perfil particular buscado pela IES.

A gestão colegiada das questões pedagógicas e administrativas é um elemento que fortalece a Faculdade Pan-Americana, pois evita a adoção de medidas advindas de percepções individuais e fortalece a continuidade dos projetos institucionais de forma transparente e comprometida.

2.2 Colegiado de Curso e Núcleo Docente Estruturante

2.2.1 Colegiado de Curso

O colegiado do curso de Direito da Faculdade Pan-Americana é atuante.

O Colegiado de Curso, definido como órgão deliberativo em matéria de natureza acadêmica operacional, administrativa e disciplinar, é responsável pela supervisão das atividades do curso e pela orientação aos acadêmicos. Está constituído nos termos da legislação vigente e conforme Regulamento próprio e Regimento Interno da IES, sendo presidido pela Coordenadora do Curso.

Está institucionalizado, conforme Portaria de Instituição 05/2021, com regimento próprio. O Colegiado do curso de direito possui representatividade dos segmentos docente e discente (3 docentes e 2 discentes devidamente eleito pelos seus pares. Para os discentes é preciso que estejam regularmente matriculados no curso e que tenha obtido aproveitamento acadêmico em todas as disciplinas já cursadas). Possuem mandato de dois anos, permitida uma recondução.

O Colegiado do curso de Direito se reúne com periodicidade determinada conforme calendário, sendo possível haver reuniões extraordinárias, mediante convocação.

Compete ao Colegiado do Curso de Direito, em reuniões com periodicidade determinada

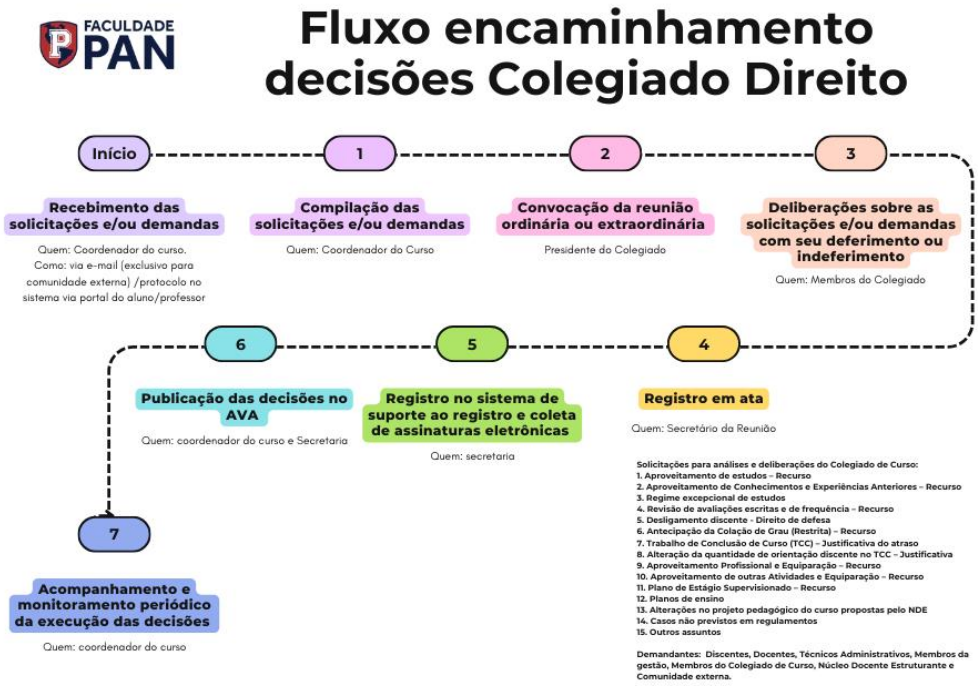
- apresentar propostas relacionadas ao Projeto Pedagógico do Curso e acompanhar sua execução;
- propor alterações na regulamentação da verificação do rendimento escolar, do trancamento de matrícula, da reopção de curso, da transferência e da obtenção de novo título, para decisão do Conselho Superior;

- acompanhar a execução do regime didático e o cumprimento de programas aprovados;
- propor práticas de diversificação e flexibilização curricular, ouvido o NDE, quando couber, e estabelecer parâmetros para a consolidação da aprendizagem por todos os alunos do curso;
- analisar e aprovar, em primeira instância, alterações no projeto pedagógico do curso,
- propostas pelo NDE, quando couber, e encaminhar a proposta ao Diretor de Ensino para providências, quanto a aprovação do Conselho Superior;
- propor e implementar a auto avaliação, no âmbito do curso em complemento à avaliação institucional, com vistas à melhoria didática e pedagógica dos cursos de graduação;
- aprovar o plano de ensino de cada disciplina, o qual deverá ser articulado à proposta pedagógica do curso elaborado pelos professores, para o período subsequente, na reunião de planejamento que se dá ao final de cada semestre/ano letivo.
- exercer outras funções na sua esfera de competência, de acordo com o Regimento Interno.

A partir de 2021, passou-se a utilizar a plataforma TEAMS para a realização das reuniões em razão da pandemia covid-19. Possui uma “equipe” específica na plataforma para fins de compartilhamento de documentos para as reuniões.

A partir de 2022, as atas, que eram físicas, passaram a ser nanodigitais e arquivadas no sistema eletrônico de gestão de documentos – GED – em pasta específica que permite o compartilhamento público das atas de reuniões e resoluções. Todas As reuniões e decisões associadas são devidamente registradas em atas e armazenas no sistema de suporte ao registro GED/Solis.

As resoluções são disponibilizadas no AVA para fins de apropriação do conteúdo pela comunidade acadêmica na página de documentos institucionais. Há um fluxo determinado para o encaminhamento das decisões que segue:



16 - Fluxo decisões colegiado do curso

O Colegiado do curso realiza avaliação periódica sobre seu desempenho. Os dados são condensados em relatório disponível à comunidade acadêmica no Ambiente Virtual de Aprendizagem para apropriação dos resultados. Seus dados auxiliam na implementação ou ajuste de práticas de gestão.

2.2.2 Núcleo Docente Estruturante

O Curso de Direito da Faculdade Pan-Americana possui Núcleo Docente Estruturante (NDE) nos termos da legislação vigente e normatizada pelo Regimento Interno e Regulamento próprio.

O NDE do Curso de Direito da Faculdade Pan-Americana possui 5 docentes do curso, dentre eles o coordenador. Todos os seus membros atuam em regime de tempo integral ou parcial, sendo que 20% em tempo integral e possuem titulação *strictu* sensu.

Conforme normativas, são atribuições do NDE:

- acompanhar o processo de concepção, consolidação e atualização do projeto pedagógico do curso;

- contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino do curso;
- indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- incentivar e contribuir para implementação das atividades complementares dos cursos;
- zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação.

O NDE tem atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do Projeto Pedagógico do Curso em especial no que se refere ao perfil do egresso e novas demandas do mercado de trabalho, que é feito desde 2020, quando do processo de autorização do curso.

O NDE do Curso de Direito atua no acompanhamento, na consolidação e na atualização constante do PPC considerando as DCN e as novas demandas do mundo do trabalho, realizando a atualização. Do mesmo modo, periodicamente realiza estudos em relação a prática docente (professores, tutores e coordenação do curso) gerando insumos para a gestão do curso e CPA. Acompanha o desenvolvimento dos projetos de extensão curricular e atividades complementares, participando ativamente na sua implementação.

O NDE verifica também o impacto do sistema de avaliação de aprendizagem na formação do estudante e analisa periodicamente a adequação do perfil do egresso.

2.2.3 Núcleos do Curso de Direito

2.2.3.1 Coordenador do Curso de Direito

O Coordenador é o gestor do Curso, para todos os efeitos acadêmico administrativos. Compete ao Coordenador de Curso, nos termos do Regimento Geral da IES:

- coordenar a elaboração, em cada período letivo, dos planos de atividades de ensino, pesquisa e extensão do respectivo Curso;

- analisar os programas e os calendários para a realização de atividades de extensão e pesquisa, e encaminhá-los à aprovação final do órgão competente;
- aprovar projetos de ensino, extensão, pesquisa e iniciação científica, no âmbito da área de conhecimento do curso, e remeter parecer à aprovação dos órgãos competentes;
- coordenar atividades de ensino, pesquisa e extensão do curso de sua competência;
- coordenar o planejamento e o cumprimento do Projeto Pedagógico do curso, tendo em vista as diretrizes definidas no Plano de Desenvolvimento Institucional;
- decidir sobre assuntos de ordem técnico-administrativa e didática no âmbito do curso;
- orientar, coordenar e supervisionar os estágios profissionais exigidos pela legislação do ensino em vigor;
- orientar, coordenar e supervisionar todas as ações voltadas para o ENADE de acordo com a legislação em vigor;
- elaborar horário de aulas e demais atividades curriculares do curso;
- supervisionar a integralização curricular e orientar alunos sobre os procedimentos de frequência e de aproveitamento escolar;
- deliberar sobre recursos ou representações de alunos a respeito de matéria didática e trabalhos escolares, no âmbito do curso;
- orientar e coordenar a execução do sistema de avaliação do corpo discente e docente;
- convocar e presidir as reuniões do Colegiado de Curso;
- dar encaminhamento e despacho às decisões do Colegiado de Curso;
- coordenar, controlar e avaliar as atividades docentes e discentes;
- acompanhar a assiduidade dos docentes e do pessoal técnico-administrativo vinculado ao curso, auxiliando a Diretoria de Ensino na fiscalização da observância do regime escolar e do cumprimento dos planos de ensino e projetos do curso;
- estabelecer, observadas as normas baixadas pelos órgãos específicos, critérios para matrícula e aproveitamento de estudos, adaptações, dependências e avaliação da aprendizagem e deliberar sobre pedidos de transferências internas e externas;
- apresentar, mediante sugestões dos professores, propostas para aquisição de material bibliográfico;

- elaborar, anualmente, e encaminhar à Diretoria de Ensino a relação de material didático-pedagógico, assim como outros equipamentos necessários para o bom desempenho do ensino, da pesquisa e da extensão;
- deliberar sobre organização e administração de laboratórios e outros materiais didáticos, quando esses constituírem parte integrante do ensino, da pesquisa e da extensão;
- tomar as medidas necessárias para o aperfeiçoamento e a interdisciplinaridade das atividades de ensino, em todas as disciplinas do Curso;
- responsabilizar-se pelo material e patrimônio da Instituição que estiver sob sua guarda;
- apresentar ao Diretor de Ensino, no prazo que for por este fixado, relatório das atividades do curso;
- zelar pela legalidade, regularidade e qualidade do ensino ministrado pelo curso;
- assinar termos de compromisso de estágios como interveniente de alunos do Curso sob sua responsabilidade;
- avaliar, periodicamente, o andamento e os resultados dos projetos de pesquisa e de extensão sob sua responsabilidade;
- participar, como membro pleno, das reuniões do Conselho Acadêmico;
- organizar as informações referentes ao curso coordenado para atualização do Catálogo Institucional, encaminhando-as à Diretoria de Ensino.
- coordenar a organização de eventos, semanas de estudos, ciclos de debates e outros no âmbito do curso;
- disseminar princípios e políticas que garantam a inclusão social e assegurar condições de acesso e permanência a estudantes com deficiências.
- participar do processo de reconhecimento do curso e renovação periódica desse processo, pelos órgãos competentes, quando aplicável;
- estimular a participação dos professores e alunos na avaliação institucional;
- presidir o Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso;
- cumprir e fazer cumprir as disposições deste Regimento Geral e as deliberações dos Órgãos Colegiados;

- exercer outras atribuições que, pela sua natureza, recaiam dentro de sua competência, ou que lhe sejam delegadas pelo Diretor de Ensino ou pelos demais órgãos superiores.

Há a previsão no Regimento Interno de Coordenador Adjunto.

2.2.3.2 Do Responsável do Núcleo de Prática Jurídica

O responsável pelo Núcleo de Prática Jurídica coordena e supervisiona as atividades de assistência jurídica executadas no estágio curricular, além de desenvolver projetos comunitários de cidadania e proteção ambiental e programas de prática de atividade de negociação, conciliação e mediação familiar, além das práticas de arbitragem, levando o alunado a desenvolver um espírito não apenas contencioso, mas também conciliador, envolvendo-o nas mais diversas formas de resolução de conflitos, tudo em conformidade com a nova visão de entender o Direito, no qual se prima pela celeridade na resolução, envolvendo, portanto, outros meios que não apenas o Judiciário.

É de sua competência:

- Coordenar e supervisionar as atividades e serviços inerentes ao NPJ e responder por seu expediente.
- Organizar e responder pela administração geral do NPJ, de acordo com as diretrizes superiores da Faculdade.
- Planejar o estágio curricular obrigatório dos alunos em conjunto com os professores-supervisores.
- Acompanhar a orientação dada pelos professores-supervisores aos acadêmicos e o desempenho destes perante o Juízo e os Tribunais.
- Organizar reuniões, encontros, solenidades e outros eventos inerentes ao Estágio.
- Elaborar relatório das atividades desenvolvidas.
- Encaminhar ao Curso de Direito proposta de escala de férias, remanejamento, admissões, dispensas de funcionários do corpo técnico e administrativo do NPJ.
- Fazer a interlocução entre a Faculdade e o(s) ambiente(s) de estágio, encaminhando à Administração da IES as propostas de convênios ou contratos, pesquisas, sugestões de novas possibilidades de serviços a serem implantados no NPJ e relatórios periódicos das atividades do Núcleo em suas atividades básicas a ser utilizada em processos de planejamento para o adequado atendimento da demanda existente;

- Manter contato com agências financiadoras de serviços, de pesquisa e outras atividades de interesse do NPJ.

Até a designação pela Direção do responsável do Núcleo de Prática Jurídica a atribuição é da Coordenação do Curso, realizando estes atos de acordo com as normas estabelecidas no Regulamento próprio.

2.2.3.3 Do Responsável pelo Núcleo de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

O responsável pelo Núcleo de Trabalho de Conclusão de Curso coordena e supervisiona as atividades relacionadas ao TCC, desenvolvidas por professores e alunos nos últimos semestres do curso.

Realiza, também, oficinas de capacitação de pessoas para orientação e acompanhamento do TCC, os quais irão auxiliar os alunos no desenvolvimento do projeto e, da própria monografia.

Compete a ele, ainda, elaborar e regular horários de atendimento individual e personalizado ao aluno, para a orientação e saneamento de dúvidas.

Elabora Manual de orientação para confecção do TCC e cumpre as normas estabelecidas no Regulamento próprio. Supervisiona e aprova os projetos de elaboração do TCC.

Até a designação pela Direção do responsável do Núcleo pelo Núcleo de Trabalho de Concusão de Curso atribuição é da Coordenação do Curso.

2.2.3.4 Do Responsável pelo Núcleo de Atividades Complementares.

O responsável pelo Núcleo de Atividades Complementares deverá, semestralmente, empreender esforços para orientar e conscientizar o corpo discente da importância de iniciar o cumprimento da carga horária exigida para as atividades complementares nos primeiros semestres da graduação, a fim de que, ao longo do curso, sem qualquer transtorno, seja integralizada a exigência curricular.

Compete, ainda, ao responsável pelo Núcleo de Atividades Complementares, a apresentação e recebimento de atividades complementares, visando o desenvolvimento dessas atividades, em especial, aquelas voltadas para questões regionais, bem como para assuntos de relevância e destaques jurídicos.

Além disso, deverá o responsável pelo Núcleo, planejar, organizar e executar, o Ciclo de Debates Jurídicos da Faculdade, evento anual que reúne palestrantes regionais e nacionais, visando fomentar o debate de questões jurídicas atuais.

A princípio o núcleo é organizado pelo Coordenador de Curso, porém pode ser delegado por ato de designação da Direção.

2.2.3.5 Do Responsável pelo Núcleo de Iniciação Científica e Extensão

O responsável pelo Núcleo de Iniciação Científica e Extensão, com vistas a contribuir para a investigação científica, articula e desenvolve meios para introduzir o acadêmico na pesquisa, desde as séries iniciais do curso.

Estimula a criação de grupos de pesquisa e, grupos de estudo, nas várias áreas do conhecimento jurídico, sobretudo naquelas que traduzam as necessidades regionais, na busca de desenvolvimento e ampliação do conhecimento, como forma de melhoria do ensino-aprendizagem.

Procura, ainda, este núcleo desenvolver uma interação, por meio da iniciação científica, entre as disciplinas, utilizando atividades interdisciplinares, o Núcleo de Atividades Complementares e, também, o núcleo de TCC.

Compete, ainda, ao responsável pelo Núcleo de Iniciação Científica e Extensão, a apresentação e recebimento de projetos de atividades de extensão, descritos no item 1.5.6, visando o desenvolvimento dessas atividades, em especial, aquelas voltadas para questões regionais, bem como para assuntos de relevância e destaques jurídicos.

Até a designação pela Direção do responsável do Núcleo de Iniciação Científica e Extensão a atribuição é da Coordenação do Curso.

2.2.3.6 Secretaria do Curso

A Secretaria do Curso de Direito da Faculdade Pan-Americana organiza e gere o sistema acadêmico, de toda a vida acadêmica e auxilia os professores no que se refere a controle de frequência.

Gerencia os serviços técnicos, de apoio à Coordenação do Curso, responsabilizando-se, perante o Coordenador, pela exatidão, autenticidade e segurança dos registros e lançamentos das notas, das planilhas de frequências e da guarda de documentos de alunos e professores, além de auxiliar na veiculação e articulação das informações emanadas das Coordenações para professores, alunos e comunidade em geral.

Além disso, a secretaria é responsável pelo primeiro atendimento e encaminhamento ao professor, visando auxiliar e maximizar o atendimento ao corpo discente.

2.3 Regime de trabalho do coordenador

A atuação do coordenador do curso de Direito da Faculdade Pan-Americana está de acordo com o PPC e atende à demanda existente, pois considera a gestão do curso, a relação com os docentes e discentes, com tutores e equipe multidisciplinar e a representatividade nos colegiados superiores. A atuação do coordenador do curso é pautada em um plano de ação documentado e compartilhado, dispõe de indicadores de desempenho da coordenação disponíveis e públicos e administra a potencialidade do corpo docente do seu curso, favorecendo a integração e a melhoria contínua.

A coordenação do curso, atualmente, é composta por Coordenador e Coordenador Adjunto. O regime de trabalho de ambos é integral.

Esta disponibilidade e divisão permite atender a todos os atos necessários para atendimento da demanda de coordenação como gestão do curso, relação com docentes, discentes, equipe técnica administrativa, representatividade nos colegiado – NDE, CPA, Conselho Superior, CEPE. Conta com uma divisão de afazeres que compreende, dentre outras atividades, horários de atendimento aos acadêmicos, através de um acompanhamento em tempo integral (presencial e virtual), análises curriculares, despachos de requerimentos, atendimentos às solicitações, supervisão dos projetos e programas de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidos pelo Curso e à administração escolar como um todo. Em todos os turnos a coordenação está à disposição dos acadêmicos, com calendário previamente público disponível no Manual do Acadêmico.

Para tanto atendimento de todas as demandas da gestão de curso e atividades afim, há um plano de ação documentado e compartilhado, assim como relatórios de desempenho do plano de ação.

Periodicamente são realizadas consultas públicas em relação ao desempenho da coordenação, cujos dados proporciona à administração da Faculdade e à gestão do Curso informações para melhoria.

Junto do NDE, a coordenação organiza e administra a potencialidade do corpo docente, através de acompanhamento das práticas docentes e desempenho dos docentes pelos discentes, a fim de garantir formação adequada aos discentes, bem como proporciona a administração da potencialidade do corpo docente, favorecendo a integração e a melhoria contínua em ambos os casos.

2.4 Corpo Docente e Tutores

O corpo docente da Faculdade Pan-Americana deve ser conhecedor dos conteúdos que desenvolve, sendo capaz de dar um novo significado aos conhecimentos integrando-os à realidade dos alunos e (re) organizando-os nas suas práticas pedagógicas.

Nessa perspectiva, os docentes necessitam não apenas de sólidos conhecimentos na área de atuação, mas também de habilidades pedagógicas suficientes para tornar o aprendizado mais eficaz. Além disso, o docente precisa ter uma visão de mundo, de ser humano, de ciência e de educação compatível com as características de sua função.

Na fase de contratação, a experiência técnico-profissional e o exercício do magistério superior, presencial e no ensino à distância, a experiência em tutoria de ensino à distância, são levados em consideração, assim como a formação na área pedagógica, com titulação em cursos de pós-graduação. Será, também, considerada a produção de artigos científicos, atividades de extensão, desenvolvimento de projetos de pesquisa, atualização e aperfeiçoamento profissional na área de atuação docente.

Às experiências profissionais não acadêmicas, são consideradas relevantes, pela Faculdade, tendo em vista que as atividades realizadas por seus docentes fora do contexto acadêmico são fonte de aperfeiçoamento e ampliação de conhecimentos teórico-práticos, removendo limitações e fronteiras de saberes específicos e compartimentados.

Também são analisadas as habilidade e competências de comprometimento, preparação, organização, tolerância, retórica, saber ouvir, entusiasta da tecnologia e inovação, e criatividade.

O regime de trabalho do corpo docente – composto de professores e tutores - está de acordo com o previsto na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), pela qual se regem todos os respectivos contratos e serão consignados em um dos seguintes regimes: em Tempo Integral; em tempo parcial e horista.

O regime de trabalho em todos os regimes possibilitará atendimento integral as demandas: tempo dedicado à docência (compreendida pela preparação, planejamento didático, correção de avaliações de aprendizagem e tempo em sala de aula), tempo dedicado a atendimento de discentes, participação no colegiado/NDE.

Há Plano Individual de Trabalho em que se registram as atividades docentes, considerando a carga horária total por atividade, a ser utilizada no planejamento e gestão para melhoria contínua. A todo o corpo docente será assegurado tempo para

pesquisa, desenvolvimento de projeto de extensão e participação em programas de capacitação.

2.4.1 Titulação corpo docente e experiência

É um diferencial da Faculdade Pan-Americana o seu corpo docente. Formado profissionais altamente qualificados- tanto acadêmica quanto profissionalmente – o corpo docente do curso de Direito da Faculdade Pan-Americana, está apto e está plenamente capacitado para, ao organizar as suas atividades pedagógicas, analisar os conteúdos dos componentes curriculares e, ao abordar o conteúdo programático, destacar a sua relevância para a atuação profissional e acadêmica do discente, dada a reconhecida atuação profissional e acadêmica de todos os docentes. Os docentes estão apresentados no Anexo I.

O corpo docente é composto por professores mestres e doutores que possuem experiência profissional nas carreiras jurídicas públicas (magistrados estaduais e federais, promotores, defensores públicos, desembargadores, legislativo, conselheiro) e carreiras jurídicas privadas (advogados). São reconhecidos nacionalmente e internacionalmente.

São conhecedores das metodologias participativas de ensino permitindo atender a proposta metodológica do projeto pedagógico do curso.

A larga experiência na docência os permite, diante do fato do Direito ter sua própria linguagem, rotineira dos operadores do direito, novas aos discentes, estabelecer bons padrões de comunicação, com linguagem aderente às características da turma, de forma dialogada para familiarização e compreensão do Direito, além do enriquecimento vocabular.

Possuem experiência docente para, ao organizar as suas atividades pedagógicas, analisar os conteúdos dos componentes curriculares e, ao abordar o conteúdo programático, destacar a sua relevância para a atuação profissional e acadêmica do discente, dada a reconhecida atuação profissional e acadêmica de todos os docentes.

A partir da proposta metodológica, há o cuidado, pelos docentes de, a cada semestre, analisar os conteúdos dos componentes curriculares que serão ofertados, em especial os que compõe o NDE, para fins de atualização caso haja necessidade.

A experiência comprovada na docência os torna aptos a promover ações para identificar as dificuldades dos discentes relacionadas a sua unidade curricular e para elaborar ações para superação destas dificuldades (com novas atividades formativas, com exemplos contextualizados com os conteúdos dos componentes curriculares, uso da linguagem verbal e escrita, a linguagem visual – com uso dos infográficos por exemplo – é uma forma de ampliação da compreensão por parte do aluno ou aulas de revisão).

Os professores possuem hábito de produção nas diferentes áreas de interesse jurídico, que os habilita para realizar atividades de pesquisa com mais profundidade. O envolvimento dos docentes em grupos de estudos, pesquisas, iniciação científica, prática de extensão, atuação profissional e acadêmica proporciona o acesso a conteúdo de pesquisa de ponta, relacionando-os aos objetivos das disciplinas e ao perfil do egresso. As diferentes ações realizadas no âmbito do curso devidamente registradas promovidas pelos docentes, sejam elas de iniciação científica, extensão, pós-graduação, publicações, constituem incentivos à produção do conhecimento, por meio de grupos de estudo ou de pesquisa e da publicação.

Quando em sala de aula, estão plenamente aptos e capazes de fomentar o raciocínio crítico com base na própria produção acadêmica, como autores de livros e reconhecidos profissionais da área jurídica – pública ou privada- e em literatura atualizada, para além da bibliografia proposta nos planos de ensino. Este incentivo acontece também com as atividades interdisciplinares de extensão curricular.

A experiência prática que os docentes possuem permite com mais efetividade realizar a articulação da teoria com a prática, sendo assim um elemento de acessibilidade metodológica.

O corpo docente tem participação ativa no curso de Direito, estando presente nas diversas atividades de ensino, pesquisa e extensão realizadas, participam do NDE, Colegiado, CEPE, CPA e Conselho Superior e reuniões coletivas semestrais para troca de experiências que permitem novas práticas em um fluxo PDCA – (Planejar, Fazer, Monitorar e Retroalimentar) e compreendem a dinamicidade que a docência possui, atualizando-se constantemente. Utilizam os resultados obtidos nas suas avaliações para redefinição de sua prática docente no período.

A extensão curricular que coaduna com o protagonismo do discente - proposta metodológica do curso de Direito e se apresenta como uma excelente forma de aprendizagem – “learning by doing” ao mesmo tempo que permite desenvolver habilidades de hard skills como identificar o problema jurídico, identificar a solução, raciocínio crítico e aplicar a melhor solução ao caso e habilidades de soft skills como empatia, comunicação, escrita, colaboração, compromisso, prazos, responsabilidade, planejamento, pensamento criativo, visão geral, ética, negociação por exemplo. Por isso, os professores são convidados a inserirem dentro das suas propostas pedagógicas atividades de caráter extensionistas como infográficos e cartilhas ou produtos.

O corpo docente do curso de Direito, a partir do modo que exerce a docência e da sua prática profissional jurídica pública ou privada, além do reconhecimento nacional e internacional da sua produção, exercem liderança ao culminarem positivamente no processo de formação dos discentes em atendimento aos objetivos do curso e ao perfil profissional do egresso.

Ao trabalhar a ideia de liderança, Bergamini (1994) destaca a existência de duas características na definição do conceito. Primeiro, o fato de que a liderança estar relacionada a um fenômeno grupal, quer dizer, abrange duas ou mais pessoas. Em segundo lugar, evidencia-se tratar-se de um processo em que há significativa influência praticada de maneira intencional por parte de quem exerce a liderança sobre outros.

Neste sentido, o corpo docente do curso de Direito da Faculdade Pan-Americana tem consciência que o seu papel de professor transcende a simples mediação do processo de ensino-aprendizagem. Sua tarefa ampliou-se para além do espaço físico que delimita o encontro entre os sujeitos participantes. Ampliou-se ao possuírem a capacidade de incentivar, motivar e, principalmente, despertar o desenvolvimento de seus alunos, liderar. Os professores assumem o papel de líderes e buscam contribuir positivamente para o desenvolvimento dos discentes.

Para os docentes de cursos jurídicos, é indissociável o exercício da docência e os reflexos do exercício do Direito. São professores magistrados. Professores advogados. Professores defensores públicos. Professores promotores. Não obstante, em suas aulas, promovem um encontro pessoal e autêntico com seus alunos, que neles se espelham. Esta relação desperta no discente a responsabilização no processo de aprendizagem por parte dele, consigo e com outrem. Desperta o desejo a escolher, com responsabilidade, a carreira jurídica, pública ou privada, exercendo-a de forma ética e humana.

A experiência do corpo docente permite a conexão dos objetivos das disciplinas ao perfil do egresso e o serviço público escolhido e do seu papel no desenvolvimento da sociedade brasileira.

2.4.2 Titulação corpo de tutores e experiência

O corpo de tutores da Faculdade Pan-Americana é diferenciado.

No projeto pedagógico do curso de Direito da Faculdade Pan-Americana há três figuras bem definidas ligadas ao processo de Ensino aprendizagem: professor; professor facilitador/tutor e professor-tutor.

O curso de Direito da Faculdade Pan-Americana inova ao inserir, no processo de ensino aprendizagem o professor facilitador. Trata-se de um mediador ou mentor do processo de aprendizagem dos alunos. Com a oferta também de disciplinas na modalidade à distância, as funções do professor facilitador e tutor se coincidem, e passou o professor facilitador a ter o papel de tutor.

Em síntese: o professor tem a missão de transmitir o conteúdo. O professor facilitador/ tutor tem a missão de dar o suporte aos professores e discentes. É possível a cumulação das duas missões, o professor-tutor.

Todos os tutores são graduados na área da disciplina pelas quais são responsáveis. Compõem o quadro atual 8 tutores, divididos em dois tipos: professores-tutores e tutores, apresentados no Anexo I. Mais de 50% dos tutores possuem titulação em pós-graduação *strictu sensu*.

O corpo tutorial do curso de Direito da Faculdade Pan-Americana é conhecedor dos conteúdos que desenvolve e das habilidades e competências que são necessárias para o egresso conforme DCN 5/2018, em especial aos que vão se dedicar às carreiras jurídicas públicas. É conhecedor do projeto pedagógico do curso.

Todos os tutores têm experiencia comprovada no exercício da tutoria mediante declarações de exercício e capacitação.

A experiência comprovada na tutoria do corpo tutorial do curso de Direito os torna aptos e plenamente capacitado a fornecer suporte às atividades docentes realizando atividades como: elaboração do infográfico, organização dos conteúdos e atividades dentro do ambiente virtual de aprendizagem, auxílio na correção, levantamento de dados da participação dos discentes, identificação de dificuldades na aprendizagem para, após deliberação com o professor, realizar práticas que permitam a superação destas dificuldades.

Esta experiência comprovada permite identificar as dificuldades dos discentes. Por serem graduados nas áreas na área da disciplina pelas quais são responsáveis garante que eles tenham conhecimento sobre os conteúdos e a resolução esperada das atividades avaliativas. Por exemplo: ao acompanharem o desempenho dos acadêmicos nas atividades desenvolvidas no AVA a partir das notas ou da análise da escrita discentes para as questões subjetivas os tutores são capazes de identificar dificuldades como interpretação, compreensão do enunciado e assim, em colaboração com os docentes, elaborarem atividades específicas, para a promoção da aprendizagem de alunos com dificuldades.

Como dito em outras oportunidades, a tutoria não foi pensada exclusivamente para as disciplinas entregues à distância. No projeto inicial do curso, houve o desenho do professor facilitador, uma inovação do curso. Na atualização do projeto pedagógico com a inserção da carga horária em EaD o professor facilitador passou a adotar a posição de tutor tanto virtual como no presencial mediando o processo de Ensino aprendizagem do discente.

O curso faz uso das TICs, logo os tutores auxiliam os professores com estas ferramentas, permitindo-se assim, novas práticas, em especial para superar as dificuldades.

Outra inovação para o curso de direito são os usos dos infográficos como material de apoio. Eles são elaborados pelos tutores a partir do material didático organizado pelo professor. Trata-se de uma prática exitosa no ensino à distância, pois permite utilizar, simultaneamente, as linguagens visuais e escritas para apresentação do conteúdo, incrementando processos de ensino aprendizagem.

As ações e presença do corpo de tutores no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e presencialmente através do fórum, chat, quadro de avisos, atendimentos, momentos de revisão, são determinantes para proporcionar um acompanhamento personalizado, identificação das dificuldades e continuado dos estudos, através de diferentes tecnologias digitais para orientação, motivação, avaliação e mediação do processo ensino-aprendizagem, motivar a participação e o comprometimento dos estudantes.

Os torna aptos e capacitados para realizar mediação pedagógica junto aos discentes conectando o conteúdo, disciplinas e estratégias que facilitam a aprendizagem. As ações e presença do corpo de tutores no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e presencialmente são determinantes para motivar a participação e o comprometimento dos estudantes.

O corpo de tutores da Faculdade Pan-Americana se diferencia por possuir o hábito da pesquisa. A título de conhecimento, todos os tutores possuem publicações científicas ou técnicas nas suas áreas de formação. Somado à experiência professional comprovada, permite expor o conteúdo em linguagem aderente às características da turma, apresentar exemplos contextualizados com os conteúdos dos componentes curriculares, e, os torna aptos a orientar os alunos, sugerindo atividades e leituras complementares que auxiliam sua formação.

O corpo tutorial é avaliado periodicamente pelos discentes do curso e pelos professores e coordenação. Avalia-se: a periodicidade do contato, interação, forma de relacionamento (cortesia, respeito e atenção), demonstração de clareza, preparação e objetividade; linguagem; sugestão de materiais relacionado ao assunto; demonstração de conhecimento e mediação de conflitos.

Os dados dos relatórios das práticas dos tutores demonstram inequívoca qualidade no relacionamento com os estudantes. O resultado da avaliação global realizada demonstra que o corpo de tutores do curso de Direito da Faculdade Pan-Americana é de EXCELÊNCIA, de modo a confirmar sua experiência do corpo de tutores em educação a distância com uso de práticas inovadoras. O resultado individual do tutor é compartilhado individualmente para revisão das práticas.

O número de horas de trabalho do Tutor poderá variar, de acordo com o planejamento curricular dos cursos e o respectivo tempo. Será o determinado pela

legislação vigente, cuja equivalência corresponderá a uma hora de trabalho contratual, com regime de trabalho que possibilita o atendimento integral a sua demanda, devidamente registrada para ser utilizada no planejamento e gestão, buscando melhoria contínua.

2.4.3 Interação entre os tutores, docentes e coordenadores de curso

O NDE do curso de Direito, ao pensar o desenvolvimento das disciplinas do curso de Direito EaD, pautou-se na premissa de que a aprendizagem se dá para além do conteúdo disponibilizado nos materiais e conteúdos didáticos.

Assim, as preocupações que fundamentam a construção de sua proposta pedagógica do EaD passam pelas seguintes questões:

1) Como facilitar o processo de conhecimento de cada aluno?
2) Como conseguir que o aluno possa desenvolver as suas capacidades e seus conhecimentos e, ao mesmo tempo dar conta da complexidade do aprender o Direito?
3) Como transmitir, de maneira eficiente, o modo de pensamento do professor tutor, agora não presente fisicamente para discutir os conteúdos?

Acredita-se, a exemplo do que já vem sendo apontado na literatura da área, que ao facilitar a interação do aluno com os professores tutores, estar-se-á evitando a evasão do Curso, o que leva a opção de escolha da Faculdade Pan-Americana pelo professor tutor para algumas disciplinas em EaD.

Nesse sentido, o sistema de informação e interação com os alunos é peça fundamental ao desenvolvimento exitoso do curso.

A interatividade é fundamental para o processo de ensino-aprendizagem. E, no EaD ele não se efetiva se não houver interatividade entre professor tutor e aluno, inclusive portadores de necessidades educacionais especiais. Permitir a esse aluno que reflita sobre a ação pedagógica, de modo a não ser uma atividade exclusiva do docente, contribui para que se formem cidadãos autônomos, ou seja, que se manifestem sobre a realidade vivida.

O EaD exige dialogicidade e o “estar junto virtual” envolve diversos tipos de interação entre os elementos envolvidos no processo. Os alunos precisam sentir-se acompanhados e assessorados, no sentido de entender o contexto e as ferramentas do AVA favorece esse tipo de comportamento: reflexão, ação, o que gera a capacidade de conhecer, aplicar, transformar e buscar novas informações que permitirão novos conhecimentos.

Na Faculdade Pan-Americana existe uma preocupação de que esse professor tutor e o tutor desenvolvam a capacidade de mediação para perceberem a importância da boa comunicação, visto que a forma como o aluno lê, escuta, interpreta as mensagens desses profissionais é decisiva para que a interação se efetive, principalmente por se tratar de um corpo discente desigual, composto por alunos dos mais diversos níveis e, inclusive, portadores de necessidades educacionais especiais.

Para que todo esse processo tenha sucesso, vale lembrar que outros atores, os quais desenvolvem trabalhos de apoio, também são fundamentais em suas respectivas funções e contribuem para o bom funcionamento desse sistema e consequente interação. Colaboram, ainda, para esse efetivo intercâmbio, as ferramentas disponíveis no ambiente virtual entre elas, o fórum, o chat, o quadro de avisos, o portfólio, o e-mail e encontros síncronos (que diminuem a distância criada pelo EaD).

Os professores tutores e tutores regularmente realizam estas interações com o objetivo de "se manterem presentes" no processo ensino aprendizagem das disciplinas em EaD.

Periodicamente serão realizadas avaliações para identificar os problemas ou incremento na interação entre os locutores para que seja possível realizar planos de aperfeiçoamento da prática.

Depoimentos dos próprios alunos cooperam para que a plataforma esteja constantemente sendo atualizada, no sentido de proporcionar, cada vez mais, facilidades para que a dialogicidade seja a "marca" das disciplinas da modalidade a distância do curso de Direito e, da Faculdade Pan-Americana.

2.5 Produção científica, cultural, artística ou tecnológica

Há, pela Faculdade Pan-Americana o compromisso da conexão entre o ensino, a extensão e a iniciação científica, possibilitando assim, uma forte atuação junto à comunidade com novas práticas no campo do conhecimento relacionado ao curso.

Os docentes do curso de Direito têm participação ativa no curso se fazendo presente nas diversas atividades de ensino, pesquisa e extensão realizadas. O retrato pode ser conferido pela produção científica, cultural, artística ou tecnológica dos professores.

Nos últimos três anos, mais de 50% do corpo docente possui, no mínimo, 9 produções. Alguns docentes contam com produção publicada em 2024.

PARTE III

3. INFRAESTRUTURA

3.1 Espaço de trabalho para docentes em tempo integral

Os espaços de trabalho para docentes em Tempo Integral viabilizam ações acadêmicas, como planejamento didático-pedagógico, atendem às necessidades institucionais, possuem recursos de tecnologias da informação e comunicação apropriados, garantem privacidade para uso dos recursos, para o atendimento a discentes e orientandos, e para a guarda de material e equipamentos pessoais, com segurança.

A Faculdade Pan-Americana sabe que um bom ambiente de trabalho é aquele que se adequa aos docentes, para que eles fiquem confortáveis e seguros e, assim, possam dar seu melhor e realizar suas atividades. Um espaço bem-organizado e funcional interfere positivamente no trabalho que é realizado nele.

Além da sala dos professores, de uso coletivo, a Faculdade Pan-Americana disponibiliza três gabinetes individuais como espaços de trabalho para os docentes em Tempo Integral. Os espaços de trabalho atendem com qualidade os seguintes aspectos:

a) disponibilidade de recursos de tecnologias da informação e comunicação para viabilizar ações acadêmicas, em número adequado que atende aos professores e instalação que permite a privacidade para o uso desses recursos bem como o atendimento aos discentes. No espaço há a disposição de computador de mesa completo com internet a cabo, com o uso de login específico para acesso aos sistemas e à rede da IES. Conta com rede Wi-Fi para aqueles que trazem seus computadores portáteis.

Recursos tecnológicos: acesso à internet e wifi, computadores desktops disponíveis e exclusivos aos professores com o Sistema Operacional Windows e pacotes de software de escritório como Open Office. Possui um notebook com Webcam e microfone interno, possibilitando o uso de vídeo e áudio conferência através Skype, Google Meet e Zoom. Este equipamento também disponibiliza o uso do DosVox e Vlibras. O ambiente está equipado com uma impressora que está disponível na rede para os professores e com a rede wifi. Todos os equipamentos são atualizados, estão de acordo com o atual padrão mundial, contemplam os requisitos de acessibilidade, nos termos das normas vigentes.

b) O espaço também conta com cadeiras confortáveis, ajustável e reclinável, mobiliário com dimensão adequada com fechaduras/trancas, que permite a guarda de material didático, livros e demais equipamentos que o professor deseja utilizar em suas aulas e orientações. O espaço em tela foi construído de modo a atender a um dimensionamento que permita o trabalho docente e as demais atividades pedagógicas, como orientações e atendimentos aos alunos, contando com acessibilidade arquitetônica, iluminação, comodidade segurança e privacidade.

c) manutenção constante. A manutenção do espaço é realizada por uma equipe de limpeza, objetivando a conservação e manutenção diária do espaço na IES. A manutenção de cada ambiente é realizada conforme a avaliação periódica dos espaços.

d) apoio técnico. Importante destacar que todos os docentes, independentemente do regime de contrato, contam com o apoio de um técnico-administrativo.

Estes espaços foram organizados para possibilitar e viabilizar o desenvolvimento das atividades dos docentes em tempo integral atendendo aos requisitos de disponibilidade de equipamentos em função do número de docentes, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade.

3.2 Espaço de trabalho para o coordenador

O espaço de trabalho para o coordenador viabiliza as ações acadêmico administrativas, possui equipamentos adequados, atende às necessidades institucionais, permite o atendimento de indivíduos ou grupos com privacidade e dispõe de infraestrutura tecnológica diferenciada, que possibilita formas distintas de trabalho.

A Faculdade Pan-Americana sabe que um bom ambiente de trabalho é aquele que se adequa aos trabalhadores e as atividades que eles precisam exercer, para que eles fiquem confortáveis e seguros e, assim, possam dar seu melhor e realizar suas atividades.

As atividades do coordenador envolvem funções políticas, gerenciais, acadêmicas e institucionais. É ele o responsável por supervisionar as atividades específicas para o funcionamento do curso, pela articulação entre os docentes, discentes, com representatividade nos colegiados superiores.

Neste sentido, o espaço de trabalho do coordenador foi organizado para atendimento aos discentes e docentes, de maneira a atender às necessidades institucionais. O espaço permite o atendimento e apoio através da prestação de serviços individuais ou em grupo, com privacidade, de forma confortável e variável.

Conta com um computador desktop com acesso à internet, possui o Sistema Operacional Windows, com pacote de software de escritório como Open Office, interligado a impressora da secretaria, Headphone com microfone para videoconferência através do Skype, Google Meet e Zoom.

Possui condições seguras e contempla acessibilidade na estrutura física, mobiliário e equipamentos, atendendo os requisitos nos termos das normas vigentes, além de infraestrutura tecnológica diferenciada (faz uso de tecnologias como twitter, facebook, mailling, espera telefônica, e-mail marketing), que possibilita formas distintas de trabalho, em especial pelo uso das ferramentas disponíveis no Office 365 e o uso do TEAMS (ferramenta de comunicação).

Todos os equipamentos são atualizados, estão de acordo com o atual padrão mundial, contemplam os requisitos de acessibilidade, nos termos das normas vigentes.

A manutenção de cada ambiente é realizada conforme a avaliação periódica dos espaços.

3.3 Sala coletiva de professores

A sala coletiva de professores da Faculdade Pan-Americana viabiliza o trabalho docente, possui recursos de tecnologias da informação e comunicação apropriados para o quantitativo de docentes, permite o descanso e atividades de lazer e integração e dispõe de apoio técnico-administrativo próprio e espaço para a guarda de equipamentos e materiais.

A Faculdade Pan-Americana sabe que um bom ambiente de trabalho é aquele que se adequa aos docentes, para que eles fiquem confortáveis e seguros e, assim, possam dar seu melhor e realizar suas atividades. Um espaço bem-organizado e funcional interfere positivamente no trabalho que é realizado nele.

Em especial, em relação à sala coletiva dos professores ela proporciona, além do descanso aos professores entre os períodos de aula, atividades de lazer e de integração, incentivando as conversas e trocas de ideias.

A sala coletiva dos professores é ampla, bem iluminada, acústica, refrigeração com ar-condicionado, condições de acessibilidade plena na estrutura física, mobiliário, atendendo as normas vigentes.

Permite que os professores interajam coletivamente, pois conta sofá e com mesa para reunião, como também realizar atividades individuais (uso de computadores ou notebooks).

Há iluminação adequada, com mesas, cadeiras reclináveis e ajustáveis, cabines, armários de guarda-volumes, além da disponibilização de recursos tecnológicos diferenciados: acesso à internet e wifi, 04 computadores desktops disponíveis e

exclusivos aos professores com o Sistema Operacional Windows e pacotes de software de escritório como Open Office. Possui um notebook com Webcam e microfone interno, possibilitando o uso de vídeo e áudio conferência através Skype, Google Meet e Zoom. Este equipamento também disponibiliza o uso do DosVox e Vlibras. O ambiente está equipado com uma impressora que está disponível na rede para os professores, um roteador wifi que disponibiliza internet para os dispositivos móveis e uma TV com entradas HDMI. Todos os equipamentos são atualizados, estão de acordo com o atual padrão mundial, contemplam os requisitos de acessibilidade, nos termos das normas vigentes.

Na sala dos professores são disponibilizados mobiliários na proporção adequada para atender a todos os docentes que utilizam a sala diariamente. À disposição dos professores há uma geladeira e cafeteira *Nespresso*.

Também é fornecido mobiliário para guarda de materiais e equipamentos pessoais dos docentes, permitindo melhor planejamento e conforto no momento das atividades.

Esse espaço coletivo ainda conta com a presença de pessoas que compõem o corpo técnico-administrativo da IES, que auxiliam os docentea nas atividades rotineiras, como impressão de material de apoio, registro acadêmico, acesso aos sistemas e na mediação junto à secretaria.

A manutenção do espaço é realizada por uma equipe de limpeza, objetivando a conservação e manutenção diária do espaço na IES. A manutenção de cada ambiente é realizada conforme a avaliação periódica dos espaços.

Desta feita, a sala de professores atende às necessidades da Faculdade Pan-Americana, é adequada às atividades dos docentes em um ambiente confortável e funcional.

3.4 Salas de aula

As salas de aula da Faculdade Pan-Americana atendem às necessidades institucionais e do curso, apresentando manutenção periódica, conforto, disponibilidade de recursos de tecnologias da informação e comunicação adequados às atividades a serem desenvolvidas, flexibilidade relacionada às configurações espaciais, oportunizando distintas situações de ensino-aprendizagem, e possuem outros recursos cuja utilização é comprovadamente exitosa.

A Faculdade Pan-Americana sabe que um bom ambiente acadêmico pode ter um impacto significativo no desempenho dos alunos. Ele pode aumentar a motivação e o engajamento dos alunos, melhorar a compreensão e retenção de informações,

desenvolver habilidades importantes e fornecer o apoio necessário para o sucesso acadêmico.

Por isso todos os espaços coletivos da Faculdade Pan-Americana foram organizados a fim de proporcionar o melhor desempenho dos acadêmicos e promover uma sensação de comunidade.

As salas de aula foram contempladas para garantir conforto, acessibilidade. Dispõe de recursos de tecnologias da informação e comunicação adequados às atividades a serem desenvolvidas (computador de mesa ou notebook com internet a cabo, com o uso de login específico para acesso aos sistemas e à rede da IES, data-show e acesso à internet via cabo e wi-fi, caixa de som, tomadas distribuídas ao redor da sala), além da flexibilidade relacionada às configurações espaciais, oportunizando distintas situações de ensino-aprendizagem.

Está à disposição do professor microfone sem fio, passador de slide, câmera e microfone de longo alcance para aulas remotas/presenciais (para atendimento de atividades domiciliares, por exemplo).

As salas de aula contam ar-condicionado, iluminação, comodidade. Em todas as salas, no mobiliário escolhido tomou-se cuidado para atender as Pessoas com Necessidades Especiais (PNE), bem como atender o docente, proporcionando mesa e cadeira adequado para auxiliar no momento em sala de aula.

As salas de aulas permitem desenvolver dinâmicas pedagógicas para entrega do conteúdo ou para relacionar teoria e prática, além de estimular cada vez mais a participação, a interação e colaboração entre os alunos ao ser possível desenvolver, com conforto, trabalhos em grupo e projetos de equipe e individual, a fim de que criem suas próprias perspectivas sobre o conteúdo apresentado o que favorece o desenvolvimento da autonomia, afinal é protagonista do seu processo de ensino aprendizagem.

Dentre as salas de aulas, há uma sala organizada para a realização de metodologias diferenciadas, composta de 05 mesas redondas, com 06 cadeiras cada. Esta sala permite práticas inovadoras de aprendizagem através do uso das metodologias ativas e o estudo colaborativo.

A sala possui televisão, com entrada HDMI para notebook e som ambiente. Há a previsão de aquisição do equipamento TouchTV, que transformará a televisão em um quadro interativo que permitirá novas práticas pelos docentes.

No âmbito do curso de Direito trata-se de um recurso inovador, diante da tradicionalidade do formato de sala de aula dos cursos de Direito, e criativo para dar efetividade ao projeto pedagógico do curso de Direito da Faculdade Pan-Americana.

Esta sala de aula pode ser utilizada pelos acadêmicos em momentos diversos do horário de aula para estudo em grupo, mediante reserva.

Ao lado das salas de aula estão disponíveis bebedouros e, próximo, sanitários.

Atualmente o Faculdade Pan-Americana conta com 8 (oito) salas de aula e 2 (dois) auditórios. Considerando que o curso de Administração é oferecido na modalidade a distância e que o curso de Direito é presencial e no primeiro semestre de 2024 a turma está no sexto semestre, compreende-se que a infraestrutura esteja adequada.

De toda forma o mantenedor está providenciando a expansão dos espaços físicos. Está bem adiantada a tratativa com os dirigentes do Teatro Regina Vogue localizado dentro do Shopping Estação (a menos de 100 metros da Faculdade) para a locação do Auditório.

Assim que for realizado o Contrato de Locação do Auditório, a Faculdade iniciará as obras de expansão da infraestrutura transformando o auditório maior (140 metros) em 2 (duas) salas de aula de 70 metros cada. Assim, ficará com 10 (dez) salas de aula prontas até o final de 2024, com 1 (um) Auditório interno para pequenos eventos e 1 (um) Auditório externo para grandes eventos.

A manutenção de cada ambiente é realizada conforme a avaliação periódica dos espaços.

3.5 Acesso dos alunos a equipamentos de informática

O laboratório de informática e as formas de acessos a equipamentos de informática pelos discentes na Faculdade Pan-Americana atende às necessidades institucionais e do curso em relação à disponibilidade de equipamentos, ao conforto, à estabilidade e velocidade de acesso à internet, à rede sem fio e à adequação do espaço físico, possui hardware e software atualizados e passa por avaliação periódica de sua adequação, qualidade e pertinência. Permite também, no curso de Direito, desenvolver práticas metodológicas inovadoras.

A Faculdade Pan-Americana dispõe atualmente de infraestrutura de Tecnologia da Informação com rede de computadores, notebooks, datashows, impressoras, TV, equipamento de som, microfones, webcam e entre outros.

A Faculdade dispõe de equipamentos de informática no laboratório de informática, na sala de estudos, no departamento administrativo, biblioteca, sala dos professores, sala da CPA, sala dos professores de tempo integral, salas de aula e no Núcleo de Práticas Jurídicas, além de projetores que atendem aulas e atividades práticas nos cursos de graduação e extensão. Destaca que a Faculdade Pan-Americana dispõe de

estúdio próprio para captação de imagens em SD e HD, para gravações de aulas e aulas ao vivo transmitidas por IP.

O Acesso aos alunos aos equipamentos de informática se dá em três espaços: **Laboratório de Informática, sala de estudos e na biblioteca**.

O **Laboratório de Informática** é montado em um espaço com 45 computadores. A expansão da infraestrutura de tecnologia sempre atualizada de acordo com a definição das configurações de hardwares e softwares necessárias, bem como o projeto de implantação deles.

A **sala de estudos** é montada em um espaço com 11 computadores com fones de ouvido e possui uma televisão conectada a um dos computadores para compartilhamento de tela. Esta ferramenta permite a utilização da sala para estudos coletivos, além de outras práticas diferenciadas.

A **biblioteca** também possui 04 (quatro) computadores à disposição dos acadêmicos para estudos individuais.

Todos os equipamentos são atualizados, estão de acordo com o atual padrão mundial, contemplam os requisitos de acessibilidade, nos termos das normas vigentes. Há também teclados de acessibilidade - Teclado colmeia e de alto contraste.

A estrutura possibilita o uso de recursos tecnológicos transformadores através de plataformas de aprendizagem, videoconferências, editores de texto, busca de jurisprudência, produção de conteúdo entre outros, a exemplo do uso de softwares específicos para os cursos ofertados.

A disposição dos equipamentos nos espaços leva em consideração o conforto, à estabilidade e velocidade de acesso à internet, inclusive à rede sem fio e à adequação do espaço físico, atendendo assim as necessidades institucionais e do curso.

O laboratório, sala de estudos e a biblioteca contemplam os requisitos de acessibilidade, nos termos das normas vigentes e conta no PDI a manutenção patrimonial conforme avaliação periódica dos espaços e periodicamente, são realizadas atividades de manutenção e no caso de defeito em equipamentos, a substituição deste é realizada. Os critérios técnicos são identificados pelo tempo de uso do equipamento, porcentagem de uso de recursos de processamento, capacidade de armazenamento, acesso à rede e demanda de manutenções corretivas.

Este acompanhamento é feito um técnico especializado responsável por manter a infraestrutura de Tecnologia da Informação em condições perfeitas de uso, oferecendo serviços de suporte, manutenção preventiva e manutenção corretiva, como também dúvidas sobre o bom uso das ferramentas e soluções que suportam a Faculdade. Esse profissional segue um cronograma anual de manutenção preventiva em todos os equipamentos de Tecnologia da Informação da Instituição.

Destaca-se que toda a faculdade é atendida por rede sem fio, com rede separadas administrativo e discente, o que permite os acadêmicos façam uso da internet exclusiva em seus próprios equipamentos.

O Laboratório de Informática, assim como a sala de estudos, funciona diariamente, de segunda à sexta-feira das 8h às 22h30min. É possível a reserva do laboratório de informática para as práticas docentes.

O Laboratório de Informática, é o local no qual são coletados dados das pesquisas, levadas a efeitos as demais formas de interpretação, integração e entendimento dos conteúdos. Dada a sua importância, foi estruturado com suporte pedagógico lousa branca e datashow. Como apresentado em outros momentos (e indicador 1.16) o curso faz uso de TICs na prática pedagógica como a internet e softwares jurídicos, o que motiva e justifica o uso recorrente do laboratório de informática pelos docentes e discentes. O uso do laboratório de informática pode até não ser inovação nos cursos de Direito. Tradicionalmente, o uso ocorre no estágio curricular quando há a prática de petições (simulação ou real).

Neste momento, inova o curso de Direito da Faculdade Pan-Americana. O laboratório de informática é mais uma ferramenta à disposição do docente para novas práticas pedagógicas, em especial o uso da ferramenta Juristta e o Metaverso, que são utilizados em sala de aula, a exemplo da disciplina de Empreendedorismo Jurídico e Métodos Adequados de Solução de conflito, e nos estudos individuais (através de atividades).

Também é realizada pesquisa de jurisprudencia para estudos de caso, notícias para debates do conteúdo trabalhados em sala de aula e boas práticas para os projetos de extensão. Familiarização com as plataformas jurídicas de peticionamento, ferramentas como ChatGPT, Verifact, plataformas de notificação extrajudicial eletrônica, que são usuais do dia a dia dos operadores do direito (pré-requisitos para estágio). Permite o letramento digital pois estas atividades demandam o uso de outras ferramentas como pacote Office e Adobe.

A manutenção de cada ambiente é realizada conforme a avaliação periódica dos espaços.

3.6 Bibliografia básica e complementar por Unidade Curricular

3.6.1 A Biblioteca da Faculdade Pan-Americana de Administração e Direito

A Biblioteca da Faculdade Pan-Americana, tem como missão armazenar, recuperar, disseminar e disponibilizar, as informações científicas que contribuam para o desenvolvimento dos programas de ensino, pesquisa e extensão, do corpo docente e discente e da comunidade em geral, através da prestação de serviços e produtos de informação, em um ambiente confortável e funcional.

Na biblioteca estão disponíveis os livros e há sala em uma área apropriada para as atividades de estudo individual, à pesquisa e à reunião de grupos de estudo, além de computadores e o laboratório de informática para acesso ao acervo virtual.

É importante destacar que a Biblioteca possui condições adequadas e seguras de acessibilidade na estrutura física, mobiliário e equipamentos, atendendo os requisitos de acessibilidade, nos termos das normas vigentes e, conforme dispõe o Regimento Geral da Faculdade Pan-Americana a Bibliotecas estará sob a responsabilidade de profissional devidamente habilitada para a função, , com o compromisso de implantar as políticas de atualização constante do acervo bibliográfico do curso de direito em sintonia com as orientações expressas pelo NDE.

A manutenção de cada ambiente é realizada conforme a avaliação periódica dos espaços.

3.6.2. Objetivos da Biblioteca

- Proporcionar à Comunidade Acadêmica, Técnica e Administrativa o acesso aos recursos informacionais para o desenvolvimento do ensino, apoio à iniciação à pesquisa e extensão;
- oferecer um acervo especializado que contemple as áreas pertinentes à Ciência do Direito e outras Ciências que lhe sejam afins, de acordo com a Estrutura Curricular do Curso de Direito.

3.6.3. Tratamento Técnico da Informação

A Biblioteca utiliza, para o tratamento técnico do acervo, o Sistema de Classificação – CDU (Classificação Decimal Universal), para a catalogação o código AACR2 (Código de Catalogação Anglo-Americana) e para a normalização bibliográfica as normas de documentação da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

3.6.4. Informatização

Para o gerenciamento das principais atividades, a Biblioteca contará com programas computacionais especiais e apropriados, disponibilizando, em tempo real e mesmo à distância, estruturação da base de dados bibliográficos, base de dados dos usuários, serviços de empréstimos, consulta, reservas, estatísticas e controle patrimonial. Trata-se de um *software* específico, de fácil aplicação e que não requer treinamentos específicos por parte dos acadêmicos, sendo considerado autoexplicativo.

3.6.5. Formas de Utilização do Acervo

Para os serviços de consulta ao acervo são disponibilizados para os usuários dois terminais de microcomputadores, para acesso à base de dados local. Também é disponibilizada a listagem simplificada de todo o acervo, incluindo autor, título, assunto, número de chamada (que representa a localização do livro na estante), garantindo ao usuário o acesso ao material demandado.

O serviço de empréstimo/reserva é automatizado e disponibilizado através de terminal de atendimento. Em situações adversas, a biblioteca utiliza o sistema manual, visando à garantia da prestação do serviço.

3.6.6. Serviços Prestados aos Usuários

- acesso às bases de dados local, CD-ROM e internet;
- catalogação na fonte;
- consultas;
- exposições e mostras;
- orientação sobre normalização de documentação através de conjunto de normas da ABNT;
- treinamento de usuários quanto à utilização dos recursos informacionais disponíveis;
- empréstimo domiciliar;
- reserva.

3.6.7. Bibliografia básica e complementar por Unidade Curricular

O acervo físico utilizado no curso de Direito está tombado e informatizado com o sistema Pergamum registrado em nome da Faculdade Pan-Americana. O acervo virtual está a cargo da Saraiva Digital.

A Biblioteca Digital Saraiva (BDS) é um acervo digital que disponibiliza cerca de 2.800 títulos atualizados dos selos editoriais Saraiva Jur, Saraiva Uni e Érica - grandes referências em conteúdo para os cursos de Direito, Administração, Pedagogia, Ciências Contábeis, além de cursos técnicos e profissionalizantes.

É mais uma forma de acesso aos discentes de material de qualidade e atualizado. O NDE acompanha as atualizações do acervo digital promovendo a comunicação dos docentes e a atualização do relatório de adequação de bibliografia. O contrato com a Biblioteca Digital Saraiva (BDS) está registrado em nome da Faculdade Pan-Americana e garante o acesso ininterrupto pelos usuários.

A bibliografia indicada no Projeto Pedagógico do Curso, em anexo, é composta por, no mínimo, 3 (três) títulos básicos (um físico e dois virtuais) e complementar com, no mínimo, 5 (cinco) títulos (físicos e/ou virtuais), apresentadas conforme as normas de referência da ABNT. A bibliografia básica e complementar é coerente, adequada e atualizada de acordo com as ementas e os objetivos das unidades curriculares e em função do Projeto Pedagógico. E bibliografia, assim como suas atualizações, está referendada pelo NDE por relatório de adequação.

Este relatório comprova a compatibilidade, em cada bibliografia complementar e básica das Unidades Curriculares, entre o número de vagas autorizadas (do próprio curso e de outros que utilizem os títulos) e a quantidade de exemplares por título (ou assinatura de acesso) disponível no acervo.

Para acesso aos títulos virtuais, a Faculdade possui espaço físico (biblioteca e sala de estudos) com instalações e recursos tecnológicos para atender aos discentes, além da oferta ininterrupta via internet em todo os espaços da Faculdade, permitindo assim o uso pelos recursos tecnológicos próprios dos discentes. E, para aqueles que necessitarem, possui ferramentas de acessibilidade e de soluções de apoio à leitura, estudo e aprendizagem.

Também é disponibilizado a comunidade acadêmica as seguintes bases de dados:

Portal de Periódicos CAPES: Biblioteca virtual que reúne bases de dados referenciais e textuais, patentes, livros, estatísticas e normas técnicas, entre outros documentos nacionais e internacionais.
http://www.periodicos.capes.gov.br/

Biblioteca eletrônica que disponibiliza artigos com texto completo.
http://www.scielo.org/php/index.php

Disponibiliza artigos técnicos e estudos sobre a doutrina, além de notícias, revistas de diversas áreas, jurisprudência e informações para quem quer prestar concurso.
https://ambitojuridico.com.br/site/

O site disponibiliza acesso a Revistas de Direito online e Sites Jurídicos, Consultas Processuais, Tribunais Superiores da União, Justiça Federal, Justiça do Trabalho, Tribunais de Justiça.
http://www.pesquisedireito.com/revistasepublicacoes.htm

Rede de Revistas Científicas da América Latina e Caribe, Espanha e Portugal) da Universidade Autónoma do Estado do México e colaboração de outras instituições de ensino superior e dos sistemas de informação, contemplando periódicos online publicados nos países da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal, com acesso ao texto gratuitamente.
https://www.redalyc.org/

Biblioteca digital de teses e dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT composta pelas bibliotecas digitais de teses e dissertações das instituições de ensino brasileiras.
http://bdtd.ibict.br/

Ferramenta de busca com links para a literatura produzida nas instituições de ensino: artigos, teses, livros, instituições profissionais e outros documentos de acesso livre na web.
http://scholar.google.com.br/

A base de dados do banco central possui informações sobre: Sistema de metas para inflação; economia e finanças, cambio e capitais internacionais, sistema de pagamentos brasileiro, sistema financeiro nacional, supervisão SFN, intervenções, liquidações e privatizações.
http://www.bcb.gov.br

Biblioteca Digital multilingue que contém fontes culturais de informação provenientes de países de todo o mundo.
http://www.wdl.org/pt/

Biblioteca Digital que disponibiliza conteúdos que se encontram em domínio público.
http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.jsp

Criado em 1951, o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV/IBRE), dedica-se à produção e à divulgação de estatísticas macroeconômicas e pesquisas econômicas aplicadas. Pioneiro no cálculo do PIB brasileiro, criou ainda o IGP, Índice Geral de Preços, que durante muitos anos foi o índice oficial da inflação.
http://portalibre.fgv.br/

Dados e informações (censo, estatísticas) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
http://www.sidra.ibge.gov.br/

Site de dados Macroeconômico, Regional e Social do Brasil.
http://www.ipeadata.gov.br

A comunidade acadêmica também possui além do acesso livre aos periódicos on-line catalogados que estão listados no Anexo 4.

Como visto, os acervos físico e digital possuem exemplares especializados, encontram-se à disposição dos discentes assinaturas e periódicos especializados que complementam o conteúdo administrado em todas as Unidades Curriculares.

3.6.8 Política de Atualização do Acervo

O acervo será atualizado e renovado semestralmente e a cada nova disciplina, com aquisição, sempre que solicitada. A renovação dos periódicos e da SaraivaJus é constante e automática, vinculada à indicação do corpo docente, discente e administrativo, cujos recursos estão previstos no planejamento econômico-financeiro da Instituição.

A aquisição de livros leva em consideração a qualidade de integrante de cada título, se integra a Bibliografia Básica ou a Bibliografia Complementar. Quando à Bibliografia Complementar, serão adquiridos dois exemplares, no mínimo, de cada títulos. Trabalho detalhado é levado a efeito em relação aos livros integrantes da Bibliografia Básica.

Todo este acompanhamento é feito pela Bibliotecária, inclusive em relação aos acessos (para identificar os mais demandados). Por fim, adota-se plano de contingência para a garantia do acesso e do serviço.

3.7 Equipe Multidisciplinar e o processo de controle de produção e distribuição do material didático

O curso de Direito conta com uma equipe multidisciplinar ligada ao Núcleo de Educação a Distância capacitada para tal processo. A da Faculdade Pan-Americana conta com pessoal da área técnica, professores, pedagogos e designer, além de especialistas na área de EaD, responsáveis pela concepção, produção e disseminação de tecnologias, metodologias e os recursos educacionais para a educação a distância.

O processo de produção de material didático da Faculdade Pan-Americana seguirá as seguintes etapas:

I. Define-se a quantidade de textos didáticos a serem produzidos, formato do material e design – projeto gráfico – tendo por base o projeto pedagógico do curso;
II. A equipe de produção reunir-se-á regularmente para organizar o trabalho, dividir responsabilidades e acompanhar o desenvolvimento dos textos;
III. Uma vez que a redação de uma unidade esteja concluída, o material é enviado para os Revisores. Os Revisores verificam também se todos os elementos de um material didático estão presentes no material revisado;
IV. Este processo se repete até que todas as Unidades estejam concluídas;
V. Faz-se, então, um teste do material produzido por uma comissão de avaliação de material didático impresso que não esteja envolvida na produção de material didático impresso;
VI. Por fim, o material, então, será disponibilizado para acadêmico;
VII. Outra avaliação é procedida após a sua utilização no curso e com o feedback dos acadêmicos; e
VIII. Serão realizados ajustes no material, se necessário, para atender as necessidades do curso e dos acadêmicos, e em essencial dos acadêmicos com necessidades especiais.

Segundo o Referencial para Elaboração de Material Didático para EaD (2007), deve-se buscar a integração do material didático (impressos, audiovisuais e materiais para ambientes virtuais de ensino e aprendizagem), no intuito de que eles se complementem. Assim, será desenvolvida uma identidade visual que possibilite a percepção de que essas mídias pertencem a um determinado curso.

Será previsto a utilização do maior número possível de meios, de modo a permitir o atendimento aos diferentes estilos de aprendizagem dos acadêmicos do curso.

Plano de Atualização: O material didático desenvolvido pela equipe da Faculdade Pan-Americana será considerado experimental e perecível, considerará a ergonomia, no que se refere à presteza, usabilidade e acessibilidade. Utilizarão uma linguagem amigável, clara e concisa, em tom de conversação passando constantemente por atualizações.

Os docentes ou discentes que queiram fazer sugestões de atualização do material didático, podem preencher o Formulário de Atualização do Material Didático, disponível na Biblioteca, enviar e-mail, ou utilizar os dispositivos tecnológicos disponíveis na biblioteca física e virtual... NDE e Colegiado farão a análise das sugestões recebidas, para posteriores atualizações caso a sugestão seja considerada pertinente.

Os materiais desenvolvidos, serão conservados em repositórios e será divulgada a autoria do material.

A logística de distribuição de material didático, adotaremos a inserção do material no ambiente virtual de aprendizagem (AVA). Para acadêmicos com necessidades educacionais especiais, serão utilizados softwares específicos que atendam a necessidade especial apresentada.

Para controle do processo de produção e distribuição adotou-se o ciclo PDCA, planejar, fazer, checar e agir, um processo cíclico que envolve, definir o problema, possíveis interferência e formas de intervenção, implementação da solução, avaliação dos impactos das modificações com as relações funcionais ou causais entre os processos, com foco nos resultados, e ainda realizar novas intervenções se forem necessárias, para posteriormente começar um novo ciclo, garantindo assim a qualidade dos processos no âmbito, da produção e distribuição do material didático ao discentes.

3.7.1 Envolvidos no processo de produção de material didático

Coordenação - Responsável pela definição das disciplinas envolvidas, dos professores autores de material e os responsáveis pelas disciplinas.

Professor - Responsável pela elaboração de todos os itens propostos do material didático.

Designer - Profissional responsável pelo design educacional e instrucional das disciplinas, materiais e ambientes virtuais, adotando postura crítica sobre a metodologia didática e os aspectos gerais da produção.

Revisor ortográfico - Profissional que realiza a revisão ortográfica dos materiais para postagem.

Equipe de Suporte - Equipe composta pelos núcleos de suporte técnico e logística; comunicação; bibliotecária; recursos tecnológicos.

Válido considerar que a Faculdade poderá produzir seu próprio material didático, assim como, terceirizar esse serviço para instituições idôneas na área.

3.7.2 Plano de Ação da equipe multidisciplinar

Os profissionais envolvidos na produção de materiais didáticos para as disciplinas ofertadas na Faculdade Pan-Americana atuam com interação constante, seja presencialmente ou por meio das ferramentas de TI. O mapeamento do fluxo de produção, elaborado junto à equipe de produção de materiais didáticos, tem como uma de suas principais ações a comunicação e interação entre a equipe durante todo fluxo de atividades desenvolvidas, bem como a clareza de todos os atores quanto a sua participação no processo.

O desenvolvimento das ações realizadas pela equipe da produção de materiais didáticos, acontecem de forma linear e interativa, em que cada profissional desenvolve sua ação baseada nas etapas de produção supracitadas.

Dada a complexidade na elaboração do material didático, considera-se que as práticas de gestão do processo, contribuem para a gestão do conhecimento em busca de um ensino de excelência, cujo principal objetivo é o processo de ensino-aprendizagem do discente.

A partir destas questões percebe-se que o processo de produção do material didático, foi planejado em 13 (treze) etapas definidas, organizadas por profissional, e cada uma dessas etapas apresenta algumas ações especificas, conforme descritas no (quadro 2).

Quadro 2 - Etapas de elaboração do material didático da Faculdade Pan-Americana

Etapa	Profissional	Ação
1	Coordenação	Recebe demanda para produção; solicita termo de cessão de direitos; planeja cronograma.
2	Professor	Elabora o material e envia, conforme cronograma, para o Designer Educacional.
3	Designer	Faz adequação de linguagem e revisão; prepara folha de rosto para validação do professor e início da solicitação do registro do material.
4	Bibliotecário	Elabora a Ficha Catalográfica e envia para o Designer
5	Revisor	Revisão ortográfica e normativa do material utilizando editor de texto com controle de alterações.
6	Equipe de Suporte	Disponibiliza o material didático digital no AVA.

7	Coordenação	Agenda o estúdio para gravação das videoaulas e POPCASTS e encaminha o roteiro das aulas ao Professor
8	Professor	Grava as videoaulas e PODCASTS
9	Professor	Valida versão final do material (vídeos e podcasts) e envia para a coordenação.
10	Coordenação	Encaminha a versão final para a equipe de suporte disponibilizar no AVA.
11	Equipe de Suporte	Disponibiliza as videoaulas e PODCASTS no AVA.

Outras informações sobre o processo de elaboração de conteúdo das disciplinas EAD da Faculdade estão dispostas no Manual de Produção de Conteúdo para disciplina EAD da Graduação e Pós-Graduação.

3.7.3 Descrição dos itens que compõem material didático

O **Material didático,** desenvolvido de acordo com a ementa e bibliografias definidas no Projeto Pedagógico. **É composto de material de apoio (guia de estudos) e da apresentação de slides – material visual.**

Cada Unidade curricular poderá ser dividida em 3 unidades e estas em 6 Temas ou apresentados 18 temas sequenciais. O material deve ser escrito de forma dialogal e seguindo formato próprio, fazendo uso de linguagem inclusiva e acessível a quantidade de páginas dependerá da carga horária da disciplina podendo variar entre 60 a 72 páginas, para as disciplinas de 30h e 72 a 90 páginas para as disciplinas de 60h.

Uma vez que se faz necessário atender a carga horária de 200 dias letivos anuais, 100 dias letivos semestrais, os temas serão definidos de acordo com as semanas do período letivo (18 Temas para os períodos letivos semestrais e 36 Temas para os períodos letivos anuais).

Precisa conter hiperlinks apresentados nas suas possíveis formas como QR code ou links diretos, infográfico, compreendido como uma forma de comunicação que usa elementos visuais e textos verbais em conjunto, de maneira reduzida e objetiva, cujo propósito é destacar um conteúdo, tornando a leitura mais clara e compreensiva, presente no material didático, mecanismos de navegação, que levam a outros textos, ou hipermídia, refere-se ao próprio hipertexto, contudo com acesso a imagens, sons, desenhos e animações (COSCARELLI, 1999) e outras orientações previstas no PPC.

Neste material, que segue modelo próprio do curso, precisa conter:

Parte I – APRESENTAÇÃO – Disponibilizado antes do primeiro encontro.

- Apresentação da disciplina que deve contar:
  - Objetivos gerais e específicos
  - Competências e Habilidades que serão desenvolvidas
  - Metodologia
  - Forma de avaliação
- Sumário

Parte II – Disponibilizado semanalmente aos acadêmicos na plataforma ou em forma de apostila no início do semestre:

- Tema de Aula
- Objetivos da aprendizagem na aula e as competências específicas a serem desenvolvidas
- Referência da leitura obrigatória para a aula.
- Contextualização da Aula/Caso para discussão
- O conteúdo (a aula propriamente dita – descrição das seções de estudo)
- Relembrando (os principais pontos destacados da aula)
- Fórum de discussão: (a pergunta a ser respondida no fórum).
- Bibliografia utilizada para elaboração do material

O texto deverá ser escrito no seguinte formato:

FONTE: Bodoni MT[22]

TAMANHO: Letra Título 16. Letra corpo de texto 14

ESPAÇAMENTO: entrelinhas simples com espaçamento entre parágrafos de 6 pts.

QUANTIDADE DE PÁGINAS DO TEXTO DE CADA AULA: para aulas de 30h

[22] A escolha do tipo de letra levou em consideração o apresentado no material produzido pela CAPES - https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/206066/2/Apostila%20-%20Elabora%C3%A7%C3%A3o%20de%20Conte%C3%BAdo%20para%20EaD.pdf

entre 4 e 6 páginas. Para as aulas de 60h entre 6 e 8 páginas.

Especificamente para o curso de Direito, o uso do material didático completo é feito para as disciplinas ofertadas no regime à distância e as presenciais do primeiro semestre. A opção do NDE e Colegiado do curso para entrega neste formato para estas unidades curriculares deve-se ao fato de serem disciplinas à distância, que implicam em uma entrega diferenciada - e as presenciais, por serem do primeiro contato com o mundo jurídico. É sabido que o conteúdo jurídico pode ser de difícil compreensão em seu primeiro contato. Desta feita, a organização do material didático foi feita para permitir um prelúdio às doutrinas que terão contato. Após o segundo período, as disciplinas presenciais fazem uso dos infográficos e material de apoio. No ensino jurídico trata-se de uma inovação que apresenta excelente resultados como roteiro de estudo orientador para o momento de estudo individual do acadêmico.

Plano de ensino, informa os objetivos, conteúdo programático, formato de avaliação e metodologia adotada, cronograma, critérios de avaliação, conteúdo que deve ser estudado pelo acadêmico. Todo plano de ensino deverá fazer constar para ser aprovado pela Coordenação do Curso:

a) Ementa
b) Unidades Curriculares
c) Objetivo
d) Carga horária da disciplina
e) Percentual de ensino presencial (quando for o caso)
f) Percentual de ensino à distância (quando for o caso)
g) Percentual teórico
h) Percentual prático
i) Percentual de extensão
j) Percentual interdisciplinar
k) Ferramentas a serem utilizadas
l) Bibliografia básica
m) Bibliografia complementar.

Deverá ser destacado, também, quais destas competências e habilidades espera-se terem sido desenvolvidas ao término da disciplina.

I - interpretar e aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira e comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas;

II - demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas;

III - demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão;

IV - dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito;

V - adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicos com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito;

VI - desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos;

VII - compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;

VIII - atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;

IX - utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas;

X - aceitar a diversidade e o pluralismo cultural;

XI - compreender o impacto das novas tecnologias na área jurídica;

XII - possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito;

XIII - desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar;

XIV - apreender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.

Outros – descrever:

Pré-roteiro e Roteiro das aulas, descrição textual com os principais pontos de cada unidade para gravação das aulas de conteúdo.

Gravação de vídeos, com base nos roteiros das aulas e de acordo com as orientações previstas. Devem ser gravados ao todos 5 vídeos divididos nas seções “Introdução”, “Desenvolvimento” e “Conclusão”. Os vídeos podem variar de acordo com o tempo da aula, devendo ser respeitada a integralização da carga horária da disciplina.

- **Introdução**: contextualização e levantamento de ideias a partir do conteúdo que será abordado, e ainda objetivo da videoaula;
- **Desenvolvimento**: Desencadeamento do tema e explicação dialógica do assunto pelo professor conteudista;
- **Conclusão**: Nessa etapa o professor deve fazer uma síntese geral do assunto, retomando os pontos mais importantes e propondo questionamentos aos discentes para verificar o processo de ensino-aprendizagem. Para finalizar, o professor conteudista motivará os acadêmicos a realizarem as avaliações formativas e a interagirem pelo ambiente virtual de aprendizagem (AVA), por meio das ferramentas de fórum de discussão e chat.

As aulas são compostas pelas seguintes atividades: Roteiro de estudo + vídeo aula + atividades objetivas e subjetiva

Em se tratando de disciplinas de 30h, as vídeo aulas, quando gravadas, deverão respeitar os seguintes tempos:

- Conversa Inicial - vídeo máximo 5 minutos
- Contextualização - vídeo máximo 5 minutos
- Tema 1 - Vídeo máximo 15 minutos
- Tema 2 - Vídeo máximo 15 minutos
- Tema 3 - Vídeo máximo 15 minutos
- Tema 4 - Vídeo máximo 15 minutos
- Tema 5 - Vídeo máximo 15 minutos
- Finalizando - Vídeo máximo 10 minutos

Total: 70 minutos

Em se tratando de disciplinas de 60h as vídeo aulas, quando gravadas, deverão respeitar os seguintes tempos:

- Conversa Inicial - vídeo máximo 5 minutos
- Contextualização - vídeo máximo 15 minutos
- Tema 1 - Vídeo máximo 20 minutos
- Tema 2 - Vídeo máximo 20 minutos
- Tema 3 - Vídeo máximo 20 minutos
- Tema 4 - Vídeo máximo 20 minutos
- Tema 5 - Vídeo máximo 20 minutos
- Finalizando - Vídeo máximo 20 minutos

Total: 140 minutos

PODCAST, com a proposta de disponibilizar registro de áudios por meio da internet, sendo que o aluno poderá ouvir por computadores, Ipod ou celular, relacionado com aprendizagem móvel, sendo também uma metodologia inclusiva. No mínimo 03 podcast por disciplina.

Atividades, fazem parte da avaliação diagnóstica e formativa, sendo que no processo diagnóstico terá atividade objetiva (1 por disciplina), no âmbito das atividades formativas, terão a combinação de atividades discursivas (1 por Tema) e objetivas (3 por Tema), objetos de aprendizagem (2 por disciplina) e aprendizagem baseada em problemas;

Os **infográficos –** utilizados também pelas disciplinas presenciais **-** tornam possível transformar dados sem sentido em informações organizadas de forma que o leitor/aluno possa entendê-las;

Provas presenciais, avaliações presenciais compostas de 60% de questões subjetivas e 40% de questões objetivas, com a opção de adoção pelo professor, previamente fazendo constar na ementa, prova oral.

Maiores informações no Manual de Produção de Conteúdo para disciplinas EAD da Graduação e Pós-Graduação.

3.7.4 Logística de distribuição de material didático

Com relação a logística de distribuição de material didático, adotaremos a inserção do material no ambiente virtual de aprendizagem. Para acadêmicos com necessidades educacionais especiais, com transtorno de espectro autista, serão utilizados softwares específicos que atendam a necessidade especial apresentada.

3.7.5 Plano de contingência de material didático

Plano de Contingência é o planejamento preventivo e alternativo para atuação durante um evento que afete as atividades normais da Faculdade Pan-Americana. Visa prover a Instituição de procedimentos e tecnologias, com objetivos de orientar as ações durante um evento indesejado. Diante de qualquer contingência ou eventualidade, existe a possibilidade de adotar medidas preventivas, garantindo a manutenção de informações e/ou acessos e/ou serviços.

Consta nos Indicadores do Instrumento de Avaliação de Autorização e de Reconhecimento - 3.6 e 3.7 Bibliografia por Unidade Curricular e Bibliografia

Complementar por Unidade Curricular: "O acervo é gerenciado de modo a atualizar a quantidade de exemplares e/ou assinaturas de acesso mais demandadas, sendo adotado plano de contingência para a garantia do acesso e do serviço".

Também consta no Indicador do Instrumento de Avaliação de Autorização e de Reconhecimento 3.14 Processo de controle de produção ou distribuição de material didático (logística) nos Instrumentos de Autorização e de Reconhecimento: "O processo de controle de produção ou distribuição de material didático está formalizado, atende à demanda e possui plano de contingência para a garantia de continuidade de funcionamento[...]".

A FAPAD, em atendimento às normativas legais, buscou propor a sistematização e implantação de um controle efetivo de produção e distribuição de material didático para seus cursos, garantindo as exigências definidas nos documentos oficiais do MEC, como "Instrumento para Credenciamento Institucional para Oferta da Modalidade de Educação a Distância" e os "Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância".

Assim sendo, a Faculdade Pan-Americana elaborou de um Plano de Contingência do Material Didático, com o intuito de fazer uma reflexão sobre a importância do planejamento, por meio de um mapeamento do fluxo de trabalho e criação de um plano de ação, para avaliar os resultados, conforme planejado, durante o processo de produção e distribuição online do material didático, garantindo a continuidade da proposta e melhoria contínua dos processos.

3.8 Dos laboratórios e Núcleo de prática jurídica: atividades básicas e arbitragem, negociação, mediação e atividades jurídicas reais

O Núcleo de Práticas Jurídicas do curso de Direito da Faculdade Pan-Americana possui regulamento específico destinado à realização de práticas jurídicas simuladas e de arbitragem, negociação, conciliação, mediação e atividades jurídicas reais. Prevê, dentre as atividades, a oferta visitas orientadas. Estabelece que as atividades desenvolvidas devem atender às demandas do curso e buscam a interdisciplinaridade das matérias legais. Estabelece avaliação periódica quanto ao atendimento da demanda do curso pelo Núcleo de Práticas Jurídicas em suas atividades básicas, que é utilizada em processos de planejamento para o adequado atendimento da demanda existente, como é demonstrado a seguir.

Além dos laboratórios comuns aos demais Cursos, tais como os laboratórios de informática, locais nos quais, ainda que eventualmente, são desenvolvidas atividades curriculares, o Curso de Direito possui o Núcleo de Práticas Jurídicas.

É legítimo afirmar que o Núcleo de Práticas Jurídicas é o Laboratório do Curso de Direito, pois é no âmbito da prática que o acadêmico tem a convergência entre teoria e prática e apresenta os resultados da sua pesquisa e do seu aprendizado. Destarte, é o estudo pragmático que, aliado à teoria, proporciona ao acadêmico-estagiário o desenvolvimento de diversas habilidades e competências imprescindíveis ao exercício da futura profissão, visando a sua inserção no mercado de trabalho e, com o conhecimento necessário para o manuseio das plataformas jurídicas dos processos eletrônicos e os mais conhecidos softwares jurídicos.

O Núcleo de Práticas Jurídicas possui regulamento específico e está implantado em consonância com a Portaria nº 1.886/1994 e Resolução nº 09/2004, ambas do Ministério da Educação, e, principalmente, em harmonia com os preceitos da Faculdade Pan-Americana que propõem um estágio pleno.

As atividades práticas promovidas pelo NPJ da Faculdade Pan-Americana têm como objetivo possibilitar ao aluno identificar com maior precisão a finalidade de seus estudos e avaliar suas possibilidades futuras, considerando-se a escolha efetivada ao iniciar o curso de Direito, bem como colocá-lo em contato com o campo de trabalho visando a contribuir, desde logo, para a concretização de uma postura profissional.

No estágio curricular desenvolve-se atividades como pesquisas, seminários, palestras, trabalhos simulados (simulação de audiências, sustentações orais e atuação no Tribunal do Júri, atendimento à audiências e sessões de julgamento - ensino por observação- treinamento de técnicas de negociação coletivas, conciliação e arbitragem, bem como simultânea análise de autos reais findos correspondentes) e acompanhamento das práticas profissionais dos diversos operadores jurídicos, abrangendo as várias áreas do Direito (garantindo-se assim a interdisciplinaridade das matérias legais), visitas orientadas e controladas pelo Núcleo de Prática Jurídica a Juizados, Foros, Tribunais, Delegacias de Polícia, escritórios de advocacia e departamentos jurídicos, órgãos de registro público, órgãos de Ministério Público, e ainda acompanhar audiências e sessões judiciárias; orientação prática da organização judiciária e dos estatutos da Advocacia, da Magistratura e do Ministério Público, e respectivos códigos de Ética Profissional e Prestação de serviços profissionais jurídicos reais em entidades públicas, judiciárias, empresariais, comunitárias e sindicais, mediante celebração de convênios.

Além do estágio tradicional, os acadêmicos participarão da prática e clínica jurídica nas carreiras públicas Advocacia Pública, Ministério Público e Magistratura.

Momentos que vão possibilitar a vivência de práticas simuladas e reais de atividades específicas destas carreiras, além da visita orientada aos espaços.

Desenvolve-se também extensão curricular do Núcleo de Prática Jurídica. Uma das atividades em desenvolvimento ocorre juntamente com o Ministério Público, com a Promotoria das Comunidades, em um projeto para lideranças comunitárias.

A título de conhecimento, o curso de Direito da Faculdade Pan-Americana firmou convênio com o Tribunal de Justiça para atuação conjunta no Projeto Institucional Justiça no Bairro. https://www.tjpr.jus.br/justicanobairro

Considerando a existência do curso de Administração na modalidade à distância ofertado pela instituição de Ensino, há projeto de criação da Empresa Junior de Direito para que, o acadêmico de direito possa ter contato com empresários juniores de outros cursos e instituições, participando de um sistema onde todos se ajudam, cada qual com sua especialidade, porém todos buscando o mesmo fim: serviços de consultoria com valores abaixo do mercado, contribuindo para o desenvolvimento dos empresários juniores e das micro e pequenas empresas que são atendidas.

Realizar treinamentos e capacitações jurídicas, consultoria e assessoria jurídica, elaborar o estatuto e o regimento interno de micro e pequenas empresas. Vale a pena ressaltar que todos estes trabalhos são feitos respeitando as normas da OAB, com a orientação dos professores responsáveis e o apoio da instituição de ensino superior, seriam algumas das atividades a serem desenvolvidas na empresa júnior.

Há também o projeto de Laboratório Jurídico de Políticas Públicas, Laboratório Jurídico de Direito e Negócios e Laboratório de Direito Digital/Legal Design. São espaços para construir projetos inovadores em suas áreas de pesquisa além de projetos de extensão desenvolvidos pelo Curso de Direito para atender à comunidade local.

Com isso, o Núcleo de Prática jurídica busca entregar a interdisciplinaridade das matérias legais ao mesmo tempo que atende às demandas do curso e da sociedade.

Para gestão interna do Núcleo de Prática Jurídica será utilizada a plataforma JURISTTA Office que é um módulo para a gestão dos atendimentos que acontecem no Núcleo de Práticas Jurídicas, que proporcionam o acompanhamento do pedido de atendimento do assistido, a gestão dos professores responsáveis por cada atendimento e as tarefas dos alunos, aliado com a plataforma Google/Microsoft permitirão a realização de práticas inovadoras, como as descritas no item 1.7 deste.

No que tange aos seus recursos humanos, o Núcleo de Práticas Jurídicas é integrado por um coordenador, funcionários administrativos e professores orientadores de estágio, além dos colaboradores para limpeza e manutenção.

Há, por parte da Coordenação do Núcleo de Prática Jurídica acompanhada da Coordenação do Curso e do NDE avaliação periódica das atividades realizadas, atendimentos realizados e seus feedbacks, dos convênios realizados, devidamente documentadas que irão embasar ações de planejamento para o adequado atendimento da demanda existente e corretivas e de aperfeiçoamento de modo a auxiliar o planejamento de atividades futuras.

O curso de Direito em consonância com as Diretrizes Curriculares do Curso de Direito, os Requisitos Legais e Normativos para o ensino superior, e a realidade regional, tem como ambientes profissionais vinculados ao curso, além do próprio magistério superior, o Núcleo de Prática Jurídica, departamentos jurídicos de empresas públicas e privadas, órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e das Procuradorias e demais departamentos jurídicos oficiais e escritórios e serviços de advocacia e consultorias jurídicas, com as quais a Faculdade firmou convênio (como é o caso com o Poder Judiciário com pareceria de estágio e projetos de extensão; com a ALEP e o programa Parlamento Universitário, com o Estado do Paraná para realização de estágios) e firmará novos convênios (com o Ministério Público e Defensoria Pública para estágio e projetos de extensão) e outros que se fazem necessários para a realização da Prática Jurídica e, assim, possibilitar experiencias diferenciadas de aprendizagem.

Conforme expresso no Regulamento de Estágio, os ambientes profissionais, em razão dos convênios a serem firmados, estão articulados com a sede e permitem articulação com o espaço onde serão ofertadas vagas e atendem aos objetivos constantes no PPC.

Cabe ao NPAJ a realização de avaliações sistemáticas do processo de estágio e Prática Jurídica, tanto no NPAJ, quanto aquelas desenvolvidas nas atividades decorrentes dos convênios, nos termos dos itens I, II e III do § 3º do art. 6º da Resolução n. 5, de 17 dezembro de 2018. Estes relatórios são analisados pelo NDE que, juntamente com a coordenação do NPAJ buscarão ações de melhorias.

Neste sentido, as atividades de Prática Jurídica, bem como o planejamento e inserção dos discentes nestes ambientes profissionais e o estabelecimento de convênios necessários serão acompanhados de avaliações periódicas devidamente documentadas, cujos resultados devem provocar ações de melhoria contínua.

O Núcleo de prática jurídicas está estruturado na sede da Instituição e funcionará diariamente, de segunda à sexta das 8h às 22h.

A Faculdade Pan-Americana mantém também, em parceria com o Tribunal de Justiça do Paraná, atendimento no CEJUSC do Fórum Cível, para o fim de facilitar o acesso à justiça dos utentes do Programa Justiça no Bairro e outros.

A manutenção de cada ambiente é realizada conforme a avaliação periódica dos espaços.

3.9 Diferenciais e Ações Inovadoras

Entende-se por práticas inovadoras,

> *São aquelas que a IES/Curso encontrou para instituir uma ação de acordo com as necessidades da sua comunidade acadêmica, seu PDI e seu PPC, tendo como consequência o êxito do objetivo desejado. Podem ser também inovadoras quando se constatar que são raras na região, no contexto educacional ou no âmbito do curso. Para isso, o Curso ou a IES podem se valer de recursos de ponta, criativos, adequados ou pertinentes ao que se deseja alcançar.*[23]

Apresenta-se adiante, as ações inovadoras identificadas como necessidades dentro da sua comunidade acadêmica e sbociedade, ou ainda, que são práticas raras na região de Curitiba, no contexto educacional ou no âmbito do curso, a partir do Plano de Desenvolvimento Institucional e Projeto Pedagógico do Curso de Direito.

A primeira prática inovadora é o **desenho do perfil do graduando e egresso** proposto pelo curso de Direito.

O perfil do graduando e do egresso na Faculdade Pan-Americana é sistematizado a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais, do seu Projeto Pedagógico Institucional e da sua filosofia de ensino, atendendo à factual responsabilidade social e à demanda regional e as novas demandas do mundo de trabalho, bem como do mundo transnacionalizado.

Considera que o graduando/discente é o **protagonista do seu processo** de ensino e aprendizado. O ensino não acontece de forma passiva em face do que a instituição lhe propicia unilateralmente, e sim como sujeito atuante, seus desejos e planos transparecem desde seu ingresso no curso. O NDE tem ciência que este protagonismo pode não ser imediato. Por isso, o projeto foi formulado e a metodologia pensada em vista capacitá-los para o exercício do protagonismo a partir da resolução de problemas através de atividades em grupo e individual onde o seu protagonismo efervesce no compartilhamento das soluções.

[23] Glossário do Instrumento de Avaliação INEP 2017 - Reconhecimento de curso, item 46.

Como egresso, o curso de Direito da Faculdade Pan-Americana, atendendo ao previsto na DCN 5/2018 do Curso de Direito dedica-se, especialmente, à formação de bacharéis em direito, **com vistas a preparação para as carreiras públicas**.

Portanto, busca formar um profissional diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção no mercado de trabalho. Policompetentes, capazes de analisar as demandas do mercado local e nacional, imbuídos de valores humanísticos, de realizar transformações sociais, preparando técnicos éticos, críticos, conscientes e **comprometidos com o serviço público escolhido e do seu papel no desenvolvimento da sociedade brasileira**.

Desconhece-se em Curitiba e região outra Instituição de Ensino Superior cujo curso de Direito se dedica à formação para as carreiras públicas. E o faz por entender que há uma demanda no ensino jurídico com um olhar diferenciado na formação do bacharel em direito que deseja seguir as carreiras públicas.

Assim, no curso de Direito da Faculdade Pan-Americana o processo de formação de educandos para a qualificação em ciências jurídicas tem o fito de capacitá-los para atuar na defesa da sociedade, na resolução de conflitos e na tutela dos direitos, no qual todos os envolvidos no processo do ensino-aprendizado formularão suas ações a partir do eixo central que visa a tutela da coletividade, priorizando a realização da decidibilidade com justiça plena pautado na moderna hermenêutica e no avanço argumentativo exigido para as carreiras públicas no interesse do bem comum. Este processo de capacitação é feito a partir de cinco verbos: CONHECER, APRENDER, ANALISAR, AVALIAR e APLICAR.

Para tanto, a matriz curricular foi organizada para permitir o atendimento dos três eixos formadores do curso de Direito, previsto na DCN 5/2018, e um especial, eixo de formação para as carreiras públicas com disciplinas práticas e eletivas específicas. Outra inovação do curso e Direito da Faculdade Pan-Americana.

Conta a matriz curricular com as seguintes atividades formativas obrigatórias organizadas para formar as competências necessárias divididas nas três grandes áreas conforme a DCN: formação geral (CHT 525h), formação técnica-jurídica (CHT 2030h disciplinas e CHT 160H de Oficinas obrigatórias); prática jurídica (CHT 140h Trabalho de conclusão de curso, CHT 320h de Estágio curricular obrigatório); Disciplinas optativas eletivas (CHT 225h); Atividades complementares (CHT 200h) e Atividades de extensão curricular 10% da carga horária (CHT 400h). Total 4000h.

Registra-se que as atividades complementares e estágio curricular obrigatório somam 13% da CHT do curso, atendendo a DCN 5/2018 e a extensão curricular é de 10%

da carga horária do curso. Estas três atividades obrigatórias juntas somam 23% da carga horária total do curso.

Nesta proposta, o Acadêmico do Direito é orientado ao desenvolvimento de competências que convertam o arcabouço teórico em domínio de ações voltadas à solução de situações complexas, tais como: identificar os pontos relevantes de um problema, mobilizar os recursos disponíveis para a sua solução tomando decisões ou realizando os encaminhamentos necessários à solução de problemas tradicionais do direito como separações e divórcio, guarda, adoção, rescisão de contrato de trabalho, distrato, contratos, execução de títulos, crimes contra a vida, crimes tributários, licitações, e os novos desafios jurídicos tais como: Inteligência Artificial aplicada ao Direito, Justiça 4.0, Juízo 100% Digital, Balcão Digital., Núcleos de Justiça 4.0. Acessibilidade. Usabilidade, (Re)soluções Inovadoras, Digitalização de Processos Judiciais, Legaltech, Tecnologias Disruptivas, Economia Digital, Ética Digital, Lei Geral de Proteção de Dados (Cível e Penal) entre outros temas.

Para tanto, na matriz curricular encontra-se, como componentes curriculares obrigatórios: *Empreendedorismo Jurídico, Gestão e Contabilidade; Criminologia, Criminalística, Direito Econômico, Análise Econômica do Direito, Direito, Desenvolvimento e Políticas Públicas; Direito, Inovação e Tecnologia, Direito Ambiental, Direitos Humanos, Direito Processual Coletivo, Lógica e Argumentação Jurídica, Hermenêutica Jurídica, Prática e clínica Advocacia Pública; Prática e clínica Ministério Público; Prática e clínica Magistratura e Oficinas que permeiam desde o primeiro semestre do curso*.

Destaca-se que, os componentes curriculares apresentados inexistem nas matrizes curriculares de outros cursos de Direito da região ou, quando constantes, são entregues como disciplinas optativas, o que torna a matriz curricular do curso de Direito da Faculdade Pan-Americana diferenciada.

Um destaque para as oficinas. Com carga horária de 160h, elas são espaço dedicados à entrega de conteúdos voltados ao desenvolvimento de habilidades e competências – *hard and soft skills*. São momentos em que também é possível desenvolver networking entre os acadêmicos e convidados.

As oficinas permeiam diversos temas que buscam aprimorar a formação do acadêmico de direito da Faculdade Pan-Americana. Os temas das oficinas acompanham as práticas desenvolvidas no semestre em curso - quando então são específicas aos acadêmicos daquele período – ou são integrativas quando então, contam com a participação de todos os acadêmicos. Elas são organizadas pelo NDE e Coordenação do

Curso de Direito com apoio dos professores do curso em reuniões que antecedem o início das aulas.

Algumas das oficinas desenvolvidas dialogam com **os projetos de extensão** realizados pelo curso de Direito da Faculdade Pan-Americana, outra ação diferenciada, inovadora e exitosa.

O NDE do curso de Direito, quando da reformulação da matriz curricular para inserção da curricularização do ensino – Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018 – buscou organizar a entrega desta atividade obrigatória com efetividade e atratividade.

Para tanto, a carga horária dos componentes curriculares foi reorganizada para inserção da curricularização da extensão sem aumento de carga horária do curso e sem prejuízo à entrega das demais atividades obrigatórias. Somando-se a elas.

Recorda-se que as atividades de extensão se diferenciam das atividades complementares exatamente pela posição ativa do acadêmico durante a atividade. Este posicionamento coaduna com o protagonismo do discente - proposta metodológica do curso de Direito e se apresenta como uma excelente forma de aprendizagem – "*learning by doing*" ao mesmo tempo que permite desenvolver habilidades de hard skills como identificar o problema jurídico, identificar a solução e aplicar a melhor solução ao caso e habilidades de soft skills como empatia, comunicação, escrita, colaboração, compromisso, prazos, responsabilidade, planejamento, pensamento criativo, visão geral, ética, negociação por exemplo.

Assim, a extensão no curso de direito está compreendida em dois formatos:

No primeiro caso, a extensão está vinculada à estrutura curricular como unidade curricular específica com atividades desenvolvidas em projetos que integrem o projeto geral da IES, do curso de Direito ou dentro das disciplinas.

No segundo caso será desenvolvida em projetos que não integrem o projeto geral da IES na realização de extensão sendo o aproveitamento destas atividades consideradas no cômputo das atividades complementares, conforme consta do regulamento.

Em relação ao primeiro fomato, vinculada à estrutura curricular como unidade curricular específica com atividades desenvolvidas em projetos que integram o projeto geral da IES, do curso de Direito ou dentro das disciplinas o NDE do curso de Direito elaborou os seguintes projetos de extensão chamados de "guarda-chuvas" do curso de Direito.

A partir destes projetos “guarda-chuvas” o NDE, a Coordenação do curso de Direito e professores do curso desenvolvem atividades.

Um detalhe a ser registrado. No curso de Direito inicia-se a partir do segundo período. A escolha se deve em razão do amadurecimento dos conceitos básicos do mundo jurídico e que permite uma participação mais efetiva do acadêmico.

Um cuidado de todos é manter as ações de extensão no âmbito do curso voltadas para as necessidades locais e regionais.

As atividades desenvolvidas durante os anos de 2022 e 2023 garantiram à Faculdade Pan-Americana o selo de Instituição socialmente responsável, o que confirma não apenas o compromisso da IES com a sociedade mas as ações inovadoras, exitosas, diferenciadas e recentes realizadas pelo curso de Direito.

Todas estas atividades, juntamente com os outros componentes curriculares vão compreender e exigir, em resumo: saber pensar, escutar, aprender, ensinar, lidar com a diversidade inerente aos grupos sociais, para que ao se tornar profissional possa tomar decisões, ser autônomo e responsável e estar permanentemente compromissado com a ética e o desenvolvimento, tendo como referência a concepção social e a crítica da ciência jurídica, com domínio da comunicação oral e escrita e a interpretação e aplicação dos princípios e regras do sistema jurídico nacional e internacional, em especial os ligados a direitos humanos, em casos concretos; capacidade de desenvolver pensamento crítico e avaliativo, identificar e resolver problemas em grupo e individualmente, pois compreende as relações socioeconômica, política e cultural, realizando uma constante análise da sociedade contemporânea, com olhar especial para os aspectos locais e regionais para a preservação do meio ambiente e do patrimônio cultural do Estado do Paraná, em particular da Região de Curitiba e seu entorno, visando o desenvolvimento local e regional sustentável; envolvimento com as classes sociais e jurídicas e, por fim, a aptidão para superar os desafios impostos pelas rápidas transformações da sociedade, do sistema jurídico, das relações interpessoais e do uso de novas tecnologias, dominando-as e buscando novos métodos para manter-se atualizado na permanente compreensão e aplicação do Direito.

Ou seja, há a aliança entre o ensino, pesquisa e extensão de modo indissociável[24].

[24] Atendimento às políticas a atender às políticas de ensino, pesquisa e extensão previstas no PDI e compromissadas no PPC.

Aos predicados intelectuais do bacharel em Direito devem corresponder também uma nova atitude e aptidão moral que o recoloquem nos centros de decisão, na área pública, como protagonista capaz de atender às demandas presentes na sociedade em que se insere o curso da Faculdade Pan-Americana, desenvolvido na cidade de Curitiba – PR, o qual, para além de demandas regionalizadas, deve responder a pautas nacionais e internacionais.

Em relação às políticas de ensino, o Curso de Direito da Faculdade Pan-Americana considera a existência do professor facilitador/tutoria como proposto no PPC e aplicado uma inovação e prática criativa para permanência do discente.

Conforme dados apresentados pelo Censo da Educação Superior, a evasão junto aos cursos de Direito ofertados no Brasil, por Instituições de Ensino Superior privadas, teve um aumento de quase 59% entre os anos de 2010 e 2019. Entre as razões para a evasão, há fatores como dificuldades financeiras, frustração em relação a expectativas, a falta de qualidade nos cursos ou mesmo aspectos de ordem vocacional.

Principalmente nos primeiros semestres, o risco de frustração em relação à expectativa do curso é grande, pelo fato do discente estar em contato com um curso por vezes distante demais do seu dia a dia ou mesmo pelo uso de ferramentas digitais que lhe são desconhecidas. Com eles, surgem bloqueios que terão impactos no seu desempenho acadêmico.

A existência do professor facilitador/tutor diminui este risco de entrave, visto que faz a ponte entre o discente e o professor, se apresentando como um “reforço” tanto no aspecto pedagógico, mas como no aspecto emocional (principalmente pós-período de avaliação).

Uma outra prática criativa e inovadora para êxito do processo ensino aprendizagem dos discentes do curso de Direito, sob a responsabilidade da tutoria e orientação do professor da disciplina são os infográficos.

Infográficos são materiais de apoio que mistura a linguagem verbal simples (uso de palavras) e não verbal (uso de elementos visuais) com o objetivo de transmitir os principais pontos da aula. São uma forma de ampliação da compreensão por parte do aluno que, principalmente no primeiro semestre, se sobressaltam com a linguagem jurídica.

Os tutores organizam o infográfico que, após validação pelo professor, é distribuído aos acadêmicos como material de apoio pré-aula.

Reconhecendo o impacto do digital no ensino e na prática jurídica e, na busca do fortalecimento do protagonismo discente, o curso de Direito inova ao reconhecer como

atividades complementares de Ensino, a pesquisa e extensão as ações desenvolvidas pelos acadêmicos como autores em Blogs, Lives, Podcasts e outras formas de produção de conteúdo digital, desde que sobre conteúdos jurídicos.

Outro diferencial inovador instituído no curso de Direito é o uso da Ferramenta digital *Juristta* para o ensino jurídico.

A plataforma *Juristta* simula o PJ-e de uma forma realista, o que permite aproximar a teoria à prática. A tecnologia faz parte da realidade do profissional do direito assim, o uso da plataforma permite iniciar a inserção do acadêmico na transformação digital dos atos processuais. Na plataforma é possível realizar práticas simuladas que vão desde o primeiro atendimento do cliente, distribuição do processo e atos processuais (inclusive audiência).

A ferramenta permite também interação dentro do Metaverso. Os acadêmicos, durante a disciplina de Métodos Adequados de Resolução de Conflitos os acadêmicos realizaram no metaverso simulação de audiência de conciliação. Audiência pode ser assistida aqui: https://youtube.com/live/m0a3mgs2nQU?feature=share (é pública a disponibilização).

O uso das ferramentas como *Juristta* por exemplo, que demanda o uso de outras ferramentas como pacote Office e Adobe, implica em uma atenção especial do professor em relação ao letramento digital.

O letramento digital é um compromisso da faculdade. Afinal, faz uso de diversas TICs como AVA – Moodle, TEAMS, Portal do Acadêmico Solis GE, Biblioteca Digital Saraiva, pacote office para produção de trabalho e o CANVA para produção dos materiais por exemplo. Ninguém ficará para atrás ou terá prejuízo em seu aprendizado pelo fato de o curso adotar estas ferramentas ou porque não possui acesso à elas em casa. Com isso há o cuidado dos professores, junto da Coordenação, em identificar discentes que precisam de um suporte em relação ao uso destas ferramentas. Quando identificado, busca-se o nivelamento (sempre sem constrangimento) individual ou em grupo realizado pela Coordenação de curso, professor ou Suporte ou organização de espaço na IES para realização das atividades.

Outra inovação do curso de Direito é o Núcleo de Prática Jurídica Digital.

Se desconhece até o momento uma plataforma de atendimento virtual de NPJ, instrumento essencial e de importância reconhecida na concretização do acesso à Justiça.

Assim, para fins de atendimento ao público, espelhado no Balcão Digital, o NPJ manterá, além do atendimento presencial, uma plataforma específica para a Prática Jurídica, que auxiliará os professores orientadores na organização de suas atividades e acompanhamento dos atendimentos distância, através de uma página de acesso (para o pré-cadastro) e o sistema Google.

Esta plataforma, detalhada no PPC, além de possibilitar o desenvolvimento do Estágio Intervenção de uma maneira revolucionária traz consigo uma inovação: será possível ao público realizar o agendamento para atendimento, sendo então uma facilitadora do público para com o NPJ.

Nenhum destes projetos seria possível se o curso de Direito não tivesse a equipe de professores e professores facilitadores/tutores “de ponta”. Todo os professores são mestres e doutores, renomados nacionalmente e internacionalmente com sólida experiência em docência, pesquisa e extensão, bem como prática de carreiras públicas.

Por fim, em relação à infraestrutura, a Faculdade Pan-Americana também inova.

A iniciar pelas salas de aula.

As salas de aulas permitem desenvolver dinâmicas pedagógicas para entrega do conteúdo ou para relacionar teoria e prática, além de estimular cada vez mais a

participação, a interação e colaboração entre os alunos ao ser possível desenvolver, com conforto, trabalhos em grupo e projetos de equipe e individual, a fim de que criem suas próprias perspectivas sobre o conteúdo apresentado o que favorece o desenvolvimento da autonomia, afinal é protagonista do seu processo de ensino aprendizagem.

Dentre as salas de aulas, há uma sala organizada para a realização de metodologias diferenciadas, composta de 05 mesas redondas, com 06 cadeiras cada. Esta sala permite práticas inovadoras de aprendizagem através do uso das metodologias ativas e o estudo colaborativo.

A sala possui televisão, com entrada HDMI para notebook e som ambiente. Há a previsão de aquisição do equipamento TouchTV, que transformará a televisão em um quadro interativo que permitirá novas práticas pelos docentes.

No âmbito do curso de Direito trata-se de um recurso inovador, diante da tradicionalidade do formato de sala de aula dos cursos de Direito, e criativo para dar efetividade ao projeto pedagógico do curso de Direito da Faculdade Pan-Americana.

Esta sala de aula pode ser utilizada pelos acadêmicos em momentos diversos do horário de aula para estudo em grupo, mediante reserva.

E, o Laboratório de Informática. É o local no qual são coletados dados das pesquisas, levadas a efeitos as demais formas de interpretação, integração e entendimento dos conteúdos. Dada a sua importância, foi estruturado com suporte pedagógico lousa branca e datashow. Como apresentado o curso faz uso de TICs na prática pedagógica como a internet e softwares jurídicos, o que motiva e justifica o uso recorrente do laboratório de informática pelos docentes e discentes. O uso do laboratório de informática pode até não ser inovação nos cursos de Direito. Tradicionalmente, o uso ocorre no estágio curricular quando há a prática de petições (simulação ou real).

Neste momento, inova o curso de Direito da Faculdade Pan-Americana. O laboratório de informática é mais uma ferramenta à disposição do docente para novas práticas pedagógicas, em especial o uso da ferramenta Juristta e o Metaverso, que são utilizados em sala de aula, a exemplo da disciplina de Empreendedorismo Jurídico e Métodos Adequados de Solução de conflito, e nos estudos individuais (através de atividades).

Também é realizada pesquisa de jurisprudencia para estudos de caso, notícias para debates do conteúdo trabalhados em sala de aula e boas práticas para os projetos de extensão. Familiarização com as plataformas jurídicas de peticionamento, ferramentas como ChatGPT, Verifact, plataformas de notificação extrajudicial

eletrônica, que são usuais do dia a dia dos operadores do direito (pré-requisitos para estágio). Permite o letramento digital pois estas atividades demandam o uso de outras ferramentas como pacote Office e Adobe.

São estes os diferenciais que fazem o Curso de Direito da Faculdade Pan-Americana único.

Aliando ensino, pesquisa e extensão, prática com teoria, aprendizagem a partir de projetos, confirma-se que o curso de Direito da Faculdade Pan-Americana, a partir das políticas de ensino, pesquisa e extensão prevista no PDI adota práticas comprovadamente exitosas ou inovadoras de modo a entregar um curso de Direito que atenda não apenas à DCN 5/2018 como a sociedade.

Por todo o exposto, e pelas características aqui destacadas, o curso de Direito entregue, se apresenta ímpar e inovador.

3.10 Bibliografia consultada e referências bibliográficas no PPC

BRASIL. Lei nº 12.764/2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução CP Nº 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução Nº 2, DE 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012 - Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução n. 05 de 17 de dezembro de 2018. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito e dá outras providências

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução n. 02 de 19 de abril de 2021. Alteração do artigo 5º da Resolução CNE/CES nº 5, de 17 de dezembro de 2018, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito.

BRASIL. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades: Panorama. 2018. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/curitiba/panorama. Acesso em 02 de abril de 2023.

BRASIL. CEONSO. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/media/acesso_informacacao/copy_of_pdf/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2021.pdf Acesso em 02 de abril de 2023.

BRASIL. Lei n° 10.861 de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm>.

BRASIL. Ministério da Educação. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES): Portaria MEC n.º 2.051. Disponível em: http://www.mec.gov.br.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação à distância. REFERENCIAIS DE QUALIDADE PARA EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA Brasília, agosto de 2007. Disponível em http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf

LIMA, Artemilson. SANTOS, Simone. O MATERIAL DIDÁTICO NA EaD: PRINCÍPIOS E PROCESSOS. Disponível em: https://ead.ifrn.edu.br/portal/wp-content/uploads/2017/07/Producao_de_Material_Didatico_Curso_de_Gestao_EaD.pdf Acesso em dezembro 2023.

MORAN, José Manuel et al. Novas tecnologias e mediação pedagógica. 6. ed. Campinas: Papirus, 2000.

VILIONE, J. L. JORGE, M.E.N. Competências e Habilidades do Tutor Em EAD: Desafios e Superações *in* Encontro de Ensino, Pesquisa e Extensão, Presidente Prudente, 20 a 23 de outubro, 2014 p. 807- 814. Disponível em: http://www.unoeste.br/site/enepe/2014/suplementos/area/Humanarum/Educa%C3%A7%C3%A3o/COMPET%C3%8ANCIAS%20E%20HABILIDADES%20DO%20TUTOR%20EM%20EAD.pdf Acesso em 01 de abril de 2021, revisado em 2024.

ANEXO 1 CORPO DOCENTE

PROFESSORES

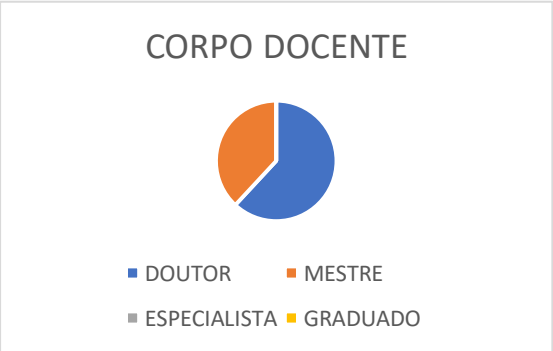
Nome	Titulação	Regime de Trabalho	Membro do Colegiado de Curso	Membro do NDE	Membro da CPA	Membro do CEPE	Membro do Conselho Superior
ANA CRISTINA BARUFFI	Mestre	integral	S	S	S	S	S
ANDRÉ WASILEWSKI DUSZCZAK	Doutor	parcial					
DEMETRIUS NICHELE MACEI	Doutor	parcial				S	S
EDILBERTO BARBOSA CLEMENTINO	Mestre	parcial					
EDUARDO FERNANDO APPIO	Doutor	parcial					
ELAINE BEATRIZ FERREIRA DE SOUZA OSHIMA	Mestre	integral					
FÁBIO ANDRÉ GUARAGNI	Doutor	integral		S		S	
GUSTAVO AFONSO MARTINS	Mestre	integral		S			
HENRIQUE DE ALMEIDA FREIRE GONÇALVES	Mestre	parcial					
JOÃO PEDRO DE OLIVEIRA DE BIAZI	Doutor	parcial					
JOSE MARIO TAFURI	Mestre	integral		S	S		S
JULIANE HEY DE MELO	Mestre	parcial					
LÍVIA LOSSO ANDREATINI	Mestre	parcial					
MARLENE TERESINHA FUVERKI SUGUIMATSU	Doutor	parcial					
MARIO LUIZ RAMIDOFF	Doutor	parcial		S			
OCTAVIO CAMPOS FISCHER	Doutor	parcial					
RUY ALVES HENRIQUE FILHO	Doutor	parcial					

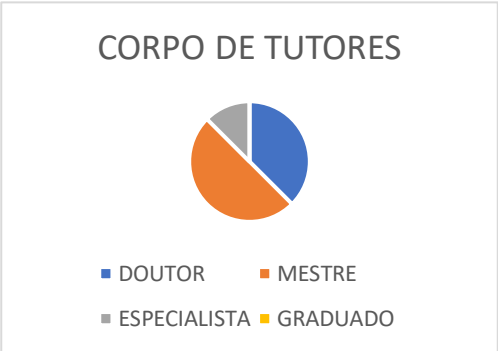
PROFESSORES/TUTORES

Nome	Titulação	Regime de Trabalho	Membro do Colegiado de Curso	Membro do NDE	Membro da CPA	Membro do CEPE	Membro do Conselho Superior
EDIMAR INOCENCIO BRIGIDO	Doutor	integral	S		S	S	S
FERNANDA ARANHA HAPNER	Mestre	parcial					
RODRIGO CAMPOS HASSON SAYEG	Mestre	parcial					
RODRIGO THOMAZINHO COMAR	Mestre	parcial					
ROSANGELA VARGAS CASSOLA	Doutor	parcial	S				
VIVIANE LAZZERES NOVATZKI	Mestre	parcial					

CORPO TUTORES

Nome	Titulação	Regime de Trabalho
JOÃO RODOLFO APARECIDO OLIVEIRA SIQUEIRA	Especialista	Parcial
KAREN HIPPERT	Mestre	Parcial





ANEXO 2 PREVISÃO DA GRADE CURRICULAR COM INDICAÇÃO DOS DOCENTES PARA OS CINCO ANOS

MATRIZ CURRICULAR CURSO DE DIREITO

SEMESTRE	DISCIPLINA	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. Total	CH EAD	ENADE	Professores
1	História do Direito e Direito Comparado	30			30			Viviane /Fernanda
	Teoria do Direito	40		5	45			Edimar/Juliane
	Filosofia Geral	30			30	30		Edimar
	Metodologia da Pesquisa	30			30	30		Edimar
	Direito Civil I	50	4	6	60			José Mario Tafuri
	Direito Penal I	50	4	6	60			André
	Economia Política	45			45			João Biazi
	Oficinas	20			20	20		Ana Cristina
	Optativa	60			60	60		Variáveis (coord.)
	Atividades de Extensão							
	Atividades Complementares	20			20			
		375	8	17	400	140		

SEMESTRE	DISCIPLINA	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. Total	CH EAD	ENADE	Professores
2	Filosofia do Direito	60			60			Edimar Brígido
	Sociologia Jurídica	30			30	30		Fernanda Hapner
	Ciência Política e Teoria do Estado	45			45			Rodrigo S./Rodrigo C.
	Teoria da Constituição e Direitos Fundamentais	26		4	30	30		Juliane
	Direito Civil Obrigações e Responsabilidade Civil	56	4		60			José Mario Tafuri
	Direito Penal II	56	4		60			André
	Optativa	30			30	30		Variáveis
	Oficinas	20			20	20		Ana Cristina
	Atividades de Extensão	45			45			
	Atividades Complementares	20			20			
		388	8	4	400	110		

SEMESTRE	DISCIPLINA	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. Total	CH EAD	ENADE	Professores

3	Linguagem Jurídica	54	6		60			Juliane
	Antropologia Jurídica	30			30			Edimar
	Teoria Geral do Processo	40	5		45			Ana Cristina
	Direito Constitucional I	56		4	60			Henrique
	Direito Penal III	56	4		60			Edilberto
	Empreendedorismo Jurídico, Contabilidade e gestão na advocacia	30			30			Elaine
	Direito, Inovação e Tecnologia	30			30			Rodrigo
	Oficinas	20			20	20		Ana Cristina
	Atividades de Extensão	45			45			
	Atividades Complementares	20			20			
		381	15	4	400	20		

SEMESTRE	DISCIPLINA	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. Total	CH EAD	ENADE	Professores
4	Lógica e Argumentação Jurídica	40		5	45			Rodrigo Sayeg
	Direito Civil Contratos I	40		5	45			João Biazi
	Direito Processual Civil I	50	10		60			Lívia
	Direito Constitucional II	50		10	60			Henrique Gonçalves
	Direito do Consumidor	40		5	45			José Mario Tafuri
	Direito Penal IV	60			60			André W.
	Oficinas	20			20	20		Ana Cristina
	Atividades de Extensão	45			45			
	Atividades Complementares	20			20			
		365	10	25	400	20		

SEMESTRE	DISCIPLINA	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. Total	CH EAD	ENADE	Professores
5	Hermeneutica Jurídica	40		5	45			Edimar/Juliane
	Direito Processual Civil II	60			60			Ruy
	Direito Administrativo I	60			60			Viviane
	Direito do Trabalho I	60			60			Marlene
	Criminologia	45			45			Edilberto
	Direito Processual Penal I	54	6		60			André W.
	Métodos Adequados de Solução de Conflitos	26	4		30			Elaine
	Oficinas							Ana Cristina
	Atividades de Extensão	45			45			
	Atividades Complementares	20			20			
		410	10	5	425	0		

SEMESTRE	DISCIPLINA	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. Total	CH EAD	ENADE	Professores

6	Direito Empresarial I	56	4		60			Gustavo
	Direito Processual Civil III	56	4		60			Lívia
	Direito Administrativo II	56	4		60			Pascoal
	Direito do Trabalho II	56	4		60			Marlene
	Direito Civil Contratos II	45			45			João Biazi
	Direito Processual Penal II	40	5		45			Eduardo Appio
	Prática e Clínica Jurídica Cível I		30		30			Elaine/Juliane
	Oficinas							Ana Cristina
	Atividades de Extensão	45			45			
	Atividades Complementares	20			20			
		374	51	0	425	0		

SEMESTRE	DISCIPLINA	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. Total	CH EAD	ENADE	Professores
7	Direito Processual do Trabalho	56	4		60			Marlene
	Direito Internacional Público	40		5	45			Demetrius
	Direito Previdenciário	30			30			Eduardo Appio
	Direito Civil Coisas	45			45			João Biazi
	Prática e Clínica Jurídica Cível II		30		30			Elaine/Juliane/Fernanda
	Prática e Clínica Jurídica Penal I		30		30			Fábio André/Edilberto
	Estágio Curricular I		30		30			Elaine
	Optativa	30			30	30		Variáveis
	Oficinas	30			30	30		Ana Cristina
	Atividades de Extensão	50			50			
	Atividades Complementares	20			20			
		301	94	5	400	60		

SEMESTRE	DISCIPLINA	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. Total	CH EAD	ENADE	Professores
8	Direito Econômico	30			30			Gustavo
	Direito Financeiro e Tributário I	45			45			Demetrius
	Direito Internacional Privado	45			45			Gustavo
	Direito, Desenvolvimento e Políticas Públicas	30			30			Henrique
	Direito Civil: Família	45			45			Elaine/Juliane
	Prática e Clínica Jurídica Penal II		30		30			Fábio André/Edilberto
	Prática e Clínica Jurídica Trabalhista		30		30			Marlene/Juliane
	Estágio Curricular II		30		30			Juliane
	TCC1	70			70			Edimar
	Oficinas	16			16	16		Ana Cristina

	Atividades de Extensão	40			40			
	Atividades Complementares	20			20			
		341	90	0	431	16		

SEMESTRE	DISCIPLINA	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. Total	CH EAD	ENADE	Professores
9	Análise Econômica do Direito	30			30			João Biazi
	Direito Financeiro e Tributário II	45			45			Demetrius
	Ética Profissional	30			30			Edimar
	Criminalística	15			15			Edilberto
	Direito Empresarial II	56	4		60			Gustavo
	Direito Civil: Sucessões	30			30			Elaine/Juliane
	Prática e clínica jurídica da Advocacia Pública		15		15			Henrique
	Estágio Curricular III		30		30			Elaine/Rodrigo C.
	TCC2		70		70			Edimar
	Oficinas	10			10	10		Ana Cristina
	Atividades de Extensão	45			45			
	Atividades Complementares	20			20			
		281	119	0	400	10		

SEMESTRE	DISCIPLINA	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. Total	CH EAD	ENADE	Professores
10	Direito Ambiental	15			15			Henrique
	Direito Processual Coletivo	15			15			Ruy/Henrique
	Direitos Humanos	35			35			Edimar
	Optativa 4	60			60			Variáveis
	Optativa 5	45			45			Variáveis
	Prática e Clínica Jurídica Ministério Público		20		20			Fábio André
	Prática e clínica jurídica Magistratura		15		15			Eduardo Appio/Marlene/Ruy
	Estágio Curricular IV		30		30			Juliane/Lívia
	Oficinas	24			24	24		Ana Cristina
	Atividades de Extensão	40			40			
	Atividades Complementares	20			20			
		254	65	0	319	24		

OPTATIVAS	SEMESTRE	DISCIPLINA	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. E.****	CH. Total	CH EAD	ENADE	Professor

1	LIBRAS	60	60	60	Rosangela Vargas
1	DIREITOS FUNDAMENTAIS PRIVADO	30	30	30	José Mario Tafuri
1	BIOÉTICA E BIODREITO	30	30	30	José Mario Tafuri
7	GESTÃO PÚBLICA	30	30	30	Mario Ramidoff
7/10	ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E IDOSO	30	30	30	Mario Ramidoff
7/10	ESTRUTURAS E PROCESSOS ORGANIZACIONAIS	30	30	30	Gustavo Afonso Martins
10	ESTUDOS DIRIGIDOS PARA CONCURSO	45	45	45	André D. e Elaine Oshima
10	PSICOLOGIA JUDICIÁRIA	30	30	30	Mario Ramidoff
10	DIREITO ELEITORAL	30	30	30	Pascoal Muzeli
10	DIREITO DA EXECUÇÃO PENAL	30	30	30	André D.
10	DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL	30	30	30	José Mario Tafuri
10	DIREITO PROCESSUAL TRIBUTÁRIO	30	30	30	Demétrius

ANEXO 4

MODELO DE PLANO DE ENSINO

PLANO DE ENSINO

Curso: Direito | **Disciplina:** Filosofia | **Semestre**: 1º

Carga horária: 30h | 36 horas aula

Carga horária presencial: 0h | **Carga horária EAD**: | 36h

Carga horária teórica: Xh | **Carga horária prática:** | Xh

Carga horária extensão: 0h | **Carga horária pesquisa:** Xh

Prof.

EMENTA:

OBJETIVOS:

GERAIS:

ESPECÍFICOS:

DESCREVER

INTERDISCIPLINARIEDADE:

Descrever a forma de interdisciplinariedade desta disciplina com as Diretrizes Curriculares Nacionais, em especial Direitos Humanos, Direito Ambiental e Relações Etnicorraciais e Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

DIREITO

	I - interpretar e aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira e comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas;

	II - demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
	III - demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão;
	IV - dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito;
	V - adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicos com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito;
	VI - desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos;
	VII - compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
	VIII - atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
	IX - utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas;
	X - aceitar a diversidade e o pluralismo cultural;
	XI - compreender o impacto das novas tecnologias na área jurídica;
	XII - possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito;
	XIII - desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar;
	XIV - apreender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.
	Outros – descrever:

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Lembrando: O conteúdo programático deve ser dividido em 18 temas. Cada tema deve ser dividido em 5 subtemas. Cada um será trabalhado em 1 semana. Os temas poderão ser dividos em partes (Parte I, Parte II...).

Tema 1 – Título

- Subtema 1
- Subtema 2
- Subtema 3
- Subtema 4
- Subtema 5

METODOLOGIA E RECURSOS DIDÁTICOS E TECNOLÓGICOS UTILIZADOS:

Descrever a metodologia a ser utilizada. REPENSE O ENSINO, INOVE NAS PROPOSTAS PEDAGÓGICAS E ESTIMULE MÚLTIPLAS EXPERIÊNCIAS NO CENÁRIO EDUCATIVO!

Se sua disciplina é 100% EAD, as atividades serão todas assíncronas. Caso deseje realizar atividades síncronas, conversar com a Coordenação para organizar as atividades.

Se sua disciplina é presencial com EAD parcial, será possível utilizar atividades síncronas e assíncronas.

Nosso Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem é o Moodle. Estamos organizando a plataforma para que seja possível utilizar diversas ferramentas como o HP5 – espaço para questionários.

Além das ferramentas do moodle, há:

Padlet é um recurso digital gratuito utilizado para elaboração colaborativa de murais e painéis virtuais, que podem ser organizados em colunas temáticas. Sua lógica lembra a de um mural de post-its, com caixinhas que se moldam ao conteúdo postado.

A Vecteezy é uma plataforma que oferece gráficos gratuitos, contribuídos por artistas de todo o mundo. Você pode encontrar todos os recursos necessários para seus projetos de design: ícones; planos de fundo; botões; ilustrações e mais! Para facilitar o uso dos seus recursos possui seu próprio editor, onde você pode modificar textos, cores e elementos antes de fazer o download

Kahoot! é uma plataforma de aprendizado baseada em jogos. Os quizzes são excelentes formas de exercitar o aprendizado e no Kahoot fica bem mais divertido. No Kahoot é possível realizar o quiz em tempo real, presencialmente ou em uma videochamada, mas também dá para configurar o modo challenge, onde criamos o desafio e delimitamos o tempo em que ela fica disponível. Depois basta compartilhar o link com os estudantes e ir acompanhando. No período da pandemia, o Kahoot liberou seus recursos premium

para os docentes, o que garante acesso aos recursos premium e melhor gestão dos estudantes.

O Trello é um sistema de gerenciamento de projetos e ações que permite criar quadros e cartões de atividades, vincular pessoas, fazer checklist de tarefas, organizar prazos, arquivos e dar celeridade às ações desenvolvidas. Além disso ele permite sincronização com o Google Agenda e Google Drive.

Gamilificação - https://gamificacaocriativa.com/

- Descrever os recursos que serão utilizados em sala de aula

Use também todas as ferramentas que a plataforma AVA oferece:

Chat Ferramenta de comunicação síncrona cujo objetivo é interagir e esclarecer dúvidas em tempo real.

Fórum Ferramenta de comunicação assíncrona cujo objetivo é interagir, compartilhar conhecimentos e esclarecer dúvidas.

Glossário Ferramenta para edição de termos e respectivas definições com possibilidade de criação de links para que os itens constantes desta ferramenta sejam identificados no material disponibilizado on-line.

Questionário (Quiz) Ferramenta que permite ao docente a criação de questões de vários formatos os quais incluem múltipla escolha, verdadeiro ou falso, relacionar colunas. Podem ser configurados como atividade de autoavaliação e corrigidos automaticamente pelo sistema.

Tarefa Ferramenta que permite aos estudantes submeterem arquivos em vários formatos, sendo visualizada apenas pelo docente. As tarefas podem incluir o envio de arquivo, de texto on-line ou off-line.

Wiki Ferramenta interativa de construção assíncrona cujo objetivo é a construção de páginas web as quais podem ser criadas individualmente ou colaborativamente. Ela potencializa o trabalho colaborativo e permite ser editada por vários participantes ao mesmo tempo

ATIVIDADES ESTRATÉGICAS DE INTERAÇÃO

Descrever aqui as estratégias de interação que serão realizadas com os acadêmicos, como práticas colaborativas, e também as ferramentas de interação, fórum, mensagem, e-mail, tutoria, entre outros.

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E FEEDBACK

- Descrever os critérios de avaliação
- Escolha avaliações adequadas! Relembrando:
- Avaliação Diagnóstica: objetiva diagnosticar as necessidades dos estudantes e verificar o nível de conhecimento, para orientar e definir um modo pessoal de aprendizagem. É aplicada no início das aulas.
- Avaliação Formativa: engloba o uso de variados tipos de avaliações e práticas pedagógicas inovadoras, pois ela precisa atender a uma diversidade de estudantes. É aplicada no dia a dia do estudante.
- Avaliação Somativa: tem a função de mensurar a quantidade de conhecimento acumulada ao longo do ciclo de aprendizagem; para ser aprovado, o estudante necessita obter um mínimo considerado como padrão para aprovação. É aplicada no final do ciclo. A avaliação da frequência do estudante pode ser contabilizada pela sua participação em atividades previstas no plano de ensino e na matriz instrucional.
- Autoavaliação: realizada tanto pelo docente quanto pelos estudantes para refletir e avaliar o seu próprio desempenho, pontos fortes e de melhoria. É aplicada durante ou no final do ciclo
- É possível também utilizar outros instrumentos avaliativos como debate em fórum gravação de vídeo ou áudio mapa mental portfólio estudo de caso diário de bordo jogo interativo simulação animação

PROJETO DE EXTENSÃO CURRICULAR:

O Curso desenvolverá as atividades de ensino buscando uma vinculação com a extensão e a iniciação à pesquisa, garantindo que a atividade de ensino envolva a perspectiva da produção do conhecimento e sua contribuição social; que cada atividade de iniciação à pesquisa se articule com o conhecimento existente e seja vinculada com a melhoria da qualidade de vida da população; que cada atividade de extensão seja um espaço privilegiado no qual docentes, discentes e comunidade articulem a difusão e a produção do conhecimento acadêmico e do conhecimento popular, possibilitando uma percepção enriquecida dos problemas sociais, bem como suas soluções de forma solidária e responsável.

Nos termos da Resolução MEC/CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, a extensão "[...] é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa,

constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa".

Assim, a extensão no curso de direito está compreendida em dois formatos:

No primeiro caso, a extensão está vinculada à carga horária curricular dos componentes eleitos para tal fim conforme se vê na matriz curricular, compreendendo as três perspectivas formativas.

No segundo caso será desenvolvida em projetos que integrem o projeto geral da IES na realização de extensão sendo o aproveitamento das atividades consideradas no cômputo das atividades complementares, conforme consta do regulamento.

Assim, dentro da carga horária da disciplina, 4h ou 6h será destinada a atividade de extensão. É preciso que o professor da disciplina elabore um projeto de extensão – que pode ser o mesmo projeto utilizado na metodologia baseada em projetos, desenvolvendo-o no decurso da disciplina e ao final, elabore relatório da prática para ser devidamente documentado.

As disciplinas em EAD a princípio não possuem extensão curricular, porém pode existir. Confirme com a coordenação.

PROJETO DE PESQUISA:

Desenvolver uma pesquisa colaborativa com os acadêmicos dentro da linha de pesquisa de políticas públicas, que poderá ser trabalhada em conjunto no Laboratório Jurídico de Políticas Públicas, Direito e Economia ou Direito Digital/Legal Design – a pesquisa pode também ser resultado do projeto de extensão desenvolvido.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CRONOGRAMA DA DISCIPLINA E DE AVALIAÇÃO (DESTACAR QUANDO SERÃO AS AVALIAÇÕES)

Semana	Assunto
Semana 1	Insira o assunto
Semana 2	Insira o assunto
Semana 3	Insira o assunto
Semana 4	Insira o assunto
Semana 5	Insira o assunto
Semana 6	Insira o assunto
Semana 7	Insira o assunto
Semana 8	Insira o assunto
Semana 9	Insira o assunto
Semana 10	Insira o assunto
Semana 11	Insira o assunto
Semana 12	Insira o assunto
Semana 13	RECESSO
Semana 14	Insira o assunto
Semana 15	Insira o assunto
Semana 16	Insira o assunto
Semana 17	Insira o assunto
Semana 18	Insira o assunto
Semana 19	SEMANA JURÍDICA/DE ADMINISTRAÇÃO E DE EXTENSÃO
Semana 20	Insira o assunto

Semana	Assunto
Semana 21	Insira o assunto
Semana 22	Insira o assunto

ANEXO 3 EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIA

Ementa e objetivos da Matriz Curricular

Curso de Direito

Obrigatórias

1º período

Carga horária

Sem. 400h

	Disciplina	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. E.****	CH.TOTAL	CH. EAD
I SEMESTRE	HISTÓRIA DO DIREITO E DIREITO COMPARADO	30				30	
	Ementa: Compreensão histórica do fenômeno jurídico. Direito nas sociedades primitivas. Direito oriental e asiático. Grécia e Roma. Elementos do direito de família e do direito de propriedade. Direito feudal e canônico. Absolutismo. Revolução Francesa. Evolução do Direito moderno. Perfil histórico do direito brasileiro. Sistemas jurídicos comparados. **Conteúdo:** Compreensão histórica do fenômeno jurídico. Direito nas sociedades primitivas. Direito oriental e asiático. Grécia e Roma. Elementos do direito de família e do direito de propriedade. Direito feudal e canônico. Absolutismo. Revolução Francesa. Evolução do Direito moderno. Perfil histórico do direito brasileiro. Sistemas jurídicos comparados. **Objetivos:** Compreender o fenômeno jurídico a partir de uma perspectiva histórica, de modo a ter domínio conceitual das bases teóricas da Ciência Jurídica.						

Bibliografia básica:

ALVES, José Carlos Moreira**. Direito romano**. 18. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017 838 p.

AZEVEDO, Luiz Carlos de. **Introdução à história do direito.** 4. ed., rev. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013 288 p.

GRIVOT, Débora Cristina Holenbach. História do direito. Porto Alegre SAGAH 2017 1 recurso online ISBN 9788595021716.

DAVID, René. **Os grandes sistemas do direito contemporâneo**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014. 687 p. (Coleção justiça e direito.).

REALE, Miguel. **Horizontes do direito e da história**. 3. ed. rev. e aum. São Paulo: Saraiva, 2009. [E-book Saraiva Digital]

Bibliografia complementar:

_____. **História do direito no Brasil.** 3. ed., rev. Rio de Janeiro: Forense, 2004. 207 p.

ABAGNOLI, Vicente; BARBOSA, SUSANA MESQUITA; OLIVEIRA, Cristina Godoy Bernardo de. **Introdução à história do direito**. São Paulo: Atlas, 2014. (e-book)

CICCO, C. D**. História do direito e do pensamento jurídico**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. [E-book Saraiva Digital**]**

MACIEL, José Fábio Rodrigues; AGUIAR, Renan (Coord.). **História do direito**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. 336 p. (Coleção direito vivo).

_____. **História do direito**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. 336 p. (Coleção direito vivo). [E-book Saraiva Digital]

NUNES, R. **Manual de introdução ao estudo do direito**. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. [E-book Saraiva Digital]

PALMA, R. F. **História do direito**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. [E-book Saraiva Digital]

REALE, Miguel. **Horizontes do direito e da história**. 3. ed. rev. e aum. São Paulo: Saraiva, 1999. xxi, 348 p.

TÁVORA, F.; ARAÚJO, D. **Coleção Diplomata** - História Geral. São Paulo: Saraiva, 2016. [E-book Saraiva Digital]

WOLKMER, Antônio Carlos (Org.). **Fundamentos de história do direito**. 9. ed., rev. e ampl. Belo Horizonte: Del Rey, 2016 576 p.

Disciplina	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. E.****	CH.TOTAL	CH. EAD
TEORIA GERAL DO DIREITO	40		5		45	

Ementa:

Concepções de Direito. Direito natural e positivo. Direito e moral. Direito Público e Direito Privado. Direito Difuso e Coletivo. Relação jurídica. Direito objetivo e direito subjetivo. Princípios gerais do direito. Teoria da norma. Teoria do ordenamento jurídico. Técnica jurídica

Conteúdo:

Mundo da natureza e o mundo da cultura. O direito como objetivo cultural. Finalidade do Direito. Direito natural e positivo. Direito objetivo e subjetivo. Direito Público, Privado e Difuso. Estrutura tridimensional do direito. Direito e os instrumentos de controle social. Sistema jurídico: o Direito como sistema. Norma jurídica. Validade da norma jurídica. As fontes do Direito. Equidade e justiça. Técnica jurídica. Relações jurídicas. Intertemporalidade da Lei.

Objetivos:

Compreender o fenômeno jurídico a partir de uma perspectiva epistemológica, de modo a ter domínio conceitual das bases teóricas da Ciência Jurídica.

Bibliografia básica:

GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. **Introdução ao estudo do direito:** teoria geral do direito : Didática diferenciada. 5. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Método, 2017. 326 p. ISBN 9788530976323. (*) Observação: Esse título possui outras edições no acervo. 340 G216i 2017 / 5. ed. Ac.148

NADER, Paulo. **Introdução ao estudo do direito**. 39. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2017. 419 p.

MACIEL, J. F. R.; AGUIAR, R. **Manual de História do direito**. São Paulo: Saraiva, 2019. [E-book Saraiva Digital]

REALE, Miguel**. Lições preliminares de direito**. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2002. xxv, 391 p.

_____. **Horizontes do direito e da história**. 3. ed. rev. e aum. São Paulo: Saraiva, 2009. [E-book Saraiva Digital]

Bibliografia complementar:

ATIENZA, Manuel. **As razões do direito**: teoria da argumentação jurídica. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014. xi, 287 p.

BOBBIO, Norberto; MORRA, Nello. **O positivismo jurídico**: lições de filosofia do direito. São Paulo: Ícone, 2006. 239 p. (Elementos de direito).

CELLA, José Renato Gaziero. **Teoria tridimensional do direito de Miguel Reale**. CAMPO GRANDE: Juruá, 2001. 97 p.

CICCO, C. D**. História do direito e do pensamento jurídico**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. [E-book Saraiva Digital**]**

JAY, Martin. **A imaginação dialética**: história da escola de Frankfurt e do Instituto de Pesquisas Sociais 1923-1950. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008. 454 p.

KELSEN, Hans. **Teoria pura do direito.** 8. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015. xviii, 427 p. (Biblioteca jurídica WMF).

MACIEL, José Fábio Rodrigues; AGUIAR, Renan (Coord.). **História do direito**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. 336 p. (Coleção direito vivo). [E-book Saraiva Digital]

NUNES, R. **Manual de introdução ao estudo do direito**. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. [E-book Saraiva Digital]

PALMA, R. F. **História do direito**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. [E-book Saraiva Digital]

SIQUEIRA JUNIOR, Paulo Hamilton. **Teoria do direito.** 5. São Paulo Saraiva 2018 1 recurso online ISBN 9788553609192.

TÁVORA, F.; ARAÚJO, D. **Coleção Diplomata** - História Geral. São Paulo: Saraiva, 2016. [E-book Saraiva Digital]

WOLKMER, Antônio Carlos**. Introdução ao pensamento jurídico crítico**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. 324 p

Disciplina	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. E.****	CH.TOTAL	CH. EAD
FILOSOFIA GERAL	30				30	30

Ementa:

Mitologia e Filosofia. Filosofia pré-socrática: escolas Jônica, Pitagórica, Eleata e da Pluralidade. Filosofia clássica greco-romana: Sócrates, Platão, Aristóteles. Filosofia medieval. Idealismo e materialismo. Cristianismo. Estatismo maquiavélico. Jusnaturalismo renascentista. Empirismo e Contrato Social. Utilitarismo. Positivismo. Marxismo. Escola de Frankfurt. Filosofia moderna e contemporânea.

Conteúdo:

Para Que serve a Filosofia; Essência, Exigências, Objetivos, Finalidades, Instrumentos e sentido da Filosofia; O nascimento da Filosofia; Principais períodos da história da Filosofia; Temas centrais de reflexão filosófica; Saberes da Filosofia: método dialético e método analítico. Conceito de justiça: perspectiva mitológica, clássico-grego e sua evolução até a modernidade. O papel da Filosofia no século XXI.

Objetivos:

Desenvolver no estudante a capacidade de compreensão, apreensão, socialização e prática do Direito pensando filosoficamente.

Bibliografia básica:

BITTAR, Eduardo C. B.; ALMEIDA, Guilherme Assis de. **Curso de filosofia do direito**. 12. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2016. xxi, 864 p.

CASTILHO, Ricardo dos Santos. **Filosofia do Direito**. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2017. [E-book Saraiva Digital]

ISAIA, Cristiano Becker**. Processo civil e hermenêutica**: os fundamentos do novo CPC e a necessidade de se falar em uma filosofia no processo. CAMPO GARNDE: Juruá, 2017. 325 p.

REALE, Miguel. **Filosofia do direito**. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2002. xxviii, 708 p.

_____. REALE JUNIOR, Miguel. **Filosofia do Direito**. 20.ed. São Paulo: Saraiva, 2013. [E-book Saraiva Digital]

Bibliografia complementar:

ADEODATO, J.M. **Filosofia do direito** - uma crítica a verdade. São Paulo: Saraiva, 2019. [E-book Saraiva Digital]

BARROS, Alberto Ribeiro Gonçalves. BRITO, Ari Ricardo Tank. SIMOES, Bruno Costa. OLIVEIRA, Carlos Eduardo de. WERLE, Denilson Luis. **Manual de Filosofia Política**. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2018. [E-book Saraiva Digital]

BIANCHINI, Alice. FERRAJOLI, Luigi. GOMES, Luiz Flávio. Coleção Saberes críticos - A cultura jurídica e a filosofia analítica no século XX São Paulo: Saraiva, 2015. [E-book Saraiva Digital]

CASTILHO, Ricardo**. Filosofia do direito**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2016 336 p.

CHAUÍ, Marilena de Sousa. **Convite à filosofia**. 14. ed. São Paulo: Ática, 2014. 520 p.

MACEDO JÚNIOR, Ronaldo Porto (Coord.). **Curso de filosofia política**: do nascimento da filosofia a Kant. São Paulo: Atlas, 2008. 462 p.

ROCHA, José Manuel de Sacadura. **Fundamentos de filosofia do direito**: o jurídico e o político da antiguidade a nossos dias. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2014. xviii, 213 p. I

TOBIAS, José Antônio. **Filosofia do direito**. Leme: JHMizuno, 2013. 183 p.

Disciplina	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. E.****	CH.TOTAL	CH. EAD
METODOLOGIA DA PESQUISA	30				30	30

Ementa:

Introdução à pesquisa. Teoria e prática científica. Estrutura lógica do texto. Modalidades de trabalhos científicos. Métodos e técnicas de pesquisa. Elaboração de projetos de pesquisa. Artigos científicos. Trabalho de Conclusão de Curso. Revisão literária. A pesquisa científica em Direito. Padrão de formatação dos trabalhos acadêmicos.

Conteúdo:
O fenômeno jurídico como objeto de pesquisa. Conhecimento científico e pesquisa jurídica. Escolha do objeto de pesquisa e pesquisa diagnóstica, Bases de dados e instrumentos de pesquisa, . Pesquisa em grupo e interdisciplinar. Pesquisa e aporte teórico, . Tipos de trabalhos técnico-científico-jurídicos: tipos, estrutura e linguagem. Normalização de trabalho acadêmico-científico

Objetivo:

Propiciar ao discente o conhecimento necessário para elaboração de pesquisa científica.

Bibliografia básica:

BITTAR, Eduardo C. B. **Metodologia da pesquisa jurídica**. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. 334 p.

CERQUEIRA, Nelson; PAMPLONA FILHO, Rodolfo (Coord.). **Metodologia da pesquisa em direito e a filosofia**. São Paulo: Saraiva, 2011. 355 p.

NASCIMENTO, Edmundo Dantès. **Linguagem forense**: a língua portuguesa aplicada à linguagem do foro. 13. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2013. [E-book Saraiva Digital]

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 7. ed. São Paulo: Cortez, [2010]. 92 p.

Bibliografia complementar:

CHASSOT, Áttico Inácio. **A ciência através dos tempos**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2004. 280 p. (Coleção polêmica).

ECO, Umberto**. Como se faz uma tese**. 26. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016. 207 p. (Coleção Estudos ; 85).

FIGUEIREDO, Adriana. **Gramática comentada com interpretação de texto**. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2017. [E-book Saraiva Digital]

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica**: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. 182 p.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017. 346 p.

MONEBHURRUN, Nitish. **Manual de Metodologia Jurídica - Técnicas para argumentar em textos jurídicos**. São Paulo: Saraiva, 2015. [E-book Saraiva Digital]

PETRI, Maria José Constantino. **Manual de linguagem jurídica**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. [E-book Saraiva Digital]

RODRIGUES, José Rodrigo. **A Justificação Do Formalismo Jurídico** - Textos Em Debate - Série Direito Em Debate – Ddj. São Paulo: Saraiva, 2011. [E-book Saraiva Digital]

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed., rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2016 317 p.

Disciplina	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. E.****	CH.TOTAL	CH. EAD

DIREITO CIVIL: PARTE GERAL I	50	4	6		60	

Ementa:

Institutos de direito privado. Lei de introdução às normas do direito brasileiro. Direito civil constitucional. Codificação do Direito civil. Sujeitos da relação jurídica. Pessoa natural. Capacidade. Personalidade civil. Direitos da personalidade. Pessoa jurídica. Domicílio civil. Bens jurídicos. Fato jurídico. Negócio Jurídico. Planos de existência, validade e eficácia dos negócios jurídicos. Defeitos do negócio jurídico. Invalidade do negócio jurídico. Prova do negócio jurídico. Ato ilícito. Negócio jurídico processual. Prescrição e decadência. Aplicação da LGPD aos direitos da personalidade. Direitos da Personalidade na internet.

Conteúdo:

Constitucionalização do Direito Civil. Das pessoas. Pessoa natural: início e fim da personalidade. Direitos da personalidade (tema transversal – direitos humanos e constitucionais). Ausência. Pessoa Jurídica: sociedades, associações e fundações. Desconsideração da personalidade jurídica. Aplicação da LGPD aos direitos da personalidade. Direitos da Personalidade na internet. Bens. Classificação dos bens: Individualmente considerados e reciprocamente considerados. Fatos jurídicos: atos e negócios jurídicos. Negócio jurídico: existência, validade e eficácia. Atos ilícitos. Prescrição e decadência.

Objetivos:

Compreender o Direito Civil em seu contexto constitucional através de estudos sobre os conceitos de pessoas, bens e suas formas de relações por meio do negócio jurídico, assim como demonstrar os fenômenos da prescrição e da decadência como influências do tempo nas relações jurídicas.

Bibliografia básica:

GAGLIANO, P. S.; FILHO, R. P. **Manual de Direito Civil**. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2020. [E-book Saraiva Digital]

GOMES, Orlando**. Introdução ao direito civil**. 21. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Forense, 2016. 417 p.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro**: volume 1: Parte geral. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 569 p.

NERY, Rosa Maria Andrade; NERY JUNIOR, Nelson**. Instituições de direito civil**. volume I, Tomo I: Teoria geral do direito privado. São Paulo: Rev. dos Tribunais, 2015. xix, 747 p.

WALD, A. **Direito Civil**. São Paulo: Saraiva, 2015. [E-book Saraiva Digital]

Bibliografia complementar:

ASCENSÃO, J. D. O. **DIREITO CIVIL**: TEORIA GERAL 1. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. [E-book Saraiva Digital]

CARNACCHIONI, Daniel Eduardo. **Curso de direito civil**: parte geral : instituto fundamentais. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. xx, 965 p.

FACHIN, Luiz Edson. **Teoria crítica do direito civil**: à luz do novo Código Civil Brasileiro. 3. ed., rev. e atual. Rio de Janeiro: Renovar, 2012 403 p.

GAGLIANO, P. S.; FILHO, R. P. **Novo curso de direito civi**l - parte geral. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. [E-book Saraiva Digital]

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de direito civil**: volume 1 : Parte geral. 19. ed., rev. São Paulo: Saraiva, 2017. 584 p.

GONÇALVES, C. R. **Direito civil brasileiro**: volume 1: Parte geral. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 569 p. [E-book Saraiva Digital]

LÔBO, P. **Direito Civil** - Parte Geral. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2018[E-book Saraiva Digital]

MALUF, C. A. D.; MONTEIRO, W. de B. **Curso de Direito Civil**. São Paulo: Saraiva, 2015**.** [E-book Saraiva Digital]

NADER, Paulo. **Curso de direito civil**: volume 1: Parte geral. 10. ed., rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2016. 632 p.

TARTUCE, Flávio. Direito civil: volume 1 : **Lei de introdução e parte geral**. Rio de Janeiro: Forense, 2017. 605 p.

Disciplina	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. E.****	CH.TOTAL	CH. EAD
DIREITO PENAL I	50	4	6		60	

Ementa:

Conceito de Direito Penal. Direito Penal e Constituição. Evolução Histórica. Fontes. Norma jurídico-penal. Interpretação e integração da Lei Penal. Princípios. Teoria do delito. Classificação das infrações penais. Teoria da ação.

Conteúdo:

Introdução ao Direito Penal. Funções do Direito Penal. Divisões do Direito Penal. Evolução histórica. Escolas penais. Princípios de direito penal. Fontes e interpretação. Lei penal. Legalidade e anterioridade da lei penal. Aplicação da lei penal no tempo e no espaço. Teoria geral do crime. Classificação dos crimes. Crimes virtuais (introdução).

Objetivos:

Possibilitar a compreensão do fenômeno social do crime, habilitando o acadêmico a aplicar as normais penais a partir de seu respectivo processo, fomentando uma reflexão crítica e propositiva acerca das normas materiais e adjetivas de âmbito criminal, especificamente com relação a parte geral do direito penal.

Bibliografia básica:

BONFIM, Edilson Mougenot. **Direito penal parte geral**. São Paulo Saraiva 2004 1 recurso online ISBN 9788502144576.

CAPEZ, F. **Curso de direito penal.** 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. [E-book Saraiva Digital]

ESTEFAM, A. **Curso de Direito penal.** 7.ed. São Paulo: Saraiva, 2020. [E-book Saraiva Digital]

MIRABETE, Júlio Fabbrini; FABBRINI, Renato N**. Manual de direito penal**: volume 1 : **Parte geral**. 32. ed. rev, atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2016. 467 p.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Prisão, medidas alternativas e liberdade**: comentários à Lei 12.403/2011. 5. ed. rev., atual e ampl. São Paulo: Forense, 2017. 173 p.

THOMAZ, Paulo Amador. **Direito penal parte geral**. São Paulo Manole 2012 1 recurso online ISBN 9788520444511.

Bibliografia complementar:

BECCARIA, Cesare marchese di**,. Dos delitos e das penas**. 6. ed. Leme: Edijur, 2017. 125 p.

BITENCOURT, C. R. **Tratado de Direito Penal 1 Liv Dig - Tratado de Direito Penal 1 - Parte Geral** 23.ed. São Paulo: Saraiva, 2017. [E-book Saraiva Digital]

FREITAS, J. W. D.; SILVA, M. A. M. D. **CODIGO PROC PENAL COMENTADO**. São Paulo: Saraiva, 2012. [E-book Saraiva Digital]

GOMES, C. L. G. **Manual de criminologia**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2020. [E-book Saraiva Digital]

GRECO, Rogério. **Curso de direito penal:** volume 1 : Parte geral : Artigos 1º a 120 do Código Penal. 19. ed. rev., ampl. e atual. Niterói: Impetus, 2017. v.

JUNQUEIRA, Gustavo Octaviano Diniz. **Manual de direito penal**: parte geral. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. 775 p.

VARGAS, José Cirilo de. **Do tipo penal**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2014. 174 p.

Disciplina	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. E.****	CH.TOTAL	CH. EAD
ECONOMIA POLÍTICA	45				45	

Ementa:

Economia e Economia Política; Contexto histórico da Economia Política. Raízes e postulado das propostas clássicas, neoclássicas, marxista e keynesiana. Estado contemporâneo, globalização e economia nacional. Desenvolvimento Econômico e papel do Direito. Análise econômica do Direito. Tendências contemporâneas em Economia Política.

Conteúdo:

Economia Política e Direito: conceitos fundamentais. Propostas clássicas, neoclássicas, marxista e keynesiana: identificação e distinções. Estado Contemporâneo globalização e economia nacional: contextualização e relações com o Direito. Análise econômica do Direito frente às tendências contemporâneas

Objetivos:

Compreender as principais teorias econômicas na economia global e nacional e sua relação com a ciência jurídica.

Bibliografia básica:

COUTINHO, D. R. Direito e economia política na regulação de serviços públicos. São Paulo: Saraiva, 2014. [E-book Saraiva Digital]

GARCIA, Manuel Enriquez. VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval. **Fundamentos da Economia**. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2018. [E-book Saraiva Digital]

GONÇALVES, Reinaldo. **Economia política internacional fundamentos teóricos e as relações internacionais do Brasil**. 2. Rio de Janeiro GEN Atlas 2016 1 recurso online ISBN 9788595156210.

MARX, Karl. **O capital**: crítica a economia política. 11.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

Bibliografia complementar:

ACERDA, Antônio Corrêa de. **Economia brasileira.** 6. São Paulo Saraiva 2018 (e-book)

FARIA, José Eduardo. DDJ - Clássicos jurídicos - **Direito e economia na democratização brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2013. [E-book Saraiva Digital]

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. CONTE, Christiany Pegorari. **Economia Internacional**. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2017. **[**E-book Saraiva Digital]

FRIEDMAN, Milton. Capitalismo e liberdade. São Paulo: Nova Cultural, 1984. https://profalaor.eng.br/DOWNLOADS/BIBLIOTECALIBERAL/CAPITALISMO%20E%20LIBERDADE%20-%20Milton%20Friedman.pdf Acesso em 01 de abril de 2021.

KRONBERG, Helcio. **A livre circulação de capitais no Mercosul**: paraísos fiscais, planejamento fiscais, harmonização tributária, remessa de capitais e CC5, moeda única, banco central único, tribunal supranacional. São Paulo: Hemus, 2003.

PIRES, M. C.; PAULINO, L. A.; SOUZA, L. E. S. D. **Economia Política Internacional.** São Paulo: SARAIVA, 2014. **[**E-book Saraiva Digital]

ROBBINS, Lionel. **Importância da Ciência Econômica**. São Paulo: Saraiva, 2012. [E-book Saraiva Digital]

SAES, Alexandre Macchione. SAES, Flávio Azevedo Marques de. **História Economica Ge**ral. São Paulo: Saraiva, 2013. [E-book Saraiva Digital]

Disciplina	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. E.****	CH.TOTAL	CH. EAD
OFICINAS	20				20	20
Variável conforme orientação professor.						

	Disciplina	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. E.****	CH.TOTAL	CH. EAD
	OPTATIVA 1	60				60	60
	Ementa: variável. **Conteúdo:** variável. **Objetivo:** variável. **Bibliografia Básica e complementar:** variável.						
	Disciplina	**CH.T.***	**CH. P****	**CH. I*****	**CH. E.******	**CH.TOTAL**	**CH. EAD**
	ATIVIDADES COMPLEMENTARES	20				20	
	Não há						

2º Período

Sem. Carga horária 400h

	Disciplina	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. E.****	CH.TOTAL	CH. EAD
II SEMESTRE	FILOSOFIA DO DIREITO	60				60	

Ementa:

Filosofia e Direito. Ética, justiça e Direito. Racionalismo e ética kantiana. Sistema hegeliano. Dialética marxista. Jurisprudência dos conceitos. Pandectismo e escola da exegese. Escola analítica. Positivismo jurídico e normativismo. Crítica do Direito. Pós-positivismo. Direito e complexidade. Questões contemporâneas.

Conteúdo:

Filosofia e Direito. Ética, justiça e Direito. Racionalismo e ética kantiana. Sistema hegeliano. Dialética marxista. Jurisprudência dos conceitos. Pandectismo e escola da exegese. Escola analítica. Positivismo jurídico e normativismo. Crítica do Direito. Pós-positivismo. Direito e complexidade. Questões contemporâneas.

Objetivos:

Inserir o acadêmico no estudo e reflexão crítica do Direito. Problematizar a Filosofia do Direito como disciplina metateórica, reflexiva e heurística. Identificar a relação entre Filosofia e Direito. Conhecer o pensamento dos principais filósofos e sua influência na formação da Filosofia do Direito. Analisar as principais correntes filosóficas do Direito. Debater temas contemporâneos de Filosofia do Direito.

Bibliografia básica:

BITTAR, Eduardo C. B.; ALMEIDA, Guilherme Assis de. **Curso de filosofia do direito**. 12. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2016. xxi, 864 p.

CASTILHO, Ricardo dos Santos. **Filosofia do Direito**. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2017. [E-book Saraiva Digital]

INGRAM, David. **Filosofia do direito**: conceitos-chave em filosofia. Porto Alegre: Artmed, 2010. viii, 248 p. (Coleção Conceitos-chave em filosofia).

Bibliografia complementar:

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires**. Filosofando**: introdução à filosofia. 4. ed. São Paulo: Moderna, 2009. 479 p.

BARROS, Alberto Ribeiro Gonçalves. BRITO, Ari Ricardo Tank. SIMOES, Bruno Costa. OLIVEIRA, Carlos Eduardo de. WERLE, Denilson Luis. **Manual de Filosofia Política**. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2018. [E-book Saraiva Digital]

GUSMÃO, Paulo Dourado de. **Filosofia do direito**. 11. ed., rev. e anotada. Rio de Janeiro: Forense, 2015. 245 p.

NADER, Paulo**. Filosofia do direito/** Paulo Nader. 24. ed., rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2017. xviii, 379 p.

NUNES, Rizzatto**. Manual de filosofia do direito**. 6. ed., rev. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2015. 520 p.

ROCHA, José Manuel de Sacadura**. Fundamentos de filosofia do direito:** o jurídico e o político da antiguidade a nossos dias. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2014. xviii, 213 p.

Disciplina	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. E.****	CH.TOTAL	CH. EAD
SOCIOLOGIA JURÍDICA	30				30	30

Ementa:

Contexto social e ordem jurídica. Abordagens sociológicas do Direito. Dimensões sociais dos problemas jurídicos. Problemas sociológicos do Direito. Mudança social e Direito. Conflitos Sociais e Direito. Antropologia e cultura. Histórico de Antropologia Jurídica. Etnologia. Alteridade. Tolerância. Novos Atores. Movimentos Étnico-Culturais. História e Cultura Afro-brasileira

e Africana e Indígena. Universalidade dos direitos humanos. Patrimônio cultural. Perfil social dos profissionais do Direito: Magistratura, Ministério Público, Defensoria Pública, Advocacia, Polícia. Acesso à justiça. Tópicos de abordagem prática.

Conteúdo:

Formação e desenvolvimento da abordagem sociológica. O Contexto Social e a ordem jurídica. A dinâmica da mudança Social e o Direito. O Direito como produção e reprodução social. Cultura e constituição dos sujeitos. Etnologia e a diversidade étnico-cultural. Etnocentrismo e relativismo cultural. Direitos humanos e a questão do universalismo. Instituições e normas sociais do ponto de vista das diferentes culturas. Olhar antropológico da cultura jurídica.

Objetivos:

Oportunizar a reflexão acerca da necessária relação entre Direito e Sociedade, de modo que possibilite a apreensão do fenômeno jurídico como um produto social por excelência. Possibilitar a compreensão e o respeito à alteridade, fomentando uma reflexão crítica com potencial transformador.

Bibliografia básica:

ASSIS, Olney Queiroz; KÜMPEL, Vitor Frederico. **Manual de antropologia jurídica**. São Paulo: Saraiva, 2011. 277 p.

IAMUNDO, E. **SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA DO DIREITO.** São Paulo: Saraiva, 2013. [E-book Saraiva Digital]

MARCONI, Marina de Andrade; PRESOTTO, Zelia Maria Neves. **Antropologia**: uma introdução. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017. 331 p.

PALMA, R. F. **Antropologia jurídica**. São Paulo: Saraiva, 2018. [E-book Saraiva Digital.

PINSKY, Jaime**. As primeiras civilizações**: Jaime Pinsky. São Paulo: Contexto, 2001. 125 p.

Bibliografia complementar:

ASSIS, O. Q.; KÜMPEL, V. F. **Manual de antropologia jurídica**. São Paulo: Saraiva, 2011. [E-book Saraiva Digital]

CAVALIERI FILHO, Sérgio. **Programa de sociologia jurídica**: Sérgio Cavalieri Filho. 14. ed., rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2015. 294 p.

CARNIO, H.G. **Direito e Antropologia**. São Paulo: Saraiva, 2013. [E-book Saraiva Digital]

LEMOS FILHO, Arnaldo (Org.) et al. **Sociologia geral e do direito**. 4. ed. Campinas: Alínea, 2009. 415 p.

LTDA, I. C. E. P. Sociologia do Direito. São Paulo: Saraiva, 2017. [E-book Saraiva Digital]

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. **Acesso à justiça**: condicionantes legítimas e ilegítimas. 2. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015. 512 p.

ROCHA, José Manuel de Sacadura. **Sociologia geral e jurídica**: fundamentos e fronteiras. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2015. xxv, 227 p.

SABADELL, Ana Lucia. **Manual de sociologia jurídica**: introdução a uma leitura externa do direito. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017. 284 p.

SPAGNOL, A.S. DIREITO VIVO - **Sociologia jurídica**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. . [E-book Saraiva Digital]

Disciplina	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. E.****	CH.TOTAL	CH. EAD
CIÊNCIA POLÍTICA E TEORIA DO ESTADO	45				45	

Ementa:

Premissas epistemológicas e metodológicas. Poder e política. Ideologia. Pensamento político. Formas de Estado. Elementos do Estado. Regimes Políticos. Formas de Governo. Sistemas de Governo. Formação política brasileira. Políticas Públicas no Brasil. Estado, globalização e interdependência. Tendências hodiernas: o estado de bem-estar ambiental e o Estado de bem viver.

Conteúdo:

Poder, política e ideologia. As relações entre pensamento político e as evoluções do Estado. Teoria do Estado. Formação política brasileira e Políticas Públicas no Brasil. Tendências hodiernas.

Objetivos:

Compreender o exercício do poder na sociedade política, as evoluções do pensamento político e das formas de Estado. Analisar criticamente a formação política e as políticas públicas no Brasil.

Bibliografia básica:

BONAVIDES, Paulo**. Ciência política**. 24. ed. São Paulo: Malheiros, 2017. 550 p.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de teoria geral do Estado**. 33. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. 304 p.

FRIEDE, Roy Reis. **Ciência política e teoria geral do estado**: incluindo 54 diagramas explicativos. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011. 151 p. (Curso Resumido).

MALUF, Sahid. **Teoria Geral do Estado**. 35.ed. São Paulo: Saraiva, 2019. [E-book Saraiva Digital]

REALE, Miguel. **Teoria do direito e do estado**. 5. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2013. [E-book Saraiva Digital]

Bibliografia complementar:

ANJOS FILHO, Rogério Nunes. **Direito ao Desenvolvimento**. São Paulo: Saraiva, 2013. [E-book Saraiva Digital]

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 13. ed., rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2017. lxvii, 403 p.

DE CICCO, Claudio; GONZAGA, Alvaro de Azevedo. **Teoria geral do Estado e ciência política**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008. 240 p.

MARIOTTI, Alexandre. **Teoria do estado**. Porto Alegre: Síntese, 1999. 101 p.

PAULA, Jônatas Luiz Moreira de. **Ciência política: teoria e justiça.** Leme: J. H. Mizuno, 2007 536 p.

REALE, Miguel. **Teoria do direito e do estado**. 5. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2000. xxiii, 393 p.

REALE JUNIOR, Miguel. **Política e Direito** 1. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2006. [E-book Saraiva Digital]

_____. **Filosofia e Teoria política**. São Paulo: Saraiva, 2003. [E-book Saraiva Digital]

Bibliografia do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos – Presidência da República

A participação das mulheres negras no espaço de poder. Disponível em: https://www.mdh.gov.br/biblioteca/igualdade-racial/a-participacao-das-mulheres-negras-nos-espacos-de-poder/view

Disciplina	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. E.****	CH.TOTAL	CH. EAD
TEORIA DA CONSTITUIÇÃO E DIREITOS FUNDAMENTAIS	26		4		30	

Ementa:

Premissas epistemológicas e metodológicas. Teoria da Constituição. Constitucionalismo: clássico, social e contemporâneo. Constituição: definições, tipologia e elementos. A força normativa da Constituição e a constitucionalização do Direito. Constituição e a nova ordem mundial: soberania, cidadania e internacionalização. Novas tendências: neoconstitucionalismo, transconstitucionalismo e "novo" constitucionalismo latino-americano Direitos e garantias fundamentais. Eficácia dos direitos fundamentais. Direitos fundamentais e reforma da Constituição. Direitos fundamentais na Constituição de 1988.

Conteúdo:

Teoria da Constituição, constitucionalismo e movimentos constitucionais. Constituição. A constitucionalização do Direito. Tendências contemporâneas. Teoria dos Direitos e Garantias Fundamentais. Direitos Fundamentais em Espécie. Garantias Constitucionais.

Objetivos:

Compreender a distinção entre Doutrina do Direito Constitucional, Teoria da Constituição e metódica constitucional e oferecer subsídios teóricos para a análise crítica das relações entre Constituição e fatores reais de poder, ao fim de fortalecer a defesa da força normativa da Constituição. Compreender a estrutura dos direitos e garantias constitucionais e da sua operacionalidade no sistema constitucional brasileiro, de modo a se capacitar para realizar uma aproximação crítica e criativa sobre a matéria, reforçando o compromisso ético-jurídico com a eficácia e a efetividade dos direitos humanos e fundamentais.

Bibliografia básica:

BARROSO, Luís Roberto. **Curso de direito constitucional contemporâneo:** os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. 661 p.

CANOTILHO, J. J. Gomes. **Direito constitucional e teoria da constituição.** 7. ed. Coimbra: Almedina, 2003. 1522 p.

CORREIA, E. P. B. **Direitos Fundamentais Sociais**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2015. [E-book Saraiva Digital]

MIRANDA, Jorge. **Teoria do estado e da constituição**. 4. ed., rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2015. xix, 531 p.

PINHO, R.C.R. **Teoria geral da constituição e direitos fundamentais.** 18. Ed. São Paulo: Saraiva, 2020. [E-book Saraiva Digital]

Bibliografia complementar:

ABADE, D. N. **Direitos Fundamentais E Cooperação Jurídica Internacional**. São Paulo: Saraiva, 2013. [E-book Saraiva Digital]

CUNHA, Sérgio Sérvulo da. **Fundamentos de direito constitucional**: constituição, lipologia constitucional, fisiologia constitucional. São Paulo: Saraiva, 2004 475 p.

DEL NEGRI, André**. Teoria da constituição e direito constitucional**. 2. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2016. xxiv, 512 p.

FILHO, M. G. F. **Lições de Direito Constitucional.** São Paulo: Saraiva, 2017. [E-book Saraiva Digital]

PUCCINELLI JÚNIOR, A. **Curso de Direito Constitucional.** 5.ed São Paulo: Saraiva, 2015. [E-book Saraiva Digital]

SAMPAIO, José Adércio Leite. **Direitos fundamentais**: retórica e historicidade. 2. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2010 435 p.

SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel Francisco**. Curso de direito constitucional**. 6. ed., rev. e atual., São Paulo: Saraiva, 2017. [E-book Saraiva Digital]

SILVA, Paulo Napoleão Nogueira da. **Curso de direito constitucional.** 3. ed., rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2003 vii, 665 p.

VALE, A.R.de. **Estrutura das normas de direitos fundamentais - repensando a distinção entre regras, princípios e valores.** São Paulo: Saraiva, 2009. [E-book Saraiva Digital]

Disciplina	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. E.****	CH.TOTAL	CH. EAD

DIREITO CIVIL: OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE CIVIL	56	4			60	

Ementa:

Introdução ao direito das obrigações. Direitos obrigacionais e direitos reais. Figuras híbridas. Conceitos. Elementos constitutivos. Fontes. Distinção entre obrigação e responsabilidade. Modalidades das obrigações. Obrigações de dar. Obrigações de fazer. Obrigações de não fazer. Obrigações alternativas. Obrigações divisíveis e indivisíveis. Obrigações solidárias. Transmissão das obrigações. Adimplemento e extinção das obrigações. Inadimplemento das obrigações. Obrigações contratadas na internet. Termos de Compromissos. Estrutura e funções da responsabilidade civil. Dano material e dano moral. Culpa e responsabilidade subjetiva. Risco e Responsabilidade objetiva. Nexo causal. Excludentes de responsabilidade civil. Responsabilidade Civil por ato de terceiro. LGPD aplicada as obrigações.

Conteúdo:

Introdução ao direito das obrigações. Direitos obrigacionais e direitos reais. Figuras híbridas. Conceitos. Elementos constitutivos. Fontes. Distinção entre obrigação e responsabilidade. Modalidades das obrigações. Obrigações de dar. Obrigações de fazer. Obrigações de não fazer. Obrigações alternativas. Obrigações divisíveis e indivisíveis. Obrigações solidárias. Transmissão das obrigações. Adimplemento e extinção das obrigações. Inadimplemento das obrigações. Obrigações contratadas na internet. Termos de Compromissos. Estrutura e funções da responsabilidade civil. Dano material e dano moral. Culpa e responsabilidade subjetiva. Risco e Responsabilidade objetiva. Nexo causal. Excludentes de responsabilidade civil. Responsabilidade Civil por ato de terceiro. LGPD aplicada as obrigações.

Objetivos:

Proporcionar o estudo do direito obrigacional e da responsabilidade civil e seus efeitos, de forma a possibilitar a sua compreensão e aplicação no campo do direito civil, em seus aspectos teóricos e práticos.

Bibliografia básica:

GAGLIANO, P. S.; FILHO, R. P. Manual de Direito Civil. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2020. [E-book Saraiva Digital]

NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. **Código civil comentado**. 12. ed., rev., ampl. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017. 2832 p.

NERY, Rosa Maria Andrade; NERY JUNIOR, Nelson**. Instituições de direito civil**. volume II: Direito das obrigações. São Paulo: Rev. dos Tribunais, 2015. xix, 537 p.

OLIVEIRA, J. M. Leoni Lopes de. **Curso de direito civil**: volume II : Direito das obrigações e atos unilaterais. São Paulo: Atlas, 2015. 931 p.

TARTUCE, Flávio. **Direito civil:** volume 2: Direito das obrigações e responsabilidade civil. Rio de Janeiro: Forense, 2017. 624 p.

WALD, A. Direito Civil. São Paulo: Saraiva, 2015. [E-book Saraiva Digital]

Bibliografia complementar:

AZEVEDO, Fábio de Oliveira. **Direito civil**: introdução e teoria geral. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2011. xxv, 522 p.

CARNACCHIONI, Daniel Eduardo. **Curso de direito civil**: instituto fundamentais : teoria geral das obrigações. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. xiv, 543 p.

GAGLIANO, P. S.; FILHO, R. M. V. P. **Novo Curso de Direito Civil - Obrigações.** 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. [E-book Saraiva Digital]

GONÇALVES, C. R. **Direito das Obrigações.** 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. [E-book Saraiva Digital]

LISBOA, R. S. **MANUAL DE DIREITO CIVIL - VOLUME 2 - OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE CIVIL.** 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. [E-book Saraiva Digital]

PAULA, Fernanda Pessoa Chuahy de; MENEZES, Iure Pedroza; CAMPELLO, Nalva Cristina Barbosa (Coord**.). Direito das obrigações**: reflexões no direito material e processual. São Paulo: Método, 2012 xxx, 588 p.

RIZZARDO, Arnaldo. **Direito das obrigações**. 8. ed., rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2015. xxvi, 621 p.

TEPEDINO, Gustavo (Coord.). **Obrigações:** estudos na perspectiva civil-constitucional. Rio de Janeiro: Renovar, 2005 562 p.

Disciplina	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. E.****	CH.TOTAL	CH. EAD
DIREITO PENAL II	56	4			60	

Ementa:

Tipicidade Objetiva. Tipicidade Subjetiva. Nexo de causalidade. Delitos omissivos. Tipos de realização imperfeita. Consumação e tentativa. Desistência voluntária e arrependimento eficaz. Arrependimento posterior. Crime impossível. Agravação pelo resultado. Erro de tipo. Delitos Omissivos. Tipos de realização imperfeita. Antijuridicidade. Estado de necessidade. Legítima defesa. Estrito cumprimento do dever legal. Exercício regular de direito. Excesso. Culpabilidade. Imputabilidade penal. Concurso de pessoas. Autoria e participação.

Conteúdo:

Tipicidade Objetiva. Tipicidade Subjetiva. Nexo de causalidade. Delitos omissivos. Tipos de realização imperfeita. Consumação e tentativa. Desistência voluntária e arrependimento eficaz. Arrependimento posterior. Crime impossível. Agravação pelo resultado. Erro de tipo. Delitos Omissivos. Tipos de realização imperfeita. Antijuridicidade. Estado de necessidade. Legítima defesa. Estrito cumprimento do dever legal. Exercício regular de direito. Excesso. Culpabilidade. Imputabilidade penal. Concurso de pessoas. Autoria e participação.

Objetivos:

Possibilitar a compreensão do fenômeno social do crime, habilitando o acadêmico a aplicar as normais penais a partir de seu respectivo processo, fomentando uma reflexão crítica e propositiva acerca das normas materiais e adjetivas de âmbito criminal, especificamente com relação a parte geral do direito penal.

Bibliografia básica:

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal**: volume 1 : Parte geral. 23. ed., rev., ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 2017. 992 p.

ESTEFAM, A. **Curso de Direito penal 2 - parte especial.** 7.ed. São Paulo: Saraiva, 2020. [E-book Saraiva Digital]

MIRABETE, Júlio Fabbrini; FABBRINI, Renato N. **Manual de direito penal**: volume 2 : Parte especial. 28. ed., rev e atual. São Paulo: Atlas, 2016. 542 p.

SUMARIVA, Paulo. **Direito Penal**: parte geral: Questões comentadas e quadros sinóticos. Niterói: Impetus, 2016. . 341.5 S955d 2016 Ac.91

Bibliografia complementar:

BITENCOURT, C. R. **Tratado de Direito Penal – parte especial** 26.ed. São Paulo: Saraiva, 2020. [E-book Saraiva Digital]

BONFIM, Edilson Mougenot; CAPEZ, Fernando. **Direito penal**: parte geral. São Paulo: Saraiva, 2010.

FREITAS, J. W. D.; SILVA, M. A. M. D. **CODIGO PROC PENAL COMENTADO**. São Paulo: Saraiva, 2012. [E-book Saraiva Digital]

GALVÃO, Fernando. **Direito penal:** parte geral. 9. ed. Belo Horizonte: DPlácido, 2017 1199 p.

GONÇALVES, V.E.R. **Curso de direito penal**. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2019. [E-book Saraiva Digital]

GRECO, Rogério. **Curso de direito penal**: volume 1 : Parte geral : Artigos 1º a 120 do Código Penal. 19. ed. rev., ampl. e atual. Niterói: Impetus, 2017. v.

JOPPERT, Alexandre Couto. **Fundamentos de direito penal**: aplicação da lei penal, teoria geral do crime, concurso de agentes. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008. xvi, 354 p.

JUNQUEIRA, G. O. D.; VANZOLINI, P. **Manual de direito penal:** parte geral. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. [E-book Saraiva Digital]

OTTINI, P. C.; MENDES, G. F.; PACELLI, E. **DIREITO PENAL CONTEMPORÂNEO.** São Paulo: Saraiva, 2011. [E-book Saraiva Digital].

SILVA, César Dario Mariano da**. Manual de direito penal**: volume 1 : Parte geral : artigos 1º a 120. 12. ed., rev. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2017. 517 p.

Disciplina	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. E.****	CH.TOTAL	CH. EAD
OPTATIVA 2	30				30	30

Ementa: variável.

Conteúdo: variável.

Objetivo: variável.

Bibliografia Básica e complementar: variável.

Disciplina	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. E.****	CH.TOTAL	CH. EAD

	OFICINAS	20				20	20
	Variável conforme orientação professor.						
	Disciplina	**CH.T.***	**CH. P****	**CH. I*****	**CH. E.******	**CH.TOTAL**	**CH. EAD**
	ATIVIDADES DE CULTURA E EXTENSÃO	45				45	

Ementa:

A extensão universitária deverá ser desenvolvida sob a forma de Programa, Projeto, Evento, Prestação de Serviço, Curso ou Oficina visando:

1. integrar o ensino e a pesquisa com as demandas sociais, buscando o comprometimento da comunidade universitária, bem como contribuir na formação integral discente, estimulando sua formação para a cidadania crítica e responsável;
2. socializar o conhecimento acadêmico por meio de diálogo construtivo e transformador com os demais setores da sociedade brasileira e internacional, respeitando e promovendo a interculturalidade e a participação efetiva da sociedade na vida da Faculdade;
3. incentivar na prática acadêmica o desenvolvimento da consciência social e política, bem como a reflexão ética quanto à dimensão social do ensino e da pesquisa, formando profissionais cidadãos e cidadãs;
4. participar criticamente de propostas que objetivem o desenvolvimento regional, econômico, social e cultural que expressem o compromisso social da Faculdade Pan-Americana de Administração e Direito; e
5. contribuir para o aperfeiçoamento, a reformulação e a implementação de concepções e práticas curriculares da Faculdade Pan-Americana de Administração e Direito para a sistematização do conhecimento produzido.

.**Conteúdo:**

Não há.

Objetivo:

Proporcionar ao discente formação complementar com atuação pontual na sociedade, de modo a contribuir para a formação integral de cidadãos, por meio da produção e difusão do conhecimento.

Bibliografia Básica:

Bibliografia de acordo com as unidades curriculares desenvolvidas neste semestre e/ou a natureza das atividades extensionistas.

Bibliografia Complementar:

Bibliografia de acordo com as unidades curriculares desenvolvidas neste semestre e/ou a natureza das atividades extensionistas.

Disciplina	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. E.****	CH.TOTAL	CH. EAD
ATIVIDADES COMPLEMENTARES	20				20	
Não há						

3º Período

Sem. Carga horária 400h

	Disciplina	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. E.****	CH.TOTAL	CH. EAD
III SEMESTRE	LINGUAGEM JURÍDICA	48	6		6	60	12

Ementa:

Comunicação jurídica. Vocabulário jurídico. Língua e linguagem. Norma culta e norma coloquial. Conotação e denotação. Polissemia, homonímia, paronímia. Funções da linguagem. Elementos constitutivos do texto. Figuras de linguagem. Vícios de linguagem. Concordância. Regência. Colocação. Revisão gramatical. Brocardos jurídicos. Prática de redação jurídica. Dimensões da linguagem jurídica. Funções da linguagem jurídica. Semiologia jurídica. Oratória. Prática de redação jurídica.

Conteúdo:

A linguagem jurídica em suas dimensionalidades no jusnaturalismo, no historicismo, no sociologismo normativo, no culturalismo e no dialeticismo. O paradigma da semiótica e da semiologia na construção do discurso jurídico. Teorias semióticas. Os fundamentos das funções da linguagem para o desenvolvimento da argumentação jurídica. A argumentação no Direito e construções teóricas fundamentais. Dimensões teóricas das técnicas de argumentação no discurso jurídico de conhecimento. Linguagem argumentativa do Direito e sua concepção relacional com a segurança jurídica e justiça

Objetivos:

Proporcionar a compreensão da linguagem e da argumentação jurídicas como recursos de formação da habilidade argumentativa para efeito de construção de atos e decisões jurídicas de convencimento.

Bibliografia básica:

DAMIÃO, Regina Toledo; HENRIQUES, Antonio. **Curso de português jurídico**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2015. 274 p.

NASCIMENTO, Edmundo Dantès. **Linguagem forense**: a língua portuguesa aplicada à linguagem do foro. 13. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2013. 384 p.

_____. **Linguagem forense**: a língua portuguesa aplicada à linguagem do foro. 13. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2013. 384 p. [E-book Saraiva Digital]

PETRI, Maria José Constantino. Manual de linguagem jurídica. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. 250 p.

Bibliografia complementar:

_____. **Redação de artigos científicos**: métodos de realização, seleção de periódicos, publicação. São Paulo: Atlas, 2017. 288 p.

ACQUAVIVA, Marcus Cláudio**. Redação forense**. São Paulo: Rideel, 2009 286 p. (Série prática jurídica).

FIGUEIREDO, Adriana. **Gramática comentada com interpretação de texto**. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2017. [E-book Saraiva Digital]

GOLD, Miriam; SEGAL, Marcelo. **Português instrumental para cursos de direito**: como elaborar textos jurídicos. São Paulo: Pearson, 2008. 201 p.

MEDEIROS, João Boasco; TOMASI, Carolina**. Português forense**: língua portuguesa para curso de direito. 8. ed., rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2016. 499 p. . 340.014 M488p 2016 / 8. ed. Ac.47

MONEBHURRUN, Nitish. **Manual de Metodologia Jurídica - Técnicas para argumentar em textos jurídicos**. São Paulo: Saraiva, 2015. [E-book Saraiva Digital]

OLIVEIRA, Angélica Soares. OLIVEIRA, Gabriela Brandão Arrouk de. LEGAL DESIGN E VISUAL LAW: NOVAS TECNOLOGIAS E O CONTEXTO ATUAL *in* Inteligência artificial e tecnologias aplicadas ao direito III [Recurso eletrônico on-line] organização Congresso Internacional de Direito e Inteligência Artificial: Skema Business School – Belo Horizonte disponível em **http://conpedi.danilolr.info/publicacoes/x2c7701f/psi795lv/NBsy21DIHJ6n2uN6.pdf** Acesso em 01 de abril de 2021.

PETRI, Maria José Constantino. **Manual de linguagem jurídica**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. 250 p. [E-book Saraiva Digital]

RODRIGUES, José Rodrigo. **A Justificação Do Formalismo Jurídico** - Textos Em Debate - Série Direito Em Debate – Ddj. São Paulo: Saraiva, 2011. [E-book Saraiva Digital]

SABBAG, Eduardo. **Manual de português jurídico**. Saraiva Educação SA, 2016 (e-book).

SILVA, De Plácido e; SLAIBI FILHO, Nagib; GOMES, Priscila Pereira Vasques. **Vocabulário jurídico.** 32. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016. xiii, 1514 p.

Disciplina	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. E.****	CH.TOTAL	CH. EAD
ANTROPOLOGIA JURÍDICA	30				30	30

Ementa:

Introdução à antropologia. Teorias antropológicas. Cultura e política. Direito e diversidade. Categorias antropológicas do direito. Violência, poder e Direito. Ação jurídica. Direitos humanos. Novos direitos.

Conteúdo:

Formação e desenvolvimento da abordagem sociológica. O Contexto Social e a ordem jurídica. A dinâmica da mudança Social e o Direito. O Direito como produção e reprodução social. Cultura e constituição dos sujeitos. Etnologia e a diversidade étnico-cultural. Etnocentrismo e relativismo cultural. Direitos humanos e a questão do universalismo. Instituições e normas sociais do ponto de vista das diferentes culturas. Olhar antropológico da cultura jurídica.

Objetivos:

Oportunizar a reflexão acerca da necessária relação entre Direito e Sociedade, de modo que possibilite a apreensão do fenômeno jurídico como um produto social por excelência. Possibilitar a compreensão e o respeito à alteridade, fomentando uma reflexão crítica com potencial transformador.

Bibliografia básica:

ASSIS, Olney Queiroz; KÜMPEL, Vitor Frederico. **Manual de antropologia jurídica**. São Paulo: Saraiva, 2011. 277 p.

_____. **Manual de antropologia jurídica**. São Paulo: Saraiva, 2011. [E-book Saraiva Digital]

MARCONI, Marina de Andrade; PRESOTTO, Zelia Maria Neves. **Antropologia**: uma introdução. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017. 331 p.

CARNIO, H.G. **Direito e Antropologia**. São Paulo: Saraiva, 2013. [E-book Saraiva Digital]

LTDA, I. C. E. P. Sociologia do Direito. São Paulo: Saraiva, 2017. [E-book Saraiva Digital]

SPAGNOL, A.S. DIREITO VIVO - **Sociologia jurídica**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. . [E-book Saraiva Digital]

PINSKY, Jaime. **As primeiras civilizações:** Jaime Pinsky. São Paulo: Contexto, 2001. 125 p.

Bibliografia complementar:

ASSIS, Olney Queiroz; KÜMPEL, Vitor Frederico. **Manual De Antropologia Jurídica**, 1ª EDIÇÃO. Editora Saraiva (e-book)

CARNIO, H.G. **Direito e Antropologia**. São Paulo: Saraiva, 2013. [E-book Saraiva Digital]

CAVALIERI FILHO, Sérgio. **Programa de sociologia jurídica**: Sérgio Cavalieri Filho. 14. ed., rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2015. 294 p.

LEMOS FILHO, Arnaldo (Org.) et al. **Sociologia geral e do direito**. 4. ed. Campinas: Alínea, 2009. 415 p.

LTDA, I. C. E. P. Sociologia do Direito. São Paulo: Saraiva, 2017. [E-book Saraiva Digital]

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. **Acesso à justiça**: condicionantes legítimas e ilegítimas. 2. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015. 512 p.

ROCHA, José Manuel de Sacadura. **Sociologia geral e jurídica**: fundamentos e fronteiras. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2015. xxv, 227 p.

SABADELL, Ana Lucia. **Manual de sociologia jurídica**: introdução a uma leitura externa do direito. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017. 284 p.

SPAGNOL, A.S. DIREITO VIVO - **Sociologia jurídica**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. . [E-book Saraiva Digital]

Bibliografia do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos – Presidência da República

Caderno de Artigos Infância, Adolescência, juventudes e famílias – desafios contemporâneos. Disponível em: https://www.mdh.gov.br/biblioteca/crianca-e-adolescente/caderno-de-artigos-infancias-adolescencias-juventudes-e-familias-2013-desafios-contemporaneos-_-ca-14-caderno-de-artigos.pdf/view

Mulheres negras contam a sua história. Disponível em: https://www.mdh.gov.br/biblioteca/igualdade-racial/livro-mulheres-negras-contam-sua-historia/view

Igualdade racial no Brasil – reflexões no Ano Internacional dos Afrodescendentes. Disponível em: https://www.mdh.gov.br/biblioteca/igualdade-racial/igualdade-racial-no-brasil-reflexoes-no-ano-internacional-dos-afrodescendentes/view

Cartilha Eu defendo o direito das pessoas com deficiência. Disponível em: https://www.mdh.gov.br/biblioteca/pessoa-com-deficiencia/cartilha-eu-defendo-os-direitos-da-pessoa-com-deficiencia/view

Disciplina	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. E.****	CH.TOTAL	CH. EAD
TEORIA GERAL DO PROCESSO	40	5			45	

Ementa:

Direito material e direito processual. Perfil histórico do direito processual. Fontes do direito processual. Direito de ação e direito de defesa. Resolução de conflitos. Monopólio estatal da coerção. Jurisdição. Competência. Processo. Procedimento. Teorias da ação. Condições e elementos da ação. Mediação, arbitragem, conciliação. Organização do Poder Judiciário. Funções essenciais à justiça. Princípios constitucionais do processo. Instrumentalidade processual. Interpretação das normas processuais. Antinomias no direito processual. Processo e linguagem.

Conteúdo:

Propedêutica: Conflito de interesses. Evolução histórica do processo. Relação Processual. Princípios fundamentais: processo e Constituição. Jurisdição e Competência. Ação e Exceção: condições e elementos da ação, exceções materiais e processuais. Processo e Procedimento: conceito e distinção, sujeitos do processo, pluralidades de partes e intervenção de terceiros. Atos e invalidades processuais: tempo, lugar e comunicações dos atos processuais, invalidades processuais. Organização do Poder Judiciário. Funções essenciais à justiça. Mediação, arbitragem, conciliação. Organização do Poder Judiciário. Funções essenciais à justiça.

Objetivos:

Proporcionar ao aluno a compreensão dos institutos básicos e fundamentais do direito processual e sua relação com os demais ramos do direito, possibilitando uma visão crítica dos paradigmas teóricos e práticos vigentes em relação ao direito processual.

Bibliografia básica:

BONÍCIO, M**. Princípios Do Processo No Novo Código De Processo Civil**. São Paulo: Saraiva, 2016. [E-book Saraiva Digital]

CÂMARA, Alexandre Freitas. **O novo processo civil brasileiro**. 3. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2017. 569 p.

LIMA, Fernando Antônio Negreiros. **Teoria geral do processo judicial**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015. 818 p.

MATOS, C.E.F. **Processo Civil.** 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. [E-book Saraiva Digital]

NERY JUNIOR, Nelson. **Princípios do processo na constituição federal**. 12. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. 464 p.

Bibliografia complementar:

ALVIM, E.A; LEITE, G.S. STRECK, L.L. H**ermenêutica e Jurisprudência No Novo Código de Processo Civi**l. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2018. [E-book Saraiva Digital]

DIAS, Iberê de Castro. **Teoria geral do processo civil:** . 2. ed. São Paulo: Millenni, 2004. 413 p.

DINAMARCO, Cândido R.; LOPES, Bruno Vasconcelos Carrilho. **Teoria geral do novo processo civil.** 2. ed., rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2017. 263 p.

FREIRE, A. R. S.; NUNES, D. J. C.; STRECK, L. L.; CUNHA, L. J. R. C. B. **Comentários ao Código de Processo Civil.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. [E-book Saraiva Digital]

MEDINA, Paulo Roberto de Gouvêa. **Teoria geral do processo**. Belo Horizonte: Del Rey, 2012 338 p.

MONTENEGRO FILHO, Misael. **Curso de direito processual civil**. 12. ed. reformulada. São Paulo: Atlas, 2016. 1145 p.

TESHEINER, J. M. R.; THAMAY, R. F. K. **Teoria geral do processo.** 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. [E-book Saraiva Digital]

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil:** volume 1 : Teoria geral do direito processual civil ; Processo do conhecimento ; Procedimento comum. 58. ed., rev., atual e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2017. xxxiv, 1256 p.

Disciplina	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. E.****	CH.TOTAL	CH. EAD
DIREITO CONSTITUCIONAL I	56		4		60	

Ementa:

Premissas epistemológicas e metodológicas. Direito Constitucional. Poder Constituinte. Teoria das Normas Constitucionais. Interpretação Constitucional. A história constitucional no Brasil. Revisão dos Direitos fundamentais. Direitos sociais. Direitos de nacionalidade e regime jurídico do estrangeiro. Direitos políticos. Organização do Estado. Organização dos Poderes. Defesa do estado e das instituições democráticas.

Conteúdo:

O Direito Constitucional. Poder Constituinte. Teoria das Normas Constitucionais. Interpretação Constitucional. A História Constitucional do Brasil. Transformação do direito constitucional contemporâneo. Principais correntes. Neoconstitucionalismo: marcos histórico, filosófico e teórico. Revisão dos direitos fundamentais. Direitos sociais. Expansão da jurisdição constitucional. Constitucionalização do direito internacional e brasileiro. Judicialização das políticas públicas. Ativismo judicial. Proporcionalidade e Razoabilidade.

Objetivos:

Compreender o Direito Constitucional e a sua especificidade científica: a defesa da força normativa da Constituição e da sua supremacia. Desenvolver o raciocínio jurídico a partir da dimensão constitucional e de seus valores. Conhecer a experiência constitucional brasileira, compreender a expansão da jurisdição constitucional e refletir sobre a função social dos intérpretes da Constituição na salvaguarda da democracia constitucional e dos direitos fundamentais.

Bibliografia básica:

CANOTILHO, J. J. Gomes**. Direito constitucional e teoria da constituição**. 7. ed. Coimbra: Almedina, 2003. 1522 p.

LENZA, Pedro. **Direito constitucional esquematizado**. 21. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2017. 1525 p. (Coleção Esquematizado).

PINHO, R.C.R. **Teoria geral da constituição e direitos fundamentais.** 18. Ed. São Paulo: Saraiva, 2020. [E-book Saraiva Digital]

SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel Francisco. **Curso de direito constitucional.** 6. ed., rev. e atual.,. São Paulo: Saraiva, 2017. 1471 p.

Bibliografia complementar:

BARROS, L**. O controle de constitucionalidade no direito brasileiro**. 8.ED. São Paulo: Saraiva, 2019. [E-book Saraiva Digital]

BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional.** 32. ed., atual. São Paulo: Malheiros, 2017. 864 p.

FILHO, M. G. F. **ASPECTOS DO DIREITO CONSTITUCIONAL CONTEMPORÂNEO.** 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. [E-book Saraiva Digital]

LENZA, Pedro. **Direito constitucional esquematizado**. 21. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2017. 1525 p. (Coleção Esquematizado). [E-book Saraiva Digital]

MACHADO, Carlos Augusto Alcântara. **Direito constitucional**: volume 5. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005 479 p.

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 33. ed., rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2017 970 p.

MOTTA FILHO, Sylvio Clemente da. **Direito constitucional:** teoria, jurisprudência e questões. 26. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Método, 2016. 1218 p.

NERY JUNIOR, Nelson. **Princípios do processo na constituição federal**. 12. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. 464 p.

TRINDADE, A. F. D. R. **Manual de direito constitucional.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. [E-book Saraiva Digital]

Disciplina	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. E.****	CH.TOTAL	CH. EAD
DIREITO PENAL III	56	4			60	

Ementa:

Sistema de medidas anticriminais. Teoria geral da pena. Pena privativa de liberdade. Concurso de crimes. Suspensão condicional da pena. Livramento condicional. Efeitos da condenação. Reabilitação. Medidas de segurança. Ação penal. Extinção da punibilidade. Prescrição. Parte especial (parte I).

Conteúdo:

Sistema de medidas anticriminais. Teoria geral da pena. Pena privativa de liberdade. Concurso de crimes. Suspensão condicional da pena. Livramento condicional. Efeitos da condenação. Reabilitação. Medidas de segurança. Ação penal. Extinção da punibilidade. Prescrição. Crimes contra as pessoas, Crime contra o Patrimônio, Crimes contra a Propriedade Imaterial, Crimes contra a organização do Trabalho, Crimes contra o sentimento religioso e contra os respeitos aos mortos.

Objetivos:

Possibilitar a compreensão do fenômeno social do crime, habilitando o acadêmico a aplicar as normais penais a partir de seu respectivo processo, fomentando uma reflexão crítica e propositiva acerca das normas materiais e adjetivas de âmbito criminal, especificamente com relação aos bens jurídicos indicados na ementa.

Bibliografia básica:

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal:** volume 2 : Parte especial : Crimes contra a pessoa. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. 582 p.

ESTEFAM, A. **Direito penal 3 - parte especial.** 7.ed. São Paulo: Saraiva, 2020. [E-book Saraiva Digital]

MIRABETE, Júlio Fabbrini; FABBRINI, Renato N. **Manual de direito penal**: volume 2 : Parte especial. 28. ed., rev e atual. São Paulo: Atlas, 2016. 542 p.

SILVA, César Dario Mariano da. **Manual de direito penal**: volume 1 : Parte geral : artigos 1º a 120. 12. ed., rev. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2017. 517 p.

Bibliografia complementar:

CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal**: volume 2 : Parte especial. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. 693 p.

_____. **Curso de direito penal –** legislação especial**.** 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. [E-book Saraiva Digital]

GRECO, Rogério. **Curso de direito penal:** volume 1 : Parte geral : Artigos 1º a 120 do Código Penal. 19. ed. rev., ampl. e atual. Niterói: Impetus, 2017. v. 1

_____. **Curso de direito penal**: volume 2 : Parte especial. 14. ed.; rev., ampl. e ampl. Niterói: Impetus, 2017. v 2

JESUS, Damásio E. de. Código penal anotado. 23. ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2016. 1404 p.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código penal comentado**. 17. ed., rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro. Forense, 2017. xix, 1692 p.

BITENCOURT, C. R. **Tratado de Direito Penal – parte especial** 26.ed. São Paulo: Saraiva, 2020. [E-book Saraiva Digital]

FREITAS, J. W. D.; SILVA, M. A. M. D. **CODIGO PROC PENAL COMENTADO**. São Paulo: Saraiva, 2012. [E-book Saraiva Digital]

JUNQUEIRA, G. O. D.; VANZOLINI, P. **Manual de direito penal:** parte geral. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. [E-book Saraiva Digital]

OTTINI, P. C.; MENDES, G. F.; PACELLI, E. **DIREITO PENAL CONTEMPORÂNEO.** São Paulo: Saraiva, 2011. [E-book Saraiva Digital]

Disciplina	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. E.****	CH.TOTAL	CH. EAD
EMPREEENDEDORISMO JURÍDICO, CONTABILIDADE E GESTÃO NA ADVOCACIA	30				30	

Ementa:

O Empreendedorismo: conceituação, comportamento, aplicações, modelos de negócios, aprendizado e a cooperação. Compreensão global sobre a Gestão Financeira aplicadas a negócios. Aspectos gerais sobre custos empresariais; Precificação; Cálculo de Resultado.

Conteúdo:

O Empreendedorismo: conceituação, comportamento, aplicações, modelos de negócios, aprendizado e a cooperação. A Inovação: Conceituação, estratégias, redes, políticas, sistemas nacionais. Introdução ao legal design O ambiente inovador: A parceria universidade empresa. As incubadoras de empresas: origem e conceitos. O processo de gestão e o aprendizado. Startups e Aceleradoras: estatísticas e evidências empíricas. Estudos de caso.

Objetivo:

Possibilitar a compreensão do empreendedorismo e seu papel inovador na sociedade e seus impactos no direito como fonte reguladora e como profissão.

Bibliografia básica:

BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. **Curso de ética jurídica**: ética geral e profissional. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. [E-book Saraiva Digital]

CHACON, Luis Fernando Rabelo**. Gestão para Advogados**. São Paulo: Saraiva, 2014. [E-book Saraiva Digital]

COSTA, Eliezer Arantes da. **Gestão Estratégic**a. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2012. [E-book Saraiva Digital]

Bibliografia complementar:

CHACON, Luis Fernando Rabelo**. Gestão para Advogados**. São Paulo: Saraiva, 2014. [E-book Saraiva Digital]

COSTA, Eliezer Arantes da. **Gestão Estratégic**a. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2012. [E-book Saraiva Digital]

MAZZONETTO, N. **Arbitragem e propriedade intelectual: aspectos estratégicos Arbitragem e propriedade intelectual: aspectos estratégicos.** São Paulo: Saraiva, 2017. [E-book Saraiva Digital]

WANDELLI, L. V.; LEME, A.C.R.P; CHAVES JÚNIOR, J.E. (Coord.) **Inteligência artificial e tecnologias aplicadas ao direito IV** [Recurso eletrônico on-line] organização Congresso Internacional de Direito e Inteligência Artificial: Skema Business School – Belo Horizonte, 2020. – Disponível para acesso: https://www.conpedi.org.br/wp-content/uploads/2020/09/SKEMA-Intelig%C3%AAncia-Artificial-e-tecnologias-aplicadas-ao-Direito-IV.pdf Acesso em 01 de abril de 2021.

Disciplina	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. E.****	CH.TOTAL	CH. EAD
DIREITO TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	30				30	

Ementa:

Propriedade Intelectual. Direitos Autorais e Conexos. Propriedade Industrial. Direito da Inovação. Impactos Tecnológicos, Regulação e Práticas Jurídicas. Tecnologias da Informação (Internet).

Conteúdo:

Propriedade Intelectual. Direitos Autorais e Conexos. Propriedade Industrial: Invenção, Modelo de Unidade e Desenho Industrial. Propriedade Industrial: Signos Distintivo. Direitos Peculiares de Propriedade Intelectual, Direito da Inovação, Impacto tecnológico, Regulação e Prática Jurídicas, Tecnologia da Informação (INTERNET) e Direitos Fundamentas. LGPD.

Objetivos:

Possibilitar a reflexão acerca das inovações tecnológicas e a forma pela qual estas inovações podem influenciar no fenômeno jurídico, objetivando habilitar o acadêmico a se apropriar das constantes inovações que podem impactar no direito.

Bibliografia básica:

TEIXEIRA, T. **Direito Digital e Processo Eletrônico**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. ISBN Digital: 9786555596946. ISBN Físico: 9786555596939.

PINHEIRO, P. P. **Direito digital**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. ISBN Digital: 9786555598438. ISBN Físico: 9786555594782.

PINHEIRO, P. P. **Proteção de dados pessoais**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. ISBN Digital: 9786555595123. ISBN Físico: 9786555595116.

SOLER, F. G. **Proteção de Dados**: reflexões práticas e rápidas sobre a LGPD. São Paulo: Saraiva, 2021. ISBN Digital: 9786553622500. ISBN Físico: N/A.

EDUCACAO, S. **Lei geral de proteção de dados (LGPD) e marco civil da internet**. São Paulo: Saraiva, 2022. ISBN Digital: 9786553620384. ISBN Físico: N/A.

Bibliografia complementar:

MENDES, L.S. **Privacidade, proteção de dados e defesa do consumidor** - Linhas gerais de um novo direito fundamental. São Paulo: Saraiva, 2014. [E-book Saraiva Digital]

NETTO, J. C. C. **Direito autoral no Brasil.** São Paulo: Saraiva, 2019. [E-book Saraiva Digital]

PINTO, D.J.A., ROVER, A. J., PEIXOTO, F. H. (Coord.). **Direito, governança e novas tecnologias I** [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI Coordenadores: Danielle Jacon Ayres Pinto; Aires Jose Rover; Fabiano Hartmann Peixoto – Florianópolis: CONPEDI, 2020. Disponível em: http://conpedi.danilolr.info/publicacoes/olpbq8u9/z82865u2/3RvBtj4WCv78n1IB.pdf Acesso em 01 de abril de 2021.

WANDELLI, L. V.; LEME, A.C.R.P; CHAVES JÚNIOR, J.E. (Coord.) **Inteligência artificial e tecnologias aplicadas ao direito IV** [Recurso eletrônico on-line] organização Congresso Internacional de Direito e Inteligência Artificial: Skema Business School – Belo Horizonte, 2020. – Disponível para acesso: https://www.conpedi.org.br/wp-content/uploads/2020/09/SKEMA-Intelig%C3%AAncia-Artificial-e-tecnologias-aplicadas-ao-Direito-IV.pdf Acesso em 01 de abril de 2021.

Disciplina	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. E.****	CH.TOTAL	CH. EAD
OFICINAS	20				20	20

Variável conforme orientação professor.

Disciplina	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. E.****	CH.TOTAL	CH. EAD
ATIVIDADES DE CULTURA E EXTENSÃO	45				45	

Ementa:

A extensão universitária deverá ser desenvolvida sob a forma de Programa, Projeto, Evento, Prestação de Serviço, Curso ou Oficina visando:

1. integrar o ensino e a pesquisa com as demandas sociais, buscando o comprometimento da comunidade universitária, bem como contribuir na formação integral discente, estimulando sua formação para a cidadania crítica e responsável;
2. socializar o conhecimento acadêmico por meio de diálogo construtivo e transformador com os demais setores da sociedade brasileira e internacional, respeitando e promovendo a interculturalidade e a participação efetiva da sociedade na vida da Faculdade;
3. incentivar na prática acadêmica o desenvolvimento da consciência social e política, bem como a reflexão ética quanto à dimensão social do ensino e da pesquisa, formando profissionais cidadãos e cidadãs;
4. participar criticamente de propostas que objetivem o desenvolvimento regional, econômico, social e cultural que expressem o compromisso social da Faculdade Pan-Americana de Administração e Direito; e

5. contribuir para o aperfeiçoamento, a reformulação e a implementação de concepções e práticas curriculares da Faculdade Pan-Americana de Administração e Direito para a sistematização do conhecimento produzido.

.**Conteúdo:**

Não há.

Objetivo:

Proporcionar ao discente formação complementar com atuação pontual na sociedade, de modo a contribuir para a formação integral de cidadãos, por meio da produção e difusão do conhecimento.

Bibliografia Básica:

Bibliografia de acordo com as unidades curriculares desenvolvidas neste semestre e/ou a natureza das atividades extensionistas.

Bibliografia Complementar:

Bibliografia de acordo com as unidades curriculares desenvolvidas neste semestre e/ou a natureza das atividades extensionistas.

Disciplina	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. E.****	CH.TOTAL	CH. EAD
ATIVIDADES COMPLEMENTARES	20				20	
Não há.						

4º Período

Sem. Carga horária 400h

	Disciplina	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. E.****	CH.TOTAL	CH. EAD
IV SEMESTRE	LÓGICA E ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA	45				45	

Ementa:

Lógica formal. Lógica material. Lógica matemática. Lógica filosófica. Teoria da argumentação. Racionalidade argumentativa. Argumentação e retórica clássica. Persuasão. Tópica jurídica e nova retórica. Argumentação e precedentes judiciais. Fundamentação e tipos de argumento. Princípios jurídicos e argumentação. Distinção entre normas e princípios. Colisão e ponderação de princípios. Razoabilidade e Proporcionalidade. Teorias da decisão jurídica. Justificação das decisões judiciais. Argumentação e aplicação do direito. Estudos de caso.

Conteúdo:

A linguagem jurídica em suas dimensionalidades no jusnaturalismo, no historicismo, no sociologismo normativo, no culturalismo e no dialeticismo. O paradigma da semiótica e da semiologia na construção do discurso jurídico. Teorias semióticas. Os fundamentos das funções da linguagem para o desenvolvimento da argumentação jurídica. A argumentação no Direito e construções teóricas fundamentais. Dimensões teóricas das técnicas de argumentação no discurso jurídico de conhecimento. Linguagem argumentativa do Direito e sua concepção relacional com a segurança jurídica e justiça

Objetivos:

Proporcionar a compreensão da linguagem e da argumentação jurídicas como recursos de formação da habilidade argumentativa para efeito de construção de atos e decisões jurídicas de convencimento.

Bibliografia básica:

BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. **Linguagem jurídica**. 7.ed. São Paulo: Saraiva, 2017[E-book Saraiva Digital]

BARBIE, Catarina Helena Cortada. MACEDO JUNIOR, Ronaldo Porto. **Direito E Interpretação - Racionalidades E Interpretação.** 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2011. [E-book Saraiva Digital]

NASCIMENTO, Edmundo Dantès. **Linguagem forense:** a língua portuguesa aplicada à linguagem do foro. 13. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2013. 384 p. [E-book Saraiva Digital]

Bibliografia complementar:

FIGUEIREDO, Adriana. **Gramática comentada com interpretação de texto**. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2017. [E-book Saraiva Digital]

JONATHAN HERNANDES MARCANTONIO. Justiça, moral e linguagem em Rawls e Habermas - Configurações da filosofia do direito contemporâneo. 1. São Paulo, 2014. 0. ISBN 9788502205437.

MONEBHURRUN, Nitish. **Manual de Metodologia Jurídica** - Técnicas para argumentar em textos jurídicos. São Paulo: Saraiva, 2015. [E-book Saraiva Digital]

PETRI, Maria José Constantino. **Manual de linguagem jurídica**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. 250 p. [E-book Saraiva Digital]

SOARES, Ricardo Mauricio Freire. **Hermenêutica e interpretação jurídica**. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2019. [E-book Saraiva Digital]

Disciplina	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. E.****	CH.TOTAL	CH. EAD
DIREITO CIVIL: CONTRATOS I	40		5		45	

Ementa:

Teoria geral dos contratos. Visão estrutural. Princípios contratuais. Função social dos contratos. Boa-fé subjetiva e objetiva. Classificação contratual. Formação do contrato. Contratos atípicos. Contratos eletrônicos. LGPD aplicada a teoria dos contratos. Termos de compromissos e a autonomia de vontade nos contratos eletrônicos. Revisão contratual. Vícios redibitórios. Evicção. Extinção do contrato.

Conteúdo:

Teoria geral do direito dos contratos. Contrato como negócio jurídico. Princípios. Classificação dos contratos. Formação e extinção do contrato. Contratantes e seus interesses. Interpretação. LGPD aplicada a teoria dos contratos. Termos de compromissos e a autonomia de vontade nos contratos eletrônicos. Contrato preliminar e Contrato com pessoa a declarar. Elementos: coisa, preço, consentimento. Obrigações. Cláusulas adjetas.

Objetivos:
Estudar o contrato na perspectiva atual do direito civil constitucionalizado e personalista, a partir de cláusulas gerais e princípios gerais, analisando a sua classificação, consequências práticas e contratos em espécie

Bibliografia básica:

PAMPLONA FILHO, Rodolfo; GAGLIANO, Pablo Stolze. **Novo curso de direito civil**: Contratos Teoria Geral. v. 4. Tomo 1. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

LÔBO, P. **Direito Civil - Contratos.** São Paulo: Saraiva, 2020. [E-book Saraiva Digital]

WALD, A. **Direito Civil**. São Paulo: Saraiva, 2015. [E-book Saraiva Digital]

Bibliografia complementar:

GAGLIANO, P. S.; FILHO, R. M. V. P. **Contratos.**3. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. [E-book Saraiva Digital]

JUNIOR, A. G. J. **Direito dos contratos.** São Paulo: Saraiva, 2013 [E-book Saraiva Digital]

MALUF, C. A. D.; MONTEIRO, W. de B. Curso de Direito Civil. São Paulo: Saraiva, 2015. [E-book Saraiva Digital]

SOLER, F. G. **Proteção de Dados**: reflexões práticas e rápidas sobre a LGPD. São Paulo: Saraiva, 2021. ISBN Digital: 9786553622500. ISBN Físico: N/A.

EDUCACAO, S. **Lei geral de proteção de dados (LGPD) e marco civil da internet**. São Paulo: Saraiva, 2022. ISBN Digital: 9786553620384. ISBN Físico: N/A.

Disciplina	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. E.****	CH.TOTAL	CH. EAD
DIREITO PROCESSUAL CIVIL I	56	4			60	

Ementa:

Função jurisdicional. Sujeitos do processo. Atos processuais. Processo eletrônico. Nulidades processuais. Formação, suspensão e extinção do processo. Tutela provisória. Processo de conhecimento. Procedimento comum. Petição Inicial. Pedido e causa de pedir. Cumulação de ações. Citação. Respostas do réu. Revelia. Providências preliminares. Julgamento conforme o estado do processo. Audiências. Litisconsórcio. Intervenção de terceiros.

Conteúdo:

Função jurisdicional. Sujeitos do processo. Atos processuais. Processo eletrônico. Nulidades processuais. Formação, suspensão e extinção do processo. Tutela provisória. Fases da tutela jurisdicional de conhecimento. Postulatória: Petição inicial e resposta do réu. Saneadora: providências preliminares. Instrutória: Provas e suas espécies, audiência. Decisória: teoria da decisão judicial.

Objetivos:

Proporcionar ao aluno a compreensão da natureza, dos objetivos e da função da tutela jurisdicional de conhecimento, de modo que o aluno se torne apto para interpretar adequadamente as fases do procedimento judicial, relacionando a teoria e a prática.

Bibliografia básica:

ASSIS, Araken de**. Processo civil brasileiro:** volume II, Tomo I : Parte geral : Instituto fundamentais. 2. ed., rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. 1422 p.

BONÍCIO, M**. Princípios Do Processo No Novo Código De Processo Civil**. São Paulo: Saraiva, 2016. [E-book Saraiva Digital]

BUENO, Cassio Scarpinella. **Curso sistematizado de direito processual civil**: volume 2, tomo 1 : Procedimento comum : ordinário e sumário. 7. ed., rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2014. 541 p.

DIDIER JUNIOR, Fredie**. Curso de direito processual civil**: volume 1: Introdução ao direito processual civil, parte geral e processo de conhecimento. 19. ed., rev., ampl. e atual. Salvador, JusPodivm, 2017. 879 p.

MATOS, C.E.F. **Processo Civil.** Processo Civil. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. [E-book Saraiva Digital]

Bibliografia complementar:

ALVIM, Arruda. **Manual de direito processual civil**. 17. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017. 1149 p.

ALVIM, E.A; LEITE, G.S. STRECK, L.L. **Hermenêutica e Jurisprudência No Novo Código de Processo Civil**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2018. [E-book Saraiva Digital]

DINAMARCO, Cândido R. **Instituições de direito processual civil**: volume 1. 9. ed., rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2017. 910 p.

FREIRE, A. R. S.; NUNES, D. J. C.; STRECK, L. L.; CUNHA, L. J. R. C. B. **Comentários ao Código de Processo Civil.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. [E-book Saraiva Digital]

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel Francisco. **Novo curso de processo civil**: volume 2 : Tutela dos direitos mediante procedimento comum. 3. ed., rev., atual.e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017. 1180 p.

NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. **Código de processo civil comentado**. 16. ed., rev., ampl. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. 2976 p.

STRECK, Lenio Luiz; NUNES, Dierle; CUNHA, Leonardo Carneiro da (Org.). **Comentários ao código de processo civil**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. 1484 p.

TESHEINER, J. M. R.; THAMAY, R. F. K. **Teoria geral do processo.** 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. [E-book Saraiva Digital]

THAMAY, R. F. K. **Manual de direito processual civil.** São Paulo: Saraiva, 2018. [E-book Saraiva Digital]

Disciplina	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. E.****	CH.TOTAL	CH. EAD
DIREITO CONSTITUCIONAL II	50		10		60	

Ementa:

Estrutura e organização do Estado brasileiro. Organização dos Poderes. Funções essenciais à Justiça. Jurisdição Constitucional, controle de constitucionalidade e controle de 61 convencionalidade. Defesa do Estado e das Instituições democráticas. Constituição Econômica: atuação do Estado no domínio econômico e seus limites. Ordem social: controle jurisdicional de políticas públicas

Conteúdo:

Estrutura e Organização do Estado Brasileiro. Organização dos Poderes. Funções Essenciais à Justiça. Jurisdição Constitucional, Controle de Constitucionalidade e Controle de Convencionalidade. Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. Constituição Econômica: Atuação do Estado no Domínio Econômico e seus Limites. Ordem Social: Controle Jurisdicional de Políticas Públicas.

Objetivos:

Compreender a organização político-administrativa do Estado brasileiro, a organização dos Poderes e funções essenciais à Justiça, o exercício da Jurisdição Constitucional no Brasil, o controle de constitucionalidade e o de convencionalidade, a fim de estudar o controle jurisdicional de políticas públicas e reforçar o compromisso com a defesa do Estado, das instituições democráticas, da Constituição econômica e da ordem social.

Bibliografia básica:

CANOTILHO, J. J. Gomes. **Direito constitucional e teoria da constituição**. 7. ed. Coimbra: Almedina, 2003. 1522 p.

HERANI, Renato Gugliano. **Controle de constitucionalidade das leis pré-constitucionais**. São Paulo: Método, 2010. 286 p. (Coleção professor Gilmar Mendes ; 13).

PINHO, R.C.R. **Teoria geral da constituição e direitos fundamentais.** 18. Ed. São Paulo: Saraiva, 2020. [E-book Saraiva Digital]

SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel Francisco. **Curso de direito constitucional**. 6. ed., rev. e atual.,. São Paulo: Saraiva, 2017. [E-book Saraiva Digital]

SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel Francisco. **Curso de direito constitucional.** 6. ed., rev. e atual.,. São Paulo: Saraiva, 2017. 1471 p.

Bibliografia complementar:

BARROS, L. **O controle de constitucionalidade no direito brasileiro**. 8.ED. São Paulo: Saraiva, 2019. [E-book Saraiva Digital]

BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional**. 32. ed., atual. São Paulo: Malheiros, 2017. 864 p.

CAMBI, Eduardo. **Neoconstitucionalismo e neoprocessualismo**: direitos fundamentais, políticas públicas e protagonismo judiciário. São Paulo: Almedina, 2016 727 p.

FILHO, M. G. F. **ASPECTOS DO DIREITO CONSTITUCIONAL CONTEMPORÂNEO.** 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. [E-book Saraiva Digital]

JÚNIOR, A. P. **CURSO DE DIREITO CONSTITUCIONAL.** 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. [E-book Saraiva Digital]

LENZA, Pedro. **Direito constitucional esquematizado**. 21. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2017. 1525 p. (Coleção Esquematizado

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 33. ed., rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2017 970 p.

MOTTA FILHO, Sylvio Clemente da. **Direito constitucional**: teoria, jurisprudência e questões. 26. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Método, 2016. 1218 p.

NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. **Constituição Federal comentada e legislação constitucional**. 6. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017. 1385 p.

TRINDADE, A. F. D. R. **Manual de direito constitucional.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. [E-book Saraiva Digital]

Disciplina	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. E.****	CH.TOTAL	CH. EAD
DIREITO DO CONSUMIDOR	40		5		45	

Ementa:

Sociedade de consumo e sustentabilidade. Relação de consumo. Fundamentos constitucionais. Princípios. Práticas comerciais. Contrato de consumo. Responsabilidade civil. Defesa do consumidor em juízo

Conteúdo:

Consumerismo e consumismo. Fundamentos constitucionais do direito do consumo. Diálogo das fontes. Relação de consumo: princípios. Direitos básicos do consumidor. Práticas comerciais: oferta, publicidade, contratos, abusividades. Responsabilidade civil nas relações de consumo: vício e defeito. Banco de dados e cadastro positivo e negativo de fornecedores e consumidores. Cobrança de dívida. Desconsideração da personalidade jurídica na relação de consumo. Prescrição e decadência. Sanções administrativas e sanções penais. Defesa do consumidor em juízo: tutela individual e coletiva. Direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos. Ação coletiva: legitimidade, coisa julgada e execução.

Objetivos:

Compreender o direito do consumo como ferramenta de equilíbrio das relações sociais e mecanismo de proteção da sociedade de massa, identificando fundamentos constitucionais, princípios e direitos básicos, bem como seus desdobramentos práticos, como as questões contratuais, de responsabilidade e processuais

Bibliografia básica:

CRUZ, G. F. D. **Teoria geral das relações de consumo.** São Paulo: Saraiva, 2014. [E-book Saraiva Digital]

MENDES, L.S. **Privacidade, proteção de dados e defesa do consumidor** - Linhas gerais de um novo direito fundamental. São Paulo: Saraiva, 2014. [E-book Saraiva Digital]

NUNES, L.A.R. **Curso de Direito do Consumidor.** 13.ed. São Paulo: Saraiva, 2019. [E-book Saraiva Digital]

Bibliografia complementar:

MARCAO, R. F. **Crimes Contra a Ordem Tributária, Econômica e Relações de Consumo.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. [E-book Saraiva Digital]

MELO, N. D. D. **Dano Moral nas Relações de Consumo.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. [E-book Saraiva Digital]

NUNES, R. **Comentários ao Código de Defesa do Consumidor**. 8.ed. São Paulo: Saraiva, 2015. [E-book Saraiva Digital]

LISBOA, R. S. **Responsabilidade civil nas relações de consumo.** 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. [E-book Saraiva Digital]

Disciplina	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. E.****	CH.TOTAL	CH. EAD
DIREITO PENAL IV	60				60	

Ementa:

Crimes contra a dignidade sexual. Crimes contra a família. Crimes contra a incolumidade pública. Crimes contra a paz pública. Crimes contra a fé pública. Crimes contra a administração pública. Legislação penal especial.

Conteúdo:

Crimes contra a dignidade sexual. Crimes contra a família. Crimes contra a incolumidade pública. Crimes contra a paz pública. Crimes contra a fé pública. Crimes contra a administração pública. Lei de Drogas e Tráfico de Entorpecentes. Lei Maria da Penha. Lei de Crimes Hediondos. Crimes contra a ordem Tributária. Organização Criminosa.

Objetivos:

Possibilitar a compreensão do fenômeno social do crime, habilitando o acadêmico a aplicar as normais penais a partir de seu respectivo processo, fomentando uma reflexão crítica e propositiva acerca das normas materiais e adjetivas de âmbito criminal, especificamente com relação aos bens jurídicos indicados na ementa.

Bibliografia básica:

ESTEFAM, A. **Direito penal 3 - parte especial.** 7.ed. São Paulo: Saraiva, 2020. [E-book Saraiva Digital]

LIMA, Renato Brasileiro de**. Legislação criminal especial comentada**: volume único. 5. ed., rev., atual. e ampl. Salvador: JusPodivm, 2017. 1244 p.

PRADO, Luiz Regis; CARVALHO, Gisele Mendes de. **Curso de direito penal brasileiro**: volume II : Parte especial. 15. ed., rev., atual. e reform. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017. 1006 p.

SILVA, César Dario Mariano da**. Manual de direito penal**: volume 1 : Parte geral : artigos 1º a 120. 12. ed., rev. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2017. 517 p.

Bibliografia complementar:

BITENCOURT, C. R. **Tratado de Direito Penal – parte especial** 26.ed. São Paulo: Saraiva, 2020. [E-book Saraiva Digital]

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal**: volume 2 : Parte especial : Crimes contra a pessoa. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. 582 p.

FREITAS, J. W. D.; SILVA, M. A. M. D. **CODIGO PROC PENAL COMENTADO**. São Paulo: Saraiva, 2012. [E-book Saraiva Digital]

GALVÃO, Fernando**. Direito penal:** parte geral. 9. ed. Belo Horizonte: DPlácido, 2017 1199 p.

GRECO, Rogério**. Curso de direito penal**: volume 2 : Parte especial. 14. ed.; rev., ampl. e ampl. Niterói: Impetus, 2017. v 2 .

JUNQUEIRA, G. O. D.; VANZOLINI, P. **Manual de direito penal:** parte geral. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. [E-book Saraiva Digital]

MASSON, Cleber. **Direito penal**: volume 3 : Parte especial. São Paulo: Método, 2017. xciv, 1132p.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código penal comentado**. 17. ed., rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2017. xix, 1692 p.

OTTINI, P. C.; MENDES, G. F.; PACELLI, E. **DIREITO PENAL CONTEMPORÂNEO.** São Paulo: Saraiva, 2011. [E-book Saraiva Digital]

Disciplina	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. E.****	CH.TOTAL	CH. EAD
OFICINAS	20				20	20

Variável conforme orientação do professor.

Disciplina	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. E.****	CH.TOTAL	CH. EAD
ATIVIDADES DE CULTURA E EXTENSÃO	45				45	

Ementa:

A extensão universitária deverá ser desenvolvida sob a forma de Programa, Projeto, Evento, Prestação de Serviço, Curso ou Oficina visando:

1. integrar o ensino e a pesquisa com as demandas sociais, buscando o comprometimento da comunidade universitária, bem como contribuir na formação integral discente, estimulando sua formação para a cidadania crítica e responsável;
2. socializar o conhecimento acadêmico por meio de diálogo construtivo e transformador com os demais setores da sociedade brasileira e internacional, respeitando e promovendo a interculturalidade e a participação efetiva da sociedade na vida da Faculdade;
3. incentivar na prática acadêmica o desenvolvimento da consciência social e política, bem como a reflexão ética quanto à dimensão social do ensino e da pesquisa, formando profissionais cidadãos e cidadãs;
4. participar criticamente de propostas que objetivem o desenvolvimento regional, econômico, social e cultural que expressem o compromisso social da Faculdade Pan-Americana de Administração e Direito; e

5. contribuir para o aperfeiçoamento, a reformulação e a implementação de concepções e práticas curriculares da Faculdade Pan-Americana de Administração e Direito para a sistematização do conhecimento produzido.

Conteúdo:

Não há.

Objetivo:

Proporcionar ao discente formação complementar com atuação pontual na sociedade, de modo a contribuir para a formação integral de cidadãos, por meio da produção e difusão do conhecimento.

Bibliografia Básica:

Bibliografia de acordo com as unidades curriculares desenvolvidas neste semestre e/ou a natureza das atividades extensionistas.

Bibliografia Complementar:

Bibliografia de acordo com as unidades curriculares desenvolvidas neste semestre e/ou a natureza das atividades extensionistas.

Disciplina	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. E.****	CH.TOTAL	CH. EAD
ATIVIDADES COMPLEMENTARES	20				20	

Não há.

5º Período

Sem. Carga horária 425h

	Disciplina	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. E.****	CH.TOTAL	CH. EAD
V SEMESTRE	HERMENÊUTICA JURÍDICA	40		5		45	

Ementa:

Escolas e tendências hermenêuticas. Linguagem jurídica e interpretação. Direito e modernidade. Metafísica clássica e filosofia da consciência. Direito e pós-modernidade. Nova crítica do direito. Ontologia de Heidegger. Hermenêutica filosófica de Gadamer. Fenomenologia hermenêutica. Círculo hermenêutico. Jurisdição constitucional. Decisão jurídica.

Conteúdo:

Conceito. Escolas e tendências hermenêuticas. Linguagem jurídica e interpretação. Direito e modernidade. Metafísica clássica e filosofia da consciência. Direito e pós-modernidade. Nova crítica do direito. Ontologia de Heidegger. Hermenêutica filosófica de Gadamer. Fenomenologia hermenêutica. Círculo hermenêutico. Jurisdição constitucional. Decisão jurídica.

Objetivos:

Proporcionar a compreensão da linguagem e da argumentação jurídicas como recursos de formação da habilidade argumentativa para efeito de construção de atos e decisões jurídicas de convencimento.

Bibliografia básica:

BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. **Linguagem jurídica**. 7.ed. São Paulo: Saraiva, 2017[E-book Saraiva Digital]

CANOTILHO, Jose Joaquim Gomes. **Direito constitucional e teoria da Constituição**. 7. ed. Coimbra: Almedina, 2003.

NASCIMENTO, Edmundo Dantès. **Linguagem forense:** a língua portuguesa aplicada à linguagem do foro. 13. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2013. 384 p. [E-book Saraiva Digital]

Bibliografia complementar:

BARBIE, Catarina Helena Cortada. MACEDO JUNIOR, Ronaldo Porto. **Direito E Interpretação - Racionalidades E Interpretação.** 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2011. [E-book Saraiva Digital]

FIGUEIREDO, Adriana. **Gramática comentada com interpretação de texto**. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2017. [E-book Saraiva Digital]

MONEBHURRUN, Nitish. **Manual de Metodologia Jurídica - Técnicas para argumentar em textos jurídicos**. São Paulo: Saraiva, 2015. [E-book Saraiva Digital]

PETRI, Maria José Constantino. **Manual de linguagem jurídica**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. 250 p. [E-book Saraiva Digital]

SOARES, Ricardo Mauricio Freire. **Hermenêutica e interpretação jurídica**. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2019. [E-book Saraiva Digital]

Disciplina	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. E.****	CH.TOTAL	CH. EAD
DIREITO PROCESSUAL CIVIL II	60				60	

Ementa:

Tutela jurisdicional de execução. Cumprimento de Sentença e Tutela Específica. Processo de Execução. Diversas espécies de execução. Defesas do Executado. Embargos de terceiro. Tutelas provisórias.

Conteúdo:

Tutela jurisdicional de execução: requisitos gerais e específicos da execução. Cumprimento de Sentença e tutela específica. Diversas espécies do processo de execução: execução por quantia certa, obrigações de dar, fazer e não fazer, execução contra a Fazenda Pública. Defesas do Executado: impugnação e embargos. Embargos de terceiro. Tutelas provisórias: de urgência (cautelar e antecipada) e da evidência. Estabilização da Tutela antecipada.

Objetivos:

Possibilitar o conhecimento à sistemática da execução, meios de defesas do executado, assim como a efetividade da tutela jurisdicional por meio das tutelas de urgência, com o propósito de desenvolver o raciocínio jurídico crítico, teórico e prático do aluno na identificação do procedimento a ser utilizado.

Bibliografia básica:

ASSIS, Araken de. **Processo Civil Brasileiro**: procedimento comum. v. 3. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

GONÇALVES, M.V.R. **Novo Curso de Direito Processual Civil.** 17.ed. São Paulo: Saraiva, 2020. [E-book Saraiva Digital]

THAMAY, R. F. K. **Direito Processual Civil: teoria geral do processo, processo de conhecimento, processo de execução.** São Paulo: Saraiva, 2015. [E-book Saraiva Digital]

Bibliografia complementar:

BARROSO, D.; LETTIERE, J. F. **Prática no Processo Civil.** 9.ed. São Paulo: Saraiva, 2019. [E-book Saraiva Digital]

FREIRE, A. R. S.; NUNES, D. J. C.; STRECK, L. L.; CUNHA, L. J. R. C. B. **Comentários ao Código de Processo Civil.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. [E-book Saraiva Digital]

GRECO Filho, Vicente. **Direito processual civil brasileiro**. Vol. 1. 19ª ed., rev., atual. São Paulo : Saraiva, 2007.

STRECK, Lenio Luiz; NUNES, Dierle; CUNHA, Leonardo Carneiro. **Comentários ao Código de Processo Civil.** São Paulo: Saraiva, 2016.

STRECK, Lenio Luiz; NUNES, Dierle; CUNHA, Leonardo Carneiro. **Comentários ao Código de Processo Civil**. São Paulo: Saraiva, 2016. [E-book Saraiva Digital]

TESHEINER, J. M. R.; THAMAY, R. F. K. **Teoria geral do processo.** 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. [E-book Saraiva Digital]

Disciplina	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. E.****	CH.TOTAL	CH. EAD
DIREITO ADMINISTRATIVO I	60				60	

Ementa:

Introdução. Funções do Estado e função administrativa. Princípios do Direito Administrativo. Poderes Administrativos. Organização da Administração Pública. Regime jurídico administrativo. Atos administrativos. Agentes públicos. Processo e procedimento administrativo. Serviços públicos. LGPD aplicada à administração pública.

Conteúdo:

Atividade material e imediata do Estado e o regime jurídico de direito público. Princípios constitucionais e infraconstitucionais do direito administrativo. Órgãos públicos e capacidade processual. Regime jurídico e espécies de agentes públicos. Uso normal e anormal do poder. Poderes da Administração Pública. Serviços Públicos, sua execução e direitos dos usuários. Ato administrativo, seus atributos e pressupostos lógicos. Convalidação dos atos administrativos e seu fundamento. Processo administrativo, seus princípios e espécies. LGPD aplicada à administração pública.

Objetivos:

Objeto, natureza e Interpretação do Direito Administrativo. Sistema administrativo: princípios e regras. Administração Pública e sua organização. Agentes públicos. Serviços públicos. Atos administrativos. Processo administrativo.

Bibliografia básica:

EDMIR NETTO DE ARAÚJO. **CURSO DE DIREITO ADMINISTRATIVO**. 7. São Paulo 2015 0 ISBN 9788502620483.

FILHO, R. D. S. C. **Curso de direito administrativo.** 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. [E-book Saraiva Digital]

JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de direito administrativo**. 10. ed. rev, atual e ampl. 1440 p. ISBN 9788520351116 (encad.).

Bibliografia complementar:

ARAUJO, E. N. de. **Curso de direito administrativo**. 8.ed. São Paulo: Saraiva, 2018. [E-book Saraiva Digital]

GASPARINI, D. **Direito Administrativo Registral**. 17.ed. São Paulo: Saraiva, 2012. [E-book Saraiva Digital]

ROSSI, L. **Manual de direito administrativo**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2020**. [**E-book Saraiva Digital]

CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO, 12, 2023 nov. 08-10, Santa Cruz do Sul, RS); BITENCOURT, Caroline Müller; GABARDO, Emerson; RENDÓN HUERTA BARRERA, Teresita. Administração pública, novas tecnologias e políticas públicas. Curitiba: Íthala, 2023. 542 p. ISBN 9786557652039.

Disciplina	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. E.****	CH.TOTAL	CH. EAD
DIREITO DO TRABALHO	60				60	

Ementa:
Direito do Trabalho: História, Fontes e Princípios. Prescrição e Decadência. Direitos Humanos e Constituição. Relações de Trabalho e Relações de Emprego. Contratos de Trabalho. LGPD aplicada às relações de trabalho.

Conteúdo:
Direito do Trabalho: História, Fontes, Princípios, Prescrição e Decadência. Direitos Humanos e Constitucionalismo: relações com o trabalho humano. Estado Democrático de Direito e Constituição. Direitos Fundamentais sociais. Relações de Trabalho e Relações de Emprego: natureza jurídica, espécies, características e sujeitos. CTPS e Registro de empregados: identificação profissional, obrigatoriedade das anotações e consequências decorrentes da ausência de registro. E-social. LGPD aplicada às relações de trabalho. Contratos de Trabalho: Pré-contrato. Formação do Contrato de Trabalho: Princípio da boa-fé na celebração do contrato. Alterações no contrato de trabalho: objetivas, subjetivas. Suspensão e interrupção dos efeitos do Contrato de Trabalho. Terceirização no Direito do Trabalho. Direito do Trabalho no Terceiro Setor. Duração do Trabalho: jornadas. *Home office* Períodos de descanso: intervalos intrajornada e interjornada, repouso semanal remunerado e férias.

Objetivos:
Conhecer e identificar os principais institutos do Direito do Trabalho no Brasil possibilitando a compreensão e resolução de conflitos decorrentes das relações de trabalho e das relações de emprego.

Bibliografia básica:

BARROS, Alice Monteiro de. **Curso de Direito do Trabalho**. 5ª ed. São Paulo: LTr, 2009.

MARTINEZ, L. **Curso de Direito do Trabalho**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. [E-book Saraiva Digital]

NASCIMENTO, A. M. **Curso de Direito do Trabalho**. 26. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. [E-book Saraiva Digital]

Bibliografia complementar:

ANDREUCCI, R. A. **Direito Penal do Trabalho.** 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. [E-book Saraiva Digital]

GOMES, L. F.; MARQUES, I. L.; BIANCHINI, A. **Saberes do direito 41 - Processo do trabalho.** São Paulo: Saraiva, 2013. [E-book Saraiva Digital]

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de Direito do Trabalho**. São Paulo: Saraiva, 2020. [E-book Saraiva Digital]

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito do Trabalho**. 32. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

PEREIRA, L. **Manual de processo do trabalho.** 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. [E-book Saraiva Digital]

Disciplina	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. E.****	CH.TOTAL	CH. EAD
CRIMINOLOGIA	45				4	

Ementa:
Conceitos básicos. Crime, criminoso e criminalidade. Teorias criminológicas. Criminologia crítica. Política criminal. Violência. Polícia e segurança pública. Lei penal. Justiça criminal e punição. Estudos de casos. Proteção dos direitos humanos.

Conteúdo:
Noções iniciais sobre a criminologia: conceito, objeto e método. Propedêutica Penal. Teorias criminológicas. Criminologia crítica. Política criminal. Violência. Polícia e segurança pública. Lei penal. Justiça criminal e punição. Temas especiais de Criminologia. Proteção dos direitos humanos.

Objetivos:
Possibilitar a compreensão do fenômeno social do crime, habilitando o acadêmico a aplicar as normais penais a partir de seu respectivo processo, fomentando uma reflexão crítica e propositiva acerca das normas materiais e adjetivas de âmbito criminal, especificamente com relação a parte geral.

Bibliografia básica:

BECCARIA, Cesare marchese di**,. Dos delitos e das penas.** 6. ed. Leme: Edijur, 2017. 125 p.

FARIAS JÚNIOR, João. **Manual de criminologia**. 4. ed. CAMPO GARNDE: Juruá, 2008. 575 p.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código penal comentado**. 17. ed., rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2017. xix, 1692 p.

PENTEADO FILHO, Nestor. S. **Manual esquemático de criminologia**. 10.ed. São Paulo: Saraiva, 2020. [E-book Saraiva Digital]

Bibliografia complementar:

BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do direito penal**: introdução à sociologia do direito penal. 6. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2016 254 p. (Coleção pensamento criminológico ; 1). ISBN 9788535301887.

CARVALHO, Salo de. **Antimanual de criminologia**. São Paulo: Saraiva, 2015[E-book Saraiva Digital]

CARNELUTTI, Francesco. **As misérias do processo penal**. São Paulo: Pillares, 2006. 127 p. ISBN 97885 (broch.).

COSTA, Álvaro Mayrink da. **Raízes da sociedade criminógena**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1997. 417 p.

FOUCAULT, Michel**. Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. 302 p.

FREITAS, Paulo. **Criminologia midiática e tribunal do júri**: a influência da mídia e da opinião pública na decisão dos jurados. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016 352 p.

GOMES, Luis Flávio. **Beccaria (250 anos) e o drama do castigo penal** - civilização ou barbárie? São Paulo: Saraiva, 2014. [E-book Saraiva Digital]

_____. BIANCHINI, Alice. DE SÁ, Alvino Augusto **COL. SABERES CRÍTICOS**: CRIMINOLOGIA CLÍNICA E A EXECUÇÃO PENAL. São Paulo: Saraiva, 2014. [E-book Saraiva Digital]

SÁ, Alvino Augusto de. **Criminologia clínica e execução penal**: proposta de um modelo de terceira geração. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. 352 p.

TASSE, Adel El. CRIMINOLOGIA. *In* **Saberes do Direito,** vol. 58. São Paulo: Saraiva, 2013. [E-book Saraiva Digital]

Disciplina	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. E.****	CH.TOTAL	CH. EAD

DIREITO PROCESSUAL PENAL I	54	6			60	

Ementa:
Princípios constitucionais e infraconstitucionais. Procedimentos preparatórios (inquérito policial, auto de prisão em flagrante e termo circunstanciado). Ação penal. Ação civil *ex delicto*. Jurisdição e competência. Questões e processos incidentes. Prova. Sujeitos do processo penal. Prisão e liberdade provisória. Sentença e efeitos da condenação.

Conteúdo:
Sistemas processuais penais: inquisitivo, acusatório, misto. Sistema penal brasileiro. Princípios do processo penal. Norma processual penal. Jurisdição Penal. Competência. Fase preparatória. Inquérito policial. Ação penal. Condições da ação penal. Ação penal pública incondicionada. Ação penal pública condicionada. Representação. Ação penal de iniciativa privada. Processo penal. Procedimentos. Natureza jurídica. Formação, suspensão e extinção. Prova. Sujeitos do processo.

Objetivos:
Possibilitar a compreensão do fenômeno social do crime, habilitando o acadêmico a aplicar as normais penais a partir de seu respectivo processo, fomentando uma reflexão crítica e propositiva acerca das normas materiais e adjetivas de âmbito criminal, especificamente com relação a parte geral do direito processual penal e sua prova.

Bibliografia básica:

BADARO, Gustavo Henrique. **Processo Penal**. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

DELMANTO JR., R. **Liberdade e prisão no processo penal.** São Paulo: Saraiva, 2019. [E-book Saraiva Digital]

GLOECKNER, R. J. **Nulidade no Processo Penal Nulidade no Processo Penal.** 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2017. [E-book Saraiva Digital]

Bibliografia complementar:

CARNELUTTI, Francesco. **As misérias do processo penal**. São Paulo: Pillares, 2006. 127 p. ISBN 97885 (broch.).

FREITAS, J. W. D.; SILVA, M. A. M. D. **CODIGO PROC PENAL COMENTADO.** São Paulo: Saraiva, 2012. [E-book Saraiva Digital]

JR., A. L. **Direito processual penal.** 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. [E-book Saraiva Digital]

LOPES JR., A. GLOECKNER, R. J. **Investigação Preliminar no Processo Penal.** 6.ed. São Paulo: Saraiva, 2014. [E-book Saraiva Digital]

REIS, A. C. A. GONCALVES, V.E.R. **Processo penal procedimentos, nulidades e recursos.** 19.ed. São Paulo: Saraiva, 2019. [E-book Saraiva Digital]

Disciplina	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. E.****	CH.TOTAL	CH. EAD
MÉTODOS ADEQUADOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS	26	4			30	

Ementa:
Conflitos sociais. Os meios adequados de solução de controvérsias. Negociação. Conciliação. Mediação. Arbitragem

Conteúdo:
Conflitos sociais: conceito e tipos de conflitos; a resolução e a transformação do conflito. Os meios apropriados de solução de controvérsias: princípios norteadores; fórmulas autocompositivas e heterocompositivas de resolução de conflitos. Negociação: métodos e estratégias de negociações; preparação do processo da negociação; perfil do negociador. Conciliação: distinção entre conciliação judicial e extrajudicial; especificidades e aplicabilidade. Mediação: definição; princípios; características e aplicabilidade; o papel do mediador; procedimento: técnicas utilizadas em mediação – comunicação e negociação; etapas da mediação; espécies de mediação: mediação extrajudicial e a "judicialização" da mediação. Arbitragem.

Objetivos:
Oportunizar ao aluno o conhecimento dos aspectos fundamentais relacionados às técnicas de tratamento adequado de resolução dos conflitos através da negociação, conciliação e mediação, identificando sua utilidade e adequação as diferentes situações enfrentadas na busca de soluções harmônicas nas relações da vida social e profissional.

Bibliografia básica:

ALVIM, E.A; LEITE, G.S. STRECK, L.L. H**ermenêutica e Jurisprudência No Novo Código de Processo Civil**. 2.ed São Paulo: Saraiva, 2018. **[**E-book Saraiva Digital]

BONÍCIO, M**. Princípios Do Processo No Novo Código De Processo Civil**. São Paulo: Saraiva, 2016. [E-book Saraiva Digital]

DIDIER JUNIOR, Fredie**. Curso de direito processual civil**: volume 1: Introdução ao direito processual civil, parte geral e processo de conhecimento. 19. ed., rev., ampl. e atual. Salvador: JusPodivm, 2017. 879 p.

Bibliografia complementar:

BARCELLAR, R. P. **Saberes do direito 53** - Mediação e arbitragem. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2016. [E-book Saraiva Digital]

FREIRE, A. R. S.; NUNES, D. J. C.; STRECK, L. L.; CUNHA, L. J. R. C. B. **Comentários ao Código de Processo Civil**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. [E-book Saraiva Digital]

PINHO, H. D. B. D.; MAZZOLA, M. **Manual de mediação e arbitragem**. São Paulo: Saraiva, 2019. [E-book Saraiva Digital]

RUGGERI, A.I.M.; GOMES, M.V.M.L. **Direito Processual Civil** - Teoria Geral do Processo Civil. São Paulo: Saraiva, 2019. [E-book Saraiva Digital]

Disciplina	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. E.****	CH.TOTAL	CH. EAD
ATIVIDADES DE CULTURA E EXTENSÃO	45				45	

Ementa:

A extensão universitária deverá ser desenvolvida sob a forma de Programa, Projeto, Evento, Prestação de Serviço, Curso ou Oficina visando:

1. integrar o ensino e a pesquisa com as demandas sociais, buscando o comprometimento da comunidade universitária, bem como contribuir na formação integral discente, estimulando sua formação para a cidadania crítica e responsável;
2. socializar o conhecimento acadêmico por meio de diálogo construtivo e transformador com os demais setores da sociedade brasileira e internacional, respeitando e promovendo a interculturalidade e a participação efetiva da sociedade na vida da Faculdade;
3. incentivar na prática acadêmica o desenvolvimento da consciência social e política, bem como a reflexão ética quanto à dimensão social do ensino e da pesquisa, formando profissionais cidadãos e cidadãs;
4. participar criticamente de propostas que objetivem o desenvolvimento regional, econômico, social e cultural que expressem o compromisso social da Faculdade Pan-Americana de Administração e Direito; e

5. contribuir para o aperfeiçoamento, a reformulação e a implementação de concepções e práticas curriculares da Faculdade Pan-Americana de Administração e Direito para a sistematização do conhecimento produzido.

Conteúdo:

Não há.

Objetivo:

Proporcionar ao discente formação complementar com atuação pontual na sociedade, de modo a contribuir para a formação integral de cidadãos, por meio da produção e difusão do conhecimento.

Bibliografia Básica:

Bibliografia de acordo com as unidades curriculares desenvolvidas neste semestre e/ou a natureza das atividades extensionistas.

Bibliografia Complementar:

Bibliografia de acordo com as unidades curriculares desenvolvidas neste semestre e/ou a natureza das atividades extensionistas.

Disciplina	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. E.****	CH.TOTAL	CH. EAD
ATIVIDADES COMPLEMENTARES	20				20	
Não há.						

6º Período

Sem. Carga horária 425h

	Disciplina	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. E.****	CH.TOTAL	CH. EAD
VI SEMESTRE	DIREITO EMPRESARIAL I	56	4			60	

Ementa:

Teoria geral do Direito Empresarial, Tipos societários. LGPD aplicada às relações empresariais.

Conteúdo:

Atividade empresarial. Livre iniciativa. Direito de empresa. Empresário. Estabelecimento empresarial. Nome empresarial. Escrituração. Prepostos. Microempresas e empresas de pequeno porte. Direito societário: conceitos e generalidades. Classificação das sociedades empresárias. Personalidade jurídica. Espécies de sociedades. Sociedades contratuais. Sociedade limitada. Dissolução de sociedade contratual. Sociedade por ações. Sócio. Capital social.

Objetivos:

Proporcionar ao acadêmico a compreensão da dimensão teórica e prática do direito empresarial, de modo que habilite o acadêmico ao exercício profissional reflexivo e crítico nesta área do direito.

Bibliografia básica:

COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Comercial**: direito de empresa. 20. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

NEGRÃO, R. **Direito empresarial**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. [E-book Saraiva Digital]

TOMAZETTE, M. **Curso de Direito Empresarial**. São Paulo: Saraiva, 2020. [E-book Saraiva Digital]

Bibliografia complementar:

CHAGAS, E.E. das; LENZA, P. **Direito Empresarial**. 7.ed. São Paulo: Saraiva, 2020. [E-book Saraiva Digital]

GOMES, L. F.; GIALLUCA, A.; SANCHEZ, A.; BIANCHINI, A. **SABERES DO DIREITO** 27 - DIREITO EMPRESARIAL I. São Paulo: Saraiva, 2013. [E-book Saraiva Digital]

GONCALVES, M. G. V. P. R.; GONÇALVES, V.E.R. **Direito Empresarial**. 10.ed. São Paulo: Saraiva, 2018. [E-book Saraiva Digital]

NEGRÃO, Ricardo. **Manual de Direito Comercial & de Empresa** – Vol. 1 – Teoria Geral da Empresa e Direito Societário. 10ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

REQUIÃO, Rubens. **Curso de direito comercial**. 32ª ed., rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2013.

TEIXEIRA, T. **Direito Empresarial Sistematizado**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. [E-book Saraiva Digital]

Disciplina	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. E.****	CH.TOTAL	CH. EAD
DIREITO PROCESSUAL CIVIL III	56	4			60	

Ementa:

Procedimentos especiais codificados de jurisdição contenciosa. Teoria geral dos recursos. Apelação. Agravo de Instrumento. Agravo interno. Embargos de Declaração. Recurso Ordinário. Recurso Extraordinário. Recurso Especial. Ações autonomias de impugnação. Ação Rescisória. Processo nos tribunais. Provimentos vinculantes e precedentes judiciais. Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa e voluntária.

Conteúdo:

Procedimentos especiais codificados de jurisdição contenciosa: da ação de exigir contas, oposição, habilitação, ação monitória, restauração de autos. Procedimentos especiais der jurisdição voluntária: notificação e interpelação, bens dos ausentes, coisas vagas. Meios de impugnação das decisões judiciais: Ação Rescisória. Teoria Geral dos Recursos e Dos 67 recursos em espécie. Ações autônomas de impugnação

Objetivos:

Propiciar o desenvolvimento teórico e crítico dos procedimentos especiais de jurisdição contenciosa e o aprimoramento dos meios de impugnação das decisões judiciais para o exercício da prática judiciária em face do sistema recursal brasileiro, resguardando-se as garantias processuais constitucionalmente estabelecidas

Bibliografia básica:

ASSIS, Araken de. **Processo Civil Brasileiro**: procedimento comum. v. 3. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

GONÇALVES, M.V.R. **Novo Curso de Direito Processual Civil.** 17.ed. São Paulo: Saraiva, 2020. [E-book Saraiva Digital]

MARINONI, Luis Guilherme; ARENHARDT, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. **Novo curso de processo civil**. v. 3. 2. ed. 2016.

MATOS, C.E.F. **Processo Civil.** 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. [E-book Saraiva Digital]

Bibliografia complementar:

BARROSO, D.; LETTIERE, J. F. **Prática no Processo Civil.** 9.ed. São Paulo: Saraiva, 2019. [E-book Saraiva Digital]

FREIRE, A. R. S.; NUNES, D. J. C.; STRECK, L. L.; CUNHA, L. J. R. C. B. **Comentários ao Código de Processo Civil.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. [E-book Saraiva Digital]

STRECK, Lenio Luiz; NUNES, Dierle; CUNHA, Leonardo Carneiro. **Comentários ao Código de Processo Civil**. São Paulo: Saraiva, 2016.

STRECK, Lenio Luiz; NUNES, Dierle; CUNHA, Leonardo Carneiro. **Comentários ao Código de Processo Civil**. São Paulo: Saraiva, 2016. [E-book Saraiva Digital]

TESHEINER, J. M. R.; THAMAY, R. F. K. **Teoria geral do processo.** 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. [E-book Saraiva Digital]

Disciplina	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. E.****	CH.TOTAL	CH. EAD
DIREITO ADMINISTRATIVO II	56	4			60	

Ementa:

Licitações. Contratos Administrativos. Domínio Público. Bens públicos. Intervenção do Estado na Propriedade. Atuação do Estado no domínio econômico. Responsabilidade Civil do Estado. Controle dos atos da Administração Pública. Improbidade administrativa.

Conteúdo:

Características e interpretação dos contratos administrativos. Cláusulas exorbitantes e manutenção do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos. Princípios, objeto, dispensa e inexigibilidade da licitação. Modalidades e tipos de licitação. Bens públicos, classificação e suas características. Uso, alienação e aquisição de bens públicos. Fundamentos e caracteres da responsabilidade civil extracontratual da Administração Pública. Excludentes de responsabilidade civil. Reparação do dano e direito de regresso. Fundamentos e 63 modalidades da intervenção do Estado na propriedade privada e no domínio econômico. Espécies de controle da atuação administrativa: controle administrativo, legislativo e judiciário.

Objetivos:

Conhecer o sentido e alcance do direito administrativo visando capacitar o acadêmico para a compreensão e solução das questões relacionadas à Administração Pública.

Bibliografia básica:

COUTO FILHO, R. D. S. **Curso de direito administrativo.** 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. [E-book Saraiva Digital]

JUSTEN FILHO, Marçal**. Curso de Direito Administrativo**. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. 17. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

MAZZA, A. **Manual de Direito Administrativo**. 10.ed. São Paulo: Saraiva, 2020. [E-book Saraiva Digital]

Bibliografia complementar:

ARAUJO, E. N. de. **Curso de direito administrativo**. 8.ed.São Paulo: Saraiva, 2018. [E-book Saraiva Digital]

CAIO MARIO DA SILVA; CAIO MARIO DA SILVA PEREIRA NETO; LUIS FELIPE VALERIM PINHEIRO; LUÍS FELIPE VALERIM PINHEIRO. **Direito Administrativo-Direito da Infraestrutura**. 1. São Paulo, 2017. 0. ISBN 9788547220747.

GASPARINI, D. **Direito Administrativo Registra**l. 17.ed. São Paulo: Saraiva, 2012. [E-book Saraiva Digital]

ROSSI, L. **Manual de direito administrativo**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. **[**E-book Saraiva Digital]

REINALDO COUTO. **Curso de direito administrativo**. 2. São Paulo 2015 0 ISBN 9788502622784.

Disciplina	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. E.****	CH.TOTAL	CH. EAD
DIREITO DO TRABALHO II	56	4			60	

Ementa:

Salário e Remuneração. Estabilidades e Garantias especiais de emprego. Meio Ambiente do Trabalho. Direito Coletivo do Trabalho. Extinção do contrato individual de emprego.

Conteúdo:

Do Direito Fundamental ao Salário. Remuneração e Salário: características e classificação do Salário. Salário-utilidade e Salário In Natura. Utilidades não-salariais e outros benefícios. Modalidades Especiais de Salário. Garantias Salariais. Estabilidades e Garantias especiais de emprego: Estabilidade Definitiva e o FGTS. Garantias Especiais de Emprego. Consequências Jurídicas da dispensa irregular. Proteção Constitucional ao Meio Ambiente do Trabalho: Legislação preventiva em matéria de meio ambiente de Trabalho. Acidente do trabalho. 68 Efeitos jurídicos no campo do direito do trabalho e do direito previdenciário. Direito Coletivo do Trabalho. Conflitos coletivos de trabalho. Negociação Coletiva. Acordo e Convenção Coletiva.

Arbitragem no Direito do Trabalho. Direito de Greve. Extinção do Contrato Individual de Emprego: modalidades de extinção do contrato. Aviso prévio. Verbas decorrentes da extinção contratual. Formalidades Rescisórias. Prazos e Penalidades

Objetivos:

Conhecer e identificar os principais institutos do Direito do Trabalho no Brasil possibilitando a compreensão e resolução de conflitos decorrentes das relações de trabalho e das relações de emprego no âmbito individual e coletivo.

Bibliografia básica:

BARROS, Alice Monteiro de. **Curso de Direito do Trabalho**. 5ª ed. São Paulo: LTr, 2009.

MARTINEZ, L. **Curso de Direito do Trabalho**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. [E-book Saraiva Digital]

NASCIMENTO, A. M. **Curso de Direito do Trabalho**. 26. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. [E-book Saraiva Digital]

Bibliografia complementar:

ANDREUCCI, R. A. **Direito Penal do Trabalho.** 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. [E-book Saraiva Digital]

GOMES, L. F.; MARQUES, I. L.; BIANCHINI, A. **Saberes do direito 41 - Processo do trabalho.** São Paulo: Saraiva, 2013. [E-book Saraiva Digital]

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de Direito do Trabalho**. São Paulo: Saraiva, 2020. [E-book Saraiva Digital]

OLIVEIRA, Sebastião Geraldo. **Indenizações por acidente do trabalho ou doença ocupacional**. 7. ed. São Paulo: LTr, 2013.

PEREIRA, L. **Manual de processo do trabalho.** 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. [E-book Saraiva Digital]

PRADO, Roberto Baretto. **Curso de direito coletivo do trabalho**. 2. ed.Sao Paulo: LTR, 1991.

RUSSOMANO, Mosart V. **Curso de Direito do Trabalho**. 9ª Ed. CAMPO GARNDE: Juruá, 2002.

	Disciplina	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. E.****	CH.TOTAL	CH. EAD
	DIREITO CIVIL: CONTRATOS II	45				45	

Ementa:

Espécies de contrato. Compromisso de Compra e venda. Compra e venda. Troca ou permuta. Contrato estimatório. Doação. Aluguel. Empréstimo. Prestação de serviço. Empreitada. Contrato de emprego. Mandato e contratos pessoais de serviço. Transporte. Seguro. Contratos conexos. Alienação Fiduciária. Contratos Empresariais. Contratos bancários. Contratos de investidores. Contratos representação comercial. Contratos de comissão. Aplicação da LGPD nos contratos.

Conteúdos:

Espécies de contrato. Compromisso de Compra e venda. Compra e venda. Troca ou permuta. Contrato estimatório. Doação. Aluguel. Empréstimo. Prestação de serviço. Empreitada. Contrato de emprego. Mandato e contratos pessoais de serviço. Transporte. Seguro. Contratos conexos. Alienação Fiduciária. Contratos Empresariais. Contrato de Locação Empresarial. Contratos bancários. Contratos de investidores. Contratos representação comercial. Contratos de comissão. Aplicação da LGPD nos contratos.

Objetivos:

Estudar os contratos em espécies, aplicações à sua classificação e consequências práticas.

Bibliografia básica:

PAMPLONA FILHO, Rodolfo; GAGLIANO, Pablo Stolze. **Novo curso de direito civil**: Contratos Teoria Geral. v. 4. Tomo 1. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

LÔBO, P. **Direito Civil - Contratos.** São Paulo: Saraiva, 2020. [E-book Saraiva Digital]

WALD, A. **Direito Civil**. São Paulo: Saraiva, 2015. [E-book Saraiva Digital]

Bibliografia complementar:

AZEVEDO, A. V. **Curso de direito civil - teoria geral dos contratos típicos e atípicos.** 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. [E-book Saraiva Digital]

GAGLIANO, P. S.; FILHO, R. M. V. P. **Contratos.**3. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. [E-book Saraiva Digital]

JUNIOR, A. G. J. **Direito dos contratos.** São Paulo: Saraiva, 2013 [E-book Saraiva Digital]

LÔBO, P. **Direito Civil - Contratos.** São Paulo: Saraiva, 2020. [E-book Saraiva Digital]

MALUF, C. A. D.; MONTEIRO, W. de B. Curso de Direito Civil. São Paulo: Saraiva, 2015. [E-book Saraiva Digital]

NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. **Código Civil Comentado**. 11. ed. Revista dos Tribunais, 2014.

Disciplina	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. E.****	CH.TOTAL	CH. EAD
DIREITO PROCESSUAL PENAL II	53	2			45	

Ementa:

Processos em Espécie. Citações e Intimações. Nulidades. Recursos.

Conteúdo:

Atos processuais. Pressupostos processuais. Nulidades. Convalidação e Saneamento. Procedimento ordinário. Procedimento sumário. Procedimento sumaríssimo. Procedimentos especiais. Procedimento especial do Tribunal do Juri. Instrução processual. Sentença penal. Recursos. Recurso em sentido estrito. Apelação. Protesto por novo júri. Embargos de declaração. Agravo de execução. Ações autônomas de impugnação. Coisa Julgada. Prisão. Prisão em flagrante, preventiva e temporária. Prisão decorrente de sentença condenatória. Execução penal.

Objetivos:

Possibilitar a compreensão do fenômeno social do crime, habilitando o acadêmico a aplicar as normais penais a partir de seu respectivo processo, fomentando uma reflexão crítica e propositiva acerca das normas materiais e adjetivas de âmbito criminal, especificamente com relação a aplicação das normas inerentes aos procedimentos penais especiais, nulidades e recursos

Bibliografia básica:

GLOECKNER, R. J. **Nulidade no Processo Penal Nulidade no Processo Penal.** 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2017. [E-book Saraiva Digital]

ZILLI, Marcos Alexandre Coelho. **A iniciativa instrutória do juiz no processo penal**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003. 316 p. ISBN 9788520324401 (broch.).

CARNELUTTI, Francesco. **As misérias do processo penal**. São Paulo: Pillares, 2006. 127 p. ISBN 97885 (broch.).

Bibliografia complementar:

BONFIM, E. M. **No tribunal do júri.** 6.ed. São Paulo: Saraiva, 2018. [E-book Saraiva Digital]

JR., A. L. **Direito processual penal.** 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. [E-book Saraiva Digital]

LOPES JR., A. GLOECKNER, R. J. **Investigação Preliminar no Processo Penal.** 6.ed. São Paulo: Saraiva, 2014. [E-book Saraiva Digital]

REIS, A. C. A. GONCALVES, V.E.R. **Processo penal procedimentos, nulidades e recursos.** 19.ed. São Paulo: Saraiva, 2019. [E-book Saraiva Digital]

Disciplina	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. E.****	CH.TOTAL	CH. EAD
PRÁTICA E CLÍNICA JURÍDICA CÍVEL I		30			30	

Ementa:

Prática processual civil. Atos processuais. Procedimentos. Audiências. Peças práticas da advocacia. Visitas técnicas. Oficinas práticas. Estudo de Caso. Audiência cível simulada.

Conteúdo:

Prática processual civil. Atos processuais. Procedimentos. Audiências. Peças práticas da advocacia. Visitas técnicas. Oficinas práticas. Estudo de Caso. Audiência cível simulada.

Objetivo:

Identificar o problema jurídico, através do atendimento ao cliente, de forma macro e interdisciplinar, apresentando encaminhamentos judiciais e extrajudiciais para os casos reais na respectiva área de atuação do estágio.

Bibliografia básica:

ASSIS, Araken de. **Processo Civil Brasileiro**: procedimento comum. v. 3. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

BONÍCIO, M**. Princípios Do Processo No Novo Código De Processo Civil**. São Paulo: Saraiva, 2016. [E-book Saraiva Digital]

DIDIER JUNIOR, Fredie. **Curso de direito processual civil**: volume 1:Introdução ao direito processual civil, parte geral e processo do conhecimento. 19. ed. rev. ampl. e atual. Salvador: JusPodivm, 2008. 879 p. ISBN 9788577610748 (enc.).

MATOS, C.E.F. **Processo Civil.** Processo Civil. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. [E-book Saraiva Digital]

Bibliografia complementar:

AGUIAR, Mirella de Carvalho. **Amicus curiae**. Salvador: JusPodivm, 2005. 103 p. (Temas de processo civil. Estudos em homenagem a Eduardo Espinola). ISBN 9788598471569 (broch.).

ALVIM, E.A; LEITE, G.S. STRECK, L.L. **Hermenêutica e Jurisprudência No Novo Código de Processo Civil**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2018. [E-book Saraiva Digital]

FREIRE, A. R. S.; NUNES, D. J. C.; STRECK, L. L.; CUNHA, L. J. R. C. B. **Comentários ao Código de Processo Civil.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. [E-book Saraiva Digital]

TESHEINER, J. M. R.; THAMAY, R. F. K. **Teoria geral do processo.** 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. [E-book Saraiva Digital]

THAMAY, R. F. K. **Manual de direito processual civil.** São Paulo: Saraiva, 2018. [E-book Saraiva Digital]

Disciplina	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. E.****	CH.TOTAL	CH. EAD
ATIVIDADES DE CULTURA E EXTENSÃO	45				45	

Ementa:

A extensão universitária deverá ser desenvolvida sob a forma de Programa, Projeto, Evento, Prestação de Serviço, Curso ou Oficina visando:

1. integrar o ensino e a pesquisa com as demandas sociais, buscando o comprometimento da comunidade universitária, bem como contribuir na formação integral discente, estimulando sua formação para a cidadania crítica e responsável;
2. socializar o conhecimento acadêmico por meio de diálogo construtivo e transformador com os demais setores da sociedade brasileira e internacional, respeitando e promovendo a interculturalidade e a participação efetiva da sociedade na vida da Faculdade;
3. incentivar na prática acadêmica o desenvolvimento da consciência social e política, bem como a reflexão ética quanto à dimensão social do ensino e da pesquisa, formando profissionais cidadãos e cidadãs;
4. participar criticamente de propostas que objetivem o desenvolvimento regional, econômico, social e cultural que expressem o compromisso social da Faculdade Pan-Americana de Administração e Direito; e
5. contribuir para o aperfeiçoamento, a reformulação e a implementação de concepções e práticas curriculares da Faculdade Pan-Americana de Administração e Direito para a sistematização do conhecimento produzido.

.**Conteúdo:**

Não há.

Objetivo:

Proporcionar ao discente formação complementar com atuação pontual na sociedade, de modo a contribuir para a formação integral de cidadãos, por meio da produção e difusão do conhecimento.

Bibliografia Básica:

Bibliografia de acordo com as unidades curriculares desenvolvidas neste semestre e/ou a natureza das atividades extensionistas.

Bibliografia Complementar:

Bibliografia de acordo com as unidades curriculares desenvolvidas neste semestre e/ou a natureza das atividades extensionistas.

Disciplina	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. E.****	CH.TOTAL	CH. EAD
ATIVIDADES COMPLEMENTARES	20				20	
Não há.						

7º Período

Sem. Carga horária 395h

	Disciplina	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. E.****	CH.TOTAL	CH. EAD
VII SEMESTRE	DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	56	4			60	

Ementa:

Constituição e Justiça do Trabalho. Ministério Público do Trabalho. Processo do Trabalho. Fases: postulatória, instrutória e decisória. Recursos. Ação Rescisória. Execução Trabalhista

Conteúdo:

Princípios do processo trabalhista. Justiça do Trabalho. Competência material. Competência territorial. Sujeitos do processo trabalhista. Procedimento Ordinário. Procedimento Sumário e Sumaríssimo. Normas do processo trabalhista. Petição Inicial. Respostas do Réu. Audiências. Prova em processo trabalhista. Espécies de provas. Sentença. Teoria Geral dos recursos trabalhistas. Recursos em espécie. Execução. Dissídios Coletivos. Ação rescisória trabalhista.

Objetivos:

Compreender os institutos processuais de direito do trabalho, de modo que concomitantemente ao aprendizado dos institutos objetiva-se habilitar o acadêmico a atuar profissionalmente, de forma crítica e reflexiva, no âmbito do direito processual do trabalho.

Bibliografia básica:

BONÍCIO, M**. Princípios Do Processo No Novo Código De Processo Civil**. São Paulo: Saraiva, 2016. [E-book Saraiva Digital]

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Iniciação ao Processo do Trabalho**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

_____. **Iniciação ao Processo do Trabalho**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. [E-book Saraiva Digital]

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de direito processual do trabalho**. São Paulo: LTr, 2011.

Bibliografia complementar:

ALMEIDA, A.P.de. **Curso prático de processo do trabalho.** 25.ed. São Paulo: Saraiva, 2019. [E-book Saraiva Digital]

GOMES, L. F.; MARQUES, I. L.; BIANCHINI, A. **Saberes do direito 41 - Processo do trabalho.** São Paulo: Saraiva, 2013. [E-book Saraiva Digital]

LEITE, C. H. B. **LIV DIG MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - DOUTRINA JUR DID AL.** 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. [E-book Saraiva Digital]

PEREIRA, L. **Manual de processo do trabalho.** 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. [E-book Saraiva Digital]

Disciplina	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. E.****	CH.TOTAL	CH. EAD
DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO	40		5		45	

Ementa:

Fundamentos do Direito Internacional. Fontes. Tratados e Convenções. Normas do Direito Internacional. Regras e princípios. Direito internacional e direito interno. Sujeitos e capacidade de direito internacional. Estados. Organizações internacionais. Conflitos internacionais. Proteção Internacional dos direitos humanos. Questões contemporâneas: fundamentalismo, terrorismo, refugiados.

Conteúdo:

Fundamentos do Direito Internacional. Fontes. Tratados e Convenções. Normas do Direito Internacional. Regras e princípios. Direito internacional e direito interno. Sujeitos e capacidade de direito internacional. Estados. Organizações internacionais. Conflitos internacionais. Proteção Internacional dos direitos humanos. Questões contemporâneas: fundamentalismo, terrorismo, refugiados. Conceitos. Objeto e finalidade. Conflitos de leis estrangeiras no espaço

Objetivos:

Possibilitar a compreensão das normas que regem o sistema internacional, quanto ao relacionamento entre Estados e Organizações Internacionais e sua influência nos sistemas jurídicos nacionais, compreendendo a dinâmica do conflito de leis no tempo e no espaço no âmbito internacional.

Bibliografia básica:

PIOVESAN, F. **Direitos humanos e justiça internacional.** 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. [E-book Saraiva Digital]

REZEK, Francisco. **Direito Internacional Público**: curso elementar. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

_____**. Direito Internacional Público**: parte II. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. [E-book Saraiva Digital]

Bibliografia complementar:

ACCIOLY, Hildebrando. **Manual de Direito Internacional Público**. São Paulo: Saraiva, 2000.

GUERRA, S. **Curso de direito internacional público.** 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. [E-book Saraiva Digital]

JUBILUT, L. L.; MONACO, G. F. E. C. **SABERES DO DIREITO 56 - DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO.** São Paulo: Saraiva, 2012. [E-book Saraiva Digital]

SEITENFUS, Ricardo. **Manual das Organizações Internacionais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.

TEIXEIRA, C. N. **DIREITO INTERNACIONAL PARA O SÉCULO XXI.** São Paulo: Saraiva, 2013. [E-book Saraiva Digital]

VEÇOS, F. F. C. **DIREITO INTERNACIONAL EM CONTEXTO** - SÉRIE GVLAW. São Paulo: Saraiva, 2012. [E-book Saraiva Digital]

Disciplina	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. E.****	CH.TOTAL	CH. EAD
DIREITO PREVIDENCIÁRIO E SEGURIDADE SOCIAL	30				30	

Ementa:

Regime Geral de Previdência Social. Financiamento da Previdência Social. Plano de Benefícios. Decadência e Prescrição. Processo Judicial Previdenciário. Outros Regimes Previdenciários. Crimes contra a Previdência Social. Modelos históricos de Seguridade Social. Constituição e a Seguridade Social. Assistência Social. Direito à Saúde

Unidades Curriculares:

Regime Geral de Previdência Social. Filiação e Inscrição. Segurados obrigatórios, facultativos, especiais e dependentes. Financiamento da Previdência Social. Contribuição dos trabalhadores. Contribuições da Empresa. Seguro Acidente do Trabalho. Contribuições para Terceiros. Prescrição e decadência do crédito tributário. Plano de Benefícios. Beneficiários do Regime Geral de Previdência Social. Salário de Benefício. Teoria e Prática das Prestações Previdenciárias: direito aos benefícios, processo administrativo e processo judicial. Outros Regimes Previdenciários: regimes previdenciários dos servidores civis e militares. Regime Privado de Previdência Complementar. Crimes contra a Previdência Social. Crimes em espécie e Extinção da Punibilidade. Assistência Social: princípios e diretrizes. Prestações, serviços, programas e projetos. Direito à Saúde: Dever Estatal na execução dos serviços de Saúde. SUS. Planos de Saúde.

Objetivos:

Conhecer os regimes de Previdência Social e a Seguridade Social, as formas de financiamento e concessão das prestações previdenciárias, assim como as formas administrativas e judicias de resolução dos conflitos previdenciários.

Bibliografia básica:

AGOSTINHO, T. **Manual previdenciário.** São Paulo: Saraiva, 2020. [E-book Saraiva Digital]

NEVES, G.B. **Manual De Direito Previdenciário** - Direito Da Seguridade Social. São Paulo: Saraiva, 2013. [E-book Saraiva Digital]

NASSAR, E**. Previdência Social na Era do Envelhecimento**. São Paulo: Saraiva, 2014. [E-book Saraiva Digital]

Bibliografia complementar:

BIAGI, J. **Direito previdenciário II - Volume 46.** São Paulo: Saraiva, 2014. [E-book Saraiva Digital]

CORREI, M. O. G.; CORREIA, E. P. B. **Curso de Direito da Seguridade Social.** 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. [E-book Saraiva Digital]

NASCIMENTO, A. M. **Curso de Direito do Trabalho**. 26. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. [E-book Saraiva Digital]

TAVARES, Marcelo Leonardo. **Direito previdenciário**: regime geral de previdência social e regras constitucionais dos regimes próprios de previdência social. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2016.

Disciplina	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. E.****	CH.TOTAL	CH. EAD
DIREITO CIVIL: COISAS	45				45	

Ementa:

Conceitos. Evolução histórica. Conteúdo. Direitos reais. Direitos pessoais. Figuras híbridas. Posse: classificação, aquisição, perda, efeitos. Manutenção e reintegração de posse. Interdito proibitório. Propriedade. Usucapião. Condomínio geral e edilício. Superfície. Servidões. Usufruto. Uso. Habitação. Direitos reais de garantia: penhor, hipoteca, anticrese. Enfiteuse.

Conteúdos:

Conceitos. Evolução histórica. Conteúdo. Direitos reais. Direitos pessoais. Figuras híbridas. Posse: classificação, aquisição, perda, efeitos. Manutenção e reintegração de posse. Interdito proibitório. Propriedade. Usucapião. Condomínio geral e edilício. Superfície. Servidões. Usufruto. Uso. Habitação. Direitos reais de garantia: penhor, hipoteca, anticrese. Enfiteuse

Objetivos:

Estudar os institutos da posse, propriedade e direitos reais sobre a coisa alheia na perspectiva constitucional, analisando a posse como fenômeno jurídico e suas implicações práticas, inclusive processuais e aprofundando o estudo da propriedade móvel e imóvel, juntamente com a disciplina dos registros públicos e direitos reais sobre a coisa alheia.

Bibliografia básica:

LÔBO, P. **Direito Civil.** São Paulo: Saraiva, 2020. [E-book Saraiva Digital]

MALUF, C. A. D.; MONTEIRO, W. de B. **Curso de Direito Civil**. São Paulo: Saraiva, 2015. [E-book Saraiva Digital]

WALD, A. **Direito Civil**. São Paulo: Saraiva, 2015. [E-book Saraiva Digital]

Bibliografia complementar:

COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Civil**. v. 4. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

FIGUEIREDO, F. V. **Direito civil V.** São Paulo: Saraiva, 2013. [E-book Saraiva Digital]

GOMES, Orlando. **Direitos Reais**. 21. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

JUNIOR, A. G. J. **Direito dos contratos.** São Paulo: Saraiva, 2013 [E-book Saraiva Digital]

NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. **Instituições de Direito Civil**: Direitos patrimoniais e reais. v. 4. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

Disciplina	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. E.****	CH.TOTAL	CH. EAD
OPTATIVA 3	30				30	

Ementa: variável.

Conteúdo: variável.

Objetivo: variável.

Bibliografia Básica e complementar: variável.

Disciplina	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. E.****	CH.TOTAL	CH. EAD
PRÁTICA E CLÍNICA JURÍDICA CÍVEL II		30			30	

Ementa:

Prática processual civil. Atos processuais. Procedimentos. Audiências. Peças práticas da advocacia. Recursos cíveis. Execução. Visitas técnicas. Oficinas práticas. Estudo de Caso. Audiência cível simulada.

Conteúdo:

Prática processual civil. Atos processuais. Procedimentos. Audiências. Peças práticas da advocacia. Recursos cíveis. Execução. Visitas técnicas. Oficinas práticas. Estudo de Caso. Audiência cível simulada.

Objetivo:

Identificar o problema jurídico, através do atendimento ao cliente, de forma macro e interdisciplinar, apresentando encaminhamentos judiciais e extrajudiciais para os casos reais na respectiva área de atuação do estágio.

Bibliografia básica:

ASSIS, Araken de. **Processo Civil Brasileiro**: procedimento comum. v. 3. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

BONÍCIO, M**. Princípios Do Processo No Novo Código De Processo Civil**. São Paulo: Saraiva, 2016. [E-book Saraiva Digital]

MATOS, C.E.F. **Processo Civil.** Processo Civil. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. [E-book Saraiva Digital]

Bibliografia complementar:

AGUIAR, Mirella de Carvalho. **Amicus curiae**. Salvador: JusPodivm, 2005. 103 p. (Temas de processo civil. Estudos em homenagem a Eduardo Espinola). ISBN 9788598471569 (broch.).

ALVIM, E.A; LEITE, G.S. STRECK, L.L. **Hermenêutica e Jurisprudência No Novo Código de Processo Civil**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2018. [E-book Saraiva Digital]

FREIRE, A. R. S.; NUNES, D. J. C.; STRECK, L. L.; CUNHA, L. J. R. C. B. **Comentários ao Código de Processo Civil.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. [E-book Saraiva Digital]

TESHEINER, J. M. R.; THAMAY, R. F. K. **Teoria geral do processo.** 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. [E-book Saraiva Digital]

THAMAY, R. F. K. **Manual de direito processual civil.** São Paulo: Saraiva, 2018. [E-book Saraiva Digital]

Disciplina	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. E.****	CH.TOTAL	CH. EAD
PRÁTICA E CLÍNICA JURÍDICA PENAL I		30			30	

Ementa:

Prática processual penal. Atos processuais. Procedimentos. Audiências. Peças práticas da advocacia. Recursos criminais. Visitas técnicas. Oficinas práticas. Estudo de Caso. Audiência penal simulada. Tribunal do júri simulado.

Conteúdo:

Prática processual penal. Atos processuais. Procedimentos. Audiências. Peças práticas da advocacia. Recursos criminais. Visitas técnicas. Oficinas práticas. Estudo de Caso. Audiência penal simulada. Tribunal do júri simulado.

Objetivo:

Identificar o problema jurídico, através do atendimento ao cliente, de forma macro e interdisciplinar, apresentando encaminhamentos judiciais e extrajudiciais para os casos reais na respectiva área de atuação do estágio.

Bibliografia básica:

GLOECKNER, R. J. **Nulidade no Processo Penal Nulidade no Processo Penal.** 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2017. [E-book Saraiva Digital]

LIMA, Renato Brasileiro. **Manual de Processo Penal**. 2. ed. Salvador: JusPodivm, 2014.

REIS, A. C. A. GONCALVES, V.E.R. **Processo penal procedimentos, nulidades e recursos**. 19.ed. São Paulo: Saraiva, 2019. [E-book Saraiva Digital]

Bibliografia complementar:

DELMANTO JR., R. **Liberdade e prisão no processo penal.** São Paulo: Saraiva, 2019. [E-book Saraiva Digital]

FREITAS, J. W. D.; SILVA, M. A. M. D. **CODIGO PROC PENAL COMENTADO.** São Paulo: Saraiva, 2012. [E-book Saraiva Digital]

JR., A. L. **Direito processual penal.** 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. [E-book Saraiva Digital]

LOPES JR., A. GLOECKNER, R. J. **Investigação Preliminar no Processo Penal.** 6.ed. São Paulo: Saraiva, 2014. [E-book Saraiva Digital]

Disciplina	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. E.****	CH.TOTAL	CH. EAD
ESTÁGIO SUPERVISIONADO I		30			30	

Ementa:

Técnica de prevenção e solução de conflitos judiciais e extrajudiciais. Atendimento. Pareceres jurídicos. Técnica de petição inicial e defesa em casos reais. Técnicas de acordo, mediação e conciliação em casos reais. Petições de impulso processual.

Conteúdo:

Técnica de prevenção e solução de conflitos judiciais e extrajudiciais. Atendimento. Pareceres jurídicos. Técnica de petição inicial e defesa em casos reais. Técnicas de acordo, mediação e conciliação em casos reais. Petições de impulso processual.

Objetivo:

Identificar o problema jurídico, através do atendimento ao cliente, de forma macro e interdisciplinar, apresentando encaminhamentos judiciais e extrajudiciais para os casos reais na respectiva área de atuação do estágio.

Bibliografia: Não há

Disciplina	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. E.****	CH.TOTAL	CH. EAD
OFICINAS	30				30	30
Variável conforme orientação professor.						

Disciplina	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. E.****	CH.TOTAL	CH. EAD
ATIVIDADES DE CULTURA E EXTENSÃO					45	

		45					

Ementa:

A extensão universitária deverá ser desenvolvida sob a forma de Programa, Projeto, Evento, Prestação de Serviço, Curso ou Oficina visando:

1. integrar o ensino e a pesquisa com as demandas sociais, buscando o comprometimento da comunidade universitária, bem como contribuir na formação integral discente, estimulando sua formação para a cidadania crítica e responsável;
2. socializar o conhecimento acadêmico por meio de diálogo construtivo e transformador com os demais setores da sociedade brasileira e internacional, respeitando e promovendo a interculturalidade e a participação efetiva da sociedade na vida da Faculdade;
3. incentivar na prática acadêmica o desenvolvimento da consciência social e política, bem como a reflexão ética quanto à dimensão social do ensino e da pesquisa, formando profissionais cidadãos e cidadãs;
4. participar criticamente de propostas que objetivem o desenvolvimento regional, econômico, social e cultural que expressem o compromisso social da Faculdade Pan-Americana de Administração e Direito; e
5. contribuir para o aperfeiçoamento, a reformulação e a implementação de concepções e práticas curriculares da Faculdade Pan-Americana de Administração e Direito para a sistematização do conhecimento produzido.

.**Conteúdo:**

Não há.

Objetivo:

Proporcionar ao discente formação complementar com atuação pontual na sociedade, de modo a contribuir para a formação integral de cidadãos, por meio da produção e difusão do conhecimento.

Bibliografia Básica:

Bibliografia de acordo com as unidades curriculares desenvolvidas neste semestre e/ou a natureza das atividades extensionistas.

Bibliografia Complementar:

Bibliografia de acordo com as unidades curriculares desenvolvidas neste semestre e/ou a natureza das atividades extensionistas.

Disciplina	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. E.****	CH.TOTAL	CH. EAD
ATIVIDADES COMPLEMENTARES	20				20	

Não há.

8º Período

Sem. Carga horária 436h

	Disciplina	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. E.****	CH.TOTAL	CH. EAD
VIII SEMESTRE	DIREITO ECONÔMICO	30				30	

Ementa:

Lineamentos do direito econômico. Fontes. A ordem jurídico-econômica. A intervenção do estado no domínio econômico. Tutela da concorrência e repressão ao abuso do poder econômico. Direito econômico e desenvolvimento. Formulação e aplicação da política econômica. O direito econômico e a nova ordem mundial.

Conteúdo:

Lineamentos do direito econômico. Fontes. A ordem jurídico-econômica. A intervenção do estado no domínio econômico. Tutela da concorrência e repressão ao abuso do poder econômico. Direito econômico e desenvolvimento. Formulação e aplicação da política econômica. O direito econômico e a nova ordem mundial.

Objetivo:

Demonstrar a importância do direito econômico para as estruturas sociais, econômicas e políticas. Provocar a reflexão e crítica sobre os institutos jurídicos impressos ou implícitos do direito econômico brasileiro. Estimular a análise de casos práticos que envolvam o direito econômico e que sejam relevantes sócio, econômica, jurídica e politicamente.

Bibliografia Básica:

SCHAPIRO, Mario Gomes. Direito econômico. São Paulo Saraiva 2013 1 recurso online (GVLaw). ISBN 9788502205314

DIMITRI DIMOULIS; OSCAR VILHENA VIEIRA. ESTADO DE DIREITO E O DEFSAFIO DO DESENVOLVIMENTO. 1. São Paulo, 2011. 0. ISBN 9788502132047.

PUBLICAÇÕES CONPEDI – DIREITO ECONÔMICO E DESENVOLVIMENTO - http://site.conpedi.org.br/publicacoes/c178h0tg/8uix05yq

Bibliografia complementar:

CARVALHOSA, Modesto. **Direito econômico**: obras completas. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

JOSÉ EDUARDO FARIA. DDJ - Clássicos jurídicos - **Direito e economia na democratização brasileira**. 1. São Paulo, 2013. 0. ISBN 9788502181595.

HRISTOPHE YVAN FRANCOIS CADIE. COL. DIR. ECONÔMICO - SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL. 1. São Paulo, 2011. 0. ISBN 9788502136687.

FUNDACAO GETULIO VARGAS; RODRIGO SANCHEZ RIOS. Direito penal econômico. 1. São Paulo, 2010. 352. ISBN 9788502150416.

MANUEL ENRIQUEZ GARCIA; MARCO ANTONIO SANDOVAL DE VASCONCELLOS. Fundamentos de economia. 6. São Paulo 2018 0 ISBN 9788553131730.

Disciplina	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. E.****	CH.TOTAL	CH. EAD
DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO I	45				45	

Ementa:

Demarcação epistemológica. Sistema constitucional financeiro e tributário brasileiro. Objeto do Direito Financeiro: Atividade Financeira do Estado; Histórico; Despesa e Receita pública. Competência legislativa em matéria financeira; Classificações: Direito Tributário: tributo, conceito, espécies e classificação. As limitações ao poder de tributar. Normas gerais de direito tributário: legislação tributária, obrigação tributária, administração tributária. Os crimes e as infrações tributárias.

Conteúdo:

Abordagem do Direito Tributário e Financeiro no contexto do sistema jurídico nacional. Direito Financeiro: a atividade financeira do estado, despesa e receita pública. Direito Tributário: tributo, conceito, espécies e classificação. As limitações ao poder de tributar. Normas gerais de direito tributário: legislação tributária, obrigação tributária, administração tributária. Sistema

tributário brasileiro: conceituação, classificação, Receitas públicas. Interpretação e aplicação da legislação tributária. Obrigação tributária. Crédito Tributário. Administração pública dos tributos. Crimes tributários.

Objetivos:

Compreender Direito Financeiro e Tributário, traçando as diferenças com as disciplinas correlatas (Administrativo e Econômico) em uma perspectiva sistêmica, fazendo a intersecção entre ordenamento jurídico tributário e sistema jurídico e administrativo, de modo que habilite o acadêmico ao domínio conceitual desta área específica do conhecimento.

Bibliografia básica:

SABBAG, E. Elementos do Direito Tributário. 12. ed. São Paulo: SARAIVA, 2015. [E-book Saraiva Digital]

FOLLONI, A. **Ciência do Direito Tributário no Brasil.** São Paulo: Saraiva, 2013. [E-book Saraiva Digital]

CARNEIRO, C. **Curso de direito tributário e financeiro.** 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. [E-book Saraiva Digital]

Bibliografia complementar:

CARNEIRO, C. **Impostos federais, estaduais e municipais**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 201**9.** [E-book Saraiva Digital]

NUNES, C. S. **Curso completo de direito processual tributário.** São Paulo: Saraiva, 2019. [E-book Saraiva Digital]

EURICO MARCOS DINIZ DE SANTI. CURSO DE DIREITO TRIBUTÁRIO E FINANÇAS PÚBLICAS. 1. São Paulo 2013 0 ISBN 9788502149861.

REGINA HELENA COSTA. Curso de Direito Tributário. 13. São Paulo 2023 0 ISBN 0000008310477.

Disciplina	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. E.****	CH.TOTAL	CH. EAD
DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO	45				45	

Ementa:

Direito internacional privado brasileiro. Fontes internas. Fontes internacionais. Conflitos entre fontes. Elementos de conexão. Nacionalidade. Condição jurídica do estrangeiro. Pessoa jurídica. Direito intertemporal. Arbitragem internacional. Aplicação do direito estrangeiro.

Conteúdo:

Direito internacional privado brasileiro. Fontes internas. Fontes internacionais. Conflitos entre fontes. Elementos de conexão. Nacionalidade. Condição jurídica do estrangeiro. Pessoa jurídica. Direito intertemporal. Arbitragem internacional. Aplicação do direito estrangeiro.

Objetivos:

Possibilitar a compreensão das normas que regem o sistema internacional, quanto ao relacionamento entre Estados e Organizações Internacionais e sua influência nos sistemas jurídicos nacionais, compreendendo a dinâmica do conflito de leis no tempo e no espaço no âmbito internacional.

Bibliografia básica:

REZEK, Francisco**. Direito Internacional Público**: parte II. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. [E-book Saraiva Digital]

GUERRA, S. **Curso de direito internacional público.** 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. [E-book Saraiva Digital]

ANDRÉ DE CARVALHO RAMOS. Curso de Direito Internacional Privado. 2. São Paulo 2021 0 ISBN 9786555595352.

Bibliografia complementar:

JUBILUT, L. L.; MONACO, G. F. E. C. **SABERES DO DIREITO 56 - DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO.** São Paulo: Saraiva, 2012. [E-book Saraiva Digital]

PIOVESAN, F. **Direitos humanos e justiça internacional.** 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. [E-book Saraiva Digital]

TEIXEIRA, C. N. **DIREITO INTERNACIONAL PARA O SÉCULO XXI.** São Paulo: Saraiva, 2013. [E-book Saraiva Digital]

VEÇOS, F. F. C. **DIREITO INTERNACIONAL EM CONTEXTO** - SÉRIE GVLAW. São Paulo: Saraiva, 2012. [E-book Saraiva Digital]

BAPTISTA, Luiz Olavo. **Contratos internacionais**. São Paulo: Lex, 2011. 334 p. ISBN 9788577211210.

Disciplina	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. E.****	CH.TOTAL	CH. EAD
DIREITO, DESENVOLVIMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS	30				30	

Ementa:

Desenvolvimento: conceito e teorias. Institucionalismo. Estado de Direito e desenvolvimento. Regimes políticos e desenvolvimento. Gênero, etnias e desenvolvimento. Administração pública e desenvolvimento. Corrupção e desenvolvimento. Setor público estatal e desenvolvimento. Relações internacionais econômicas e desenvolvimento. Política pública: conceito e teorias. Ciclo das políticas públicas. Montagem de agenda. Instrumentos. Tomada de decisão. Implementação. Avaliação. Atores e instituições. Espécies de políticas públicas: pobreza, educação, saúde, infraestrutura, segurança, meio ambiente.

Conteúdo:

Direito e desenvolvimento. O que é desenvolvimento? Determinantes do desenvolvimento. Teorias do desenvolvimento. Estado de Direito e desenvolvimento. Regime político e desenvolvimento. Administração pública e desenvolvimento. Corrupção e desenvolvimento. O Estado empreendedor, privatizações e parcerias público-privadas. I.9. Desenvolvimento e relações econômicas internacionais. Direito e políticas públicas. Teoria das políticas públicas. Conceito de políticas públicas. Instituições, ideias e atores. Agenda pública. Formulação de políticas: instrumentos e design. Tomada de decisão. Avaliação de políticas. Políticas públicas e teoria do Direito. Direitos humanos e políticas públicas. Judicialização de políticas públicas. Políticas públicas em espécie. Pobreza. Infraestrutura. Educação. Saúde. Meio ambiente.

Objetivo:

Fornecer ao aluno os instrumentos teóricos e práticos para que seja capaz de entender o papel do Direito e das instituições na promoção do desenvolvimento, bem como compreender e atuar nos processos de criação e implementação de políticas públicas.

Bibliografia Básica:

Felipe de Melo Fonte. Políticas públicas e direitos fundamentais. 2a. Ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

DIOGO ROSENTHAL COUTINHO. Direito, desigualdade e desenvolvimento. 1. São Paulo, 2013. 0. ISBN 9788502207974.

MARIA PAULA DALLARI BUCCI. FUNDAMENTOS PARA UMA TEORIA JURÍDICA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS. 2. São Paulo, 2021. 0. ISBN 9786555595758.

Bibliografia Complementar:

CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO, 12, 2023 nov. 08-10, Santa Cruz do Sul, RS); BITENCOURT, Caroline Müller; GABARDO, Emerson; RENDÓN HUERTA BARRERA, Teresita. Administração pública, novas tecnologias e políticas públicas. Curitiba: Íthala, 2023. 542 p. ISBN 9786557652039.

GABRIEL WEDY. Desenvolvimento sustentável na era das mudanças climáticas. 1. São Paulo, 2018. 0. ISBN 9788553172528.

DANIEL SILVA PASSOS. Intervenção judicial nas políticas públicas: o problema da legitimidade. 1. São Paulo, 2014. 0. ISBN 9788502215979.

PAULO HAMILTON SIQUEIRA JR; PAULO HAMILTON SIQUEIRA JR. JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL POLÍTICA. 1. São Paulo, 2016. 0. ISBN 9788547205966.

Disciplina	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. E.****	CH.TOTAL	CH. EAD
DIREITO CIVIL : FAMÍLIA	45				45	

Ementa:

Conceito. Princípios. Casamento. Regime patrimonial. União estável. União homoafetiva. Uniões plúrimas. Concubinato. Família monoparental. Relações de parentesco. Filiação. Reconhecimento de filhos. Adoção. Poder familiar. Alimentos. Bem de família. Guarda. Tutela e Curatela. Responsabilidade civil nas relações familiares. Família Digital.

Conteúdo:

Conceito. Princípios. Casamento. Regime patrimonial. União estável. União homoafetiva. Uniões plúrimas. Concubinato. Família monoparental. Relações de parentesco. Filiação. Reconhecimento de filhos. Adoção. Poder familiar. Alimentos. Bem de família. Guarda. Tutela e Curatela. Responsabilidade civil nas relações familiares. Família digital e a influência da tecnologia nas relações entre pais e filhos.

Objetivos:

Propiciar ao aluno conhecimento necessário para compreensão da matéria, analisando dogmática e criticamente a legislação relativa a disciplina, em seus aspectos teóricos, formais e práticos, desta forma habilitando profissionais para atuarem no campo do Direito de Família

Bibliografia básica:

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**. v. 6. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

LÔBO, P. **Direito civil - Famílias.** 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. [E-book Saraiva Digital]

MALUF, C. A. D.; MONTEIRO, W. de B. **Curso de Direito Civil**. São Paulo: Saraiva, 2015[E-book Saraiva Digital]

WALD, A. **Direito Civil**. São Paulo: Saraiva, 2015. [E-book Saraiva Digital]

Bibliografia complementar:

AZEVEDO, A. V. **CURSO DE DIREITO CIVIL 6 - DIREITO DE FAMÍLIA.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. [E-book Saraiva Digital]

GAGLIANO, P. S.; FILHO, R. P. **Novo curso de direito civil - direito de família.** 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. [E-book Saraiva Digital]

GONÇALVES, C. R. **Direito civil brasileiro 6 - direito de família.** 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. [E-book Saraiva Digital]

NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade**. Código Civil Comentado**. 11. ed.Revista dos Tribunais, 2014.

VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito Civil** : Direito de Família. São Paulo : Atlas, 2013.

Disciplina	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. E.****	CH.TOTAL	CH. EAD
PRÁTICA E CLÍNICA JURÍDICA TRABALHISTA I		30			30	

Ementa:

Prática processual trabalhista Atos processuais. Procedimentos. Audiências. Peças práticas da advocacia. Recursos trabalhistas. Visitas técnicas. Oficinas práticas. Estudo de Caso. Audiência trabalhista simulada.

Conteúdo:

Prática processual trabalhista Atos processuais. Procedimentos. Audiências. Peças práticas da advocacia. Recursos trabalhistas. Visitas técnicas. Oficinas práticas. Estudo de Caso. Audiência trabalhista simulada.

Objetivo:

Identificar o problema jurídico, através do atendimento ao cliente, de forma macro e interdisciplinar, apresentando encaminhamentos judiciais e extrajudiciais para os casos reais na respectiva área de atuação do estágio.

Bibliografia básica:

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de Direito Processual do Trabalho**. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. [E-book Saraiva Digital]

NASCIMENTO, Amauri Mascaro**. Iniciação ao Processo do Trabalho**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. [E-book Saraiva Digital]

PEREIRA, L. **Manual de processo do trabalho.** 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. [E-book Saraiva Digital]

Bibliografia complementar:

ALMEIDA, A.P.de. **Curso prático de processo do trabalho.** 25.ed. São Paulo: Saraiva, 2019. [E-book Saraiva Digital]

ANDREUCCI, R. A. **Direito Penal do Trabalho.** 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. [E-book Saraiva Digital]

BONÍCIO, M**. Princípios Do Processo No Novo Código De Processo Civil**. São Paulo: Saraiva, 2016. [E-book Saraiva Digital]

GOMES, L. F.; MARQUES, I. L.; BIANCHINI, A. **Saberes do direito 41 - Processo do trabalho.** São Paulo: Saraiva, 2013. [E-book Saraiva Digital]

LEITE, C. H. B. **LIV DIG MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - DOUTRINA JUR DID AL.** 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. [E-book Saraiva Digital]

SCALERCIO, Marcos; MINTO, Tulio Martinez. **Prática de audiência trabalhista conforme o novo CPC**. São Paulo: LTr, 2016.

Disciplina	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. E.****	CH.TOTAL	CH. EAD
PRÁTICA E CLÍNICA JURÍDICA PENAL II		30			30	

Ementa:

Prática processual penal. Atos processuais. Procedimentos. Audiências. Peças práticas da advocacia. Visitas técnicas. Oficinas práticas. Estudo de Caso. Audiência penal simulada. Tribunal do júri simulado.

Conteúdo:

Prática processual penal. Atos processuais. Procedimentos. Audiências. Peças práticas da advocacia. Visitas técnicas. Oficinas práticas. Estudo de Caso. Audiência penal simulada. Tribunal do júri simulado.

Objetivo:

Identificar o problema jurídico, através do atendimento ao cliente, de forma macro e interdisciplinar, apresentando encaminhamentos judiciais e extrajudiciais para os casos reais na respectiva área de atuação do estágio.

Bibliografia básica:

GLOECKNER, R. J. **Nulidade no Processo Penal Nulidade no Processo Penal.** 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2017. [E-book Saraiva Digital]

ZILLI, Marcos Alexandre Coelho. **A iniciativa instrutória do juiz no processo penal**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003. 316 p. ISBN 9788520324401 (broch.).

CARNELUTTI, Francesco. **As misérias do processo penal**. São Paulo: Pillares, 2006. 127 p. ISBN 97885 (broch.).

Bibliografia complementar:

BONFIM, E. M. **No tribunal do júri.** 6.ed. São Paulo: Saraiva, 2018. [E-book Saraiva Digital]

JR., A. L. **Direito processual penal.** 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. [E-book Saraiva Digital]

LOPES JR., A. GLOECKNER, R. J. **Investigação Preliminar no Processo Penal.** 6.ed. São Paulo: Saraiva, 2014. [E-book Saraiva Digital]

REIS, A. C. A. GONCALVES, V.E.R. **Processo penal procedimentos, nulidades e recursos.** 19.ed. São Paulo: Saraiva, 2019. [E-book Saraiva Digital]

Disciplina	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. E.****	CH.TOTAL	CH. EAD
ESTÁGIO SUPERVISIONADO II		30			30	

Ementa:
Técnica de prevenção e solução de conflitos judiciais e extrajudiciais. Atendimento. Pareceres jurídicos. Técnica de petição inicial e defesa em casos reais. Técnicas de acordo, mediação e conciliação em casos reais. Petições de impulso processual.

Conteúdo:
Técnica de prevenção e solução de conflitos judiciais e extrajudiciais. Atendimento. Pareceres jurídicos. Técnica de petição inicial e defesa em casos reais. Técnicas de acordo, mediação e conciliação em casos reais. Petições de impulso processual.

Objetivo:
Identificar o problema jurídico, através do atendimento ao cliente, de forma macro e interdisciplinar, apresentando encaminhamentos judiciais e extrajudiciais para os casos reais na respectiva área de atuação do estágio.

Bibliografia: não há.

Disciplina	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. E.****	CH.TOTAL	CH. EAD
TCC 1	70				70	

Ementa:

O fenômeno jurídico como objeto de pesquisa. Escolha do objeto de pesquisa e pesquisa diagnóstica. Bases de dados e instrumentos de pesquisa. Pesquisa em grupo e interdisciplinar. Pesquisa e aporte teórico. Trabalhos técnico-científico-jurídicos: tipos, estrutura e linguagem. Normalização de trabalho acadêmico-científico.

Conteúdo:

O fenômeno jurídico como objeto de pesquisa. Conhecimento científico e pesquisa jurídica. Escolha do objeto de pesquisa e pesquisa diagnóstica, Bases de dados e instrumentos de pesquisa, . Pesquisa em grupo e interdisciplinar. Pesquisa e aporte teórico, . Tipos de trabalhos técnico-científico-jurídicos: tipos, estrutura e linguagem. Normalização de trabalho acadêmico-científico

Objetivo:

Propiciar ao discente o conhecimento necessário para elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso.

Bibliografia básica:

BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. **Linguagem jurídica**. 7.ed. São Paulo: Saraiva, 2017. [E-book Saraiva Digital]

MEZZAROBA, O.; MONTEIRO, C. S. **Manual de metodologia da pesquisa no direito**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

NASCIMENTO, Edmundo Dantès. **Linguagem forense**: a língua portuguesa aplicada à linguagem do foro. 13. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2013. [E-book Saraiva Digital]

Bibliografia complementar:

FIGUEIREDO, Adriana. **Gramática comentada com interpretação de texto**. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2017. [E-book Saraiva Digital]

MONEBHURRUN, Nitish. **Manual de Metodologia Jurídica - Técnicas para argumentar em textos jurídicos**. São Paulo: Saraiva, 2015. [E-book Saraiva Digital]

RODRIGUES, José Rodrigo. **A Justificação Do Formalismo Jurídico** - Textos Em Debate - Série Direito Em Debate – Ddj. São Paulo: Saraiva, 2011. [E-book Saraiva Digital]

PETRI, Maria José Constantino. **Manual de linguagem jurídica**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. [E-book Saraiva Digital]

Disciplina	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. E.****	CH.TOTAL	CH. EAD
OFICINAS	16				16	16
Variável conforme orientação professor.						

Disciplina	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. E.****	CH.TOTAL	CH. EAD
ATIVIDADES DE CULTURA E EXTENSÃO	45				45	
Ementa:						

A extensão universitária deverá ser desenvolvida sob a forma de Programa, Projeto, Evento, Prestação de Serviço, Curso ou Oficina visando:

1. integrar o ensino e a pesquisa com as demandas sociais, buscando o comprometimento da comunidade universitária, bem como contribuir na formação integral discente, estimulando sua formação para a cidadania crítica e responsável;
2. socializar o conhecimento acadêmico por meio de diálogo construtivo e transformador com os demais setores da sociedade brasileira e internacional, respeitando e promovendo a interculturalidade e a participação efetiva da sociedade na vida da Faculdade;
3. incentivar na prática acadêmica o desenvolvimento da consciência social e política, bem como a reflexão ética quanto à dimensão social do ensino e da pesquisa, formando profissionais cidadãos e cidadãs;
4. participar criticamente de propostas que objetivem o desenvolvimento regional, econômico, social e cultural que expressem o compromisso social da Faculdade Pan-Americana de Administração e Direito; e
5. contribuir para o aperfeiçoamento, a reformulação e a implementação de concepções e práticas curriculares da Faculdade Pan-Americana de Administração e Direito para a sistematização do conhecimento produzido.

.**Conteúdo:**

Não há.

Objetivo:

Proporcionar ao discente formação complementar com atuação pontual na sociedade, de modo a contribuir para a formação integral de cidadãos, por meio da produção e difusão do conhecimento.

Bibliografia Básica:

Bibliografia de acordo com as unidades curriculares desenvolvidas neste semestre e/ou a natureza das atividades extensionistas.

Bibliografia Complementar:

	Bibliografia de acordo com as unidades curriculares desenvolvidas neste semestre e/ou a natureza das atividades extensionistas.						
	Disciplina	**CH.T.***	**CH. P****	**CH. I*****	**CH. E.******	**CH.TOTAL**	**CH. EAD**
	ATIVIDADES COMPLEMENTARES					20	
	Não há						

9º Período

Sem. Carga horária 400h

	Disciplina	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. E.****	CH.TOTAL	CH. EAD
IX SEMESTRE	ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO	30				30	

Ementa:

Análise Econômica do Direito (AED). Aplicação do instrumental microeconômico na análise do direito. Instituições do direito de propriedade, contratos e responsabilidade civil e políticas relacionadas.

Conteúdo:
Análise Econômica do Direito (AED). Aplicação do instrumental microeconômico na análise do direito. Instituições do direito de propriedade, contratos e responsabilidade civil e políticas relacionadas.

Objetivo:

Empreender análises econômicas do Direito. Aplicar o instrumental microeconômico na análise do direito; Compreender a dinâmica das instituições do direito de propriedade, contratos e responsabilidade civil e políticas relacionadas; Aplicar a AED à realidade brasileira.

Bibliografia básica:

COOTER, Robert; ULEN, Thomas. Direito & Economia. Porto Alegre. Brokman Companhia Editora. 5ª ed., 2010.

POSNER, Richard. A. Economic Analysis of Law. Parte I. Cap. I. New York: Aspen Publishers, 2007.

SALAMA, bruno meyerhof análise econômica do direito contratual - sucesso ou fracasso? Série direito em debate - ddj. 1. São paulo 2010 0 isbn 9788502147829.

ZYLBERSZTAJN, Décio; SZTAJN, Rachel. Direito & Economia - Análise Econômica do Direito e das Organizações. Rio de Janeiro: Elsevier. 2005.

Bibliografia complementar:

SHAVELL, Steven. Economic Analysis of Accident Law. Disponível em: http://www.nber.org/papers/w9694.pdf.

JAKOBI, Karin Bergit. A análise econômica do direito e a regulação do mercado de capitais. São Paulo Atlas 2014 1 recurso online ISBN 9788522487721.

Disciplina	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. E.****	CH.TOTAL	CH. EAD
DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO II	45				45	

Ementa:

Tributos em espécie. Os tributos federais, estaduais e municipais

Conteúdo:

Tributos em espécie: aspectos conceituais. Tributos federais: espécies. Tributos estaduais: espécies. Tributos municipais: espécies. Hipótese de incidência tributária. Fato Gerador. Lançamento. Crédito Tributário. Prescrição e Decadência. Processo administrativo tributário. Processo judicial tributário.

Objetivos:

Possibilitar a compreensão do Direito Tributário em uma perspectiva sistemática, fazendo a intersecção entre ordenamento jurídico tributário e sistema jurídico e administrativo, de modo que habilite o acadêmico ao domínio conceitual e capacitação na resolução de problemas.

Bibliografia básica:

SABBAG, E. Elementos do Direito Tributário. 12. ed. São Paulo: SARAIVA, 2015. [E-book Saraiva Digital]

FOLLONI, A. **Ciência do Direito Tributário no Brasil.** São Paulo: Saraiva, 2013. [E-book Saraiva Digital]

CARNEIRO, C. **Curso de direito tributário e financeiro.** 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. [E-book Saraiva Digital]

Bibliografia complementar:

CARNEIRO, C. **Impostos federais, estaduais e municipais**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 201**9.** [E-book Saraiva Digital]

NUNES, C. S. **Curso completo de direito processual tributário.** São Paulo: Saraiva, 2019. [E-book Saraiva Digital]

EURICO MARCOS DINIZ DE SANTI. CURSO DE DIREITO TRIBUTÁRIO E FINANÇAS PÚBLICAS. 1. São Paulo 2013 0 ISBN 9788502149861.

REGINA HELENA COSTA. Curso de Direito Tributário. 13. São Paulo 2023 0 ISBN 0000008310477.

Disciplina	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. E.****	CH.TOTAL	CH. EAD
ÉTICA PROFISSIONAL	30				30	30

Ementa:

Ética, moral, justiça e direito. Deontologia jurídica. Ética nas profissões jurídicas.

Conteúdo:

Conceitos e terminologia. Responsabilidade internacional. Gerações de direitos humanos. Proteção internacional dos direitos humanos. Nações Unidas. Declaração Universal. Pactos Internacionais. Mecanismos não convencionais de proteção. Sistemas regionais. Mercosul. Direito penal internacional. Direitos em espécie. Direitos humanos e minorias. Questões práticas contemporâneas.

Objetivos:

Identificar e levantar reflexões acerca dos princípios éticos fundamentais, compreendendo a importância da ética na vida social e profissional.

Bibliografia básica:

BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. **Curso de ética jurídica**: ética geral e profissional. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

_____. **Curso de ética jurídica**: ética geral e profissional. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. [E-book Saraiva Digital]

CARDELLA, Haroldo Paranhos. CREMASCO, José Antonio. **Ética profissional simplificado**. São Paulo: Saraiva, 2012. [E-book Saraiva Digital]

Bibliografia complementar:

ADEODATO, João Maurício. **Ética E Retórica** - Para Uma Teoria Da Dogmática Jurídica. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2012. [E-book Saraiva Digital]

Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil

LOMAN (Lei Orgânica da Magistratura Nacional).

LOMP (Lei Orgânica do Ministério Público).

NALINI, José Renato. **Magistratura e Ética**. São Paulo: Contexto, 2013.

NERY JÚNIOR, Nelson e NERY, Rosa Maria de Andrade. **Constituição Federal Comentada e Legislação Constitucional**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

RACHID, Alysson. **Dominando ética**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2020. [E-book Saraiva Digital]

SARAIVA, Editora**. A Ética Como Fundamento Dos Projetos Humanos**. São Paulo: Saraiva, 2012. [E-book Saraiva Digital]

TELLES JUNIOR, Goffredo. Ética: **Do mundo da célula ao mundo dos valores**. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2015. [E-book Saraiva Digital]

	Disciplina	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. E.****	CH.TOTAL	CH. EAD
	CRIMINALÍSTICA	15				15	

Ementa:

A perícia forense é um campo que engloba várias ciências e tem por finalidade elucidação de crimes. Aborda conceitos e aspectos relativos à perinecroscopia, balística, toxicologia forense e perícias médico legais. Discute a produção e o valor das provas periciais, dentro dos princípios deontológicos.

Conteúdo:

Noções de criminalística; Relações entre criminalística e outras ciências; Metodologia da investigação criminal; Biossegurança aplicada à atividade forense; Noções de Medicina Legal; Perícia ambiental; Genética forense; entomologia forense; química e toxicoloigia forense; engenharia forense e forense digital; balística; vestígios e evidencias biológicas; odontologia legal; acidentes de tráfego; papiloscopia forense, documentoscopia forense e reprodução simulada. Elaboração de laudos periciais.

Objetivo:

Proporcionar aos estudantes condições para um aprendizado profícuo e eficiente acerca da disciplina dentro de um organograma de estudos e pesquisas, focalizando sua estreita relação com o Direito Penal, sua importância e relações com os mais diversos ramos das Ciências Jurídicas e da Perícia Criminal.

Bibliografia Básica:

BITTAR, Neusa. **Medicina Legal e Noções de Criminalística**. – 4º Edição, Salvador: JusPODIVM, 2015.

FRANÇA, Genival Veloso de; **Medicina Legal**; 8ª ed. Guanabara Koogan; Rio de Janeiro, 2008.

DOREA, Luiz Eduardo Carvalho; Criminalística, **Tratado de Perícia Criminalística**; 2ª Ed. Millenium, 2006.

MOREAU, Regina Lúcia de Moraes; **Toxicologia Analítica**; 1ª Ed. Guanabara Koogan, Rio de Janeiro, 2008.

ONU, Escritório Regional para a América Central do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (OACNUDH). **Modelo de protocolo latino-americano para investigação de mortes violentas de mulheres** (femicídios/feminicídios) Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/05/protocolo_feminicidio_publicacao.pdf Acesso em 25/06/2021.

Bibliografia Complementar:

MELO, Arquimedes Fernandes Monteiro de; **Maconha**: Mitos e Verdades; 1ª Ed. Elógica, Olinda, 2006.

VANRELL, Jorge Paulete e BORBOREMA, Maria de Lurdes; V**ademecum de Medicina Legal**. II Título. JH Mizuno Editora e distribuidora; Rio de Janeiro, 2005.

MESSINA, Trajano Moriz; **Práticas Forenses da Execução Judicial e Extrajudicial**; Ed. Leandrosys, Campinas SP, 2009. pp. 4028.

Disciplina	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. E.****	CH.TOTAL	CH. EAD
DIREITO EMPRESARIAL II	54	6			60	

Ementa:

Teoria geral do direito cambiário. Letra de cambio. Constituição do crédito. Exigibilidade. Títulos de crédito. Inovação no direito creditício. Criptmoedas. Inovações Digitais. Direito falimentar: introdução e generalidades. Processo falimentar. Pessoa e bens do falido. Regime jurídico dos atos e contratos do falido. Credores. Recuperação judicial. Recuperação extrajudicial. Instituições financeiras. Contratos mercantis.

Conteúdo:

Teoria geral do direito cambiário. Constituição do crédito. Exigibilidade. Títulos de crédito. Títulos de créditos modernos. Disposições comuns da lei. Recuperação extrajudicial. Recuperação de Microempresa e Empresa de pequeno porte. Falência.

Objetivos:

Proporcionar ao acadêmico a compreensão da dimensão teórica e prática do direito empresarial, de modo que habilite o acadêmico ao exercício profissional reflexivo e crítico nesta área do direito.

Bibliografia básica:

SÉRGIO CAMPINHO. **Curso de Direito Comercial**. 1. São Paulo 2020 0 ISBN 9788553618798.

TOMAZETTI, M. **Curso de Direito Empresarial** - Teoria Geral e Direito Societário. Vol. 1 – 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. [E-book Saraiva Digital]

NEGRÃO, R. **Direito empresarial**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. [E-book Saraiva Digital]

Bibliografia complementar:

CHAGAS, E.E. das; LENZA, P. **Direito Empresarial**. 7.ed. São Paulo: Saraiva, 2020. [E-book Saraiva Digital]

EIZIRIK, N.; CARVALHOSA, M. **Estudos De Direito Empresarial**. São Paulo: SARAIVA, 2010. [E-book Saraiva Digital]

GOMES, L. F.; GIALLUCA, A.; SANCHEZ, A.; BIANCHINI, A. **SABERES DO DIREITO** 27 - DIREITO EMPRESARIAL I. São Paulo: Saraiva, 2013. [E-book Saraiva Digital]

GONCALVES, M. G. V. P. R.; GONÇALVES, V.E.R. **Direito Empresarial**. 10.ed. São Paulo: Saraiva, 2018. [E-book Saraiva Digital]

TEIXEIRA, T. **Direito Empresarial Sistematizado**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. [E-book Saraiva Digital]

Disciplina	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. E.****	CH.TOTAL	CH. EAD
DIREITO CIVIL: SUCESSÕES	30				30	

Ementa:

Abertura da sucessão. Momento da transmissão da herança. Comorriência. Espécies de sucessão e sucessores. Herança e administração. Vocação hereditária. Aceitação e renúncia. Exclusão da sucessão. Herança jacente e vacante. Sucessão legitima. Sucessão testamentária. Capacidade de testar. Formas ordinárias de testamento. Codicilos. Testamentos especiais. Legados. Substituições. Inventário e Partilha. Inventário digital.

Conteúdo:

Direito das Sucessões e seus fundamentos. Sucessão em geral. Inventário Digital. Abertura da sucessão. Espécies de Sucessão. Legitimação para suceder. Indignidade para suceder. Aceitação e Renúncia da herança. Cessão dos direitos hereditários. Herança Jacente e Herança Vacante. Petição de herança. Sucessão legítima. Ordem de vocação hereditária. Classes dos herdeiros. Direito de representação. Sucessão testamentária. Testamento: conceito e formas. Disposições testamentárias. Legado. Direito de acrescer. Substituição. Deserdação. Redução das disposições testamentárias e de liberalidade. Revogação do testamento. Testamenteiro. Procedimentos especiais específicos de sucessões. Inventário, Partilha e arrolamento. Testamento e codicilo. Sucessões e registros públicos.

Objetivos:

Analisar criticamente as normas de direito material e processual, relativas à sucessão causa mortis numa perspectiva civil-constitucional brasileira; investigando as modalidades de sucessão legítima e de sucessão testamentária e seus efeitos

Bibliografia básica:

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**. v. 6. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

LÔBO, P. **Direito civil - Famílias.** 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. [E-book Saraiva Digital]

MALUF, C. A. D.; MONTEIRO, W. de B. **Curso de Direito Civil**. São Paulo: Saraiva, 2015[E-book Saraiva Digital]

WALD, A. **Direito Civil**. São Paulo: Saraiva, 2015. [E-book Saraiva Digital]

Bibliografia complementar:

CARVALHO, D. M. D. **Direito das Sucessões**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. [E-book Saraiva Digital]

GAGLIANO, P. S.; FILHO, R. P. **Novo curso de direito civil** - direito das sucessões. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. [E-book Saraiva Digital]

LÔBO, P. Direito Civil 6. **Sucessões**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. [E-book Saraiva Digital]

MALUF, C. A. D. **Curso de direito das sucessões**. São Paulo: Saraiva, 2013. [E-book Saraiva Digital]

OLIVEIRA, E. de; AMORIM, S. **Inventário e Partilha** - Teoria e Prática do Direito das Sucessões. 24.ed. São Paulo: Saraiva, 2016. [E-book Saraiva Digital]

Disciplina	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. E.****	CH.TOTAL	CH. EAD
PRÁTICA JURÍDICA DA ADVOCACIA PÚBLICA		15			15	

Ementa:

Prática processual da advocacia pública. Atos processuais. Procedimentos. Audiências. Peças práticas da advocacia pública. Recursos. Pareceres. Visitas técnicas. Oficinas práticas. Estudo de Caso. Audiências simuladas.

Conteúdo:

Prática processual da advocacia pública. Atos processuais. Procedimentos. Audiências. Peças práticas da advocacia pública. Recursos. Pareceres. Visitas técnicas. Oficinas práticas. Estudo de Caso. Audiências simuladas.

Objetivo:

Conhecer o dia a dia da prática da carreira pública da Advocacia Pública.

Bibliografia básica:

BONÍCIO, M**. Princípios Do Processo No Novo Código De Processo Civil**. São Paulo: Saraiva, 2016. [E-book Saraiva Digital]

MATOS, C.E.F. **Processo Civil.** Processo Civil. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. [E-book Saraiva Digital]

Bibliografia complementar:

ALVIM, E.A; LEITE, G.S. STRECK, L.L. **Hermenêutica e Jurisprudência No Novo Código de Processo Civil**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2018. [E-book Saraiva Digital]

FREIRE, A. R. S.; NUNES, D. J. C.; STRECK, L. L.; CUNHA, L. J. R. C. B. **Comentários ao Código de Processo Civil.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. [E-book Saraiva Digital]

PINHO, H. D. B. D. **Direito Processual Civil Contemporâneo 01.** 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. [E-book Saraiva Digital]

TESHEINER, J. M. R.; THAMAY, R. F. K. **Teoria geral do processo.** 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. [E-book Saraiva Digital]

THAMAY, R. F. K. **Manual de direito processual civil.** São Paulo: Saraiva, 2018. [E-book Saraiva Digital]

Disciplina	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. E.****	CH.TOTAL	CH. EAD
ESTÁGIO SUPERVISIONADO III		30			30	

Ementa:

Técnica de prevenção e solução de conflitos judiciais e extrajudiciais. Atendimento. Pareceres jurídicos. Técnica de petição inicial e defesa em casos reais. Técnicas de acordo, mediação e conciliação em casos reais. Petições de impulso processual.

Conteúdo:

Técnica de prevenção e solução de conflitos judiciais e extrajudiciais. Atendimento. Pareceres jurídicos. Técnica de petição inicial e defesa em casos reais. Técnicas de acordo, mediação e conciliação em casos reais. Petições de impulso processual.

Objetivo:

Identificar o problema jurídico, através do atendimento ao cliente, de forma macro e interdisciplinar, apresentando encaminhamentos judiciais e extrajudiciais para os casos reais na respectiva área de atuação do estágio.

Bibliografia: Não há

Disciplina	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. E.****	CH.TOTAL	CH. EAD
TCC 2		70			70	

Ementa:

Não há.

Conteúdo:
Não há.

Objetivo:
Propiciar ao discente o tempo necessário para elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso.

Bibliografia básica:

Não há.

Bibliografia complementar:

Não há.

Disciplina	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. E.****	CH.TOTAL	CH. EAD
OFICINAS	10				10	10

Variável conforme orientação professor

Disciplina	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. E.****	CH.TOTAL	CH. EAD
ATIVIDADES DE CULTURA E EXTENSÃO	45				45	

Ementa:

A extensão universitária deverá ser desenvolvida sob a forma de Programa, Projeto, Evento, Prestação de Serviço, Curso ou Oficina visando:

1. integrar o ensino e a pesquisa com as demandas sociais, buscando o comprometimento da comunidade universitária, bem como contribuir na formação integral discente, estimulando sua formação para a cidadania crítica e responsável;
2. socializar o conhecimento acadêmico por meio de diálogo construtivo e transformador com os demais setores da sociedade brasileira e internacional, respeitando e promovendo a interculturalidade e a participação efetiva da sociedade na vida da Faculdade;
3. incentivar na prática acadêmica o desenvolvimento da consciência social e política, bem como a reflexão ética quanto à dimensão social do ensino e da pesquisa, formando profissionais cidadãos e cidadãs;

4. participar criticamente de propostas que objetivem o desenvolvimento regional, econômico, social e cultural que expressem o compromisso social da Faculdade Pan-Americana de Administração e Direito; e
5. contribuir para o aperfeiçoamento, a reformulação e a implementação de concepções e práticas curriculares da Faculdade Pan-Americana de Administração e Direito para a sistematização do conhecimento produzido.

Conteúdo:

Não há.

Objetivo:

Proporcionar ao discente formação complementar com atuação pontual na sociedade, de modo a contribuir para a formação integral de cidadãos, por meio da produção e difusão do conhecimento.

Bibliografia Básica:

Bibliografia de acordo com as unidades curriculares desenvolvidas neste semestre e/ou a natureza das atividades extensionistas.

Bibliografia Complementar:

Bibliografia de acordo com as unidades curriculares desenvolvidas neste semestre e/ou a natureza das atividades extensionistas.

Disciplina	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. E.****	CH.TOTAL	CH. EAD
ATIVIDADES COMPLEMENTARES					20	
Não há.						

10º Período

Sem. Carga horária 319h

	Disciplina	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. E.****	CH.TOTAL	CH. EAD
X SEMESTRE	DIREITO AMBIENTAL	15				15	

Ementa:

Teoria geral do direito ambiental. Ética Ambiental. O meio ambiente na Constituição Federal. Política Nacional de Meio Ambiente. Sistema Nacional de Meio Ambiente. Instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente. Administração pública, cidadania e meio ambiente. Proteção jurídica do ambiente natural e construído. Conflitos socioambientais. Tutela jurisdicional ambiental: civil e penal.

Conteúdo:

Meio ambiente: aspectos gerais. Princípios do Direito Ambiental. Proteção do meio ambiente na Constituição de 1988. Política nacional do meio ambiente. Poluição. Dano ambiental. Limitações ambientais ao direito de propriedade. Recursos hídricos. Recursos minerais. Biodiversidade. Biossegurança. Gestão das florestas. Política nacional de resíduos sólidos. Crimes ambientais. Ações coletivas ambientais. Temas de direito ambiental contemporâneo.

Objetivos:

Dominar conceitos básicos relativos à disciplina. Introduzir a disciplina, analisando-a como um ramo autônomo do Direito. Analisar o Direito Ambiental no âmbito da Constituição Federal de 1988. Identificar os principais aspectos da Lei 6.938/81. Analisar as três esferas da responsabilização ambiental – administrativa, civil e penal. Identificar os principais instrumentos normativos de tutela do ambiente natural, construído e do trabalho. Conhecer as normas protetivas do ambiente natural relacionadas à flora, fauna, solo e água. Conhecer o Estatuto da Cidade, norma protetiva do ambiente construído. Verificar os tipos de conflitos socioambientais e os instrumentos de tutela jurisdicional civil e penal, utilizados para a sua resolução.

Bibliografia básica:

LEITE, J. R. M.; CANOTILHO, J. J. G. **Direito constitucional ambiental brasileiro.** 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. [E-book Saraiva Digital]

SARLET, I. W.; FENSTERSEIFER, T.; MACHADO, P. A. L. **Constituição e Legislação Ambiental Comentadas.** São Paulo: SARAIVA, 2015. [E-book Saraiva Digital]

TRENNEPOHL, T. **Manual de Direito Ambiental.** 8.ed. São Paulo: Saraiva, 2020. [E-book Saraiva Digital]

Bibliografia complementar:

Documentos referenciais sobre Direito Ambiental do Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: https://mma.gov.br/educacao-ambiental/pol%C3%ADtica-nacional-de-educa%C3%A7%C3%A3o-ambiental/documentos-referenciais.html

FIORILO, Celso Antonio Pacheco**.** DIAFÉRIA, **A. Biodiversidade, Patrimônio Genético E Biotecnologia No Direito Ambiental.** 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2013. [E-book Saraiva Digital]

_____. MORITA, D. M.; FERREIRA, P. **Licenciamento ambiental.** 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. [E-book Saraiva Digital]

FURLAN, Anderson; FRACALOSSI, William. **Elementos de Direito Ambiental**. São Paulo: Método, 2011.

Programa Nacional de Educação Ambiental. Disponível em: https://mma.gov.br/images/arquivo/80219/Pronea_final_2.pdf

Saraiva, 2013.

SIRVINSKAS, L. P. **Manual de direito ambiental.** 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. [E-book Saraiva Digital]

Disciplina	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. E.****	CH.TOTAL	CH. EAD
DIREITO PROCESSUAL CONSTITUCIONAL E COLETIVO	15				15	

Ementa:

Tutela jurisdicional constitucional. Tutela jurisdicional coletiva. Interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos. Espécies de processo coletivo.

Conteúdo:

Histórico. Processo Constitucional: Constituição e Processo. Teoria Geral do Processo constitucional. A Concretização dos Princípios Constitucionais no Estado Democrático de Direito. Ações Constitucionais típicas: ação popular, ação civil pública, habeas data, habeas corpus, mandado de injunção, mandado de segurança individual e coletivo. Aspectos processuais do Controle de Constitucionalidade. Técnica Processual de Elaboração de Recursos Constitucionais: Recursos ordinário, especial e extraordinário. Pressupostos constitucionais de admissibilidade. Interpretação jurisprudencial. Elaboração de recursos constitucionais. Histórico. *Class action*. Tutela jurisdicional coletiva. Interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos. Espécies de processo coletivo. Princípios. Competência. Legitimidade. Substituição processual. Litisconsórcio e intervenção de terceiros. Ministério Público. Meios de impugnação. Coisa julgada. Liquidação da sentença. Execução. Ação coletiva passiva. Prescrição e decadência. Tutela coletiva passiva.

Objetivos:

Ensino do Direito Constitucional direcionado à formação humanística, técnica e prático-jurídica, visando o desenvolvimento de um juízo crítico e reflexivo sobre o fenômeno jurídico, como forma de capacitar o bacharel em Direito na compreensão de tal fenômeno, no desenvolvimento da argumentação, da lógica, do raciocínio e na pesquisa e produção científica e possibilitar o conhecimento à sistemática do processo civil coletivo, com o propósito de desenvolver o raciocínio jurídico crítico, teórico e prático do aluno na identificação do procedimento.

Bibliografia básica:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil - Col. Saraiva de Legislação. 49ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2014

SOUZA, L.A.de **Direitos Difusos e Coletivos**. 6.ed. São Paulo: Saraiva, 2016. [E-book Saraiva Digital]

DIDIER JUNIOR, Fredie; ZANETI JR., Hermes. Curso de direito processual civil: volume 4: processo coletivo. 3. ed. Salvador: JusPodivm, 2008. 501 p. ISBN 9788577610748 (enc.).

Bibliografia complementar:

MARCELO BUZAGLO DANTAS. AÇÃO CIVIL PÚBLICA E MEIO AMBIENTE. 1. São Paulo, 2009. 0. ISBN 9788502098817.

GONÇALVES, M.V.R**. Sinopses Jurídicas 26** - Tutela de Interesses Difusos e Coletivos. 13. Ed. São Paulo: Saraiva, 2013. [E-book Saraiva Digital]

MELO, N. D. D. **Dano Moral nas Relações de Consumo.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. [E-book Saraiva Digital]

MENDES, L.S. **Privacidade, proteção de dados e defesa do consumidor** - Linhas gerais de um novo direito fundamental. São Paulo: Saraiva, 2014. [E-book Saraiva Digital]

SOUZA, M. C. de. **Interesses Difusos Em Espécie.** 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2013. [E-book Saraiva Digital]

STRECK, Lenio Luiz; NUNES, Dierle; CUNHA, Leonardo Carneiro. **Comentários ao Código de Processo Civil**. São Paulo: Saraiva, 2016.

LUCIANO MARTINEZ; PEDRO LINO DE CARVALHO. Assédio Moral Trabalhista: Uma análise sob a perspectiva das ações coletivas e do processo estrutura. 1. São Paulo, 2022. 0. ISBN 9786553620018.

Disciplina	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. E.****	CH.TOTAL	CH. EAD
DIREITOS HUMANOS	35				35	

Ementa:

Direitos Humanos e dimensões: filosófica, constitucional e internacional. Construção cultural e universalidade. Novos direitos e sujeitos. Desenvolvimento, sustentabilidade e cidadania: evoluções normativas no plano internacional e no Direito Constitucional comparado. Políticas públicas e governança democrática.

Conteúdo:

Direitos Humanos: evolução histórica e normativa. A construção cultural dos direitos humanos: um projeto revolucionário incompleto. Desenvolvimento sustentável. Direitos humanos sustentabilidade socioambiental: Desafios contemporâneos

Objetivos:

Compreender o processo histórico, social, cultural, político e jurídico que levou à afirmação dos direitos humanos nos planos internacional e constitucional e fornecer instrumentos para a análise crítica e criativa aos desafios contemporâneos colocados para o desenvolvimento sustentável em uma abordagem integrada aos direitos humanos e à sustentabilidade socioambiental.

Bibliografia básica:

ANJOS FILHO, Rogério Nunes. **Direito ao Desenvolvimento**. São Paulo: Saraiva, 2013. **[**E-book Saraiva Digital]

COMPARATO, Fábio Konder. **A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

PIOVESAN, Flávia. **Temas de Direitos Humanos**. 9.ed. São Paulo: Saraiva, 2016. [E-book Saraiva Digital]

Bibliografia complementar:

BENFATTI, Fábio Fernandes Neves. **Direito ao Desenvolvimento.** São Paulo: Saraiva, 2014. [E-book Saraiva Digital]

BITTAR, Carla Bianca. **Educação e direitos humanos no Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2014. [E-book Saraiva Digital]

CASTILHO, Ricardo. **Direitos Humanos. 6**.ed. São Paulo: Saraiva, 2018. [E-book Saraiva Digital]

COUTINHO, Diogo Rosenthal. **Direito, desigualdade e dese**nvolvimento. São Paulo: Saraiva, 2013. [E-book Saraiva Digital]

Declaração Universal dos Direitos Humanos e os Objetivos Sustentáveis de Desenvolvimento. Disponível em: https://www.mdh.gov.br/biblioteca/declaracao-universal-dudh

Direito dos povos indígenas. Disponível em: https://www.mdh.gov.br/biblioteca/promocao-e-defesa/2-direitos-dos-povos-indigenas/view

Educação em Direitos Humanos. Disponível em: https://www.mdh.gov.br/biblioteca/promocao-e-defesa/educacao-em-direitos-humanos/view

GUERRA, Sidney**. Curso de Direitos Humanos**. 6. Ed. São Paulo: Saraiva, 2020. [E-book Saraiva Digital]

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. **Tratados Internacionais de Direitos Humanos**. São Paulo: Saraiva, 2010. [E-book Saraiva Digital]

	Disciplina	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. E.****	CH.TOTAL	CH. EAD
	OPTATIVA 4	60				60	60
	Ementa: variável. **Conteúdo:** variável. **Objetivo:** variável. **Bibliografia Básica:** variável.						
	Disciplina	**CH.T.***	**CH. P****	**CH. I*****	**CH. E.******	**CH.TOTAL**	**CH. EAD**
	OPTATIVA 5	45				45	45
	Ementa: variável. **Conteúdo:** variável. **Objetivo:** variável. **Bibliografia Básica:** variável.						

	Disciplina	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. E.****	CH.TOTAL	CH. EAD
	PRÁTICA E CLÍNICA JURÍDICA: MINISTÉRIO PÚBLICO		20			20	

Ementa:

Prática processual do Ministério Público. Atos processuais. Procedimentos. Audiências. Peças práticas do Ministério Público Estadual e Federal. Sustentação Oral. Recursos. Visitas técnicas. Oficinas práticas. Estudo de Caso. Audiências simuladas. Tribunal do júri simulado.

Conteúdo:

Prática processual do Ministério Público Estadual e Federal. Atos processuais. Procedimentos. Audiências. Peças práticas do Ministério Público. Sustentação Oral. Recursos. Visitas técnicas. Oficinas práticas. Estudo de Caso. Audiências simuladas. Tribunal do júri simulado.

Objetivo:

Conhecer o dia a dia da prática da carreira pública do Ministério Público.

Bibliografia básica:

FLAVIA CRISTINA MOURA DE ANDRADE; LUCAS DOS SANTOS PAVIONE. CARREIRAS ESPECÍFICAS - Ministério público federal. 1. São Paulo, 2013. 0. ISBN 9788502201576.

GLOECKNER, R. J. **Nulidade no Processo Penal Nulidade no Processo Penal.** 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2017. [E-book Saraiva Digital]

LEITE, C. H. B. **Curso de Direito Processual do Trabalho**. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. [E-book Saraiva Digital]

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Processo Penal**. v. 1. 35. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. [E-book Saraiva Digital]

SOUZA, L.A.de **Direitos Difusos e Coletivos**. 6.ed. São Paulo: Saraiva, 2016. [E-book Saraiva Digital]

DIDIER JUNIOR, Fredie; ZANETI JR., Hermes. Curso de direito processual civil: volume 4: processo coletivo. 3. ed. Salvador: JusPodivm, 2008. 501 p. ISBN 9788577610748 (enc.).

Bibliografia complementar:

MARCELO BUZAGLO DANTAS. AÇÃO CIVIL PÚBLICA E MEIO AMBIENTE. 1. São Paulo, 2009. 0. ISBN 9788502098817.

GONÇALVES, M.V.R**. Sinopses Jurídicas 26** - Tutela de Interesses Difusos e Coletivos. 13. Ed. São Paulo: Saraiva, 2013. [E-book Saraiva Digital]

MELO, N. D. D. **Dano Moral nas Relações de Consumo.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. [E-book Saraiva Digital]

MENDES, L.S. **Privacidade, proteção de dados e defesa do consumidor** - Linhas gerais de um novo direito fundamental. São Paulo: Saraiva, 2014. [E-book Saraiva Digital]

SOUZA, M. C. de. **Interesses Difusos Em Espécie.** 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2013. [E-book Saraiva Digital]

STRECK, Lenio Luiz; NUNES, Dierle; CUNHA, Leonardo Carneiro. **Comentários ao Código de Processo Civil**. São Paulo: Saraiva, 2016.

LUCIANO MARTINEZ; PEDRO LINO DE CARVALHO. Assédio Moral Trabalhista: Uma análise sob a perspectiva das ações coletivas e do processo estrutura. 1. São Paulo, 2022. 0. ISBN 9786553620018.

Disciplina	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. E.****	CH.TOTAL	CH. EAD
PRÁTICA E CLÍNICA JURÍDICA: MAGISTRATURA		15			15	

Ementa:

Prática processual da magistratura. Atos processuais. Procedimentos. Técnica e redação de sentenças e demais atos decisórios. Audiências. Peças práticas da magistratura. Visitas técnicas. Oficinas práticas. Estudo de Caso. Audiências simuladas. Tribunal do júri simulado.

Conteúdo:

Prática processual da magistratura. Atos processuais. Procedimentos. Técnica e redação de sentenças e demais atos decisórios. Audiências. Peças práticas da magistratura. Visitas técnicas. Oficinas práticas. Estudo de Caso. Audiências simuladas. Tribunal do júri simulado.

Objetivo:

Conhecer o dia a dia da prática da carreira pública da Magistratura.

Bibliografia básica:

FLAVIA CRISTINA MOURA DE ANDRADE; LUCAS DOS SANTOS PAVIONE. CARREIRAS ESPECÍFICAS - Ministério público federal. 1. São Paulo, 2013. 0. ISBN 9788502201576.

GLOECKNER, R. J. **Nulidade no Processo Penal Nulidade no Processo Penal.** 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2017. [E-book Saraiva Digital]

LEITE, C. H. B. **Curso de Direito Processual do Trabalho**. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. [E-book Saraiva Digital]

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Processo Penal**. v. 1. 35. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. [E-book Saraiva Digital]

SOUZA, L.A.de **Direitos Difusos e Coletivos**. 6.ed. São Paulo: Saraiva, 2016. [E-book Saraiva Digital]

DIDIER JUNIOR, Fredie; ZANETI JR., Hermes. Curso de direito processual civil: volume 4: processo coletivo. 3. ed. Salvador: JusPodivm, 2008. 501 p. ISBN 9788577610748 (enc.).

Bibliografia complementar:

MARCELO BUZAGLO DANTAS. AÇÃO CIVIL PÚBLICA E MEIO AMBIENTE. 1. São Paulo, 2009. 0. ISBN 9788502098817.

GONÇALVES, M.V.R**. Sinopses Jurídicas 26** - Tutela de Interesses Difusos e Coletivos. 13. Ed. São Paulo: Saraiva, 2013. [E-book Saraiva Digital]

MELO, N. D. D. **Dano Moral nas Relações de Consumo.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. [E-book Saraiva Digital]

MENDES, L.S. **Privacidade, proteção de dados e defesa do consumidor** - Linhas gerais de um novo direito fundamental. São Paulo: Saraiva, 2014. [E-book Saraiva Digital]

SOUZA, M. C. de. **Interesses Difusos Em Espécie.** 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2013. [E-book Saraiva Digital]

STRECK, Lenio Luiz; NUNES, Dierle; CUNHA, Leonardo Carneiro. **Comentários ao Código de Processo Civil**. São Paulo: Saraiva, 2016.

LUCIANO MARTINEZ; PEDRO LINO DE CARVALHO. Assédio Moral Trabalhista: Uma análise sob a perspectiva das ações coletivas e do processo estrutura. 1. São Paulo, 2022. 0. ISBN 9786553620018.

Disciplina	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. E.****	CH.TOTAL	CH. EAD
ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV		30			30	

Ementa:

Técnica de prevenção e solução de conflitos judiciais e extrajudiciais. Atendimento. Pareceres jurídicos. Técnica de petição inicial e defesa em casos reais. Técnicas de acordo, mediação e conciliação em casos reais. Petições de impulso processual.

Conteúdo:

Técnica de prevenção e solução de conflitos judiciais e extrajudiciais. Atendimento. Pareceres jurídicos. Técnica de petição inicial e defesa em casos reais. Técnicas de acordo, mediação e conciliação em casos reais. Petições de impulso processual.

Objetivo:

Identificar o problema jurídico, através do atendimento ao cliente, de forma macro e interdisciplinar, apresentando encaminhamentos judiciais e extrajudiciais para os casos reais na respectiva área de atuação do estágio.

Bibliografia: Não há

Disciplina	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. E.****	CH.TOTAL	CH. EAD
OFICINAS					24	24

Variável conforme orientação professor.

Disciplina	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. E.****	CH.TOTAL	CH. EAD
ATIVIDADES DE CULTURA E EXTENSÃO	40				40	

Ementa:

A extensão universitária deverá ser desenvolvida sob a forma de Programa, Projeto, Evento, Prestação de Serviço, Curso ou Oficina visando:

1. integrar o ensino e a pesquisa com as demandas sociais, buscando o comprometimento da comunidade universitária, bem como contribuir na formação integral discente, estimulando sua formação para a cidadania crítica e responsável;
2. socializar o conhecimento acadêmico por meio de diálogo construtivo e transformador com os demais setores da sociedade brasileira e internacional, respeitando e promovendo a interculturalidade e a participação efetiva da sociedade na vida da Faculdade;
3. incentivar na prática acadêmica o desenvolvimento da consciência social e política, bem como a reflexão ética quanto à dimensão social do ensino e da pesquisa, formando profissionais cidadãos e cidadãs;

4. participar criticamente de propostas que objetivem o desenvolvimento regional, econômico, social e cultural que expressem o compromisso social da Faculdade Pan-Americana de Administração e Direito; e
5. contribuir para o aperfeiçoamento, a reformulação e a implementação de concepções e práticas curriculares da Faculdade Pan-Americana de Administração e Direito para a sistematização do conhecimento produzido.

Conteúdo:

Não há.

Objetivo:

Proporcionar ao discente formação complementar com atuação pontual na sociedade, de modo a contribuir para a formação integral de cidadãos, por meio da produção e difusão do conhecimento.

Bibliografia Básica:

Bibliografia de acordo com as unidades curriculares desenvolvidas neste semestre e/ou a natureza das atividades extensionistas.

Bibliografia Complementar:

Bibliografia de acordo com as unidades curriculares desenvolvidas neste semestre e/ou a natureza das atividades extensionistas.

Disciplina	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. E.****	CH.TOTAL	CH. EAD
ATIVIDADES COMPLEMENTARES					20	

	Não há.

Optativas

Disciplina	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. E.****	CH.TOTAL	CH. EAD
LIBRAS	60				60	

Ementa:

Utilização da Língua Brasileira de Sinais como forma de promoção da acessibilidade e inclusão. Aspectos teóricos e práticos da utilização da Língua Brasileira de Sinais. Aspectos gramaticais da Libras em nível básico de conhecimentos. Principais Tópicos: Estudos sobre conceitos básicos da Libras; Saudações, cumprimentos (formais e informais); Identificação na Libras; Alfabeto manual, números datilologia; Espaço de sinalização, marcações espaciais; Vocabulário básico da Libras.

Conteúdo:

Utilização da Língua Brasileira de Sinais como forma de promoção da acessibilidade e inclusão. Aspectos teóricos e práticos da utilização da Língua Brasileira de Sinais. Aspectos gramaticais da Libras em nível básico de conhecimentos. Principais Tópicos: Estudos sobre conceitos básicos da Libras; Saudações, cumprimentos (formais e informais); Identificação na Libras; Alfabeto manual, números datilologia; Espaço de sinalização, marcações espaciais; Vocabulário básico da Libras.

Objetivo:

Reconhecer a utilização da Língua Brasileira de Sinais como forma de promoção da acessibilidade. Perceber o surdo como parte integrante da Sociedade em sua organização social e cultural. Conhecer o aspectos teóricos e práticos da utilização da Língua Brasileira de Sinais. Entender aspectos gramaticais e sinais da Libras em nível básico de conhecimentos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BAGGIO, Maria Auxiliadora. LIBRAS. Editora Intersaberes, 2017, 1ª ed. [E-book BV Pearson]

SARNIK, Mariana Victoria Todeschini. LIBRAS. Editora Contentus, 2020, 1ª ed. [E-book BV Pearson]

SANTANA, Ana Paula. Surdez e Linguagem. Summus Editorial, 2019, 5ª ed. [E-book BV Pearson]

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

PEREIRA, Maria Cristina da Cunha. LIBRAS: conhecimento além dos sinais. Editora Pearson, 2011, 1ª ed. [E-book BV Pearson]

MARTINS, Vanessa Regina de Oliveira. LIBRAS: aspectos fundamentais. Editora Intersaberes, 2019, 1ª ed. [E-book BV Pearson]

SILVA, Rafael Dias. Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Editora Pearson, 2016, 1ª ed. [E-book BV Pearson]

FERNANDES, Sueli. Educação de Surdos. Editora Intersaberes, 2013, 1ª ed. [E-book BV Pearson]

SOARES, Maria Aparecida Leite. A Educação do Surdo no Brasil. Editora Autores Associados BVU, 2015, 2ª ed. [E-book BV Pearson]

PERIÓDICOS ON-LINE

LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS

- Revista Includere – Portal de Periódicos da UFERSA
- Revista Educação Especial

WEBGRAFIA

https://www.Libras.com.br/ines

https://www.ines.gov.br/conheca-o-ines

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm

Disciplina	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. E.****	CH.TOTAL	CH. EAD
ESTRUTURA E PROCESSOS ORGANIZACIONAIS	24			6	30	30

Ementa:

Estrutura da organização. Conceitos básicos da gestão de processos. Processos organizacionais. Etapas da gestão de processos. Instrumentos de análise e gestão de processos. Tecnologias de gestão orientadas para processos.

Conteúdo:

Entender o conceito de processos; Identificar os principais processos organizacionais; compreender, analisar e pesquisar sobre os tipos de processos denominados de primários (que geram valor para o cliente, como por exemplos vendas, produção, atendimento ao cliente etc.).; processos de suporte, tais como folha de pagamento; compras, recebimento etc.), processos gerenciais, referente às atividades gerenciais medidos por meio de indicadores e do desempenho da organização.

Objetivos:

Capacitar o aluno a gerenciar processos entendendo seus conceitos, instrumentos de análise e principais ferramentas.

Bibliografia básica:

GAGLIANO, P. S.; FILHO, R. P. **Manual de Direito Civi**l. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2020. [E-book Saraiva Digital]

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro**: volume 1: Parte geral. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 569 p.

NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. **Código civil comentado**. 12. ed., rev., ampl. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017. 2832 p.

NERY, Rosa Maria Andrade; NERY JUNIOR, Nelson. **Instituições de direito civil**. volume II: Direito das obrigações. São Paulo: Rev. dos Tribunais, 2015. xix, 537 p.

WALD, A. Direito Civil. São Paulo: Saraiva, 2015. [E-book Saraiva Digital]

Bibliografia complementar:

CHAVES, C. **Novo tratado de Responsabilidade Civil**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. [E-book Saraiva Digital]

COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de direito civil**: volume 2: Obrigações, responsabilidade civil. 7 ed., rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. 415 p.

GAGLIANO, P. S.; FILHO, R. P. **Novo Curso de Direito Civil 3 - responsabilidade civil.** 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. [E-book Saraiva Digital]

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo curso de direito civil/ volume 3 :

GOMES, Orlando; BRITO, Edvaldo. **Responsabilidade civil**. Rio de Janeiro: Forense, 2011. 139 p. STOCO, Rui. **Tratado de responsabilidade civil**: doutrina e jurisprudência. 10. ed. rev., atual. e refor. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. 2494 p.

GONÇALVES, C. R. **RESPONSABILIDADE CIVIL.** 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. [E-book Saraiva Digital]

MATT, P. F. C. D. S. **Responsabilidade Civil.** São Paulo: Saraiva, 2012. [E-book Saraiva Digital]

MIRAGEM, B. N. B. **Direito Civil - Responsabilidade Civil.** São Paulo: Saraiva, 2015. [E-book Saraiva Digital]

Responsabilidade civil. 15. ed., rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2017. 422 p.

TARTUCE, Flávio. Direito civil: volume 2: **Direito das obrigações e responsabilidade civil**. Rio de Janeiro: Forense, 2017. 624 p.

Disciplina	**CH.T.***	**CH. P****	**CH. I*****	**CH. E.******	**CH.TOTAL**	**CH. EAD**
ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DO IDOSO					30	

Ementa:
Perspectiva Constitucional e dos Direitos Humanos sobre a criança, o adolescente, juventude e idoso. Estatuto da criança e do adolescente. Estatuto do Idoso. Estatuto da Juventude

Conteúdo:
Perspectiva Constitucional e dos Direitos Humanos. Princípios. Estatuto da criança e do adolescente: Relações internacional, estadual e municipal. Estatuto da juventude. Estatuto do Idoso. Políticas públicas de atendimento à criança, adolescente, jovem e idoso.

Objetivos:
Compreender os conceitos fundamentais que norteiam os Estatutos da Criança e do Adolescente, da Juventude e do Estatuto do Idoso.

Bibliografia básica:

LEITE, F. P. A.; SERAPHIN, C. M. B.; JÚNIOR, M. H.; RIBEIRO, L. L. G.; FULLER, G. P.; RIBEIRO, J. D. V.; GARCIA, M. Comentários ao Estatuto do Idoso. São Paulo: Saraiva, 2016. E-book.

MAURO, R. G. D. Procedimentos Civis no Estatuto da Criança e do Adolescente Procedimentos Civis no Estatuto da Criança e do Adolescente. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. E-book.

ROSSATO, L. A.; ROSSATO, L. A.; LÉPORE, P. E.; LÉPORE, P. E.; CUNHA, R. S.; CUNHA, R. S. Estatuto da Criança e do Adolescente. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. E-book.

ZAPATER, M. Direito da Criança e do Adolescente. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book.

Bibliografia básica:

MACIEL, K. R. F. L. A. Curso de Direito da Criança e do Adolescente. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book.

JÚNIOR, A. J. P. Direitos da Criança e do Adolescente em Face da Tv. São Paulo: Saraiva, 2013. E-book.

MACIE, K. R. F. L. A. Curso de Direito da Criança e do Adolescente Teóricos e Práticos, 8ª Edição. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. E-book.

RAMOS, P. R. B. Série IDP - Curso de Direito do Idoso. São Paulo: Saraiva, 2014. E-book.

Disciplina	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. E.****	CH.TOTAL	CH. EAD
GESTÃO PÚBLICA	30				30	

Ementa:

O estado, governo e sociedade. Evolução da administração pública brasileira: patrimonialismo, burocracia e gerencialismo. Contexto contemporâneo da atuação do Estado. Governabilidade, governança e descentralização do poder. Estrutura e função da administração pública. Eficiência, eficácia e efetividade na administração pública. Reformas administrativas e programas de desburocratização. Considerações sobre o novo papel do Estado e da administração pública. A reforma de Estado e da administração pública: experiências inglesa, americana e brasileira. Representação e participação:

políticas públicas de inclusão social, políticas de cotas étnico-raciais na administração pública e a participação de minorias étnico-raciais no serviço público. Accountability e Responsiveness: as relações entre demandas, políticas, ação governamental, sustentabilidade socioambiental e controles de resultado.

Conteúdo:

O estado, governo e sociedade. Evolução da administração pública brasileira: patrimonialismo, burocracia e gerencialismo. Contexto contemporâneo da atuação do Estado. Governabilidade, governança e descentralização do poder. Estrutura e função da administração pública. Eficiência, eficácia e efetividade na administração pública. Reformas administrativas e programas de desburocratização. Considerações sobre o novo papel do Estado e da administração pública. A reforma de Estado e da administração pública: experiências inglesa, americana e brasileira. Representação e participação: políticas públicas de inclusão social, políticas de cotas étnico-raciais na administração pública e a participação de minorias étnico-raciais no serviço público. Accountability e Responsiveness: as relações entre demandas, políticas, ação governamental, sustentabilidade socioambiental e controles de resultado.

Objetivo:

Compreender o papel da gestão pública brasileira nas relações entre Estado e sociedade ao longo da sua formação;

Bibliografia básica:

COSTA, E. A. D. Gestão Estratégica -. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. E-book.

GILMAR FERREIRA MENDES; RAFAEL ARARIPE CARNEIRO. **Gestão pública e direito municipal.** 1. São Paulo 2016 0 ISBN 9788547204679. [Ebook Saraiva Digital].

MILESKI, Helio Saul. **O controle da gestão pública.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 400 p. ISBN 9788520324681 (broch.).

Bibliografia complementar:

FILHO, P. D. A. M.; ARAÚJO, F.; JR, G. A. L.; SIQUEIRA, G. Coleção Diplomata - Direito Interno: Constituição, Organização e Responsabilidade do Estado Brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2016. E-book.

MENDES, G. F. Linha Doutrina-conselho Nacional de Justiça: Fundamentos, Processo e Gestão - em Comemoração aos 10 Anos do Cnj. São Paulo: Saraiva, 2016. E-book.

SEVERO, S. Tratado de Responsabilidade Pública. São Paulo: Saraiva, 2009. E-book.

Disciplina	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. E.****	CH.TOTAL	CH. EAD

DIREITOS FUNDAMENTAIS NO DIREITO PRIVADO	30				30	

Ementa:

Direitos Fundamentais no Estado Liberal, Social e Pós-Social e a incidência sobre os direitos privados. A influência da Modernidade e Pós-Modernidade no Direito. A Personalização do Direito Privado. Dignidade Humana, Direito Privado e Constituição. A revisão do direito privado a partir das relações de consumo e contratuais. A necessidade de tutela específica.

Conteúdo:

Direitos Fundamentais no Estado Liberal, Social e Pós-Social e a incidência sobre os direitos privados. A influência da Modernidade e Pós-Modernidade no Direito. A Personalização do Direito Privado. Dignidade Humana, Direito Privado e Constituição. A revisão do direito privado a partir das relações de consumo e contratuais. A necessidade de tutela específica.

Objetivo:

Compreender o Direito Civil em seu contexto constitucional através da perspectiva do direito civil, nos estudos sobre a relação entre os direitos fundamentais e o direito privado, enfatizando a necessidade de constante análise da possibilidade, ou não, da aplicação direta dos direitos fundamentais nas relações privadas.

Bibliografia básica:

BARROSO, Luís Roberto. A nova interpretação constitucional: ponderação, direitos fundamentais e relações privadas. 2ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

CANOTILHO, J. J. Gomes. Direito Constitucional e teoria da constituição.3.ed., Coimbra: Almedina, 2002

FILHO, M. G. F. Direitos Humanos Fundamentais. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. E-book.

GONÇALVES, C. R. Direito Civil Brasileiro:. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book.

SARMENTO, G.; CRUZ, A. C.; SEIXAS, T. M. Direitos Humanos Fundamentais: Estudos Sobre o Artigo 5º da Constituição de 1988. São Paulo: SARAIVA, 2014. E-book.

SCHLINK, B.; PIEROTH, B.; MICHAEL, L. Direitos Fundamentais. São Paulo: Saraiva, 2016. E-book.

Bibliografia complementar:

BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional, 25.ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo curso de direito civil: volume 1 : Parte geral. 19. ed., rev. São Paulo: Saraiva, 2017.

VALE, A. R. D. Estrutura das Normas de Direitos Fundamentais - Repensando a Distinção entre Regras, Princípios e Valores. São Paulo: Saraiva, 2009. E-book.

TARTUCE, Flávio. Direito civil: volume 1: Lei de introdução e parte geral. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

Disciplina	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. E.****	CH.TOTAL	CH. EAD
TÓPICOS DE BIOÉTICA E BIODIREITO	30				30	

Ementa:

Introdução a bioética, biodireito e biotecnologia. Princípios e teorias. Experimentos em seres humanos. Consentimento informado. Proteção de dados de saúde. Conceito de vida: fundamentos legais e biológicos. Limites éticos e jurídicos da intervenção em seres humanos. Sexualidade e gênero. Final da vida.

Conteúdo:

Introdução a bioética, biodireito e biotecnologia. Princípios e teorias. Experimentos em seres humanos. Consentimento informado. Proteção de dados de saúde. Conceito de vida: fundamentos legais e biológicos. Limites éticos e jurídicos da intervenção em seres humanos. Sexualidade e gênero. Final da vida.

Objetivo:

Compreender o Biodireito e a Bioética através de noções introdutórias, sob perspectiva ética, principiológica e normativa, enfatizando a necessidade de análise e reflexão desses conceitos por meio do enfoque constitucional e normativo.

Bibliografia básica:

COHEN Cláudio; OLIVEIRA Reinaldo Ayer de. Bioética, biodireito e medicina. 1 ed. Barueri (SP): Manole 2020.

DINIZ, M. H. O Estado Atual do Biodireito. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. E-book.

FIORILLO, C. A. P.; DIAFÉRIA, A. BIODIVERSIDADE, PATRIMÔNIO GENÉTICO E BIOTECNOLOGIA NO DIREITO AMBIENTAL. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. E-book.

Bibliografia complementar:

BITTAR, Carlos Alberto. Os direitos da personalidade. 6ª ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003;

COMPARATO, Fábio Konder. A afirmação histórica dos direitos humanos. 2ª ed., São Paulo: Saraiva, 2001;

MALUF, Adriana Caldas do Rego Freitas Dabus. Curso de bioética e biodireito. São Paulo: Atlas 2013.

NERY Rosa Maria Andrade; NERY JUNIOR Nelson. Instituições de direito civil. volume I Tomo I: Teoria geral do direito privado. São Paulo: Rev. dos Tribunais 2015.

SÁ Maria de Fátima Freire de; NAVES Bruno Torquato de Oliveira. Bioética e biodireito. 5 ed. Indaiatuba (SP): Editora Foco 2021.

_____. Manual de Biodireito. 2a Ed. São Paulo: Del Rey 2011.

TARTUCE Flávio. Direito civil: volume 1: Lei de introdução e parte geral. Rio de Janeiro: Forense 2017.

Disciplina	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. E.****	CH.TOTAL	CH. EAD
ESTUDOS DIRIGIDOS PARA CONCURSO	30				30	

Ementa:

O que é o Edital. Passo a Passo para ler o Edital. Requisitos. Data das Inscrições. Etapas e Tipos de Provas do Concurso. Como se preparar após a saída de um Edital. Banca Organizadora. Nota de Corte. Conteúdo Programático. Técnicas de Interpretação de texto. Noções de linguagem, texto e discursos. Variação linguística. Texto e discurso. Tipos e gêneros de discurso. Coesão e coerência textual. O trabalho com a produção de leitura. Concepções de leitura. Estratégias de leitura. O trabalho com a produção de textos. Mecanismos de produção textual. Estrutura dos enunciados. Marcação do Código para o exame da OAB. Aplicação de Exame prático da OAB. Identificação do direito material tratado na peça processual, das matérias de direito civil, penal, administrativo, trabalhista, empresarial, tributário e constitucional. Devolutiva do exame prático. Principais peças processuais aplicadas na 2ª fase do exame da OAB. Redação e oratória para provas e concursos Oratória para Provas e concursos. Encontro prático de oratória.

Conteúdo:

O que é o Edital. Passo a Passo para ler o Edital. Requisitos. Data das Inscrições. Etapas e Tipos de Provas do Concurso. Como se preparar após a saída de um Edital. Banca Organizadora. Nota de Corte. Conteúdo Programático. Técnicas de Interpretação de texto. Noções de linguagem, texto e discursos. Variação linguística. Texto e discurso. Tipos e gêneros de discurso. Coesão e coerência textual. O trabalho com a produção de leitura. Concepções de leitura. Estratégias de leitura. O trabalho com a produção de textos. Mecanismos de produção textual. Estrutura dos enunciados. Marcação do Código para o exame da OAB. Aplicação de Exame prático da OAB. Identificação do direito material tratado na peça processual, das matérias de direito civil, penal, administrativo, trabalhista, empresarial, tributário e constitucional. Devolutiva do exame prático. Principais peças processuais aplicadas na 2ª fase do exame da OAB. Redação e oratória para provas e concursos Oratória para Provas e concursos. Encontro prático de oratória.

Objetivo:

Inserir os alunos à realidade dos exames da Ordem dos Advogados do Brasil, aperfeiçoando-os com a técnica para realização dos exames de concursos da OAB e da carreira jurídica.

Bibliografia básica:

AZEVEDO, R. **Português.** São Paulo: Saraiva, 2016. *E-book*.

FIGUEIREDO, A. **Gramática Comentada com Interpretação de Textos para Concursos.** 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. *E-book*.

FIGUEIREDO, S. D. C.; COMETTI, M. T.; FIGUEIREDO, F. V. **Questões Comentadas.** 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. *E-book*.

ROCHA, M. H. D.; DOUGLAS, W. **Agenda do Concurseiro.** São Paulo: Saraiva, 2019. *E-book*.

Bibliografia complementar:

GARCIA, Othon M. 27 ed. **Comunicação em prosa moderna. Aprenda a escrever aprendendo a pensar**. 27 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

ROCHA, M. H. D.; GALIA, R. W.; MARCELLO, T. **Manual Passe na OAB - Teoria Sistematizada.** São Paulo: Saraiva, 2019. *E-book*.

SCHOCAIR, Nelson Maia. **Português Jurídico**. 2 ed. São Paulo: Elsevier, 2012.

VANOYE, Francis. **Usos da linguagem: problemas e técnicas na produção oral e escrita**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

Disciplina	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. E.****	CH.TOTAL	CH. EAD
PSICOLOGIA JUDICIÁRIA	30				30	

Ementa:

Psicologia Forense: Definição, objetivos, área de atuação, relação com outras áreas da Psicologia e com outras ciências e profissões, metodologias de pesquisa e intervenção e considerações éticas. As

relações intersubjetivas entre o indivíduo, a família e a lei; motivações psicológicas para o ato delituoso; representação psicológica do ato delituoso e das penas. Análise das tentativas de tratamento e de reinserção social do sujeito infrator. Prática de Pesquisa supervisionad**a**

Conteúdo:

Histórico e Fundamentos da Psicologia e da Psicologia Jurídica Caracterização da Psicologia como ciência e profissão Articulações Iniciais entre Psicologia e Direito Primórdios da Psicologia Jurídica no Brasil e no Mundo. Interfaces entre Psicologia, Direito e Processos de Subjetivação Panorama Atual da Psicologia Jurídica no Brasil. Noções introdutórias da Psicologia da Personalidade, da Psicologia do Desenvolvimento e da Psicopatologia.; PSICOPATOLOGIA EM TEMPOS DE PANDEMIA Perícia Psicológica, Dano Moral e Dano Psíquico Aspectos Psicossociais da Família, Infância e Juventude Família e Configurações Familiares: a diversidade em debate. Desenvolvimento infantil e abordagem psicossocial da infância. Aspectos Psicológicos envolvidos na Separação e no Divórcio. Mediação Familiar Alienação Parental e SAP.

Objetivos:

Analisar as principais contribuições da Psicologia Jurídica ao campo do Direito e das práticas judiciárias, abordando fenômenos psicossociais relevantes para a atuação interdisciplinar do profissional.

Bibliografia básica:

PAULO, B. M. **Psicologia na Prática Jurídica**. 2. São Paulo 2012 0 ISBN 9788502175914.

FREITAS, A. C. P.; MACIEL, J. F. R.; MACIEL, J. F. R. **Manual de Psicologia Jurídica**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. [E-book].

PAULO, B. M. **Psicologia na Prática Jurídica**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. [E-book].

Bibliografia complementar:

COELHO, M. V. F. **Criminologia do preconceito**. São Paulo: Saraiva, 2017. ISBN Digital: 9788547219628. ISBN Físico: 9788547214661.

GOMES, L. F.; SÁ, A. A. D.; BIANCHINI, A.; GOMES, L. F. **Col. Saberes Críticos: criminologia clínica e execução penal.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. ISBN Digital: 9788502230507. ISBN Físico: 9788502230491.

FILHO, N. S. P. **Manual esquemático de criminologia**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. ISBN Digital: 9786553626829. ISBN Físico: N/A.

MENKE, C.; BACHUR, J. P.; MARTINS, A. J. T. Direito e violência: estudos críticos. São Paulo: Saraiva, 2019. ISBN Digital: 9788553612833. ISBN Físico: 9788553612062.

PALOMBA, G. A. **Perícia na Psiquiatria Forense**. São Paulo: Saraiva, 2016. ISBN Digital: 9788502629721. ISBN Físico: 9788502629714.

Disciplina	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. E.****	CH.TOTAL	CH. EAD
DIREITO ELEITORAL	30				30	

Ementa:

Disposições Gerais. Da Justiça Eleitoral. Da Representação Política. Dos Sistemas Eleitorais. Dos Direitos Políticos. A legislação brasileira sobre o tema. Da Elegibilidade e Inelegibilidade. Das Coligações. Das Convenções para a escolha de candidatos. Do Registro de candidatos. Da arrecadação e da aplicação de recursos nas Campanhas Eleitorais. Da Prestação de Contas. Das Pesquisas e Testes Pré-Eleitorais. Da Propaganda Eleitoral. Do Direito de Resposta. Das Mesas Receptoras. Da fiscalização das Eleições. Das Condutas Vedadas aos Agentes Públicos em Campanhas Eleitorais. Dos procedimentos sancionadores do abuso de poder. Dos Recursos em matéria Eleitoral.

Conteúdo:

Disposições Gerais. Da Justiça Eleitoral. Da Representação Política. Dos Sistemas Eleitorais. Dos Direitos Políticos. A legislação brasileira sobre o tema. Da Elegibilidade e Inelegibilidade. Das Coligações. Das Convenções para a escolha de candidatos. Do Registro de candidatos. Da arrecadação e da aplicação de recursos nas Campanhas Eleitorais. Da Prestação de Contas. Das Pesquisas e Testes Pré-Eleitorais. Da Propaganda Eleitoral. Do Direito de Resposta. Das Mesas Receptoras. Da fiscalização das Eleições. Das Condutas Vedadas aos Agentes Públicos em Campanhas Eleitorais. Dos procedimentos sancionadores do abuso de poder. Dos Recursos em matéria Eleitoral.

Objetivos:

Conhecer a estrutura da Justiça Eleitoral brasileira, bem como sua importância no processo eleitoral.

Bibliografia básica:

Bibliografia complementar:

Disciplina	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. E.****	CH.TOTAL	CH. EAD
DIREITO DA EXECUÇÃO PENAL	30				30	

Ementa:

Análise da Lei de Execução Penal e demais diplomas normativos aplicáveis. Exame da natureza jurídica e dos princípios orientadores da execução penal. Assistência do condenado, internado e egresso. Regras do trabalho penitenciário. Direitos e Garantias constitucionais penais do preso. Deveres e direitos do preso. Disciplina, faltas disciplinares e procedimentos disciplinares. Órgãos da execução penal. Estabelecimentos penais. Regimes prisionais. Estabelecimentos penais. Sistema progressivo, progressão e regressão de regime prisional. Permissões de saída e saídas temporárias. Remição de pena. Livramento condicional. Anistia, graça e indulto. Penas restritivas de direitos e de multa. Medidas de segurança. Excesso ou desvio de execução. Unificação de penas. Suspensão condicional da pena. Agravo em execução. Extinção da execução e alvará de soltura.

Conteúdo:

Análise da Lei de Execução Penal e demais diplomas normativos aplicáveis. Exame da natureza jurídica e dos princípios orientadores da execução penal. Assistência do condenado, internado e egresso. Regras do trabalho penitenciário. Direitos e Garantias constitucionais penais do preso. Deveres e direitos do preso. Disciplina, faltas disciplinares e procedimentos disciplinares. Órgãos da execução penal. Estabelecimentos penais. Regimes prisionais. Estabelecimentos penais. Sistema progressivo, progressão e regressão de regime prisional. Permissões de saída e saídas temporárias. Remição de pena. Livramento condicional. Anistia, graça e indulto. Penas restritivas de direitos e de multa. Medidas de segurança. Excesso ou desvio de execução. Unificação de penas. Suspensão condicional da pena. Agravo em execução. Extinção da execução e alvará de soltura.

Objetivos:

Revisitar conceitos de direito penal e processo penal, proporcionando ao acadêmico uma visão contextualizada. Capacitar o acadêmico para a compreensão das regras gerais e especiais da atividade executiva de individualização da pena, identificando as teorias e diplomas normativos aplicáveis.

Bibliografia básica:

MARCÃO, Renato Flávio, **Curso de execução penal**. São Paulo Saraiva Jur 2023

Artigos Direito penal, processo penal e constituição I [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI/ UNISINOS Coordenadores: Sérgio Augustin; Sérgio Henriques Zandona Freitas. – Florianópolis: CONPEDI, 2018. Disponível em: http://site.conpedi.org.br/publicacoes/34q12098/0k39q9e5

Bibliografia complementar:

COELHO, M. V. F. **Criminologia do preconceito**. São Paulo: Saraiva, 2017. ISBN Digital: 9788547219628. ISBN Físico: 9788547214661.

GOMES, L. F.; SÁ, A. A. D.; BIANCHINI, A.; GOMES, L. F. **Col. Saberes Críticos: criminologia clínica e execução penal.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. ISBN Digital: 9788502230507. ISBN Físico: 9788502230491.

FILHO, N. S. P. **Manual esquemático de criminologia**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. ISBN Digital: 9786553626829. ISBN Físico: N/A.

MENKE, C.; BACHUR, J. P.; MARTINS, A. J. T. **Direito e violência**: estudos críticos. São Paulo: Saraiva, 2019. ISBN Digital: 9788553612833. ISBN Físico: 9788553612062.

PALOMBA, G. A. **Perícia na Psiquiatria Forense**. São Paulo: Saraiva, 2016. ISBN Digital: 9788502629721. ISBN Físico: 9788502629714.

Disciplina	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. E.****	CH.TOTAL	CH. EAD
DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL	30				30	

Ementa:

Direito notarial e registral. A delegação dos serviços notariais e registrais. Responsabilidade civil, criminal e administrativa. Atividade notarial: princípios, competências e atribuições. Atividade registral: princípios, competências e atribuições. Os sistemas registrais. Funções atípicas e acessórias.

Conteúdo:

Direito notarial e registral. A delegação dos serviços notariais e registrais. Responsabilidade civil, criminal e administrativa. Atividade notarial: princípios, competências e atribuições. Atividade registral: princípios, competências e atribuições. Os sistemas registrais. Funções atípicas e acessórias.

Objetivos:

Fornecer aos alunos conhecimento prático e teórico sobre o funcionamento dos registros públicos no brasil, sua função, sua economia e seus princípios legais. Mostrar os diversos atos notariais e registrais indispensáveis ao exercício da carreira jurídica.

Bibliografia básica:

CHRISTIANO CASSETTARI. **COLEÇÃO CARTÓRIOS - TABELIONATO DE PROTESTO COLEÇÃO CARTÓRIOS - TABELIONATO DE PROTESTO.** 3. São Paulo 2017 248 ISBN 9788547223908.

FOSSA, Odemilson Roberto Castro. **Serviços notariais e de registro público.** São Paulo: Pillares, 2013. 269 p. ISBN 9788581830117 (broch.).

MÁRCIO GUERRA SERRA; MONETE HIPÓLITO SERRA. **CARTÓRIOS - REGISTRO DE IMÓVEIS I - PARTE GERAL.** 1. São Paulo 2013 0 ISBN 9788502178410.

Bibliografia complementar:

FELIPE LEONARDO RODRIGUES; PAULO ROBERTO GAIGER FERREIRA. **Tabelionato de notas - teoria geral do direito notarial e minutas.** 1. São Paulo, 2016. 0. ISBN 9788547209490.

CHRISTIANO CASSETTARI; MÁRCIO GUERRA SERRA; MONETE HIPÓLITO SERRA. **CARTÓRIOS - REGISTRO DE IMÓVEIS II.** 2. São Paulo, 2016. 0. ISBN 9788502621145.

MAGALHÃES, Renan Cavalcanti. UMA ANÁLISE SOBRE O DESCONHECIMENTO DO DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL COMO MEIO DE ACESSO À JUSTIÇA NAS FACULDADES DE DIREITO DO BRASIL in CONPEDI Pesquisa e educação jurídica [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI, 2020 disponível em http://site.conpedi.org.br/publicacoes/olpbq8u9/95xkj3ew/bsyQhoDRK74Bb5Kf.pdf

WALTER CENEVIVA. **LEI DOS NOTÁRIOS E DOS REGISTRADORES COMENTADA.** 9. São Paulo, 2014. 0. ISBN 9788502211643.

Disciplina	CH.T.*	CH. P**	CH. I***	CH. E.****	CH.TOTAL	CH. EAD
DIREITO PROCESSUAL TRIBUTÁRIO	30				30	

Ementa:

Direito Processual Tributário Administrativo e Judicial. Conselho Administrativo de Recursos Fiscais do Ministério da Fazenda – organização, funcionamento e recursos. Conselho de Contribuintes – organização, funcionamento e recursos. Conselho Administrativo de Recursos Tributários dos municípios – organização, funcionamento e recursos. Processo Judicial Tributário. Ações ordinárias em matéria tributária. Ações cautelares em matéria tributária. Mandado de Segurança. Ação de Consignação em Pagamento de Tributos. Ação rescisória. Lei de Execução Fiscal.

Conteúdo:

Direito Processual Tributário Administrativo e Judicial. Conselho Administrativo de Recursos Fiscais do Ministério da Fazenda – organização, funcionamento e recursos. Conselho de Contribuintes –

organização, funcionamento e recursos. Conselho Administrativo de Recursos Tributários dos municípios – organização, funcionamento e recursos. Processo Judicial Tributário. Ações ordinárias em matéria tributária. Ações cautelares em matéria tributária. Mandado de Segurança. Ação de Consignação em Pagamento de Tributos. Ação rescisória. Lei de Execução Fiscal.

Objetivos:

Fornecer aos alunos conhecimento prático e teórico sobre o processo tributário e o funcionamento do CARF.

Bibliografia básica:

AMARO, Luciano. **Direito Tributário Brasileiro**. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

_____. **Direito Tributário Brasileiro**. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. [E-book Saraiva Digital]

CARVALHO, Paulo de Barros. **Curso de direito tributário**. 9ª ed. São Paulo: Saraiva, 2019. [E-book Saraiva Digital]

HARADA, Kiyoshi. **Direito Financeiro e Tributário**. São Paulo: Atlas, 2007.

PAULO, Vicente; ALEXANDRINO, Marcelo. **Direito Tributário na Constituição e no STF**. 13. ed. Niterói: Ímpetus, 2007.

Bibliografia complementar:

CARNEIRO, C. **Curso de direito tributário e financeiro.** 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. [E-book Saraiva Digital]

_____**.** Impostos federais, estaduais e municipais. **7. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.** [E-book Saraiva Digital]

FOLLONI, A. **Ciência do Direito Tributário no Brasil.** São Paulo: Saraiva, 2013. [E-book Saraiva Digital]

NUNES, C. S. **Curso completo de direito processual tributário.** São Paulo: Saraiva, 2019. [E-book Saraiva Digital]

SABBAG, E. **Elementos do Direito Tributário.** 12. ed. São Paulo: SARAIVA, 2015. [E-book Saraiva Digital]

ANEXO 4 PERIÓDICOS

A&C - Revista de Direito Administrativo & Constitucional
Argumenta Journal Law (QUALIS: B1)
Argumentum Revista Científica
Boletín Mexicano de Derecho Comparado
Caderno CRH – humanidades (Qualis: A2)
Cadernos de Dereito Actual
Cadernos de Direito Processual
Campo Jurídico: Revista de Direito Agroambiental e Teoria do Direito
Civitas - Revista de Ciências Sociais (Qualis: A1)
Cultural Anthropology (Qualis: A2)
Derecho y Cambio Social
Direito & Política
Direito e Humanidades
Direitos Culturais (Qualis: B1)
Espaço Jurídico
Estudos Avançados (USP) (Qualis: A1)
Horizontes Antropológicos (Qualis: A2)
Lua Nova - Revista de Cultura e Política (Qualis: A1)
Novos Estudos Jurídicos (Qualis: A1)
Observatório da Jurisdição Constitucional
Prisma Jurídico (Qualis: B1)
Publicum - Direito Público; Direitos Humanos; Filosofia Política; Direito Administrativo e Direito Econômico.
Revista da Academia Brasileira de Direito Constitucional (QUALIS B.1)
Revista Acadêmica Direitos Fundamentais (UNIFIEO)
Revista Acadêmica Multidisciplinar da Faculdade do Noroeste de Minas
Revista Administração Pública e Gestão Social
Revista Âmbito Jurídico
Revista Brasileira de Arbitragem (Comitê Brasileiro de Arbitragem)
Revista Brasileira de Ciências Sociais (Qualis: A1)
Revista Brasileira de Direito Animal – RBDA (Qualis: A1)
Revista Brasileira de Direito IMED (Qualis: A1)
Revista Brasileira de Política Internacional (Qualis: A1)
Revista Comunicação Midiática (Qualis: B1)
Revista da Agu

Revista da Faculdade de Direito da UERJ (Qualis: B1)
Revista da Faculdade de Direito da UFMG (Qualis: A1)
Revista da Faculdade de Direito da UFPR(Qualis: A2)
Revista de Direito (Qualis: A2)
Revista de Direito Administrativo
Revista de Direito Administrativo (RDA)
Revista de Direito da Administração Pública (REDAP)
Revista de Direito Brasileira (RD) (Qualis: A1)
Revista de Direito da Universidade Federal de Viçosa
Revista de Direito & Desenvolvimento da UNICATÓLICA
Revista de Direito Econômico e Socioambiental (PUCPR)
Revista de Direito da Reforma do Estado
Revista de Direito Mackenzie
Revista de Direito Público Contemporâneo (RDPC)
Revista de Direitos e Garantias Fundamentais (FDV) (Qualis: A1)
Revista de Direitos Humanos e Democracia (Qualis: B1)
Revista de Direitos Humanos Fundamentais (UNIFIEO)
Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito
Revista de Investigações Constitucionais (Qualis A1)
Revista de Propriedade Intelectual
Revista de Saúde Pública (Qualis: B1)
Revista Digital de Direito Administrativo da USP – RDDA
Revista Direito GV (Qualis: A1)
Revista Direito, Estado e Sociedade (Qualis: A1)
Revista Direito da Cidade (UFRJ)
Revista Direito em Debate (Qualis: B1)
Revista Direitos Emergentes na Sociedade Global – REDESG
Revista Direitos Fundamentais & Democracia – UNIBRASIL (Qualis: A1)
Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas
Revista do Curso de Mestrado em Direito (UNB)
Revista do Instituto Brasileiro de Direitos Humanos
Revista Eletrônica da Faculdade de Direito da PUCSP
Revista Eletrônica de Direito Administrativo Econômico
Revista Eletrônica de Direito Administrativo Econômico - UFRGS
Revista Eletrônica de Direito do Centro Universitário Newton Paiva (Qualis: B1)
Revista Eletrônica de Direito Processual
Revista Eletrônica de Direito do Estado
Revista Eletrônica de Direito Processual

Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM (Qualis: A1)
Revista Eletrônica do Direito Público (UEL)
Revista Eletrônica do Mestrado em Direito da UFAL
Revista em Tempo (Qualis: B1)
Revista Estudos Institucionais
Revista Juridica da FA7 (Qualis: B1)
Revista Jurídica da Presidência (Qualis: A1)
Revista Jurídica UNIGRAN
Revista Paradigma
Revista Transgressões: Ciências Criminais em Debate
Revista Veredas do Direito (Qualis: A1)
Revista Videre (Qualis: B1)
Scientia IURIS (Qualis: B1)
(SYN)THESIS - Direito, Administração, Filosofia
Veritas (Qualis: A1)

ANEXO 5 MANUAL DE PRODUÇÃO DE CONTEÚDO

Manual Produção de Conteúdo de Disciplina EAD para Graduação e Pós Graduação

1. OBJETIVO

Estabelecer as diretrizes a serem observadas na construção do conteúdo por parte do professor dentro dos processos envolvidos na produção dos materiais didáticos digitais e audiovisuais destinados ao desenvolvimento dos cursos oferecidos pela Faculdade Pan-Americana de Administração e Direito.

2. CAMPO DE APLICAÇÃO

Este documento aplica-se a todos os integrantes da área acadêmica da Faculdade Pan-Americana de Administração e Direito e a todos os autores e professores contratados para a produção dos materiais destinados aos cursos oferecidos pela instituição, bem como a todos os colaboradores sob a supervisão da Diretoria de Produção de Conteúdo.

3. ORIENTAÇÕES

Na Faculdade Pan-Americana de Administração e Direito, a produção de conteúdo destinada ao atendimento da demanda que tem origem nos cursos oferecidos pela instituição está concentrada sob a supervisão da Diretoria de Produção de Conteúdos.

Neste documento, descreve-se as orientações práticas para o desenvolvimento da sua produção.

Estas orientações são destinadas as todas as disciplinas dos Cursos da Faculdade Pan-Americana de Administração e Direito, presenciais ou na forma ensino à distância total ou parcialmente (Amparada pela Portaria nº 2117/2019).

As orientações específicas para o ensino à distância estarão devidamente sinalizadas.

FORMATO DA AULA

A aula é composta por três momentos:

PRÉ-AULA

AULA

PÓS AULA

3.1.1 PARA A PRÉ-AULA:

1) Conversa inicial 5 minutos com uma apresentação do que é para acontecer no próximo encontro (aqui já pode ser apresentada a problematização ou caso para discussão)

2) Uma atividade de interação com o acadêmico.

3) O acesso ao material pré-aula:

a. Indicação de um artigo científico sobre o tema da aula. O acesso ao material é apenas após a interação

b. Vídeo de apresentação para as disciplinas EAD.

3.1.2 PARA A AULA:

- Material didático elaborado pelo professor

- Apresentação visual do conteúdo elaborado pelo professor

- **Para o presencial**: aula ao vivo de acordo com o calendário e horário escolar

- **Para a aula no EAD**:

As 8 vídeos aulas:
1 vídeo com uma conversa inicial – apresentação. A mesma apresentada no momento pré-aula.
1 vídeo Contextualizando
5 vídeos sobre os subtemas
1 vídeo Finalizando.

O tempo de cada vídeo é variável de acordo com a carga horária da aula.

- **Interação – questionário**

Entre os vídeos 3 a 7 realizar 3 interações com o acadêmico. Podem ser questões objetivas ou 3 interações relacionadas à atividade de interação pré-aula. O acadêmico só consegue avançar nos vídeos se responder ao questionário ou a interação.

O professor pode decidir se o acadêmico responde uma única vez ou pode tentar fazer até acertar. Caso deseje, estas interações podem compor a nota final da disciplina.

De toda forma, após a realização do exercício é proporcionado à resposta ao exercício/interação comentários do professor explicando o porquê da pergunta e sua correção.

3.1.3 PARA PÓS AULA:

Para o ensino EAD:

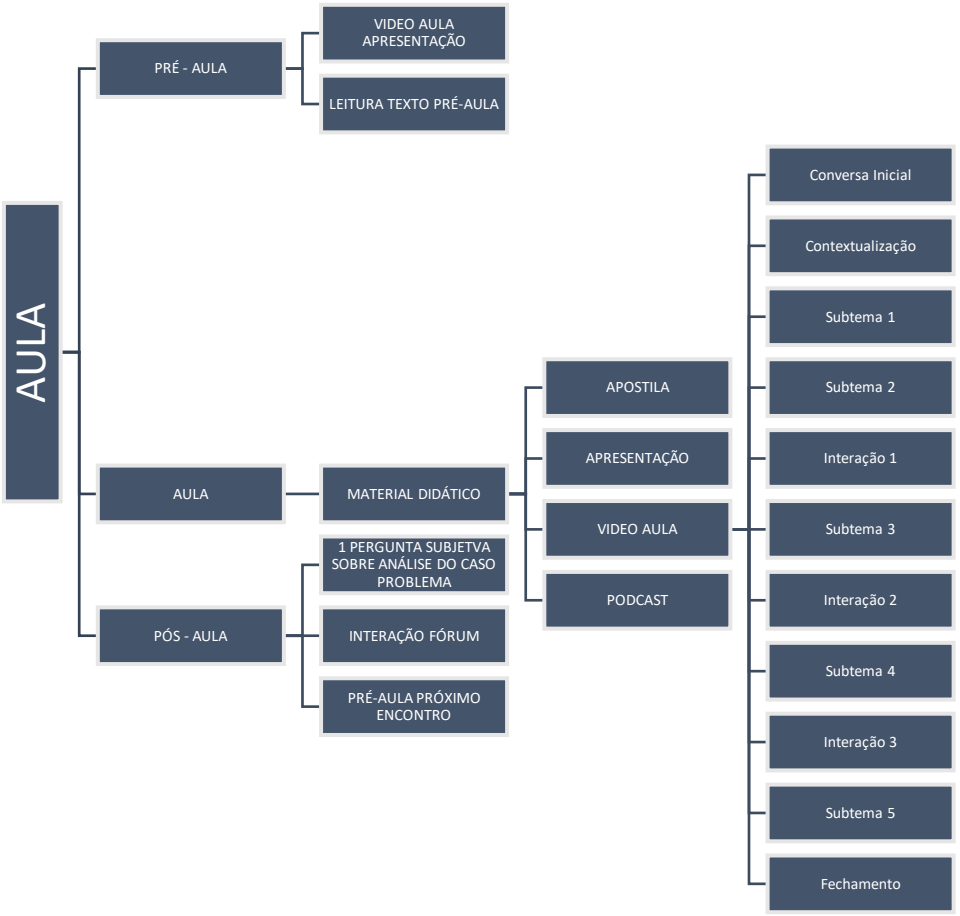
2) Responder a uma questão subjetiva relacionada ao caso discutido para ser respondido pelo acadêmico (que pode ser tanto privado como no fórum de discussão).

Pode ser dado um prazo de até 10 dias para responder novamente os questionários.

3) Responder à pergunta apresentada no material de aula no fórum para discussão entre os acadêmicos e moderação com o tutor.

Para o ensino presencial e EAD:

4) Repete-se o pré-aula da próxima aula.



PRODUÇÃO DO CONTEÚDO DE DISCIPLINA

Após analisar a ementa, conteúdo, unidades curriculares e objetivos**, o professor dividirá as Aulas em TEMAS.**

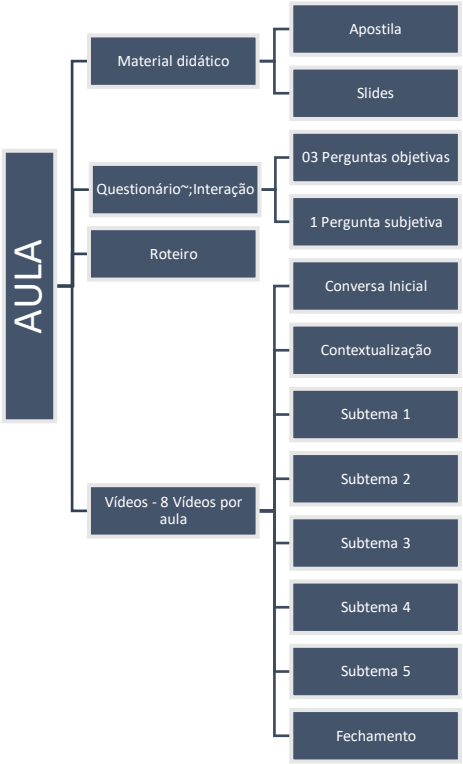
Ao todo serão 18 temas (e apresentado 1 tema por semana).

Este será o roteiro para a elaboração do material de apoio, mais adiante apresentado.

Cada TEMA deve ser dividido em **5 subtemas** que são as **5 seções de estudo do material de apoio**.

A disciplina é composta por 18 (dezoito) aulas, e duas semanas dedicadas a avaliações (aplicação e correção).

Vamos descrever o que deve conter em 01 (uma) aula completa, portanto aplique a mesma estrutura para todas as aulas.



A produção de conteúdo da aula é composta pelas seguintes partes:

Material didático,

Interação/Questionário,

Podcast,

Pré-roteiro,

Roteiro (para suporte à gravação)

Vídeos.

A seguir, descreveremos cada uma das partes citadas.

3.1.1.1 MATERIAL DIDÁTICO

O *Material didático* deve ter correlação com a ementa da disciplina e com a aula gravada.

Ele é composto do material de apoio e da apresentação de slides – material visual.

O material de apoio precisa ser entregue no formado WORD e PDF pois passará por avaliação e adequação ao modelo de material didático que está sendo desenvolvido pela Faculdade. Deve seguir o modelo apresentado em anexo.

O **material de apoio é para ser um guia de estudos (quase uma reprodução da aula que seria verbal apresentada de forma escrita, porém mais completa) e não deve substituir a doutrina indicada e utilizada em sala de aula, pois o acadêmico precisa ir buscar o conteúdo**, ao mesmo tempo que não pode ser simples.

Na sua elaboração buscar-se-á verificar o atendimento à ementa, unidades curriculares, objetivos de formação da disciplina, seu aprofundamento e coerência

teórica adequada à bibliografia, sua acessibilidade metododológica e instrumental e a integração com as demais ferramentas utilizadas no processo de ensino aprendizagem, no intuito de que eles se complementem.

Utilizarão uma linguagem amigável, clara e concisa, em tom de conversação que passará constantemente por atualizações.

A entrega do material deve atender o calendário adiante apresentado. O material será disponível semanalmente ao acadêmico.

Neste material precisa conter:

Parte I – APRESENTAÇÃO – Disponibilizado antes do primeiro encontro.

- Apresentação da disciplina que deve contar:
    - Objetivos gerais e específicos
    - Competências e Habilidades que serão desenvolvidas
    - Metodologia
    - Forma de avaliação
- Sumário dos Temas de aula

Parte II – Disponibilizado semanalmente aos acadêmicos na plataforma

- Tema de Aula
- Objetivos da aprendizagem na aula e as competências específicas a serem desenvolvidas
- Referência da leitura obrigatória para a aula.
- Conversa inicial
- Seções de estudo (sumário da aula – 5 subtemas)
- Contextualização da Aula
- O conteúdo (a aula propriamente dita – descrição das seções de estudo)
- Relembrando (os principais pontos destacados da aula)
- Fórum de discussão: (a pergunta a ser respondida no fórum).
- Referencias:
    - Vale a pena ler:

- Vale a pena acessar:
- Vale a pena assistir:
- Bibliografia utilizada para elaboração do material

Estrutura

O texto deverá ser escrito no seguinte formato:

FONTE: Bodoni MT

TAMANHO: Letra Título 16. Letra corpo de texto 14

ESPAÇAMENTO: entrelinhas simples com espaçamento entre parágrafos de 6 pts

QUANTIDADE DE PÁGINAS DO TEXTO DE CADA AULA: SUGESTÃO para aulas de 30h entre 4 a 6 páginas. Para as aulas de 60h entre 6 a 8 páginas.

Modelo em anexo.

3.1.1.2 Seção Conversa inicial

Consiste em um pequeno texto de introdução aos temas a serem abordados na aula (estrutura e objetivos).

Este mesmo texto será utilizado no momento pré-aula. O conteúdo será divulgado na plataforma educacional junto com o vídeo Conversa Inicial.

3.1.1.3 Seção Contextualização da Aula

Trata-se de **um pequeno texto** cuja função é localizar o conteúdo da aula no cotidiano e propor uma **problematização ou uma situação-problema** para reflexão. Lembre-se de que os fatos do cotidiano precisam ser contextualizados de tal forma que tenham "sobrevivência atemporal". Apresentar também a Interdisciplinaridade aplicada à disciplina conforme DCNs.

3.1.1.4 Seção Subtemas ou Seções de estudo de aula

A aula deverá ter **5 subtemas** ou **seções de estudo,** cada um contendo um título relacionado ao assunto abordado.

3.1.1.4.1 Subtema 1

Diz respeito ao texto que trata sobre o tema propriamente dito. Essa seção deve primeiramente introduzir os conceitos relacionados à aula para, em seguida, apresentar suas respectivas definições, abordando todo o assunto.

É importante apresentar um exemplo, case, projeto, etc , de acordo com o conceito tratado. Esta ação tem porfim elucidar e favorecer a compreensão do aluno(a) .

3.1.1.4.2 Subtema 2

3.1.1.4.3 Repetir a mesma estrutura do Subtema 1

3.1.1.4.4 Subtema 3

3.1.1.1.1 Repetir a mesma estrutura do Subtema 1

3.1.1.1.2 Subtema 4

3.1.1.4.5 Repetir a mesma estrutura do Subtema 1

3.1.1.1.3 Subtema 5

3.1.1.4.6 Repetir a mesma estrutura do Subtema 1

3.1.1.2 Seção: Relembrando/Finalizando

Consiste em um breve texto de retomada dos conteúdos trabalhados e comentário sobre a situação-problema, colocando a pergunta subjetiva ligada a situação-problema a ser respondida pelo acadêmico no fórum de discussões.

3.1.1.3 Seção: Referências

Nessa seção, indique as fontes consultadas para a elaboração do conteúdo da aula.

3.1.1.4 Seção: Leitura obrigatória da disciplina

Essa seção deve ser composta pelos seguintes elementos:

- Texto de abordagem teórica: Pode ser a reprodução de um capítulo de livro da biblioteca virtual, bem como de capítulos de teses de doutorado ou dissertações de mestrado.
- Texto de abordagem prática: Pode ser a reprodução de um artigo de diretórios como Scielo, Scopus, entreoutros.
- Vale a pena ver: Essa seção deve conter uma curiosidade, vídeo do YouTube, artigo, animação e ferramenta(se necessário e aplicável).

IMPORTANTE
Todo o conteúdo deve ser listado em arquivo separado para envio à coordenação do curso.
O texto completo de cada aula da disciplina, incluindo as seções anteriormente citadas, varia de acordo com a carga horária da disciplina, conforme quadro adiante apresentado. **Os textos que não seguirem esse critério serão devolvidos ao professor para adaptação. A quantidade total de páginas é critério de aceitação do material.**
USO DE IMAGENS NO MATERIAL DE AULA Utilizar **somente** imagens do banco de imagens da UNSPLASH, banco de fotos gratuitas. Ainda que gratuitas, deve ser indicado o nome do fotógrafo. Nesse banco, atente para as imagens marcadas como “somente uso editorial”, pois elas **não devemser utilizadas**. Acesse o *site*: https://unsplash.com/ Não há necessidade de inserir *login* e senha para fazer pesquisa. Ao encontrar a imagem que deseja, indiqueo código da imagem no seu material ou o nome do fotógrafo. **Evite** tabelas e gráficos que **não** podem ser integralmente visualizados pelos alunos. Quando for necessárioapresentar tabelas, coloque no **texto da disciplina** em tamanho compatível, com o devido crédito. Vídeos do YouTube podem ser inseridos no pré-roteiro, desde que cada um **não ultrapasse 1 minuto**. Vídeoscom duração superior ao determinado não serão considerados, em virtude do cumprimento da Lei do Direitos Autorais, n. 9.610, de

19 de fevereiro de 1998. Caso queira saber mais sobre esse assunto, verifique a seção "Iconografia" deste texto.

3.1.2 INTERAÇÃO COM O ACADÊMICO E QUESTIONÁRIO

No momento pré-aula, antes de ter acesso ao material, o professor pode proporcionar uma interação com o acadêmico – pesquisa, responder a uma pergunta (enquete) que pode fazer parte de nuvem de palavra ou ser publicada no fórum de discussão, uma reflexão, **de liberdade do professor**. O que é preciso é que haja uma interação com o acadêmico.

Entre os vídeos dos subtemas, o acadêmico deverá responder um questionário. Ao todo serão 03 questões objetivas estilo ENADE com nível de dificuldade fácil, médio e difícil, respectivamente, sobre o Tema da Aula.

Fica a critério do professor as quantidades de tentativas que o acadêmico pode ter para responder, bem como o uso destas respostas para composição da nota final. Deve constar no plano de ensino.

As ***questões objetivas*** devem ser acompanhadas de suas respectivas respostas, devidamente comentadas.

Sendo 18 aulas totalizamos 18 temáticas, com ao todo 54 questões.

A descrição do enunciado remete a reflexão e a ação de escolha das alternativas, que por sua vez deve conter um breve texto.

Algumas orientações gerais das questões objetivas:

1. Banco com 54 questões objetivas estilo ENADE, com 4 alternativas (A, B, C e D).
2. Todas as questões devem conter uma breve contextualização do tema tratado, em torno de um parágrafo.
3. Não solicitar para que seja assinalada a incorreta (negativa).
4. Em caso de questão de V ou F a sequência correta não pode ser todas V ou todas F.
5. Os gabaritos devem estar comentados, não apenas repetir a correta, identificando o erro das demais.
6. As questões devem estar identificadas de acordo com o nível de dificuldade (Fácil, Médio ou Difícil).

A seguir exemplo de questão que está de acordo com o padrão Institucional.

Questão: 01

Nível : Médio

Tema: Dano Moral

Civil – Indenização – Salário – Retenção – Impossibilidade – Cheque especial – Pagamento – Não-ocorrência – Cláusula contratual – Nulidade – Dano moral – Configuração.

Dano moral. Retenção de salário para pagamento de cheque especial. Ilicitude.

– *Mesmo com cláusula contratual permissiva, a apropriação do salário do correntista pelo banco-credor para pagamento de cheque especial é ilícita e dá margem a reparação por dano moral.*

(Ag Rg no Ag nº 425.113 – RS. Relator Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS. Terceira Turma. Unânime. Data do julgamento: 13.6.2006.)

Pode-se extrair da ementa transcrita, que retrata o resultado do julgamento do Superior Tribunal de Justiça, que

I - a convenção dos particulares não derroga normas de ordem pública.

II - a indenização por dano moral pressupõe a existência também de dano material

III - os bancos não podem reter quaisquer saldos bancários para recebimento de seus créditos, porque afasta da apreciação judiciária lesão de Direito.

IV - o salário enquanto revestido de caráter alimentar goza de proteção legal, que o faz intangível, isto é, insuscetível de ser apropriado para cumprimento de certas obrigações.

V - o Poder Judiciário quando reconhece a nulidade de uma cláusula contratual substitui a vontade das partes.

Estão corretos os itens:

A) I e II B) I e IV c) II e III d) II e V e) IV e V

Comentário: Esta questão nos faz refletir sobre o limite de aplicação da liberdade contratual e da autonomia da parte quando comparados com questões de ordem pública. Sobre o item I: a convenção dos particulares faz lei entre as partes, porém

encontra limites nas previsões constitucionais e nas normas de ordem pública e em nenhuma forma sobrevalerá sobre elas. Sobre o item II: dano moral e material são independentes. Sobre o item III: os bancos podem reter saldos bancários para recebimento do seus créditos, devendo observar a natureza do crédito. Sobre o item IV: quando estiver revestido de caráter alimentar, o **salário** detém proteção legal.

IMPORTANTE

As atividades de interação e questionário podem ser utilizadas para contabilizar o tempo de aula que possuem ligação direta com o tempo de vídeo.

Aula de 30h = 100´|Aula de 60h = 200´

As atividades de questionário não podem ultrapassar de 05 minutos cada.

As atividades de interação (individuais ou em grupo) não podem ultrapassar a 10´ para as disciplinas de 30h e 25´para as aulas de 60h.

3.1.3 PODCAST

A proposta é disponibilizar registro de áudios por meio da internet, sendo que o aluno poderá ouvir por computadores, Ipod ou celular, relacionado com aprendizagem móvel, sendo também uma metodologia inclusiva.

A forma do podcast é livre do professor, sendo sugerido a realização de entrevistas.

Ao todo serão 03 (três) podcast.

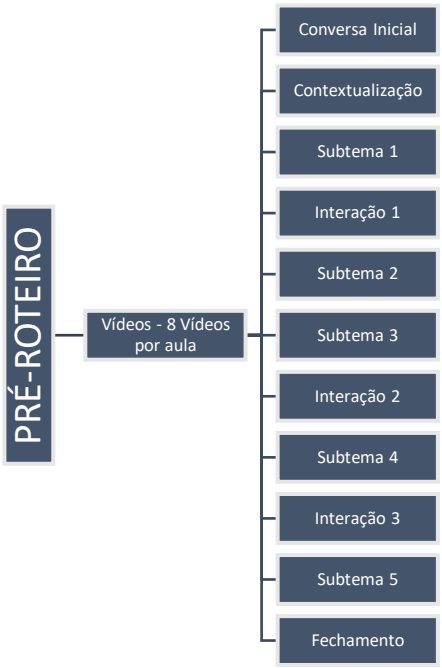
3.1.4 PRÉ-ROTEIRO (exclusivo para a disciplina 100% EAD)

O ***pré-roteiro*** tem função primordial nas gravações dos vídeos, pois são norteadores do conteúdo, auxiliando o professor a manter a linha de raciocínio da aula.

O professor deve trabalhar com o arquivo que será enviado, no qual consta um *template* para a elaboração do conteúdo que será abordado nos vídeos da aula.

Cada aula deve conter 1 pré-roteiro.

A aula deve ser dividida em 8 pequenos vídeos, estruturados de acordo com as seções que compõem o conteúdo, conforme apresentado no roteiro.



Neste pré-roteiro o professor irá explicar para a equipe de gravação como é formada a sua aula, qual o tempo de cada vídeo e como deseja desenvolvê-la, para que depois o roteirista transforme o seu pré-roteiro no roteiro final para a gravação e irá enviá-lo para sua **aprovação.**

Junto do pré-roteiro deve ser enviado a apresentação visual.

É importante que seja enviado com antecedência à equipe técnica para que possam simular a apresentação e indicar as adequações necessárias em relação à visualização.

Caso deseje usar a plataforma de apresentação do prezivídeo ela deverá ser informada neste momento.

3.1.5 ROTEIRO (exclusivo para a disciplina 100% EAD)

O ***roteiro*** é uma transposição do conteúdo da aula para o formato de áudio e vídeo.

O intuito é facilitar a visualização do seu material, bem como a criação de recursos para enriquecer o vídeo e ajudar a equipe técnica no momento da gravação, produção e edição do conteúdo que você irá ministrar.

O roteirista irá transformar seu pré-roteiro no roteiro final para a gravação e irá enviá-lo para sua **aprovação**.

A seguir, vamos descrever o que significa cada item do roteiro para sua melhor

compreensão no momento da aprovação.

- **Coluna de áudio**: Nessa coluna fica o conteúdo de fala do professor ou narrador. É a união dos tópicosencaminhados pelo professor no pré-roteiro e os textos criados pelo roteirista da disciplina.
- **Coluna de vídeo**: Trata-se de todo o conteúdo que será apresentado no vídeo final. Nessa coluna entram todas as telas, GCs, textos de *lettering*, descrição de animações, figuras, anexos etc.
- **GC**: Sigla para "gerador de caracteres" – tarja que fica na parte inferior do vídeo. Não devem ser feitostextos longos. Recurso ideal para informações simples, datas e siglas. Ex.: GC: Profa. Isa Maria Roberta
- ***Lettering***: Trata-se de textos mais longos e informativos que cobrem o professor, podendo ser narrados por ele ou por um locutor. Ideal para citações e definições. Esse recurso estará sinalizado como "professorem *off*" ou "em *off*" do lado do áudio e como *lettering* XX (número) em azul no roteiro.
- **Vinhetas**: São criadas quando o curso trata de algum assunto que possa ser exemplificado, como um *case* de sucesso.
- **Tópicos/Esquema**: São informações reduzidas, como notas que um aluno faz no canto do caderno.Recurso muito útil para pequenos diagramas ou para indicar elementos relacionados entre si.

  Ex.: Esquema: Destinação ➡ Vale por 5 anos
- **Videografismo**: É um texto animado com trilha sonora.Ex.: Videografismo: Recursos do tesouro
- **Colagem**: Consiste em uma animação que utiliza imagens. Recurso ideal para ilustrar um *case* ou história.
- **Depoimentos**: É a inserção de um depoente para interagir durante as aulas. Esse recurso é muito interessante caso algum dos temas conte um um assunto que possa ser debatido e contextualizado por mais de um conteudista/especialista.

3.1.6 VÍDEOS (exclusivo para a disciplina 100% EAD).

Para as gravações dos ***vídeos***, elabore o pré-roteiro para cada aula conforme a orientação dada na Seção "**Pré- roteiro**".

Todos os vídeos devem estar de acordo com o roteiro.

Devem ser gravados vídeos para as seções "Conversa inicial", "Contextualizando", "Subtemas" (5 vídeos para cada tema) e "Finalizando".

É importante lembrar que a proposta dos vídeos não é repetir o que já foi escrito, e sim complementar, explicar, exemplificar o que já foi abordado no texto.

Fique atento ao tempo de todos os vídeos, pois o conjunto de vídeos não deve exceder a duração do encontro (100 minutos ou 200 minutos).

O tempo de cada vídeo está estritamente relacionado ao planejamento da aula do professor, devendo atentar-se ao tempo de aula.

Aula de 30h = 100´|Aula de 60h = 200´

As aulas são compostas pelas seguintes atividades: Roteiro de estudo + vídeo aula + atividades objetivas e subjetiva

Para as aulas de 30h = as vídeo aulas devem somar 70'

Para as aulas de 60h = as vídeo aulas devem somar 140'

Nenhum vídeo pode ter tempo menor que 5 minutos, nem ultrapassar o tempo máximo permitido.

Tempo dos vídeos

TEMA 1
30h
70´

- Conversa Inicial - vídeo máximo 5 minutos
- Contextualização - vídeo máximo 5 minutos
- Tema 1 - Vídeo máximo 15 minutos
- Tema 2 - Vídeo máximo 15 minutos
- Tema 3 - Vídeo máximo 15 minutos
- Tema 4 - Vídeo máximo 15 minutos
- Tema 5 - Vídeo máximo 15 minutos
- Finalizando - Vídeo máximo 10 minutos

TEMA 1
60h
140´

- Conversa Inicial - vídeo máximo 5 minutos
- Contextualização - vídeo máximo 15 minutos
- Tema 1 - Vídeo máximo 20 minutos
- Tema 2 - Vídeo máximo 20 minutos
- Tema 3 - Vídeo máximo 20 minutos
- Tema 4 - Vídeo máximo 20 minutos
- Tema 5 - Vídeo máximo 20 minutos
- Finalizando - Vídeo máximo 20 minutos

3.1.6.1 1ª. Seção: Conversa inicial - Vídeo 1:

Este será o vídeo entregue na pré-aula. É a introdução, chamada, aos temas a serem abordados na aula (estrutura e objetivos). Para essa seção, o formato da apresentação do vídeo é livre pelo professor.

Seguem alguns exemplos:

https://www.youtube.com/watch?v=6g0ULn4zv5Y

https://www.youtube.com/watch?v=8RSZrM-zFUg

3.1.6.2 2ª. Seção: Contextualizando - Vídeo 2:

A função deste vídeo é localizar o conteúdo da aula no cotidiano e propor uma **problematização ou uma situação-problema** para reflexão. Lembre-se de que os fatos do cotidiano precisam ser contextualizados de tal forma que tenham "sobrevivência atemporal". Apresentar também a Interdisciplinaridade aplicada à disciplina conforme DCNs.

Para essa seção, o formato da apresentação do vídeo é livre pelo professor, devendo

gravar um vídeo de acordo com o roteiro.

3.1.6.3 3ª. Seção: Subtemas de aula

Esta seção deverá ter 05 vídeos, cada um correspondente ao seu tema, cada um contendo um título relacionado ao assunto abordado, de acordo com o roteiro. Lembre-se de que os fatos do cotidiano precisam ser contextualizados de tal forma que tenham "sobrevivência atemporal".

Para essa seção, o professor irá fazer uso conjunto da apresentação visual da aula, a ser feita em powerpoint, keynote, prezi, canva, Slides, emaze, clearslide, Zohoshow, visme, ou outra plataforma de apresentação de livre escolha. Como iremos utilizar o software do Scorm para inclusão na plataforma AVA, os arquivos, ainda que feitos em outros ambientes, precisam ser enviados no formato .ppt (powerpoint).

É importante que seja enviado com antecedência à equipe técnica para que possam simular a apresentação e indicar as adequações necessárias em relação à visualização.

Exemplo de como fica a aula utilizando estes recursos:

https://www.youtube.com/watch?v=gpvyQ8DWtqc

https://www.youtube.com/watch?v=Upt37FxdDI8

Vídeo 3 – subtema 1:

Para essa seção, o professor deve gravar um vídeo de acordo com o roteiro.

Vídeo 4 – subtema 2:

Para essa seção, o professor deve gravar um vídeo de acordo com o roteiro.

Vídeo 5 – subtema 3:

Para essa seção, o professor deve gravar um vídeo de acordo com o roteiro.

Vídeo 6 – subtema 4:

Para essa seção, o professor deve gravar um vídeo de acordo com o roteiro.

Vídeo 7 – subtema 5:

Para essa seção, o professor deve gravar um vídeo de acordo com o roteiro.

3.1.6.4 4ª. Seção: Finalizando - Vídeo 8:

Consiste em um vídeo de retomada dos conteúdos trabalhados e comentário sobre a situação-problema. Para esta seção, o professor deverá gravar um vídeo de acordo com o roteiro.

Os professores que possuem disciplinas parcialmente entregues no ensino EAD, poderão optar por desenvolver este formato de vídeo aula em alguns de seus encontros. Neste caso, a gravação não ocorrerá em estúdio, cabendo ao professor providenciar a gravação de acordo com o estabelecido neste manual. Para a entrega neste formato, indicamos o uso do recurso tecnológico PREZIVÍDEO.

3.1.7 GRAVAÇÃO EM ESTÚDIO (exclusivo para a disciplina 100% EAD)

3.1.7.1 Aprovação de Conteúdo

Após o professor receber o arquivo do ***Roteiro***, formatado e revisado pela equipe, o professor deve aprová-lo. Após aprovado não serão mais permitidas alterações no arquivo no momento em que antecede a gravação. Caso o professor não responda ao *e-mail* aprovando o conteúdo, iremos considerá-lo como aprovado.

3.1.7.2 Pontualidade

O professor deverá chegar no local de gravação com 30 minutos de antecedência, com todo o conteúdo revisado,pronto para a gravação. Evite atrasos!

3.1.7.3 Material complementar

O professor deverá informar no pré-roteiro se irá usar algum material complementar, como uso de arquivos, objetos, livros etc.

3.1.7.4 Softwares

Softwares especiais devem ser solicitados com 15 dias de antecedência da data da gravação, prazo necessário para que a área de Tecnologia da Informação (TI) possa levantar a necessidade de licenças, fazer *download* e realizar os testes necessários em estúdio.

3.1.7.5 Convidados

O professor deve informar se levará algum convidado ou acompanhante. Esses são bem-vindos a nossa estrutura; porém ficarão esperando, em um local apropriado (que não será dentro do estúdio com o professor), o término dagravação.

PRESTE ATENÇÃO NO SEU FIGURINO

Para mulheres: priorize uma maquiagem sóbria e atente para o alinho dos cabelos. É importante usar o mesmoraciocínio para a roupa que irá usar nas gravações, pois roupas muito coloridas desviam a atenção do aluno para a sua figura em vez de para o conteúdo tratado. Roupas listradas, tanto na vertical quanto na horizontal, também devem ser evitadas. Não venha com os cabelos molhados. Roupas em cores suaves, como branco, rosa claro, amarelo claro e preto são mais adequadas para o evento. O uso de mangas curtas ou longas fica aseu critério, mas prime pelo uso de peças que não tenham decotes pronunciados e cortes que mostrem muito o seu corpo, como no caso de saias curtas ou roupas transparentes.

Para homens: priorize o uso de traje esporte fino: camisas com cores sóbrias, suaves. Sugerimos as cores azul escuro ou claro, preto e cinza, pois são tons que transmitem seriedade. É vedado o uso de camisas de times esportivos, camisas regata, camisas xadrez, camisas listradas e com micro estampas, bermudas e artigos como boné. O Jeans é permitido desde que seja na coloração escura, sem rasgados ou manchas. Caso fique comdúvidas traga opções de roupa.

Contato com o Estúdio pode ser por telefone ou por *e-mail*:

IMPORTANTE

O agendamento para Capacitação e Gravação será feito pela equipe dos estúdios.

Professores sem experiência com a gravação de vídeo-aulas, no modelo Faculdade Pan-Americana de Administração e Direito, deverão obrigatoriamente participar de capacitação prévia. O agendamento prévio é obrigatório.

3.1.8 ICONOGRAFIA

O conteúdo iconográfico da disciplina está relacionado ao conteúdo produzido por outros autores, ou seja, terceiros, e que você poderá utilizar na produção da sua disciplina. Vale destacar que os textos de sua autoria ou cuja produção você tenha participado podem requerer a autorização de uso, se porventura os direitos autorais relacionados à estes textos sejam de outras entidades.

Para análise destes casos é feito pelo setor de iconografia. Ele é o responsável por verificar e providenciar a autorização para o uso de obras de terceiros conforme a Lei. O seu objetivo é nortear o trabalho dos autores quanto à utilização dessas fontes de dados.

Todo conteúdo de terceiros que for usado no seu material – trechos de textos, fotografias, vídeos do YouTube, filmes, ilustrações, letras de música etc., deve ser referenciado.

3.1.8.1 Textos/ músicas/ vídeos

- As paráfrases, assim como as citações diretas, devem ter as suas fontes claramente indicadas (fonte, referência, crédito, conforme as normas da ABNT) e não devem ser feitas com base em adaptações do texto original, pois não é permitido adaptar/modificar obras de terceiros sem a devida autorização.
- É recomendável evitar a citação em excesso de um mesmo autor.
- Para os fonogramas e filmes a regra de uso é:
    a. Filme longa metragem: usar 1 minuto do total da obra.
    b. Filme curta metragem: usar 15% da obra, desde que não exceda 1 minuto do tempo total da obra.
    c. Para longa e curta: não pode haver cortes ou edições no trecho selecionado.
- No caso dos vídeos, indique o trecho que quer utilizar – a minutagem.
- Cuide para não reproduzir a essência da obra e o refrão no caso das músicas.
- Vídeos do YouTube seguem a mesma regra dos fonogramas e filmes.
- Sobre uso de imagens considerar a ressalva no item Material Didático.

3.1.8.2 Histórias em quadrinhos/ tirinhas/ charges e infográficos/ campanhas publicitárias e logomarcas/ páginasde revistas e de jornais/ tradução

Todos esses conteúdos necessitam de autorização para o uso e a maioria é paga. Portanto, **se for imprescindívelo uso desse tipo de conteúdo na sua disciplina**, informe com antecedência ao *e-mail* nda@fapad.edu.br para avaliarmos e verificarmos a possibilidade do uso.

3.1.8.3 Cartazes de campanhas do governo

As campanhas feitas pelo governo para ampla divulgação **podem** ser utilizadas, mas existem **exceções**.

Diante desse fato, solicitamos que faça o mesmo procedimento descrito acima: consulte com antecedência o e-mail nda@fapad.edu.br, para que possamos verificar

a possibilidade do uso.

A utilização incorreta implica **violação do direito autoral**, que está regulamentado pela Lei de Direitos Autorais(Lei 9.610/1998).

3.1.8.4 Citações x Plágio

É muito importante que se conheça muito muito bem essas regras para que não haja equívoco em casos de citação/referência.

3.1.8.5 Exemplo: Citação literal

Os povos indígenas sustentaram sua alteridade graças a estratégias próprias, das quais uma foi precisamente a ação pedagógica. Em outros termos, continua havendo nesses povos uma educação indígena que permite que omodo de ser e a cultura venham a se reproduzir nas novas gerações, mas também que essas sociedades encaremcom relativo sucesso situações novas.

Fonte: MELIÀ, Bartolomeu. Educação indígena na escola. **Cadernos Cedes**, [s.l.], ano XIX, n. 49, dez. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v19n49/a02v1949.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2016.

3.1.8.6 Plágio mascarado

Os povos indígenas mantiveram sua alteridade por meio de estratégias próprias, dentre as quais pode-se citar precisamente a ação pedagógica. Dessa maneira, continua havendo nesses povos uma educação indígena que, segundo Melià (1999, p. 12), “permite que o modo de ser e a cultura venham a se reproduzir nas novas gerações,mas também que essas sociedades encarem com relativo sucesso situações novas”.

NESSE CASO, O AUTOR APROPRIOU-SE INDEVIDAMENTE DO TEXTO ORIGINAL AO SUBSTITUIR ALGUMAS PALAVRAS E NÃO INDICAR A FONTE.

3.1.8.7 Paráfrase e citação direta corretas

Segundo Melià (1999, p. 12), foi a criação de estratégias próprias – especialmente a ação pedagógica – que possibilitou que os indígenas pudessem preservar suas singularidades. O mesmo autor esclarece que ainda persiste, nesses povos, “uma

educação indígena que permite que o modo de ser e a cultura venham a se reproduzir nas novas gerações, mas também que essas sociedades encarem com relativo sucesso situações novas" (MELIÀ,1999, p. 12).

3.1.9 ENTREGA DOS CONTEÚDOS

Todos os conteúdos contratados são:

<table>
<tr><td colspan="3">1) NÚMERO DE ENCONTROS
Graduação – Disciplinas 30h = 18 encontros de 100´ | Disciplinas de 60h = 18 encontros de 200´
Pós-Graduação – Encontros de 100´</td></tr>
<tr><td colspan="3">2) TEXTO DA DISCIPLINA – Conteúdo disponibilizado no formato WORD e PDF</td></tr>
<tr><td>CH AULA</td><td>N° DE PÁGINAS POR AULA
(sem contar a página de abertura)</td><td>N° DE PÁGINAS POR DISCIPLINA</td></tr>
<tr><td>30h</td><td>Entre 04 e 10 páginas</td><td>Entre 60 e 100</td></tr>
<tr><td>60h</td><td>Entre 10 e 15 páginas</td><td>Entre 72 e 150</td></tr>
<tr><td colspan="3">2) ATIVIDADE DE INTERAÇÃO PRÉ-AULA</td></tr>
<tr><td colspan="2">N° DE INTERAÇÃO PRÉ-AULA POR AULA</td><td>N° DE INTERAÇÃO PRÉ-AULA POR DISCIPLINA</td></tr>
<tr><td colspan="2">01 questões</td><td>18 questões</td></tr>
<tr><td colspan="3">3) QUESTÕES OBJETIVAS</td></tr>
</table>

N° DE QUESTÕES POR AULA	N° DE QUESTÕES POR DISCIPLINA
03 questões	**54 questões**
4) QUESTÕES SUBJETIVAS	
N° DE QUESTÕES POR AULA	N° DE QUESTÕES POR DISCIPLINA
1 questão	**18**
5) AVALIAÇÕES	
N° DE AVALIAÇÕES POR AULA	N° DE AVALIAÇÕES POR DISCIPLINA
1 (questões objetivas)	**3**
6) GRAVAÇÃO DAS AULAS*	
N° DE VÍDEOS POR AULA	N° TOTAL DE VÍDEOS POR DISCIPLINA
08 – (1 conversa inicial + 1 Contextualizando + 5 por tema + 1 Finalizando) **O tempo do vídeo vai variar de acordo com a carga horária da disciplina	144
7) PRÉ-ROTEIROS – Conteúdo de apoio para gravação*	

N° DE PRÉ-ROTEIROS POR AULA	N° TOTAL DE PRÉ-ROTEIROS POR DISCIPLINA
01	18

8) PODCAST

N° DE PODCAST POR AULA	N° TOTAL DE PODCAST POR DISCIPLINA
A escolha do professor	03

*Exclusivo para as disciplinas 100% EAD.

Os conteúdos devem ser entregues na data acordada no **Termo de compromisso**, firmado entre o professor e a Faculdade Pan-Americana de Administração e Direito.

As entregas devem ser realizadas via *e-mail* para o endereço: nda@fapad.edu.br com cópia para o seu coordenador de curso.

O **assunto** do *e-mail* deve conter: nome da disciplina e do curso e conteúdo (se texto da disciplina, pré-roteiro). Exemplo: *Pré-roteiro e texto da disciplina da aula 1 – Disciplina Gestão – Curso Direito*.

Em caso de dúvidas, entre em contato com COLOCAR E-MAIL.

Revisões do Documento

Revisão n°	Data	Alterações Realizadas	Responsável
00	07/06/2021	Criação do documento	NOME

IMPORTANTE

A área Produção de Conteúdo é responsável pelas atualizações deste documento caso existam alterações futuras. Estas alterações estarão disponíveis na página

principal da intranet da Faculdade Pan-Americana de Administração e Direito, link Políticas e Procedimentos.